

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FELIPE NÓBREGA FERREIRA**

*Ao sul do sul o mar também é pampa*  
**Sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**

Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
Maio de 2012

**FELIPE NÓBREGA FERREIRA**

*Ao sul do sul o mar também é pampa*<sup>1</sup>  
**Sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a aprovação no mestrado em História.

Orientação  
Profª Drª Maria Luiza F. Martini

---

<sup>1</sup> Vide anexo 1 explicativo sobre o título dessa dissertação.

*Ao sul do sul o mar também é pampa:*  
**Sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Beatriz Valladão Thiesen  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

---

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Maria Eunice Maciel  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Susana Bleil  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
Maio de 2012

## AGRADECIMENTOS

Em uma tarde chuvosa, setembro de 2009, batia à porta de uma professora chamada Maria Luiza Martini. Hoje conheço um pouco de *Lulu*. Elas não são a mesma pessoa, distintos nomes para distintos personagens. Por isso, aqui agradeço imensamente o fato de ter conhecido *Lulu*, orientadora que me ensinou uma das formas mais interessantes de experienciar essa vida acadêmica tão intensa: “pra viajar no cosmos não precisamos de gasolina!”.

A Beatriz Thiesen, Susana Bleil e Maria Eunice Maciel, por participarem dessa banca já almejada desde meados de 2011. Da mesma forma não posso deixar de agradecer ao PPG História da UFRGS e a possibilidade de estudar em uma universidade pública e gratuita - contando ainda com o fomento do CNPq para viabilização desse trabalho.

Presente em toda e qualquer etapa ou escolha que eu venha a fazer, obrigado a Maria Francisca Nóbrega (mãe) e Alice (irmã), mulheres que tomam conta do coração desse que escreve, e que mesmo nas longas ausências lá estavam elas, ao telefone! Para vocês, o meu amor.

Ao trio Cidaura, Zilá e Nestor, que nem merecem ser chamados de “tios”, pois essa seria uma titulação incapaz de representar a dimensão que possuem na minha vida, a vocês três, obrigado por serem sempre meus “Pais”.

A Arno “Alemão” e Magali Laurmann e Ana Lawson Cirne Lime, amigos que fizeram da palavra “confiança” uma forma sempre de lembrá-los.

Ao “chefe com sala” Leonardo Ferreira Scaglioni, que fez a vida em Porto Alegre mais familiar, com o acolhimento em sua casa e as clássicas jantares de segunda-feira a cargo da *chef* Débora Bastos. A vocês dois, muito obrigado!

A Família Monteiro como um todo, que se tornou uma segunda família iniciada em 2007 com a Gabriela, mas que hoje se estende para além dela e comporta a todos na pessoa do grande Raimundo. Obrigado família!

A Juan Scuro e Cristhian Cajé. Podem ter certeza que a experiência de dividir apartamento com vocês foi um das coisas mais lindas e importantes na minha vida. Em especial ao Cris, que hoje é um *hermano de corazón*.

A Fernando Ferrari (agora) Barbosa, Carla Adriana (agora) Ferrari, Daniel Oliveira e Maria do Carmo Aguilar, amigos que o PPG de História da UFRGS apresentou e que hoje eu

tenho o prazer de conviver. Obrigado a vocês e todos os conselhos, leituras compartilhadas e ao Fernando também pelos *abstracts* e dicas internéticas!

A Beatriz Rodrigues e Cauê Canabarro, presentes em Rio Grande, depois Porto Alegre e fundamentais em Pelotas. Obrigado pelo carinho e casa aberta, pois saber que vocês estão sempre por perto torna tudo mais tranquilo.

A Ticiano Pedroso, parceiro de escrita, amigo das mesmas angústias, compartilhando diariamente as descobertas proporcionadas por relatórios, periódicos e tudo que compõe a história da cidade de Rio Grande. Que venham mais textos por aí para a *nossa Nova História!*

A Cinara Col Debela e Lisiane Soldera, pois talvez não haja mais nenhum momento em que não deva agradecer a vocês por sempre estarem presentes na vida desse amigo ingrato. Repito o que já disse antes: “amigo a gente sente”.

Aos amigos papareias Chico Cougo, um dos incentivadores desse projeto de atravessar a BR-392, e Leandro Costa por ser sempre um interlocutor e parceiro de empreitadas acadêmicas. Agradeço ao sempre presente/ausente amigo Ricardo de Aguiar Pacheco, que continua sendo um leitor atento dos meus textos e um amigo das bandas do Recife.

Um especial obrigado ao *cantautor* Guilherme Curi, que cedeu parte de sua canção – peço perdão pelas licenças poéticas - para o título desse trabalho. Ao ouvir tal canção, em um emblemático dia 02 de fevereiro, tive a certeza que havia encontrado um título que resumia muito do que confabulava em ondas internas.

Deixo também um obrigado aos colegas da DMASS/SUPRG do Porto de Rio Grande, que acompanharam o fim dessa trajetória e ajudam a pavimentar uma próxima.

Por fim, gostaria imensamente de ter escrito uma canção chamada “To be alone with you”, mas ela já foi feita por um velho amigo meu. Assim, cabe fazer das palavras dele às que gostaria de dedicar para a Danielle Silveira, que não só acompanhou toda a escrita desse trabalho, como está completamente emaranhada nele em forma de sentimentos, memórias e projeções futuras. Obrigado!

*“Don't get up gentlemen, I'm only passing through  
People are crazy and times are strange...”  
(Things have changed, Bob Dylan)  
Pelotas, 13/04/2012, 04h57min.*

*“Mar sonoro, mar sem fundo, mar sem fim,  
A tua beleza aumenta quando estamos sós  
E tão fundo intimamente a tua voz  
Segue o mais secreto bailar do meu sonho,  
Que momentos há em que eu suponho  
Seres um milagre criado só para mim”*

*(Sophia de Mello Breyner Andresen)*

## RESUMO

No presente trabalho apresentamos uma estação balnear chamada Villa Sequeira, localizada na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Projetada a partir do ano de 1884 pela empresa Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, ela inaugurou sua primeira temporada de banhos em 1889-1890. Nos debruçamos sobre o tema dos banhos de mar entendendo que a região litorânea sofreu um processo de obliteração de suas práticas, notadamente as balneares, na composição das representações que circundam o Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, nossa pesquisa elabora um duplo movimento: primeiro compreender esse processo que gerou (in)visibilidade ao litoral de banhos no Estado; segundo, recuperar a experiência sensível do verão em uma estação de banhos na extremidade meridional do território brasileiro. Nosso interesse se concentra nas formas de apropriação da praia ao cotidiano, bem como a relação que os sujeitos dos oitocentos estabelecem com a estação quente e a vivência balnear na cidade de Rio Grande. Desses dois pontos acessamos a invenção de uma praia, a elaboração de uma relação do sul-rio-grandense com o mar, inserido na projeção de uma modernidade em que contemplava maiôs e calções de banho. Nesse intento, o uso do arcabouço teórico oriundo do campo da História Cultural é essencial, pois nos valem de conceitos-chaves como: representação e sensibilidades. Deles, outros se desdobram, como imaginário, modernidade, região e paisagem, todos contribuindo para a construção de um amplo painel que visa encontrar outro horizonte, agora azul. As fontes que nos auxiliam obedecem aos documentos oriundos da empresa fundadora, concessão de exploração de linhas de tráfego, o *Prospecto Balnear* que delineia a forma do empreendimento de banhos e um *Guia dos Banhistas* entregue aos visitantes. E outra fonte primária fundamental trata-se dos periódicos que circulavam no período e apresentavam informes e crônicas diárias sobre a Villa Sequeira e seus frequentadores. Seguimos, no curso dessa documentação, em um tempo que já não é o nosso, encontramos o litoral, os banhos de mar e a invenção da praia no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: litoral, praia, Villa Sequeira/Rio Grande, sensibilidades

## ABSTRACT

We present a seaside resort called Villa Sequeira, located in Rio Grande, Rio Grande do Sul. Designed from the year 1884 the company Carris Urban Rio Grande, opened its first swimming season in 1889-1890 . We concentrate on the theme of sea bathing understanding that the coastal region has undergone a process of obliteration of their practices, especially the bathing, the composition of the representations that surround the state of Rio Grande do Sul. Thus, our research develops a double movement : first, understand the process that generated (in) visibility the coastline of baths in the state, and second, to recover the sensible experience of summer in a bathing station at the southern tip of Brazil. Our interest focuses on forms of ownership to the beach everyday, and the relationship that individuals establish with eight hundred of the hot season and living in the seaside city of Rio Grande. These two points, being on the invention of a beach, the development of a relationship between the South Rio Grande with the sea entered the projection of a modernity that included bathing suits and swimming trunks. For this, using the theoretical framework derived from the field of Cultural History is essential because we make use of key concepts such as representation and sensitivities. Others unfold them as imaginary, modernity, landscape and area, all contributing to the construction of a large panel that aims to find another horizon, blue. The sources that help us meet the documents from the company's founder, exploration concession lines of traffic, Spas Prospectus which outlines how the development of baths and a guide for visitors delivered to bathers. And another key primary source it is the journals that circulated in the period and had chronic daily reports and on the Villa Sequeira and their patrons. We followed the course of this documentation, in a time that is not what we find our coast, sea-bathing and the invention of the beach in Rio Grande do Sul

**Key-Words:** coast, beach, Villa Sequeira / Rio Grande, sensitivities

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: The ladies Promenade, 1868

Imagem 2 - Termo de fiança da Tesouraria da Província, 1871

Imagem 3 – Guia dos Banhistas, 1890

Imagem 4 – Guia dos Banhistas, 1890

Imagem 5 – Revue des Deux Mondes, 1863

Imagem 6 – Guia dos Banhistas, 1890

Imagem 7 – 100 camarotes de banhistas, lado Sul, 1890

Imagem 8 – Barracas para famílias, 1890

Imagem 9 – Hotel Cassino, 1890

Imagem 10 – Interior do Hotel Cassino, 1890

Imagem 11 - Banhistas na praia de Trouville, 1890

Imagem 12 - Camille on the Beath at Trouville, 1870

Imagem 13 - Estação do Parque, década de 1890

Imagem 14 - Chegada do trem à Villa Sequeira, 1890

Imagem 15 - Hotel Cassino (frente ao mar), 1890

Imagem 16 – Chalet Lawson, 1890

Imagem 17 - Chalet Luchsinger, 1890

Imagem 18 – Casas com frente ao Sul, 1890

Imagem 19 - Vista da praia balnear, 1890

Imagem 20 – Vista da praia balnear (2), 1890

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Planta da cidade de Rio Grande, 1904 (adaptado pelo autor)

Mapa 2 - Mapa do Uruguai, em destaque as localidades de Pocitos e Ramirez, 2011

Mapa 3 - Mapa do Uruguai, em destaque o Rio da Prata, 2011

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO, 13**

### **CAPÍTULO 1 – HORIZONTE AZUL: ENCONTRANDO A PRAIA NO RIO GRANDE DO SUL, 33**

1.1 O litoral enquanto uma região (in)visível, 33

1.2 A praia como um novo espetáculo social, 40

1.3 Rio Grande *fin-de-siècle*, 48

### **CAPÍTULO 2 – A PRAIA NO PAPEL, A PRAIA NA CIDADE, 62**

2.1 Os trilhos na cidade: Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, 62

2.2 Uma digressão em torno de Antonio Candido de Sequeira, 66

2.3 O Prospecto balnear, 74

2.4 O Guia dos Banhistas, 89

### **CAPÍTULO 3 – SENSIBILIDADES DE VERÃO, 109**

3.1 Marulhos: primeiras notas sobre uma praia, 110

3.2 Ribombos: pés na areia, corpo na água, 123

3.3 “Socorro!”: o afogamento de Rocha Gallo, 133

3.4 Camarotes e barracas: novas temporadas, 142

3.5 Publicidades em dia de sol, 160

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS, 166**

### **FONTES CONSULTADAS, 170**

### **BIBLIOGRAFIA, 171**

### **ANEXOS, 178**

### **Preâmbulo às instruções para diferenciar praias**

Pense nisto: Quando você desembarcar no Balneário Cassino estará chegando a uma praia preenchida por carros, asfaltos e edifícios que escondem milhares de turistas; você chega a um local em que pequenos arranha-céus em forma de caixas de sapatos tomaram o lugar de solares e varandas, o verde dos jardins foram trocados por um emaranhado de anúncios que brigam por espaço e poluem o olhar; você está chegando – mas ainda não sabe disso – em uma praia que insiste em trocar o azul do mar pela fumaça dos carros que tocam músicas próprias. Fuja dessa praia depressa. Aceite um deslocamento, dobre o tempo, encontramos espacialidades do ontem; verão; locomotivas; hotel; afogamentos; guias; corpo na água. Villa Sequeira. Praia que emerge no texto.

## INTRODUÇÃO

Cidade de Rio Grande, 26 de janeiro de 1890. As locomotivas Formiga e Andorinha partiram às 06h30min da manhã com cerca de 200 passageiros do centro da cidade e quase uma hora depois apitavam junto à estação ferroviária da Villa Sequeira, primeira estação de banhos de mar no Rio Grande do Sul.

Incorporado ao cotidiano sulino, o litoral passava a ser o vetor de um conjunto de práticas que não só organizavam um mundo social, como também apresentavam um universo do sensível ligado à experiência balnear.

Em nosso trabalho apresentamos como problema-chave a ser explorado, aquilo que chamaremos de *sensibilidades de verão*. Notadamente, elaboramos um estudo que vai da criação de uma localidade balnear até as práticas empreendidas para vivenciar os banhos de mar. Assim, acreditamos entrar em contato com um conjunto de representações da ordem do sensível, na qual a invenção de um novo horizonte a ser explorado no Rio Grande do Sul, o azul, propõe uma nova experiência dentro do cotidiano dos oitocentos.

Intitulado *Ao sul do sul o mar também é pampa: sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)*, esse trabalho se insere dentro de um pequeno grupo de trabalhos que buscam estudar o litoral do Rio Grande do Sul através de suas práticas de banhos que remontam ao século XIX. Até o presente momento somente duas dissertações de mestrado, oriundas de programas de História, dedicaram-se a tal temática.

Citamos a dissertação *Balneário Villa Sequeira – a invenção de um novo lazer (1890-1905)*, trabalho defendido por Rebecca Enke em 2005, no qual a autora dá ênfase à criação de uma sociabilidade balnear levada a cabo nos diferentes espaços que foram projetados. A mesma se preocupa com a historicização desses lugares, bem como as relações estabelecidas por aqueles que frequentavam o balneário.

O outro trabalho trata, especificamente, do litoral Norte. Apresentado em 2010, *As nossas praias: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950)*, de Joana Carolina Schossler. Nesse texto é traçado um perfil das praias do litoral norte conectado a questões curativas e de formação étnica no Rio Grande do Sul.

No ano de 1999, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, foi apresentada a dissertação *A fundação do Balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX*, de autoria de Maria Terezinha Gama Pinheiro. Tal texto, que aborda o litoral Sul, obedece a um universo

teórico voltado à geografia, no qual a autora se preocupa substancialmente com a dinâmica espacial do balneário já no século XX.

Muito do que une esses trabalhos é a proposta de modernidade no século XIX, a qual projetaria no cotidiano mudanças das mais variadas instâncias. Ao pensarmos em Rio Grande, situando nesse contexto dos oitocentos, uma série de apontamentos pode ser elaborada para que a criação de uma praia de banhos possua inteligibilidade.

Cidade portuária, portanto uma janela aberta para o mundo, Rio Grande pode estar distante do centro do país por terra, porém faz valer essa condição de ligação com o Atlântico para absorção de práticas e modismos do velho continente.

No texto do geógrafo Raphael Copstein é possível encontrar a seguinte expressão para definir a cidade Rio Grande: “vocação urbana” (COPSTEIN, 1975, p. 10). Seja para confirmar, ou mesmo para questionar essa proposta de Copstein, a historiografia local poucas tintas destinou a esse assunto, restrito ao campo da geografia, tendo em vista que até mesmo a cria o de um balneário no século XIX foi um tema abordado primeiramente pela geografia.

Copstein atenta para uma prática social de deslocamento operada na esta o quente pelos riograndinos, antes da cria o do balneário. Nos períodos de calor, a área escolhida pelos cidadinos era a chamada Ilha dos Marinheiros, em suas palavras:

Os solares respondiam as necessidades de lazer da gente de posses na esta o estival. Sua importância desapareceu com as facilidades propiciadas pela constru o da via férrea Rio Grande Costa do Mar ligando a cidade com a Mangueira (COPSTEIN, 1975, p. 20).

Encontramos, na sua cita o, o primeiro local em que os riograndinos buscavam um distanciamento do urbano na esta o quente. Porém, com a proje o do balneário, as possibilidades de lazer são ampliadas, assim como as possibilidades de um real afastamento da cidade – um afastamento mesmo do olhar, pois a proximidade da Ilha dos Marinheiros do perímetro urbano<sup>2</sup>   percebida pelo olho humano, fazendo que os sujeitos não se desvinculassem daquele cenário que almejavam distanciar-se.

Com a iniciativa da empresa Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, o planejamento de uma esta o de banhos ganhou forma. O fato de possuir uma empresa de transporte carril, em sua possibilidade de estender uma linha de trem ao litoral, somado ao terreno plano e pouco acidentado geograficamente, criaram as condi es diferenciadas para a rápida implanta o dos banhos de praia no litoral sul do Estado.

---

<sup>2</sup> Vide mapa no anexo n  2

A instalação da empresa Carris Urbanos do Rio Grande no ano de 1884, cuja gerência e ações majoritariamente pertenciam a Antonio Candido de Sequeira, foi o primeiro passo concreto para ocupação do litoral. Assim, localizamos nosso marco inicial de pesquisa nesse ano, visto que, ao firmar contrato junto à municipalidade para exploração de *tranways*<sup>3</sup> urbanos também se abre espaço no contrato para uma extensão maior das linhas dentro da cidade – incluindo aí a ligação com o litoral.

A Carris Urbanos passou a operar na cidade em fins de 1884, sendo que, menos de um ano depois já encontramos a primeira nota oficial, publicada na imprensa, por parte da empresa, desejando estender suas linhas até o litoral. Logo que apresenta seus planos de extensão, Antonio Candido de Sequeira inicia uma busca por investidores – realizando apresentações do projeto em cidade como Pelotas, Bagé e Porto Alegre.

Em nosso entendimento, está na pessoa de Antonio Candido de Sequeira a figura de uma articulação empresarial e política fundamental para a fundação do primeiro balneário planejado do Rio Grande do Sul. Riograndino de nascimento, mas afastado da cidade até meados da década de 1870, seu retorno ao paço municipal se faz sintomático no que tange um quadro de referências que será incorporado na futura Villa Sequeira.

Quando em 1892 a empresa carris comandada por Sequeira é liquidada, ele deixa a cidade de Rio Grande, afastando-se completamente das atividades ligadas junto ao balneário. Por perceber na saída de cena de Antonio Candido de Sequeira o encerramento de um ciclo que vai da idealização à consolidação, estabelecemos o fim dessa pesquisa no ano de 1892, quando de sua partida para o centro do país – fixando residência em São Paulo.

Em relação às outras localidades do território brasileiro, a prática de banhos de mar no litoral do Rio Grande do Sul tem início em um período precoce, o que nos leva a buscar considerações para a pálida manifestação de interesse por parte dos historiadores em relação ao tema. Criada uma espécie de invisibilidade do litoral, o uso dos banhos de mar inseridos no cotidiano da então Província é um assunto que ainda pode provocar estranhamento, visto que em terras onde o vento minuanos sopra forte talvez seja difícil crer que sujeitos usavam maiôs já no século XIX.

O que está implicado nessa “espécie de invisibilidade” e “estranhamento”? A construção de nosso objeto inicia por aí, recuperando um debate que marcou a segunda metade dos anos 80. Os antropólogos Ruben Oliven (1984) e Maria Eunice Maciel (1984) analisam a identidade do sujeito nascido no Rio Grande do Sul. Desconstroem o aparato

---

<sup>3</sup> Termo sinônimo de “Bondes”.

simbólico constitutivo dessa identidade e apresentam autores como Pierre Bourdieu (2007) para esse novo debate.

Com a incursão e contribuição da Antropologia nesse tema, não tardou para que, no abrir dos anos 1990, a História encampasse esse debate. Nesse percurso, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, influenciada diretamente por uma sensibilidade antropológica, volta parte de seus estudos para o que viria a chamar de modelo identitário “vencedor”, no qual um tipo específico de representação do habitante do Rio Grande do Sul obliterou outras formas de pensar e perceber a miríade de elementos que compunham esse Estado.

A partir de um instrumental teórico renovado, em muito devedor dos estudos antropológicos, os anos 1990 proporcionaram a emergência da História Cultural, campo de trabalho que servirá como norte ao longo do nosso texto.

Difundida amplamente no Brasil dessa década, tal campo ganhou força quando trabalhos como os de Roger Chartier e Peter Burke foram incorporados em pesquisas que visavam um novo horizonte de expectativas em relação à escrita da história. Porém, por mais que a História Cultural possua algum tipo de coesão, Peter Burke não esconde o fato de que uma dúvida sempre paira: afinal, o que constitui a História Cultural?

O próprio Burke escreveu um livro que, não por acaso, chamou-se *Variedades da História Cultural*, e logo acentua em seu primeiro parágrafo: “Não há concordância sobre o que constitui a história cultural, menos ainda sobre o que constitui cultura” (BURKE, 2000, p. 13). Mesmo apresentando essa visão fragmentada no início de seu texto, o intento do livro é dar a esse conjunto de trabalhos que se intitulam “culturais” algum tipo de coerência.

Se não responde diretamente, com alguma frase pronta e memorizada à pergunta elaborada acima, ao menos o autor oferece uma explanação que propõe a variedade - daí a clara razão do título - de temas, da possibilidade de diálogo com outros campos, ampliando mesmo as (re)interpretações em torno dos objetos como o cerne da proposta dos historiadores culturais. Mas, considerando este “cerne”, ele aponta a necessidade de resistir à fragmentação:

O problema essencial para os historiadores culturais hoje, pelo menos no meu entender, é de que modo resistir à fragmentação sem retornar à suposição enganadora da homogeneidade de determinada sociedade ou período. Em outras palavras, revelar uma unidade subjacente (ou pelo menos ligações subjacentes) sem negar a diversidade do passado (BURKE, 2000, p. 255).

Dentro desse projeto de unidade, mesmo abordando os mais variados temas, Peter Burke acredita em uma história que não mais se renda ao engano das homogeneidades sociais, que, em última instância, mascaram a realidade concreta preenchida por diferentes grupos, com diferentes maneiras de organizar o mundo.

Nesse intento, o historiador cultural agiria no emaranhado de retalhos que existem dentro de uma colcha chamada sociedade, de cada pequeno recorte uma comunidade de sentido se organiza, possui suas maneiras de operar no mundo, de apreendê-lo e o representar através de práticas. Assim, ao historiador cultural, cabe encontrar os possíveis sentidos para essa colcha a partir dos retalhos e não mais o inverso.

Dentro desse projeto da História Cultural, então, vislumbramos dois conceitos que amadurecem teoricamente este trabalho. Ganha relevância em nosso trabalho: **representação** e **sensibilidades**.

O conceito de **representação**, talhado inicialmente a partir da releitura do postulado de Marcel Mauss e Emile Durkheim, ganhou vulto no campo da História a partir dos escritos de Roger Chartier. Dois textos são valiosos para entender sua proposta: *A História Cultural: entre prática e representações* (1990) e *O mundo como representação* (2002).

O primeiro texto, composto de oito artigos escritos entre 1982 e 1986, surge como resposta à insatisfação sentida frente à história francesa dos anos 1960 e 1970, afirmação que o próprio Roger Chartier expõe logo na introdução. No texto seguinte, *O mundo como representação*, ele desenvolve as circunstâncias do surgimento de tal conceito, quando a disciplina histórica ruía em suas certezas metodológicas em meados dos anos oitenta e outros campos da ciência ampliavam seus objetos, minando a História, que vivenciava o esgotamento da noção de “mentalidades” (CHARTIER, 2002).

Na introdução da obra publicada em 1990, o autor deixará claro as matizes de sua proposta: “A História Cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Na diversidade de caminhos que essa tarefa propõe, o primeiro passo seria entender que o mundo social possui categorias fundamentais de percepção e apreciação do real. Pensando assim, o autor destaca:

As representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

A partir disso, podemos entender que as percepções do mundo social não são nunca discursos neutros, estando sempre baseadas em estratégias e práticas que impõem uma autoridade à custa de outras. Com isso:

esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Com o entendimento de que a representação situa-se em um campo de confrontos, no qual visões antagônicas disputam a forma de organizar o mundo social, começamos a encontrar um princípio de inteligibilidade àquela noção de obliteração do litoral no Rio Grande do Sul. Ainda nesse trajeto, o autor francês apresenta o que chama de “pedra angular da História Cultural”, e nessa está inserida o conceito de representação.

Com a diluição de uma história-global, a redefinição da idéia de território, bem como a ação do historiador frente ao que chama de “tirania do social”, Roger Chartier (2002) sistematiza uma forma de apreensão do mundo que subverte a ordem então estabelecida. Partindo do caminho que leva dos objetos, das práticas, ao entendimento do social, o autor estabelece as representações como as construções que dotam os homens de uma percepção da realidade pela qual pautam sua existência e ação no mundo. Como ele mesmo diz: “Partir assim dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos” (CHARTIER, 2002, p. 180).

Sobre a ambiguidade que esse conceito pode gerar, Sandra Pesavento em *História & História Cultural* diz: “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2008, p. 40). Para essa mesma autora está em curso não só uma exposição, uma representação de alguém que se coloca no lugar de um outro, distante no tempo e no espaço, como também “a representação seria dada pela exposição de uma imagem, que substitui algo/outro, ou mesmo pela exibição de objetos ou ainda por uma performance portadora de sentidos que remetem a determinadas idéias” (PESAVENTO, 2008, p. 41).

As representações comportam sentidos – muitas vezes ocultos e internalizados e naturalizados no inconsciente coletivo – incitando ao historiador o movimento de decifrar os códigos que compõe um painel específico de organização do mundo social. Logo que remetemos ao ato de “decifrar códigos” não o fazemos por acaso, mas sim para atentar àquela premissa de “historiador-detetive” cunhado por Carlo Ginzburg (2001) e que no texto *Representação – a palavra, a idéia e a coisa*, permite perceber essa proposta das representações através do caso dos manequins de cera usados em funerais que remontam ao século XIII.

No curioso caso que apresenta o autor, evita o que chama de “aborrecido jogo de espelhos” (GINZBURG, 2001, p. 85) entre a ausência e presença, indo direto à exteriorização da relação entre ambas. Aponta tramas tecidas em diferentes locais e apropriadas por franceses e ingleses quando dos ritos funerários, o que chama em seu estudo de perceber “semelhanças transculturais” (GINZBURG, 2001, p. 87) para compreensão da especificidade desse fenômeno. Assim, liga tramas que reportam a Roma, Egito, mumificação, e apresentavam resultados convergentes dentro dos casos.

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Importa lembrar o que referimos no primeiro parágrafo desta introdução – os 200 passageiros que disputaram bilhetes nos vagões das locomotivas Formiga e Andorinha – como uma criação mobilizadora desde os idos da última década dos oitocentos. E no conceito de representação buscamos um suporte para articular as diferentes instâncias que compuseram o praiano no Rio Grande do Sul, da mesma forma entendendo como matrizes geradoras de sentidos foram incorporadas e transformadas em práticas sensíveis que forjaram um cotidiano de banhos na Villa Sequeira.

A segunda premissa teórica a qual nos pautamos refere-se às **sensibilidades**. Tal abordagem está situada dentro da História Cultural, e é entendida como um “giro teórico” que fez com que os historiadores usassem “uma espécie de novos *óculos* para enxergar a realidade, a partir de um corpo articulado de conceitos que passam a explicar o mundo de uma outra forma” (PESAVENTO, 2008, p. 56).

Essa proposta de uso do sensível no campo da História é um caminho já enunciado por Alan Corbin, o qual se diz historiador do “sensível” em uma entrevista concedida em 2005 à Revista Brasileira de História. Perguntado sobre o que é um historiador das sensibilidades ele responde ao entrevistador Laurent Vidal:

Eu já mencionei a necessidade, para o historiador, de tomar como ponto de partida a maneira como as pessoas que se estuda representavam-se, e de entender a coerência de suas representações. Você já reparou como a quase totalidade das revistas que se encontram nas bancas tratam da mesma trilogia: sentimento, paixão, emoção? E quando você consulta os trabalhos dos historiadores, há bem poucos estudos sobre a emoção, o sentimento e a paixão (VIDAL, 2005, p. 17).

Quando apresentamos esse autor, estamos falando de alguém que já produziu importantes obras relativas à história do olfato, da paisagem sonora e, fundamentalmente em nosso caso de estudo, da invenção da praia (VIDAL, 2005, p. 11). Para ele, nessa mesma

entrevista, a história das sensibilidades é uma operação de “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social” (VIDAL, 2005, p. 19).

Para o historiador francês Serge Gruzinski, a temática das sensibilidades também é pertinente em seus estudos, mas ao mesmo tempo reconhece que esse é um tema ainda encarado com restrições:

A história das sensibilidades diz respeito a zonas ainda pouco estudadas, que se estendem à margem da história das idéias, das representações, dos corpos ou das imagens. Ela toca o que situa além da elaboração intelectual, mas nunca se separa dela. Ela coincide com os territórios do imaginário, mas tampouco se confunde com ele (GRUZINSKI, 2007, p. 7).

Em sua leitura as sensibilidades estariam muito mais como um re-arranjo para antigos temas, um processo de rejuvenescimento, por exemplo, da história do político, ou mesmo alterando a maneira de se trabalhar a história das imagens. E no final de seu curto, porém conciso texto, lança o questionamento: Por que esta história prospera entre Europa e América?

Resposta do autor: Com um Atlântico que cria uma fronteira apenas física, aproximando muito mais do que impondo barreiras, as tradições e transmissões de uma tradição colonial ibérica não cessa de entrecruzar patrimônios étnicos e culturais, misturando sensações, desejos, gostos e, por que não, desgostos que forjam maneiras de sentir e perceber. Aliado a isso, ou talvez como a consequência disso, a complexidade vem à tona e faz com que se abra uma brecha ao pesquisador para superação do etnocentrismo, tornando possível a esse “afiar seus instrumentos nas realidades de além-mar” (GRUZINSKI, 2007, p. 8).

Dentre os pesquisadores que “afiaram seus instrumentos”, podemos destacar o trabalho de Sandra Jatahy Pesavento no que tange à preocupação de sistematizar e apresentar pesquisas com o aporte das sensibilidades na História. Por mais que apresente algumas formulações em textos anteriores, consideramos o texto *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*, publicado em 2005 pela revista *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, como essencial para a organização e compreensão teórica dessa proposta. E será na sua última obra, *Os Sete Pecados da Capital* (2007) que um exercício empírico de fôlego incontestável dará os contornos finais em sua trajetória como historiadora do sensível.

No primeiro texto, a autora apresenta um entendimento da sensibilidade como uma forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico: “As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da existência humana que se

encontra no âmago da construção de um imaginário social” (PESAVENTO, 2005<sup>4</sup>). Pensando assim, as sensibilidades atuam em linhas como as emocionais, valorativas, e os sentimentos que exprimem formas de estar no mundo, daí a afirmação da autora: “As sensibilidades são uma forma de ser no mundo e estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” (PESAVENTO, 2005).

E nesse mesmo trabalho realiza um apontamento essencial para o papel do historiador do sensível, no qual a concepção do tempo ganharia novos contornos, já que para ela “captar as razões e sentimentos de uma temporalidade já escoada é ter em mente a alteridade do passado, com sua diferença de códigos e valores” (PESAVENTO, 2005). Nesse sentido, o historiador lida com um tempo já escoado, entendendo que somos estrangeiros frente à passividade do texto, daí a relação de alteridade entre o tempo do historiador, leitor dos textos e o tempo do acontecido, onde os fatos ocorreram e foram fixados na escrita para durar no tempo, ou seja, esse passado, então, seria *um outro*, que desafia e oculta sentidos.

Nesse ínterim, a atividade do pesquisador ganha seus contornos mais desafiantes: o de entender uma *outra* temporalidade que não a sua, porém, somando a isso, a de entender esse *outro* que atua no tempo com suas percepções sensíveis que agem no cotidiano estranho ao historiador.

E as formas de encontrar essa versão do passado, no qual o tempo escoado é sempre uma construção cumulativa, está em encontrar traduções externas das sensibilidades geradas a partir da interioridade dos indivíduos. Nas palavras de Sandra Pesavento: “... mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro possível de ser resgatado pelo historiador” (PESAVENTO, 2005).

Estão postas, assim, as “marcas de historicidades”, fontes, ou registros que organizaram uma escolha de ordenamento do mundo social passado. Em *Sensibilidade: escrita e leitura da alma*, Pesavento diz:

Tais marcas de historicidade – imagens palavras, textos, sons, práticas, objetos – seriam o que talvez seja possível nomear como evidências do sensível. Mas para encontrá-las é preciso uma reeducação do olhar (PESAVENTO, 2007, p. 19).

Nessa reeducação do olhar se estabelece uma posição de “historiador-detetive”, no qual se busca o estabelecimento de nexos e relações para compreender o conjunto de

---

<sup>4</sup> Por se tratar de um texto disponível somente em meio virtual, não existe a numeração disponível das páginas nesse tipo de suporte.

sentimentos que operavam para a organização de um determinado mundo social. Por fim, no que tange ao postulado de uma história baseado no sensível:

Recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Nos desdobramentos desses dois conceitos norteadores outros se agregam, recebendo um tratamento que perpassa uma das principais características da tríade Chartier – Ginzburg – Pesavento: as semelhanças transculturais, as quais apontam para coerências específicas situadas na travessia dos tempos. E na esteira dessas convergências elaboradas no campo da História Cultural, especialmente naquilo que se refere às representações, introduziremos outros conceitos que fornecem inteligibilidade ao nosso trabalho: região, imaginário e modernidade.

Ao propor em nosso texto a constituição de uma praia de banhos, estamos lidando diretamente com uma região litorânea, o que implica em um recorte. Sendo o Rio Grande do Sul um Estado interiorizado em suas representações, o Litoral sofreu um processo de invisibilidade, que não se deve ao acaso, mas sim a escolhas orientadas, interessadas em dar a ver um Rio Grande do Sul em detrimento de outros – o frio em detrimento do calor.

Pierre Bourdieu (2007) em *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* traça um primoroso painel acerca do conceito de região. Em sua leitura, a consolidação em torno de um conceito de região tem início mesmo em diversos campos da ciência, que se apropriaram de distintas maneiras interpretativas de tal conceito. Seja na geografia, na economia, história ou sociologia, a própria idéia de tomar para si o discurso legítimo e final das possíveis divisões regionais, já se constitui como um sinal dessa luta pelo poder de traçar normas de alteridade. (BOURDIEU, 2007, p. 108).

Em seu roteiro, apresenta tanto esses recortes de outros campos, como também elabora, a partir de sua condição intelectual de sociólogo, um entendimento frente ao tema na qual o pós-1968 possuiu importância ao propor uma análise a qual classifica como “transregional” e “transnacional” (BOURDIEU, 2007). É nessa postura que dialogamos com o texto de Bourdieu, e o quanto ele pode colaborar para que se perceba a invisibilidade dada às práticas litorâneas do/no Rio Grande do Sul do século XIX.

Partindo do entendimento de que o estabelecimento de uma região obedece, antes de tudo, a uma ordem objetiva vigente na sociedade, possuindo uma função prática com finalidades de produzir efeitos sociais, Pierre Bourdieu propõe:

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em atos estratégicas interessadas em manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2007, p. 112)

O autor está atentando para o fato de que esses recortes, estabelecidos enquanto regiões específicas, são frutos de escolhas direcionadas e com propósitos previamente definidos por aqueles que propõem tal divisão. Da mesma forma, ao criar essa divisão territorial, ao especificar uma região, é preciso dotar ela de um conjunto de elementos que forneçam algum tipo de alteridade em relação às outras regiões – aquilo que a caracterizará ao mesmo tempo em que a tornará distinta, inserindo um “eu” e um “outro” nesse recorte regional.

Da necessidade de fornecer subsídios para determinado recorte, locupletá-los de sentidos que lhes serão correntes e facilmente identificáveis, uma brecha se abre ao historiado. E essa faz com que arrolemos o conceito de imaginário como suporte desse exercício que consiste em encontrar os possíveis vetores para um repertório simbólico que obliterou o litoral nas elaborações das representações sul-rio-grandenses.

O imaginário aqui é pensado naqueles termos propostos por Bronislaw Baczko (1985), o qual entende que o imaginário social intervém em diversos níveis da vida coletiva, e por isso é também fruto de disputas, pois representam produções de ordenamento social. Nas palavras do autor polonês:

Através de seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e expõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’ (...) Porém, designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os ‘outros’.. (BACZKO, 1985, p. 309).

Nesse sentido, a criação de imaginários sociais está veiculada a idéia de elaborar respostas a conflitos, ou mesmo projetá-los na esfera do mundo objetivo, estabelecendo semelhanças ou alteridades. Nesse entendimento, toda a coletividade institui os meios de sua difusão. Remetendo mais uma vez a Baczko: “O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva” (BACZKO, 1985, p. 309).

Uma das premissas básicas de Baczko está no fato de que o imaginário social possui uma potência unificadora, que lhe é assegurada pela fusão de verdade e normatividade,

informações e valores, operados por diferentes meios que se constituem nos segmentos da sociedade civil organizada. Em suas palavras:

os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema de orientações expressivas e afectivas que correspondem a outros tantos esteriótipos oferecidos aos agentes sociais; ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente à sociedade global; às suas hierarquias e relações de dominação (BACZKO, 1985, p. 309).

E esse “sistema de orientações” que propõe não se dá de forma autônoma, mas sim orientada, e esse controle – de reprodução, difusão e manejo – assegura influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, canalizando a percepção de que algumas escolhas são sempre as únicas possíveis. E essa noção, segundo o autor: “depende em larga medida da difusão destes (imaginários), e por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACZKO, 1985, p. 313).

Assim, dentro do universo conceitual de Baczko, podemos afirmar que os imaginários sociais e os símbolos em que eles se assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, convergências de mitos, crenças, ideologias, e tudo mais que possa colaborar para o estabelecimento de um imaginário individual e coletivo. Porém, no ato de deslocar-se temporalmente, o imaginário balnear, voltado ao calor, não deixou de existir pelo fato de ser obliterado. Assim, cabe no decorrer de nosso texto trazer à tona rastros da constituição de um imaginário social que circulava enquanto vanguarda da modernidade litorânea-balnear no século XIX.

E aí está um conceito essencial que se entremeia nesse conjunto de convergências que dão coesão à proposta que lançamos: modernidade. Cabe dizer, primeiro, que ele está como uma exterioridade intrínseca a noção de imaginário – projetando-se na esfera do mundo objetivo, estabelecendo semelhanças ou alteridades.

Jacques Le Goff em sua obra *História e Memória* apresenta um capítulo intitulado “Antigo/Moderno”, no qual traça um breve entendimento para os termos “moderno”, “modernidade” e “modernismo”. Nesse texto, ele expõe que o par “antigo e moderno está ligado à história do Ocidente, embora possamos encontrar equivalentes para ele em outras civilizações e em outras historiografias” (LE GOFF, 2003, p. 173). Ainda para esse autor, a própria oposição entre a noção de antigo e moderno é um equívoco, já que nem sempre os dois termos se opuseram um ao outro.

Pesando nisso, o desenvolvimento de sua análise se esforça em mostrar o quanto as fronteiras são movediças entre “moderno”, “modernidade” e “modernismo”. A historiadora brasileira Monica Pimenta Veloso compartilha dessa leitura de Le Goff e acredita que, dado o

cruzamento de sentidos, esses podem ser correlatos, porém não possuindo um mesmo significado (VELOSO, 2010, p. 11).

A mesma Monica Veloso diz que “O moderno do ano passado, seguramente não é o moderno desse ano” (VELOSO, 2010, p. 11), frase à primeira vista banal, mas que dialoga diretamente com uma fina interpretação de Le Goff, na qual, de maneira mais elaborada, argumenta que a própria atuação do entendimento do que vem a ser “moderno” é sempre mediada pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado (LE GOFF, 2003, p. 175).

Ao pensar que o estabelecimento do conceito de “moderno” está sempre em tensionamento com a noção de “antigo”, o capítulo que Jacques Le Goff dedica a esse assunto é primoroso ao mostrar que nessa imbricação que se dá ao longo do tempo, diferentes alteridades de passado se forjam no imaginário social, visto que em cada reapropriação do termo “moderno” uma série de elementos se reposicionam dentro dessa linha do tempo, configurando um “antigo” e um “moderno”. E Veloso, da mesma forma, diz:

Em toda essa discussão uma idéia deve ser retida, pois vai nos conduzir ao longo da exposição: o caráter indissociável que liga o moderno ao antigo. Na sua constituição, o moderno necessita do antigo para adquirir sentido e apresentar-se como tal. Atravessando a história, mais nitidamente no período entre os séculos XVI até o XIX, o termo vai adquirindo diferentes configurações (VELOSO, 2010, p. 12).

A partir do século XVIII a autora aponta que entravam em circulação conceitos como progresso, evolução, liberdade, democracia, ciência e técnica. Isso, segundo Veloso, se transformava em um sentimento partilhado de viver em tempos revolucionários, marcado por transformações que afetavam todas as esferas da vida ordinária: “Questionava-se o abastecimento de água nas cidades, a falta de liberdade nas corporações, à execução na guilhotina, o descontentamento com o rei, a paz e a guerra” (VELOSO, 2010, p. 15).

O século XIX, para Monica Pimenta Veloso, é como o auge de um reposicionamento do par antigo/moderno, que se projetava a partir da emergência das sociedades industriais. Não só esse novo reposicionamento ganha espaço ao longo do texto, como também agregamos à ele a noção de modernidade a qual acreditamos estar diretamente ligado ao movimento de fundação da Villa Sequeira.

Sendo assim, nos valem das elaborações desses dois autores, Le Goff e Veloso, da mesma forma que outros serão acrescidos no texto de forma mais pontual. Contudo, nunca perdemos de vista que o conceito de moderno é forjado dentro de cada sociedade conforme sua própria historicidade, ou melhor, conforme a maneira com que os indivíduos definem o moderno do seu tempo presente perante o passado. E, por sua vez, a modernidade está como

um momento em que sensações e velocidades se modificaram, possuindo como cenário desse novo arranjo às cidades, locus privilegiado de percepção dos novos referenciais de ação e de conduta, fundamentado na razão científica, racionalização dos comportamentos, individualismo e a aceleração do processo de urbanização.

Alinhavando esses conceitos que circundam a História Cultural, começamos a vislumbrar o fim das certezas normativas, ao mesmo tempo em que percebemos que tudo aquilo que um dia foi contado de um jeito pode agora ser contado de outro, basta um ajuste de foco. E nesse ajuste é a emergência da noção de paisagem que pode auxiliar no intento de introduzir o litoral no Rio Grande do Sul.

Ao entender que a paisagem é uma construção cultural do olhar, logo chegamos a uma “desnaturalização” daquela projeção do pampa enquanto vetor identitário sul-rio-grandense. Se o atrelamento da Província/Estado a uma determinada região dotou de sentidos uma paisagem específica, um dos exercícios que propomos ao longo dessa dissertação é reconstituir outra possibilidade de paisagem, encontrando os elementos sensíveis de sua forma de representação nos últimos lustros dos oitocentos.

Segundo Daniel Vieira (2003), o trabalho com a noção de paisagem remete a uma “história cultural do olhar”, em que o historiador está diante de uma linguagem textual pouco usual em seu ofício, mas que, igualmente, aponta para traços da forma de organizar o mundo de cada sociedade.

Nessa imbricação da paisagem entre natureza e cultura, Luciana Murari apresenta um interessante ponto de vista:

Cultura e natureza não se excluem, na medida em que, como fonte de símbolos e cenário da memória, o mundo natural está decisivamente inserido no desejo do homem, e assume, a cada momento em cada cultura, significados particulares cuja operacionalidade e mobilização podem ser revelados pela análise histórica (MURARI, 2009, p. 40)

E essa intersecção entre a condição natural e cultural ganhou uma importante contribuição na tese de Thiago Juliano Sayão. O autor entende que, para o historiador, entra em curso a possibilidade de análise de uma “representação da paisagem”, propondo:

representação da paisagem é uma composição cultural complexa, a qual articula um conjunto de referenciais, idéias e sentimentos compartilhados por uma coletividade e determinado período histórico. Os elementos que compõem a imagem de uma paisagem podem ser lidos como expressões gráficas de um texto escrito, uma vez que a imagem da paisagem é parte de uma série discursiva, histórica e geograficamente localizada (SA YÃO, 2011: 27)

Se a paisagem pode consistir em uma representação que dá a ver uma visualidade do espaço por meio de um artefato, como segue apontando Sayão, ela se faz tanto no suporte pictórico, quanto no textual – aquele que descreve os locais fornecendo um referencial de imagem aos leitores. Com isso, a paisagem é sempre uma

composição sensível de acesso a cultura, uma forma de representação carregada de sentimentos, memórias e conhecimentos. Ela constrói laços de afinidade entre pessoas e ambiente, atribui sentido estético ao mundo que nos rodeia ao mesmo tempo em que age como verdadeira pedagogia do olhar (SAYÃO, 2011, p. 28).

Podemos perceber, assim, a paisagem também como um ato cultural, de apropriação da natureza e de reconstrução desta por aqueles que se situam na exterioridade do objeto. Dessa forma, a paisagem pode ser encarada como uma construção narrativa, que reproduz formas de apreensão no mundo ou conhecimento do real, orientando a percepção desta realidade e a sua apreciação.

O horizonte litorâneo passa a integrar o olhar dos sul-rio-grandenses na segunda metade do século XIX. Uma paisagem é incorporada à cotidianidade, engendrando a experiência do verão, do calor e, por fim, desvelando o litoral no/do Rio Grande do Sul.

Apresentados nossos norteadores teóricos, outros conceitos surgem no decorrer do texto, e a partir de agora é preciso criar a intriga, ou como aponta Boutier e Julia (1998): começar o trabalho a partir dos indícios, por menor que o sejam, mas sempre rastros significativos. Nesse sentido, as fontes listadas nessa dissertação estão para nós como marcos indiciários de acontecimentos aos quais elaboramos versões e contemplamos perspectivas para a criação de um enredo, que em verdade se faz já na seleção de cada documento.

Ao abarcar o período de nove anos, lançamos mão de fontes primárias que obedecem a duas ordens distintas: 1) o material produzido pela empresa Companhia Carris Urbanos do Rio Grande 2) periódicos que noticiaram todo o processo de invenção e vivência da praia.

. O primeiro grupo de documentos apresenta o seguinte material:

- Contrato de exploração da Carris Urbanos na cidade de Rio Grande, 1884.
- Prospecto de planejamento e construção do balneário, 1886.
- Guia dos Banhistas.

Ao realizar a análise documental desse conjunto de fontes acreditamos ser possível perceber os movimentos iniciados quando da formação da empresa carris para a invenção de um balneário em terras antes consideradas agrestes e inóspitas para Rio Grande. Nesse

percurso, o litoral deixa de ser um dado geográfico para ser incorporado à realidade cotidiana da cidade.

No desdobrar dessa documentação, o nome de Antonio Candido de Sequeira surgiu como polivalente naquilo que tange à criação do balneário, ao ponto da própria localidade ser batizada com o seu nome: Villa Sequeira. Pensando nisso, apresentamos uma digressão em torno de sua pessoa, na qual buscamos a compreensão da sua agencia social para que o empreendimento se efetivasse e permanecesse sob seu controle até 1892.

Alguns documentos que vislumbram a sua trajetória foram incorporados ao trabalho, como o inventário de Antonio Sequeira, seu pai, datado de 1853. Nesse inventário acompanhamos as movimentações da vida de Antonio Candido de Sequeira até a década de 1870, e antecedendo a compra que faz da concessão de carris outro conjunto de documentos que atende a termos de fiança e um processo jurídico no qual está envolvido.

O outro grupo de fontes primárias diz respeito ao conjunto de três periódicos que circulavam na cidade no período que compreende esta pesquisa:

- *Diário do Rio Grande.*
- *Echo do Sul.*
- *O Artista.*

Rio Grande se notabilizou no século XIX por possuir emergente e significativa atividade jornalística, a qual em nada devia ao nível de evolução da imprensa nas cidades mais populosas do Império. E os três jornais que aqui operamos são considerados os de maior circulação e influência, bem como, ao contrário de outros impressos, permanecem em funcionamento na integralidade do marco temporal que propusemos.

Segundo Francisco das Neves Alves, os três jornais atendiam ao gênero “político, noticioso e comercial, bem como possuíam um estilo ‘crítico-opinativo e informativo’” (ALVES, 2006, p. 100). O *Diário do Rio Grande* foi o primeiro a inaugurar, com suas portas abertas entre 1848 e culminando em 1910 seu encerramento, enquanto que o longo *Echo do Sul* permaneceu em funcionando entre 1858 e 1934. Por fim *O Artista*, que foi de 1862 até 1912 escrevendo diariamente na cidade de Rio Grande (ALVES, 2006, p. 100).

Todos com quatro páginas, divididas entre noticioso, informativos e publicidades, os periódicos apresentam séries de informações sobre a Villa Sequeira em títulos como: “Bonds para costa do oceano”, “Bonds para Costa da Mangueira”, “Interesses Locais”, ou então,

“Mangueira”, “Estação Balnear” ou “Para os Banhos”. E as notas publicitárias atentam para a criação de uma demanda de produtos conectados à vida balnear, de roupas para passeio até apetrechos para os banhos.

É sobre essas informações descritas acima que nos debruçamos para realizar uma análise documental das folhas riograndinas. É importante salientar que esses três jornais não se constituem como um todo homogêneo, mas sim como constituintes de distintos posicionamentos político-partidários que os caracterizam na segunda metade do século XIX, e que no trabalho de Francisco das Neves Alves merece destaque.

O Diário do Rio Grande de sua fundação até 1877 esteve atrelado às ideias conservadoras, porém passou a atuar em prol do Partido Liberal depois dessa data. E mesmo assim, segundo Alves, os vínculos partidários só se faziam sentir nessa folha em “períodos bem demarcados, notadamente aqueles ligados as inversões partidárias ou no momento de campanha eleitoral” (ALVES, 2002, p. 157). Sendo assim, o Diário do Rio Grande se enquadraria no que Alves chama de, basicamente, “noticiador”.

Já o Echo do Sul, que iniciou sua trajetória em Jaguarão e somente alguns meses depois de sua fundação aportou em Rio Grande, era considerado o mais partidário de todas as folhas locais. Sempre conectado ao Partido Conservador, possuía a dística: “Órgão do Partido Conservador”. Somente com a chegada da República que o jornal arrefeceria em suas posições político-partidárias e passaria a dedicar cada vez mais espaço ao noticioso e às publicidades (ALVES, 2002).

Por fim, *O Artista*, como bem propõe o nome, iniciou como um diário ligado aos interesses dos artistas, “buscando a criação de associações que os congregassem, como uma forma de combater o domínio dos ‘poderosos’ e ‘aristocratas’” (ALVES, 2002, p. 231). Porém, ainda na década de sua fundação, o mesmo passaria por modificações substanciais em seu editorial, “transformando-se em um dos mais importantes diários rio-grandinos, apresentando-se a partir de então como um jornal de cunho comercial, político e noticioso” (ALVES, 2002, p. 231).

Sempre apresentando inclinações liberais, acabou por concretizar essa tendência com a filiação pública aos Liberais. Com a instalação da República, o jornal sofreria rupturas em sua postura, resultando em condutas que variavam entre uma “certa neutralidade” até uma “fase de completa indefinição editorial” (ALVES, 2002, p. 231). Dessa condição o periódico optou por aumentar o espaço do noticioso e das publicidades na terceira e quarta páginas, buscando manter-se como um jornal “sério” e “estável” em vistas de não comprometer sua receita com possíveis negociantes em busca de anúncios (ALVES, 2002).

Outras fontes atuam como secundárias no decorrer do trabalho, como dados encontrados em relatórios da Intendência Municipal de Rio Grande, mapas, representações pictóricas e, por fim, um grupo de fotografias/postais de 1890, registradas pelo estúdio *Fontana & Irmão Phot*.<sup>5</sup>

Entre paisagens e registros do hotel balnear, os irmãos Carlos Julio e Eugenio Amilcar Fontana captaram 52 fotografias da Villa Sequeira. Segundo Tereza Lenzi, autora de um catálogo sobre fotógrafos riograndinos no século XIX, os irmãos eram fotógrafos itinerantes e possuíam experiência em “vistas exteriores e de grupos ao ar livre de todas as dimensões” (LENZI, 2011, p. 21). Donos de um ateliê fotográfico desde 1877 em Rio Grande, esses acompanhavam os avanços tecnológicos referentes à fotografia, e encerraram suas atividades como sócios entre 1889 e 1890 (LENZI, 2011, p. 21).

Segundo Ana Maria Mauad (1996, p. 78) todo o registro visual está inserido em um circuito de inteligibilidade, o qual agencia escolhas, poses e mesmo ocultamentos. Além disso, segundo a mesma autora, é preciso entender a fotografia, dentro do século XIX, como um dos tantos símbolos da modernidade dentro da emergência da urbanidade brasileira.

E, neste debate sobre o uso da fotografia enquanto fonte histórica, remetemos às palavras de Charles Monteiro:

O que é uma fotografia? É uma imagem técnica de natureza híbrida, em parte produzida por processos físico-químicos e em parte produzida pela mão do homem com o auxílio de um aparelho ótico. Em sua produção entram as concepções técnicas, políticas, sociais, culturais e estéticas do fotógrafo e da sociedade à qual ele pertence. A fotografia é uma imagem ambígua e polissêmica, passível de múltiplas interpretações de acordo com o meio que a veicula, seu interprete, os contextos e os tempos de sua produção e recepção (MONTEIRO, 2007, p. 160)

Assim, ela é sempre um re-corte do real, o qual atende a três instâncias, segundo Monteiro: um corte no fluxo do tempo, o congelamento do instante ; um ato de seleção; a transformação do tridimensional em bidimensional, reduzindo cores e campo (MONTEIRO, 2007, p. 161). Com esse entendimento prévio, essas fotos não só nos auxiliam na compreensão da Villa Sequeira, como também ampliam a potência e o significado da modernidade oitocentista, que em nosso caso imbrica a câmera e a praia.

Após propor esse conjunto documental, evidenciamos a organização do trabalho. Assim, articulamos três capítulos que percorrem através da escrita o encontro do sul-riograndense com o mar.

---

<sup>5</sup> Tal conjunto de imagens só se tornou possível de datação após a publicação do trabalho de Tereza Lenzi, citada no corpo do texto. Antes disso as datas sobre sua produção divergiam, possuindo trabalhos que as consideravam de 1900 e outros de 1904, como por exemplo, o texto “De frente para o mar: as representações da paisagem litorânea na cidade de Rio Grande (1904-1976)” (FERREIRA, 2012)

No capítulo intitulado **Horizonte azul: encontrando o litoral do Rio Grande do Sul**, atentamos para três momentos distintos. No primeiro, elaboramos uma revisão bibliográfica que elenca os diversos movimentos de elaboração de um recorte específico para o Rio Grande do Sul, fazendo com o que o Litoral se tornasse aquilo que chamamos de “região (in)visível”. No segundo momento desse capítulo, apresentamos as diferentes representações do universo marítimo que remontam às apropriações diluvianas, grandes navegações, culminando com a invenção da praia e o uso dos banhos de mar na forma de vilegiatura nos oitocentos. Por fim, nesse capítulo, trazemos à baila o cenário da cidade de Rio Grande no século XIX, as intervenções urbanas, constituições de paisagens, empreendimentos e a extensão de uma linha férrea até o litoral – sempre pensando nos termos de um conceito que perpassa todo o processo: modernidade.

No segundo capítulo dessa dissertação, **A praia na cidade, a praia no papel**, nos preocupamos em apresentar os documentos originários da empresa Carris Urbanos que projeta e constrói a estação balnear. O esforço consiste em delinear a invenção da praia, a instituição de um litoral de banhos em Rio Grande a partir das iniciativas de Antonio Candido de Sequeira e sua empresa, a qual voltou suas atenções para o litoral da cidade já a partir de 1884 e elenca documentos que vão desde o prospecto de construção do balneário até um guia para os banhistas. Do planejamento à inauguração percorremos os meandros e especificidades dessa praia no extremo meridional brasileiro.

O último capítulo é intitulado **Sensibilidades de verão**, o qual consiste na apresentação daquele grupo de periódicos anteriormente citados. Ao buscar captar o universo sensível presente quando da introdução do litoral e dos banhos na cidade, o capítulo ganha desdobramentos necessários para apresentar o dia-dia balnear no espaço de praia e a presença da estação quente como uma das formas de organizar o cotidiano.

Ao atravessar cada uma das temporadas de veraneio pesquisadas, apresentamos desde os marulhos até o ribombo, momento em que o banho de mar se consolida na cidade de Rio Grande. Encontramos viagens frustradas, casos de afogamento, comodidades de praia, entre outros elementos que dão a ver e projetam sensibilidades para o desenrolar balnear na Villa Sequeira. É nesse capítulo que o sul-rio-grandense não só encontra o mar como passa a fazer uso dele: o litoral está visível.

Um balneário em forma de textos começa a ganhar vida nas páginas que estão adiante. De um tema de pesquisa que teve início no ano de 2008 e passou por diferentes etapas, encruzilhadas, questionamentos e tudo mais que compõe o início de uma vida acadêmica, findamos mais um processo com essa dissertação. O trajeto, mesmo sendo

prazeroso, também se constitui, a cada nova etapa, em um desafio ao exercício de “historiar”, de contar uma história que deve superar as fronteiras do local, ao ponto de fazer dos banhos de mar uma das tantas maneiras de entender a história do Rio Grande do Sul.

## CAPÍTULO 1

### **HORIZONTE AZUL: ENCONTRANDO A PRAIA NO RIO GRANDE DO SUL**

#### **1.1. O litoral enquanto uma região (in)visível**

Se colocássemos dois quadros, lado a lado, em uma galeria de arte qualquer, e suas composições pictóricas fossem: 1) cena de praia, o mar, banhistas caminhando ou praticando esportes na orla em vestes de banho. Alguns trajados com gorro ou chapéu de palha, maiôs, calções de banho e, ao fundo, cabines de trocas de roupas e uma longa varanda preenchida por camarotes à beira-mar. 2) cena campestre, uma linha de horizonte que compreende o verde, um cavalo ao lado de um sujeito de roupas pesadas, poncho. Um chimarrão que deixa ver a fumaça da quentura da água e um pequeno cão no canto da cena.

Qual dessas duas composições, um observador ordinário diria tratar-se do Rio Grande do Sul? O primeiro seria qualquer lugar no mundo. O segundo “é, foi e será” o Rio Grande do sul. Ali estão seus sinais emblemáticos, cavalo, poncho, chimarrão, o cusco, o verde dos campos. E neles transparecem àquela construção imagética “vencedora”, da qual nos fala Sandra Pesavento (1999, p. 261), bem como a capacidade do imaginário em definir uma comunidade muito bem apontada por Baczko (1984). Nesse sentido: cavalo, poncho, chimarrão, transparecem a identidade coletiva do gaúcho, dizem quem ele é: “cavalo-poncho-campina-chimarrão”.

E nesse mesmo esquema, não tardará em surgir elementos que ressaltem o caráter do sul-rio-grandense combativo, guerreiro, ou mesmo apaziguador. Tudo contribuindo para uma das premissas básicas da produção e reprodução de imaginários coletivos ou individuais, a elaboração de respostas a conflitos – da ordem do “quem sou, quem somos e o que esperamos de nós” - que permeiam a sociedade e podem ser verificados historicamente.

É preciso retomar o primeiro quadro. Isso porque se trata ele também de uma descrição do Rio Grande do Sul, só que dessa vez a partir do seu litoral e do cotidiano de um verão oitocentista. Porque o mar é surpreendente no Rio Grande do Sul, invisível diante do retrato ideal que diz resoluta e unitariamente quem somos?

Ao propor uma resposta, introduzimos em nosso trabalho aquela proposta de Pierre Bourdieu que leva em consideração o prefixo latino “trans” – para além; além de; através –

atravessando o espaço (transregional) e indentidades (transnacional). Dessa forma, passamos a compreender o manto de invisibilidade que o segundo joga sobre o primeiro no espectro daqueles dois quadros apresentados acima.

O caminho que Bourdieu apresenta inicia pela própria idéia de campos da ciência tomarem para si o discurso legítimo e final das possíveis divisões regionais, o que já constituiria um sinal de luta pelo poder de traçar normas de alteridade (BOURDIEU, 2007, p. 108).

No campo da geografia, o conceito de região se diluiria numa abundância de pormenores, ocultando algo central, por exemplo, a intervenção do Estado:

Dá-se igualmente demasiada importância aos fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos (...) o geógrafo limita-se freqüentemente à análise das fronteiras políticas ou administrativas da região (BOURDIEU, 2007, p. 108-109).

Ou seja, o geógrafo não vê a região em movimentos que lhes são anteriores – movimentos das mais diversas esferas da sociedade que culminariam nesse produto final no qual a geografia estaria apenas inserindo informações.

A economia, por sua vez, entende a região como algo construído externamente: “... seria tributária de outros espaços, tanto no que diz respeito aos seus aprovisionamentos como no que diz respeito aos seus escoamentos” (BOURDIEU, 2007, p. 108). Trata-se de movimento e custos, não mais de uma natureza dada, circunscrevendo o espaço.

No que tange a sua seara, a sociologia, entende que se torna preciso uma leitura transregional e transnacional para dar um entendimento mais profícuo do conceito. Podemos perceber, assim, que a demarcação de uma região transparece, na própria ciência, uma ordem vigente na sociedade. E tal função prática tem como finalidade a produção de efeitos sociais – forjando alteridades, inserindo um “eu” e um “outro” nesse recorte regional vencedor.

No ato de recortar divisões, apresentar emblemas, a função prática se sobressai, e o que Bourdieu tenta evidenciar é justamente que nada disso constitui-se como um dado natural, mas sim como uma operação calcada na luta de representações que se opera a partir da idéia de região e se dá na manipulação de imagens mentais, nas delegações encarregadas de organizar essas representações e provocar modificações na maneira de perceber o mundo, de dar sentido a paisagens e hierarquizar as mesmas. Estabelecem-se, então, definições legitimadoras de determinadas visões do mundo social, e por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Assim, nessas divisões orientadas do mundo social:

O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através de princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o

sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2007, p. 113).

Em nosso caso específico, estamos diante de um discurso *performativo* que fez reconhecer o “pampa”, como o que irradia a dita magia social que traz à existência a coisa nomeada. Ou seja, mesmo aqueles lugares que não compartilham, em nada, qualquer traço do discurso fundador também são englobados num projeto maior de homogeneização identitária.

E, em se tratando de discurso performativo, o personagem chave que se apresenta é aquele conhecido como “gaúcho”, e sobre essa figura oriunda da luta de representações travada a partir de um re-corte regional, Maria Eunice Maciel não se furta em dizer que o próprio termo tornou-se o gentílico e o sinônimo de Rio Grande do Sul. Para autora, o termo funcionaria como um “denominador comum” que serve como modelo e evoca uma “relação homem-território” (MACIEL, 1994, p. 31). Pontualmente:

Baseada em referências históricas e calcada em determinados valores, ela é um ponto de referência que procura sintetizar e representar a especificidade da região e de seus habitantes. Assim, ao mesmo tempo que são conferidas determinadas características ao *gaúcho*, figura emblemática, elas acabam envolvendo também os *gaúchos*. (MACIEL, 1994, p. 32)

Se em Peter Burke já encontrávamos a clara referência dos historiadores culturais atuando em uma perspectiva na qual era preciso romper com a homogeneização da narrativa do passado, inserir àqueles dois quadros no início do capítulo já atentava para uma noção de cruzá-los, questioná-los em suas condições de visibilidades e ocultamentos no Rio Grande do Sul. E claro, tratava-se da possibilidade de narrar as diferenças subsumidas, explicando-as numa outra coerência: transespacial, transtemporal, transnacional.

Narrar o Rio Grande do Sul pelo litoral pode revelar outra historicidade, a modernidade das práticas litorâneas, movidas pelas locomotivas Formiga e Andorinha; pode revelar outras formas de domesticar o risco e o medo da morte sem ser pela lança; também pode revelar outras narrativas de passados, por exemplo, de uma história colonial em que o ponto estratégico (terramar) a vila de Rio Grande foi invadida pelos espanhóis. Olhar pelo litoral, á beira do mar-oceano transcontinental, pode também revelar açorianos, índios missioneiros traídos e revoltados com o Tratado de Madri, escravos negros de várias etnias, todos escoados da sua história, seus heroísmos obliterados àquele geral do recorte que deu sentido e homogeneidade ao Rio Grande do Sul.

Os quadros se movimentam. As tocas de banho e pesados ponchos se movem sob o influxo do olhar antropológico que invade as ciências humanas e também transparece o regional, e autores como Ruben Oliven e Maria Eunice Maciel enriquecem esse debate.

Ruben Oliven, que já produzia artigos sobre o tema em meados da década de 1980, lança um importante livro chamado *A Parte e o Todo* em 1992 – reeditado e ampliado no ano de 2006.

Ao refletir sobre o esse assunto, Ruben Oliven, levou em consideração não só um conjunto de novos autores, mas também referências das mais variadas áreas do conhecimento, chegou a um argumento chave no caso sulino: para ser brasileiro, é preciso, antes de tudo ser gaúcho. Ou seja, ser nacional através do regional. (OLIVEN, 2006, p. 14).

Nessa explicação, remonta à formação dos Estados Nacionais, que implica no estabelecimento de fronteiras que demarcam quem faz e quem não faz parte da nação, creditando o autor à década de 1930 e ao Estado getulista o momento para criação de condições políticas e culturais que efetivassem uma comunidade imaginada capaz de forjar o lastro de brasilidade, do *ser* brasileiro acima do *ser* regional.

Nesse exercício de adequação ao Estado nacional brasileiro, criou-se um recorte específico de Rio Grande do Sul, para que, assim, tanto fosse inserido ao projeto de unificação estatal, como também pudesse ser reconhecido enquanto portador de um conjunto de bens simbólicos que identificariam “o que é”, “como é”, “quem é”, e “de onde vem” o habitante do Estado. Resumidamente, o autor elabora na sua obra esses elementos:

Na construção social do habitante da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira Cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (OLIVEN, 2006, p.66)

Sandra Pesavento leva a questão para o exercício historiográfico, fazendo uma história da escrita da História e, como produto desse esforço, apresenta o texto *A Invenção da Sociedade Gaúcha* (1993). Encontramos nesse artigo, publicado logo após o lançamento da obra de Oliven, um primeiro diálogo da História articulado ao conjunto de bibliografias incorporadas na segunda metade da década de 1980 sobre o tema em questão.

Podemos afirmar que Pesavento está sim influenciada por uma sensibilidade antropológica, um olhar que se construiu através do trabalho prévio de Ruben Oliven, mas ao mesmo tempo, reconhecemos que seu mérito foi trazer para o campo da história não só um debate que já se desenrolava em outros campos, mas também renovar epistemologicamente a forma de “ler” os elementos do mundo social sulino.

As premissas de uma História Cultural do Rio Grande do Sul começam a se fazer sentir na escolha dos autores, operando em sua análise Roger Chartier, Bronislaw Bazcko e Bourdieu como referências para discussão de invenção da sociedade sulina. Entram em cena conceitos como representação, imaginário e, por último, sensibilidade.

A autora parte do princípio que o fato de ter existido um projeto intencional, ou o que chama de “perfil da sociedade gaúcha”, se dá como uma constituinte recorrente para a criação da identidade. Em suas palavras:

Esse é um processo constituído historicamente: o da elaboração em cada sociedade, de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social, através da qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem um significado às práticas sociais (PESAVENTO, 1993, p. 383).

Ao passo que esse processo de escolha de identidade é percebido como algo sistemático, entende ela ser primeiro necessário explicitar as diferentes estratégias, ou níveis, em que se opera a construção de um determinado imaginário, ou a que ele se presta dentro da realidade objetiva. São quatro os pontos centrais considerados pela autora.

O primeiro deles diz respeito às noções de nação e região. Compreendidas como comunidades políticas e culturais imaginárias que correspondem à necessidade de fornecerem, a partir de um determinado recorte, identidade a uma sociedade. O segundo ponto, atenta para o fato de que os discursos e as imagens que dele são fabricadas passam ao lugar da coisa representada. (PESAVENTO, 1993, p. 384)

No terceiro eixo encontra na memória, habilmente manejada, um processo de busca das origens, essa centrada em interesses particulares para criação de uma memória coletiva que reúna todos sob o arcabouço, supostamente, de um passado comum. Tal memória coletiva estaria tensionada ao ponto de criar uma “tradição inventada” - formulação teórico-explicativa de Eric Hobsbawn (1997) da qual a autora lança mão. Por fim, elabora o raciocínio que parte de Bourdieu e entende que essas “representações são produzidas num campo de lutas” (PESAVENTO, 1983, p. 387), lutas permanentes que ocorrem no âmbito das práticas sociais para definição mesmo da própria realidade.

A partir desses quatro eixos de sustentação, a autora realiza uma leitura da qual podemos propor uma correlação. A idéia de pertença está vinculada à delimitação de um espaço, de um recorte regional que dá sentido não só a existência de grupos, mas também daquilo que diferencia um grupo do outro, forjando um “nós” e um “outro”.

A intencionalidade dos grupos se faz sentir de diversas maneiras e, dentro das possíveis estratégias, a leitura oriunda de Eric Hobsbawn vem à tona: “tradição inventada”,

noção que se insere no horizonte interpretativo do Rio Grande do Sul. Retomamos a clássica passagem de Hobsbawn:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1997, p. 9)

Está na criação falseada de uma memória coletiva comum, que busca em mitos de origens unificadores, igualmente manipulados através de uma falsa continuidade, a coesão para criação da identidade capaz de transformar-se na imagem final de uma sociedade.

No entendimento da autora, o delineamento da imagem-síntese do gaúcho encontra o seu mito de origem na característica militar-fronteiriça, da qual deriva a “opção de ser brasileiro” (PESAVENTO, 1993, p. 386). Mas para que ele ganhasse uma forma acabada, criasse vínculos permanentes na sociedade sulina, foi preciso um aparato institucionalizado que, na leitura de Pesavento, diz respeito ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS criado em 1920.

Do IHGRS se irradiaria toda uma leitura da História do Rio Grande do Sul que atendia àquela demanda política explicitada por Ruben Oliven na década de 1930. Estava em curso, a partir dos letrados desse instituto, não só a criação de um tipo “sentinela da fronteira”, mas também a de uma paisagem que especificaria o Rio Grande do Sul, o que a autora chama de “articulação personagem-paisagem” que se opera no Rio Grande do Sul:

... Este é um princípio que se justapõe ao já mencionado protótipo da formação da nacionalidade. O Rio Grande do Sul identifica-se com a sua dimensão rural, e o gaúcho, personagem-símbolo da região, é, por excelência, um homem do campo. Numa evocação telúrica, fundem-se a imensidão do campo com o caráter indômito do personagem típico. Monarca das coxilhas, centauro dos pampas, ele é algo que mistura o componente selvagem, de exacerbação permanente, com a altivez inata de quem habita imensidões sem fim. As coxilhas estendem-se na paisagem sem limites do pampa, da mesma forma que o seu habitante é um ser criado sem restrições (PESAVENTO, 1993, p. 388).

No instrumental da literatura advinda do IHGRS encontrava-se em curso, segundo Pesavento, uma dupla operação de escrita:

A suposta perenização do instante: as condições históricas passadas manter-se-iam como imutáveis, ideal-tipo interpenetrando-se numa realidade que se insiste em declarar sem mudanças. Esse é, sem dúvida, um processo de falseamento do real e de deslocamento de sentido, não só porque a sociedade jamais pode ser estática, mas porque o modelo nunca existiu em sua integridade (PESAVENTO, 1993, p. 391).

Ieda Gutfriend, em seu estudo referente à escrita da História no Estado, evidencia as origens e as demandas intelectuais do IHGRS. Em *Historiografia Rio-Grandense* (1998), a autora confirma que a criação de tal aparato institucional para produções intelectuais significava uma efervescência em torno do incipiente universo acadêmico sulino. (GUTFRIEND, 1998, p. 27). E como premissa básica do IHGRS estava a “interpenetração da história com a idéia de nacionalidade” (GUTFRIEND, 1998, p. 29).

Tal premissa corrobora com a argumentação tanto de Ruben Oliven (2006), como Pesavento (1993). Através da construção do Estado-Nação na década de 1930 um grupo politicamente conectado e orientado as estruturas de poder vigentes, assume o compromisso de inventar a história do Rio Grande do Sul conforme a necessidade política que o momento exigia.

Em suma, criou-se um Rio Grande do Sul a partir do IHGRS. Tal percepção de uma unicidade frente à maneira de “contar” a história do Rio Grande do Sul é sentida e confirmada em tese recente de Nedel (2005), quando elabora uma crítica ao monopólio historiográfico do IHGRS:

... o monopólio exercido pelo IHGRS sobre a pesquisa “acadêmica”, trouxe o controle da procedência das fontes históricas, proporcionando um refinamento das técnicas de recolhimento e crítica externa. A erudição documentária, submetida ao rigor do julgamento coletivo, passava a desfrutar de um status disciplinar que, desde aí, excluía a tradição oral do repertório de ‘fidedignidade’ dos vestígios materiais, sendo regrada por uma especialidade privativa dos sócios cadastrados no IHGRS, intelectuais políticos autorizados ao exercício de um saber que além de convir, convergia para o Estado (NEDEL, 2005, p. 65).

Letícia Nedel acredita que o fato do debate histórico estar nas mãos de uns poucos sujeitos, atrelados de maneira pungente ao Estado, foi contribuição fundamental para um discurso da História do Rio Grande do Sul vinculado a noções tão particulares de “região” e “identidade local”. Seriam eles os intelectuais forjadores de um “vocabulário específico capaz de coincidir os significados de ‘povo’ e ‘gaúcho’, em narrativas que ordenavam o passado e presente nos atavismos da ‘raça’, dos ‘costumes’, da paisagem e do gênio do herói civilizador” (NEDEL, 2005, p. 65)

Na historiografia realizada na cidade de Rio Grande, tal silêncio e invisibilidade dado ao litoral podem igualmente ser sentidos. Duas são as revistas que vinculam trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes ao longo desses 25 anos: a revista *Biblos*, vinculada ao Departamento de História e Biblioteconomia (DBH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi lançada em 1985 e se mantém em atividade com publicações semestrais; e a segunda fonte de publicações diz respeito à coleção *Pensar a História Sul-Rio-Grandense*,

à qual se vincula a especialização *Lato Sensu* “Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura”, possuindo 46 publicações entre livros e coletâneas de artigos lançados desde 2001.

No conjunto dessas duas revistas, encontramos apenas um artigo na *Biblos* que trata do balneário e sua influência européia - realizando entrevistas e mapeando alguns locais de sociabilidade, bem como, brevemente, apresentando o plano de fundação do local<sup>6</sup>. De mesma maneira, apenas em alguns trabalhos<sup>7</sup> encontramos referências à noção de modernidade e, mesmo assim, a criação de um balneário ou mesmo do litoral da cidade não obtém nenhum espaço.

Tornar visível o litoral do Estado a partir das suas práticas de banho é um exercício ainda recente, mas que já soma forças para que o silêncio comece a ser rompido historiograficamente. Por isso, é preciso encontrar esse horizonte azul que cerca a cidade de Rio Grande e recria um círculo primordial que reúne o homem ao mar (CORBIN, 1989).

## 1.2 A praia como um novo espetáculo social

O singular livro de Alain Corbin (1989), *O Território do Vazio*, traça uma linha que nos leva até o momento crucial de sua obra: a invenção da praia. Sua trajetória realiza o movimento que faz entender o litoral para além de mera borda dos oceanos, apresentando um longo processo no decorrer de, pelo menos, cinco séculos.

Das visões bíblicas, passando pelo momento das grandes navegações nos 1500, Corbin traceja os elementos do medo à aventura junto ao oceano. Em suas palavras:

O oceano constitui a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para tornar-se natureza criada, de que lhe fosse imposta uma forma. Esse reino do inacabado, vibrante e vago do prolongamento do caos, simboliza a desordem anterior a civilização (CORBIN, 1989, p.12)

Essa ligação bíblica com o caos, que ele chama de “visão cristã” do oceano, impõe ao universo marítimo a catástrofe como centro das cosmogonias cristãs. O oceano, que lavou o mundo nos tempos de Noé, seria como a prova viva do erro humano. Erro que, se repetido, encontraria nova resposta desse oceano intempestivo.

Com as grandes navegações do século XVI, o oceano, antes embotado de monstros agora se tornava o caminho das aventuras e descobertas. Porém, a ruptura com o caos advindo

<sup>6</sup> O Balneário Cassino: uma inspiração moderna (BARCELLOS, 2000).

<sup>7</sup> Fragmentos de uma cidade: a cidade de Rio Grande frente alguns aspectos da modernidade (OLINTO, 1996); Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX (BITTENCOURT, 1996) e A Higienização da cidade de Rio Grande no século XIX (DELLA CRUZ, 2001).

da água ganha sentido, de maneira sólida, com um impulso do século XVII de “retorno a natureza” (CORBIN, 1989, p. 32). Segundo ele: “O percurso das praias de mar integra-se a um conjunto de práticas da natureza que respondem ao plano de vida de uma elite desejosa do retorno às fontes” (CORBIN, 1989, p.32).

Encontrava-se em voga uma “teologia natural”, em que o homem deveria se tornar um leitor piedoso do livro de Deus, enaltecendo as observações empíricas, aproximando daquilo que Deus teria criado. Assim: “Para conceber devidamente a nova maneira de apreciar o mar e suas praias, tal como se apresenta na aurora do século XVIII, é necessário levar em conta essa leitura piedosa do espetáculo da natureza e da harmoniosa figura de terra pós-diluviana” (CORBIN, 1989, p.37).

O que está em jogo é a leitura distinta do mar através de uma mesma estrutura de pensamento, a cristã. Sob um mesmo pano de fundo, duas formas de estabelecer uma relação com o oceano se apresentam: o medo baseado no caos do dilúvio, e a harmonia com um espaço natural que implica em um retorno à natureza. Para que tal mudança ganhasse escopo, foi preciso um século de navegações e enfrentamento com o mar aberto, que agora se não deixava de apresentar riscos, ao menos acabava com o ciclo dos monstros do fim do mundo. (CORBIN, 1989).

Nesse trajeto acerca da representação do mar, o autor atravessa os séculos XVI e XVII, categorizando-os como período romântico baseado na melancolia, e encontrando a contrapartida disso no decorrer de um século XVIII, que incorporou a vivência junto ao mar como uma experiência capaz de proporcionar a “energia vital” (CORBIN, 1989, p. 74).

Situa em 1732 uma data crucial para a moda dos banhos de mar:

Assim, pouco após a metade do séc. XVIII, a moda do banho de mar nasce de um projeto terapêutico; os médicos prescrevem uma verdadeira cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termais, então muito em voga (CORBIN, 1989, p. 81).

A conexão entre o encontro com o mar através da recorrência dos banhos, deslocando-se até o litoral, e o projeto terapêutico é elemento fundamental para o desenvolvimento do ponto de vista de Corbin no século XVIII. Estabelece a sociedade inglesa desse século como referência primeira dos banhos de mar, implicando ao mesmo tempo em situar não só a sociedade aristocrática de corte – ociosa – à procura do litoral como forma de se vitalizar, mas também uma sociedade que foge da fuligem e o mundo cinza trazido à cidade inglesa com a Revolução Industrial.

Sobre essa classe ociosa que procura os banhos argumenta:

o modelo de banho terapêutico destina-se a membros da classe ociosa habituados ao serviços de uma criadagem. Esses indivíduos, geralmente frágeis, vem à natureza em busca de vigor, mas seu desejo de contato com o mar deve submeter-se ao hábito do luxo. Em vista disso, uma série de práticas foi codificada pelos médicos, que consideram cuidadosamente a sociologia das sensibilidades (CORBIN, 1989, p.92).

No decorrer do século XVIII, a popularização dos banhos de mar ganha proporções maiores com a inserção da França como representante das práticas balneares. Tal ampliação do cenário praiano leva Corbin a classificar a grafia de um novo prazer:

Uma arte de viver modela-se nas praias de mar, e veremos mais adiante em que isso resultou na sociabilidade. A codificação de hábitos coletivos, o desdobramento de estratégias de distanciamento e distinção que ordenam o espetáculo social, duplicam-se em profundidade com a elaboração de cuidados pessoais individuais relacionados a novos esquemas de apreciação, e que engendram modelos inéditos de comportamento (CORBIN, 1989, p.99)

No trajeto que Alain Corbin realiza sobre as diversas transformações da relação homem-mar, ainda somos apresentados aos contornos do que ele chama de uma “leitura romântica”, que colabora no sentido da vida balnear estar conectada a preceitos de ociosidade e contemplação (CORBIN, 1989, p. 177). E no encaminhamento que faz para o século XIX, a maneira de perceber o mar, de vivenciá-lo, se associa a uma forma de manifestação do “homem moderno”:

é o espectador, a partir de agora, que constitui a medida da beira-mar. O indivíduo não vem mais admirar aí os limites impostos por Deus ao poder do oceano; em busca de si mesmo, espera descobrir-se ou, talvez melhor, reencontrar-se. Assim, compreende-se o enriquecimento considerável da experiência das praias (CORBIN, 1989, p.177).

Será a partir dessa leitura de “homem moderno” que Corbin postula a sua complexificação do espaço de praia. Na terceira parte de seu livro, “A Complicação do espetáculo social”, já podemos perceber um movimento que atende a uma demanda de popularização do deslocamento até a praia. As formas de ver o universo marítimo ganham na representação da classe aristocrática um desenho ideal, porém, ao mesmo tempo, insere a vivência daqueles que não participam dessa forma de teatralização do mundo social.

Com isso em mente, pensamos que é nesse momento que se dá uma das mais importantes rupturas dentro do universo histórico da vilegiatura marítima: com a popularização dos banhos de mar, a partir dos deslocamentos das camadas ascendentes burguesas e trabalhadores urbanos até o litoral, cria-se uma relação sensível entre a praia representada e a praia vivida.

Continua sendo um local inserido numa dinâmica de sociedade da corte, de regramentos específicos de etiqueta que proporcionam o exercício da auto-representação

através de cada indivíduo, que tem na opinião social do outro a forma primeira de forjar o seu prestígio. Porém, a partir da segunda metade do século XIX, esse mesmo espaço do litoral passa a ser freqüentado por um conjunto de sujeitos que não eram oriundos dessa sociedade, mas se valem das representações dela para forjar as feições definitivas da vilegiatura marítima dos oitocentos.

Para nós, a referência que Alain Corbin faz da “invenção da praia” não está somente nessa descoberta do litoral enquanto um espaço de convivência, de sociabilidade da sociedade do XVIII e depois XIX, mas também a invenção de um tipo de praia. Dentro de uma grafia particular, de um repertório construído entre continuidades e rupturas, a praia inventada seria justamente essa dos oitocentos, que deixa de ser, paulatinamente, um círculo restrito à sociedade de corte, para ser inserida no cotidiano ordinário da burguesia ascendente, e posteriormente das camadas trabalhadoras.

Brighton é frequentada pela aristocracia inglesa, mas também pela *gentry*, escritores e artistas. Posteriormente, a proximidade de Londres favorece a vinda de novas categorias sociais. O verão, portanto, se vê entregue aos negociantes londrinos. Seguindo:

Numerosos habitantes dos grandes centros manufatureiros procuram escapar, no verão, ao calor da cidade. Os de Manchester, segundo Grenville, desejosos de limpar a pele dos resíduos industriais e de fugir da fumaça das fábricas, vão para Southport. A estação torna-se o ponto de encontro dos fabricantes e dos artesãos ricos, os quais podem permanecer aí no máximo uma ou duas semanas. A praia começa inclusive a atrair a massa trabalhadora; uma publicidade espalhafatosa propõe aos operários de Manchester, por uma quantia módica passar cinco horas em Southport. (CORBIN, 1989)

Não esquecemos que esse movimento traçado por Corbin diz respeito, efetivamente, a realidade inglesa e francesa. Diríamos que, predominantemente, a constituição inglesa, pois é nesse local que a emergência do universo industrial fez com que o deslocamento até o litoral fosse sentido como uma nova demanda criada dentro do seio urbano. Por isso, não descartamos o modelo francês, mas entendemos que ele está mais precisamente conectado a uma mímica representativa de manutenção do *status quo* da corte, do que, como no caso britânico, de uma demanda urbana forjada no século XIX.

Ganha força nesse período o termo “vilegiatura”, o qual possui uma historicidade própria e percorre todo o desenvolvimento da apropriação litorânea para os banhos de mar. Originalmente referente ao continente europeu, tal termo também merece ser repensado para o caso brasileiro naquilo que tange a historicização das práticas de banho.

Localizado por Marc Boyer (2008) no século XVI, o termo se refere às *villas*, que denominavam casas de ócio e recreação, surgindo à prática de vilegiar em residências de

temporadas, campestres ou à beira-mar. Importante contribuição foi elaborada por Anne Martin Fugier (1991) em seu artigo “Os ritos da vida privada burguesa”<sup>8</sup>.

Sua investigação acerca do termo vilegiatura aponta que: “Ainda na década de 1870, a palavra é considerada um neologismo. O *Larrouse Du XIX siècle*<sup>9</sup> define o termo como ‘permanência no campo para fins recreativos’” (FUGIER, 1991, p. 228). E, para tanto, a dinâmica da vida cotidiana incorpora a seguinte periodização: “O ano assim divide-se em dois: a estação mundana (o inverno e a primavera) e a vilegiatura (o verão e uma parte do outono)” (FUGIER, 1991, p. 228).



Imagem 1: The Ladies Promenade, 1868, Paris, Biblioteca Nacional – Pintura utilizada por Fugier para representar a vilegiatura a que se refere.

Reconhece Fugier que a vilegiatura até a primeira metade dos oitocentos é restrita a grupos aristocráticos, sujeitos que não possuem a obrigação de permanecerem no ambiente citadino – segundo Fugier uma “elite relativamente restrita”. Será no decorrer desse mesmo século que a burguesia passará, igualmente, a praticar esses deslocamentos, visando “imitar o modelo aristocrático” (FUGIER, 1991, p. 228).

A vilegiatura marítima começaria no ano de 1822, quando o Conde de Brancas, subprefeito de Dieppe, funda o primeiro estabelecimento de banhos de mar. Somente a partir

<sup>8</sup> Tal texto está inserido no quarto volume da coleção História da Vida Privada (1991), organizado por Michelle Perrot.

<sup>9</sup> Grifos da citação original.

de 1835 o nome de Biarritz começa a ganhar espaço enquanto outro ponto para vilegiatura (FUGIER, 1991, p. 231).

Na obra de Haroldo Leitão Camargo, *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazes burgueses, 1808-1850* (2007), um tópico intitulado “Vilegiatura” desdobra-se para evidenciar o uso desse termo no território brasileiro. Segundo ele, essa é uma palavra de fácil reconhecimento etimológico, da matriz latina *villa*, a qual no Brasil recebeu reapropriações no sentido de manifestar correlação com pequenas povoações ou até mesmo casas geminadas (CAMARGO, 2007, p. 181).

Todavia, o termo *villa*<sup>10</sup> com o mesmo sentido de casa de campo, que nomeia construção requintada circundada por jardins, fora ou nas proximidades da cidade, ou a vilegiatura, que é período originalmente passado na *villa*, ainda que também latino de origem (*vicus*), nos veio do italiano, e da mesma forma se deu para o inglês, o francês, etc., ou seja, para as línguas cultas do Ocidente europeu (CAMARGO, 2007, p. 181).

Nesse sentido, para Camargo, ao traçar a raiz etimológica da palavra vilegiatura é possível perceber um tipo de propriedade e, especialmente, o artefato arquitetônico e seu entorno imediato. - em nosso estudo, não podemos esquecer, estamos lidando com uma localidade chamada *Villa Sequeira*, palavra que já institui sentidos próprios no século XIX. Ainda, reconhece que “o gosto pela vilegiatura” tem início na Itália renascentista, em particular na região da Toscana, porém não deixa de dizer que as matrizes dessa prática, não passam de curiosidades, pois: “não explicam, nem permitem sistematizar os processos histórico-sociais do lazer e turismo contemporâneo, ainda que sejam sedutoras, não são historicamente convincentes” (CAMARGO, 2007, p. 184).

Segundo Eustógio Dantas, que estuda a vilegiatura no Nordeste brasileiro, e em muito se apropria da leitura de Boyer:

a vilegiatura é um termo que foi escolhido por trazer consigo a alegria de viver em um lugar escolhido para o seu agrado, para o ócio e lazer a partir de uma mudança de mentalidade, com a proposta da mobilidade por temporada (DANTAS, 2010, p.4).

A vilegiatura, portanto, atenta para uma relação direta entre o ambiente citadino e suas zonas de escape. Em nosso entendimento, a vilegiatura marítima pressupõe representações que ao invés de opor, coadunam a paisagem citadina e a litorânea, em um jogo espelhado de complementaridade na segunda metade do século XIX.

E se a busca do sujeito urbano pela vilegiatura marítima atende a uma demanda de afastamento da cidade, é preciso pensar que cidade é essa que impulsiona o vivenciar

---

<sup>10</sup> Grifos da citação original.

marítimo durante as temporadas quentes. E o já citado Alain Corbin apresenta indícios dessa busca pelo litoral em sua obra *Saberes e Odores* (1987), quando argumenta que, depois de um “rebaixamento da tolerância olfativa” no século XVIII, o oitocentos trouxe em seu bojo o alastramento da concepção de salubridade:

A partir de uma certa data – a meu ver, entre 1760-1840 aproximadamente – o higienista é promovido ao nível do herói, que desafia as mais tenazes das repugnâncias. Ele prepara a imensa ode a limpeza, catada por todo século XIX (CORBIN, 1987, p.84).

Não só a cidade enquanto um organismo vivo deveria se higienizar, mas os corpos também deveriam passar por esse mesmo processo de educação higiênica. Dentre as estratégias adotadas pelo sanitarismo iniciado no século XVIII estaria, justamente, a procura por amplos espaços de circulação de oxigênio, logo, o litoral como um desses espaços de prática do aerismo (CORBIN, 1987, p. 25).

A busca do litoral como uma forma de fuga da cidade ainda encontra outro elemento importante para a constituição da praia no ocidente moderno: a água. Seria preciso uma leitura renovada da relação do homem com a água, sabidamente a água gelada, para que a relação com o litoral avançasse enquanto um constructo do urbano. E quem realiza uma leitura apurada dessa relação é Georges Vigarello, na qual credita a água fria (não especificamente a água dos oceanos) o indício de uma ampla alteração de valores e transformação dos padrões sociais. A água fria passa a ser entendida como sinônimo de robustez, ao mesmo tempo em que circunscreve a decadência de um meio definido – o ocioso aristocrático.

O efeito dessa imersão na água gelada, nas palavras de Viagrello:

Contraíndo o corpo em suas regiões profundas (ou supondo-se que o faça) o frio faz nascer imagens de circulação de humores, de evacuação de vísceras, de redução de tumores também. Ele age sobre os ‘sólidos’ e sobre os fluxos. Com ele, os volumes se retraem, comprimidos pela pressão. Os órgãos se crispam e se ativam (VIGARELLO, 1996, p.129).

Para sua hipótese, apresenta logo a seguir:

Essa idealização do vigor não deixa de ter função social: o cidadão antigo contra a vítima presente do despotismo, os costumes ‘simples’ contra a ‘corrupção’, a regeneração contra a ‘decadência’ (...) A frugalidade contra o luxo, a energia contra o definhamento são padrões codificados. Enfraquecimento, delicadeza, afeminização refletem o artifício aristocrático. Seu sentido é evidentemente social. É esse sentido que se torna o banho rigorosamente oposto ao banho tomado nos palacetes da nobreza. (...) Privilegio inútil e perigoso, o banho quente é recusado como um comportamento da classe decadente (VIGARELLO, 1996, p.134)

Seria através de uma classe burguesa ascendente que se daria o confronto direto com os modelos aristocráticos. Estratégias de diferenciação são criadas e, nesse bojo, as energias e

dinamismos seriam reinventados através da reapropriação de uma prática eminentemente burguesa de banhos. Através de uma suposta superioridade do frio, seriam expostas as fraquezas e frugalidades da camada aristocrática da corte e, como mesmo pontua Vigarello, criam-se, assim, distâncias culturais e sociais junto à representação do uso dos banhos (VIGARELLO, 1996, p. 135).

Vigarello, acima de tudo, considera que o mais importante nesse movimento é a transformação dos padrões sociais; imaginar robustez onde ela não existia, e reter a decadência a um grupo específico. Com isso, em sua leitura, o impacto está mesmo na ordem do imaginário, ou como ele mesmo diz: “levar a imaginar poderes visíveis” (VIGARELLO, 1996, p. 135).

Em torno desse discurso forjado pela burguesia ascendente, a terapia dos banhos ganhava forma científica, como também fazia com que o deslocamento até o litoral fosse, a partir do século XIX, uma necessidade a todos aqueles que buscavam a reafirmação de seus valores. Gabriel Désert confirma esse ideário de banhos que esconde em seu discurso uma gama de outros elementos ao pensar a costa francesa:

sem negar o lugar importante do banho terapêutico no nascimento das estações costeiras (metade dos banhistas que permanecem em Granville são doentes) não se deve subestimar a influencia de outros fatores. E, em primeiro lugar, do *snobismo* do mundo elegante de Paris e da boa sociedade aristocrática e burguesa. O sucesso das praias se deve muito a presença de personagens ilustres.” (DESÉRT, 1985, p.336)

Somado a manutenção do *status quo*, o autor credita também a efetivação e sucesso dos balneários ao engajamento de empresários que percebem nesse espaço um “bom negócio”. (DESERT, 1986, p. 338). Sem descartar o papel do transporte, a criação de linhas férreas até essas localidades seria, também, uma dessas condições primeiras para o empreendimento balnear.

Cabe ressaltar que, essa relação entre o discurso terapêutico e as questões ligadas ao lazer desvinculado de receituários médicos, provoca discussões que perpassam todas as pesquisas daqueles que lidam com o litoral no Rio Grande do Sul. Joana Carolina Schossler, em um texto intitulado *Ir as curas: discurso terapêutico versus práticas de lazer* (2010B), se debruça especificamente sobre esse tema, alcançando um resultado que não deixa escapar a preferência por uma abordagem ligada as questões medicinais para o efetivo uso das praias no Rio Grande do Sul.

Mesmo que postule uma oposição entre ambas às práticas, Schossler coaduna as duas no decorrer do texto, apresentando uma embasada exposição sobre as benesses curativas e recomendações de manuais médicos, das quais os lazeres e prazeres à beira-mar surgem,

efetivamente, como uma espécie de incremento ao litoral. Ainda que um texto incipiente, acreditamos que as interpretações da autora se relacionam de sobremaneira com o Litoral Norte do Estado, o qual possui especificidades – étnicas, geográficas e de formação histórica – as quais não alcançam total referência na outra ponta litorânea do Estado.

Captar esse jogo de espelhos entre cidade e litoral faz com que encontremos as manifestações primeiras da criação da Villa Sequeira. Na tentativa de traçar esse paralelo interpretativo, acreditamos operar uma leitura abrangente da criação do primeiro balneário marítimo do Rio Grande do Sul. Isso por que o balneário não nasce de uma iniciativa dissonante, ou apartada das modificações urbanas, mas sim como mais um desses produtos inventados através de uma leitura de modernidade que alcançou a cidade de Rio Grande de maneira significativa.

Assim como o caminho argumentativo de Corbin, não pensamos esse desenvolvimento urbano de Rio Grande como um ato que deve ser encarado dentro de um esquema contínuo que leva a um fim já conhecido por nós. Por isso, salientamos o entendimento que Foucault faz desse jogo entre continuidade e ruptura para a análise histórica em *A Arqueologia do Saber* (1985); não pensamos esse processo como uma continuidade em que simplesmente retrocedemos no tempo e encontramos um início sob o fundo da permanência, o que Foucault classifica como um exercício de encontrar possíveis elementos “já atuantes em cada começo, um princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura” (FOUCAULT, 1985, p.24).

Ao contrário disso, observamos que todo o movimento que imprimimos aqui está inserido em um ritmo que obedece a descontinuidades, rupturas que transparecem, também, incorporadas ao longo de nosso esquema interpretativo. Assim, buscamos encontrar esse litoral que foi gestado a partir de uma configuração urbana riograndina cujas mutações e apropriações fornecem inteligibilidade para a criação dos banhistas sulinos.

### **1.3 Rio Grande *fin-de-siècle***

Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p. 14-15).

Assim como a Zaíra de Ítalo Calvino, Rio Grande contém o seu passado dentro de si, existindo cidades dentro da cidade, sensibilidades à margem de cada bifurcação, memórias em

vielas estreitas, temporalidades subterrâneas no atracadouro de pedras desniveladas, e sujeitos que passeiam no passo sideral da alameda litorânea que conduz ao mar. No bojo da modernidade, das transformações que direcionam para um novo desenho do cotidiano urbano, esses elementos dão a ver formas de se posicionar e dar sentido ao “ser moderno” em plagas meridionais.

A elaboração de um novo par antigo/moderno no século XIX no âmbito das cidades é tema desenvolvido por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar* (2007). Suas pesquisas colaboram para traçar pontes de entendimento entre o contexto brasileiro e a cidade de Rio Grande dentro de uma proposta que leva em consideração a experiência moderna, propondo:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder alegria crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 2007, p. 24).

Nesse mesmo sentido, Berman credita a mudanças científicas, tecnológicas, industrialização, proeminência das cidades, essa condição que alterou os ritmos da vida, gerando novos paradigmas ao sujeito que habita essa temporalidade. Dentro do seu foco de trabalho, o autor se preocupa em evidenciar as contradições que existem no interior dessa modernidade urbana oitocentista - as clivagens entre a experiência vital do ser “moderno” e as possíveis marginalizações que se projetam quando do delimitamento de novos traçados citadinos.

Um de seus exemplos mais pertinentes lev em consideração a “cidade irreal” criada em São Petesburgo, uma cidade que em nada dialogava com aquela praticada pelos sujeitos, a “cidade vivida”. Ao resultado dessa intervenção, o autor dá o nome de “capas de civilização”, em que a exterioridade das reformas alijava os sujeitos através de marginalizações espaciais, tornando-os praticantes anacrônicos desse novo cenário urbano – um retrato bem acabado do que Marshall Berman considera como “modernismo do subdesenvolvimento”, percebendo em São Petesburgo o exemplo mais dramático de uma modernização draconiana concebida e imposta (BERMAN, 2007, p. 207).

Ao deixar São Petesburgo de lado, estamos diante de uma sociedade escravista e basicamente rural almejando uma modernidade aos moldes europeus – não reorientando um passado, mas sim procurando formas de apagá-lo. Nesses traços do Brasil oitocentista, a leitura das “capas de civilização” logo vem à tona, visto que as transformações urbanas sentidas a partir de 1850 serão pungentes e seguirão até as primeiras décadas do século seguinte.

E esse tipo de interpretação, baseado no anacronismo da modernidade no Brasil, ganhou contornos, por exemplo, na obra *Belle Époque Tropical* (1993) de Jeffrey Needell, na qual aborda as contradições da Corte Imperial brasileira quando dos projetos de transformações urbanas iniciados nas últimas décadas dos oitocentos. O autor, que pautou seus estudos no Rio de Janeiro, entende que “civilização moderna” era a França e a Inglaterra para os residentes da capital imperial (NEEDELL, 1993, p. 49), mas que na ânsia de abraçar tais conceitos as tensões e contradições brotavam de uma “letargia tropical” (NEEDELL, 1993, p. 70).

O termo “tropical” ganha relevos ilustrativos no decorrer de seu texto, pois se mostra como uma imagem (caricata) das tensões criadas do/no Brasil *fin-de-siècle* como gerador de uma identidade cidadina que contempla, ao mesmo tempo, o antigo e o moderno, o novo e o velho. Ao contrário de se repelirem, essas forças contraditórias se coadunaram e forjaram, segundo Needell, as anomalias de um projeto civilizacional importado do velho continente, criando, então, as “capas de civilização”, ou como por muito tempo foi termo corrente: as “idéias fora do lugar”.

Reconhecemos no trabalho de Needell importante contribuição para a inteligibilidade do espaço urbano brasileiro, porém, pensamos aqui em termos um tanto distintos daquele que percebe “um corpo brasileiro com máscara francesa” ou a “fantasia da civilização” (NEEDELL, 1993, p. 66) nos fins do século XIX. Em nosso entendimento “as idéias estão sempre no lugar”, cabendo ao historiador realizar aquele deslizamento entre o real e a sua representação, atuando naquilo que Sandra Pesavento chama de *twilight zone* (2008), em que é preciso reconstituir o sistema de representações que os homens operam para dar sentido ao mundo em que vivem e atribuem significados.

No livro *O Imaginário da Cidade*, Sandra Pesavento não nega o caráter “fetichista do processo”, mas argumenta:

As representações, porque produzidas social e historicamente, não são anacrônicas, deslocadas ou necessariamente falsas, pois traduzem formas de sentir, pensar e ver a realidade. Não seria demais lembrar que o imaginário pode assumir um caráter mais ‘real’ e ‘verdadeiro’ do que as condições concretas de existência. As idéias, no caso, estão ‘sempre no lugar’, e essa afirmação só pode ser entendida à luz do simbólico, que possibilita o deslizamento de sentido ou o descompasso entre o real e sua representação (PESAVENTO, 1999, p. 162).

A fina leitura da História Cultural se apresenta na postura da autora ao reorientar o entendimento de uma adaptação anacrônica para uma apropriação de práticas e sentidos que geram representações próprias, não necessariamente cópias mal elaboradas, mas sim discursos singulares que agenciam outra experiência tão “verdadeira” ou “real” quanto qualquer outra.

Em nossa análise, nos filiamos a essa postura da autora sulina, pois entendemos que mais que detectar contradições, nosso foco é compreender esse período dos oitocentos à luz das práticas e representações que engendram sensibilidades.

Nicolau Sevcenko, ao estudar as transformações urbanas paulistas, nos indica uma apropriação sensível dos indivíduos acerca do que vem a ser “moderno”, ou o que ele propõe quando das últimas décadas do século XIX:

A palavra moderno, de recente fluência da linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como talismãs são objetos-fetiches, assim também a palavra ‘moderno’ se torna algo como uma palavra fetiche que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito além e para acima do cotidiano de homens e mulheres comuns (SEVCENKO, 1992, p. 227).

Como propõe o autor, moderno se torna a “palavra potência”, que se incorpora a vivência dos sujeitos enquanto uma força mobilizadora e registro de um “reencantamento” que aponta para algum ponto no futuro. A modernidade que se internacionaliza nesse período, reverbera de distintas formas ao redor do globo, e nessas terras que ficam do outro lado do Atlântico ganha seus contornos próprios, fazendo com que os sujeitos, através camadas sucessivas e cumulativas ligadas ao vocábulo moderno, organizem seu mundo social de acordo com um reposicionamento do par antigo/moderno.

Possuindo esse entendimento, e como direcionamos nosso olhar para o tema das cidades no século XIX no Brasil, retornamos a Rio Grande. Única entrada marítima da Província de São Pedro, a cidade se constituiu se configura enquanto península espremida em meio às águas: de um lado a Lagoa dos Patos, de outro o Saco da Mangueira, e o Atlântico em sua costa.

Sua fundação em 1737 estava intrinsecamente ligada ao projeto lusitano de expansão de domínios até a região platina. Sua função militar, através da construção do Forte Jesus Maria José, ganhava vulto por sua proximidade com a Colônia de Sacramento que, além da condição militarizada, fazia da cidade uma rota obrigatória entre centro do país e Prata.

Ao longo do século XVIII a vila de Rio Grande obteve considerável crescimento demográfico<sup>11</sup>. Conforme nos aponta Bittencourt em sua caracterização inicial da cidade:

Durante quase todo o século XVIII, a economia rio-grandina esteve ligada a pecuária, limitada a criação de mulas e cavalos, indispensáveis no intercâmbio e no comércio (...) Entretanto, a perda da Colônia de Sacramento aos espanhóis (Tratado de Santo Ildelfonso, 1777) e o início do ciclo do charque na região no começo da década de oitenta, cuja produção viria a escoar por Rio Grande, intensificaram a

---

<sup>11</sup> Importante salientar também que no ano 1747 Rio Grande passa a categoria de Vila, e, em 1835, a então Vila de Rio Grande passa a categoria de cidade através de Lei Provincial (QUEIROZ, 1987, p. 81).

atividade portuária proporcionando-lhe uma nova configuração econômica (BITTENCOURT, 2007, p. 32)

É nesse movimento, de desenvolvimento da produção do charque, e implantação da Alfândega em 1804, que modificações entram em curso. Para Raphael Copstein, se “organizou uma hinterlândia que lhe permitiu subsistir quando os fatores iniciais de sustentação deixaram de atuar” (COPSTEIN, 1982, p. 46).

Com isso, Rio Grande assume aquela que seria sua faceta mais marcante durante os oitocentos: a proeminência da urbanidade, sentida nas mais diversas esferas do social. E tal característica seria incrementada por uma política joanina vigente nesse período, na qual o intento seria transformar o Brasil em um receptáculo dos produtos europeus – em especial da Inglaterra. Tem início assim a importação de louças e porcelanas, cristais e vidros, móveis utensílios de ferro, artigos de luxo e de tocador e, fundamentalmente, hábitos culturais que ao longo do século XIX se consolidaram em território brasileiro (BITTENCOURT, 2007).

Ainda na primeira metade do século XIX, melhoramentos do perímetro urbano da cidade ganham escopo com a dragagem do porto, concluída em 1823. Rodrigo Torres, baseado nos relatos de Arsene Isabelle, evidencia que tal dragagem foi financiada por uma sociedade de acionistas dirigida pela casa Carrol Forbes & Cia, financiamento esse que consistiu na vinda de máquinas a vapor para dragagem do canal em frente ao porto, e assim tornando possível o acesso de navios com 200 toneladas ou mais (TORRES, 2010, p. 43).

Com esses melhoramentos a constituição urbana é reforçada, a entrada marítima em boas condições permite que as transações comerciais se intensifiquem e a cidade ganhe novos contornos. A noção de “vocação urbana” elaborada pelo geógrafo Raphael Copstein (1975) se faz sentir não são pelo sucesso do porto, mas também pelo insucesso de todas as tentativas de coloniza o rural efetuadas por parte da municipalidade. Nas palavras do geógrafo:

O insucesso da coloniza o rural pode ser atribuído ao despreparo técnico do poder local e sua desvincula o com a lavoura. O êxito dos empreendimentos das ‘col nias urbanas’   resultante da situa o geográfica da cidade do Rio Grande (COPSTEIN, 1975, p. 3).

O ponto de partida de Raphael Copstein gerou outros trabalhos, todos ligados ao campo da geografia, sendo poucas linhas redigidas pelos historiadores que lidavam com temas relativos   cidade de Rio Grande. Exemplo de aprimoramento desses dados   a obra de Solismar Fraga Martins (2006), que organiza quadros e tabelas levando em considera o a presença estrangeira na cidade – mapeando o conjunto de empreendimentos urbanos que foram gerados pela iniciativa de grupos internacionais.

A partir do conjunto de nacionalidades que circulavam por Rio Grande, o autor evidencia uma “formação cosmopolita”, na qual:

Rio Grande acabou incorporando um cosmopolitismo característicos de cidades portuárias, mas improvável, tratando-se de uma cidade no extremo sul do Brasil e os interesses mercantilistas que moviam a colonização portuguesa no país (MARTINS, 2006, p. 73).

Para Martins, “a maioria dos imigrantes que ficariam no Rio Grande estariam vinculados diretamente às atividades urbanas, principalmente ao comércio e aos serviços” (FRAGA, 2006, p. 81). Em um censo realizado pela intendência municipal em 1888 apresentou-se uma população total de 20.227 habitantes, sendo que 14.345 residiam na cidade. Os estrangeiros somavam 21,7% dessa cifra, distribuindo-se nas seguintes nacionalidades:

<b>Nacionalidade</b>	<b>Total</b>
Portugueses	1.373
Italianos	312
Alemães	276
Franceses e Ingleses	191
Outros	961
<b>TOTAL</b>	<b>961</b>

**Tabela 1:** Censo de 1888 (FRAGA, 2006, p. 80)

A partir desse quadro, o autor argumenta:

Dos imigrantes que passavam pela cidade, muitos acabaram fixando residência. Isso proporcionou a existência de um número expressivo de estrangeiros residentes nas cidades no final do século XIX. Historicamente o burguês imigrante teve um papel decisivo no desenvolvimento comercial e posteriormente industrial no Estado, em parte justificado por ter trazido experiência profissional na gestão de alguma empresa (FRAGA, 2006, p. 79).

A presença estrangeira em Rio Grande também foi alvo de um trabalho intitulado *Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande(RS)* (2009), de Beatriz Thiesen. Nesse texto ela realiza um exercício de verificar a presença e o alcance estrangeiro na cidade a partir da cultura material oitocentista, e em tal intento apresenta um quadro inédito de análise acerca da constituição histórica da cidade de Rio Grande.

Ao se valer de um conjunto de documentos iconográficos (aquarelas, mapas, fotografias, gravuras), a autora propõe a reavaliação de um discurso presente não só na historiografia consagrada à Rio Grande, como também consolidada enquanto *slogan* do discurso do poder público local: a colonização açoriana e a sua vocação marítima. .

Em sua refinada análise, com o início dos melhoramentos referentes às dragagens do porto, as transformações não serão somente de ordem econômica, mas também serão obras fundamentais para a alteração da própria maneira da cidade ser representada. A predominância da colonização açoriana não é negada pela autora, mas sim reposicionada quando propõe, a partir das fontes iconográficas oitocentistas, o que chama de “hierarquização da paisagem” (THIESEN, 2009).

Até o início das obras no porto o conjunto de reproduções imagéticas da cidade está pautado por uma característica marcante, a interiorização do território, “tudo voltado para terra” (THIESEN, 2009, p. 146), e a Lagoa dos Patos, ou mesmo o porto, são coadjuvantes junto às representações da paisagem. Assim, Thiesen evidencia que essa representação da cidade está expondo uma “hierarquia da paisagem”, em que os espaços destacados são aqueles praticados essencialmente pela população local, a qual está de costas para a água<sup>12</sup>.

Tal hierarquização da paisagem sofrerá reapropriações uma década e meia após a abertura dos portos em 1824. A partir de uma aquarela de Jean Baptiste Debret<sup>13</sup> a representação iconográfica da cidade de Rio Grande se transforma, o ponto de vista das imagens passa a ser da perspectiva do porto, assim:

em primeiro plano estão os barcos em logo a seguir, o porto. A catedral permanece em situação de destaque, no centro da representação, logo após a praia, de costas, como foi construída. Depois vêm-se as casas e, finalmente, as dunas de areia. A hierarquia inverte-se (THIESEN, 2009, p. 147).

E tal mudança é sentida não só na pintura, mas também na representação cartográfica que, em relação ao mapa de 1750, sofrerá alterações. A nova planta, de 1829, já apresenta a zona portuária em primeiro plano, fato que é reiterado seis anos depois com outra planta, quando o “eixo central” passa a ser a alfândega (THIESEN, 2009, p. 149). Vale lembrar as palavras de Stephen Bann ao abordar o tema da cartografia para o historiador, no qual entende que o mapa pode ser considerado uma seqüência de jornadas que está diagramaticamente registrada, sendo, acima de tudo, um artefato cultural (BANN, 1994, p. 240).

A representação da paisagem de Rio Grande estava em movimento, forças operavam no sentido de estabelecer relação entre a cidade praticada e a cidade representada. Se os

---

<sup>12</sup> Vide o anexo nº 3

<sup>13</sup> Vide anexo nº 4

autores anteriores ressaltavam a presença de grupos não lusitanos somente com o início das atividades de parques industriais na segunda metade dos oitocentos, Beatriz Thiesen propõe a ação desses grupos já nas primeiras décadas do século XIX.

Primeiro evidencia o giro de 180° operada nas representações iconográficas, logo em seguida efetua uma busca que consiste, basicamente, em desvelar a partir da cultura material (arquitetônica) esses grupos, procurando saber “onde” e “de que forma” alemães, ingleses, franceses, principalmente, se faziam representar a si próprios no perímetro urbano.

Depois de um conjunto de levantamentos de fontes primárias, a autora encontrou esses estrangeiros na área central da cidade, no núcleo comercial, moradores de casas e sobrados pautados por uma típica arquitetura portuguesa chamada “colonial português”. A questão que se impunha era, justamente, a invisibilidade desses grupos no que tange à cultura material, o que leva a interpretação de Thiesen na qual o primeiro movimento do grupo de estrangeiros instalados em Rio Grande foi de inserção na cultural local, não interferindo diretamente na paisagem urbana.

Em sua interpretação, será somente quando do início das atividades industriais que esses grupos realizarão o movimento contrário, que consiste em marcar diferenças e, assim, intervir diretamente na constituição de uma paisagem urbana. Ao longo desse movimento no século XIX, a autora não deixa de evidenciar que o elemento que circunda todo esse processo é a modernidade, já sentida a partir dos anos 1820 e que toma visibilidade quando forças econômicas estrangeiras se sobressaem no último quartel dos oitocentos.

Por fim, naquilo que tange o texto de Beatriz Thiesen, ele contribui de sobremaneira para o arrefecimento de um discurso que propõe a naturalização de uma vocação marítima em Rio Grande, o mesmo que se vincula tão somente a predominância da ascendência portuguesa. Nesse sentido, fazendo uso do conceito de paisagem como chave de entrada no universo das representações que dão a ver relações de poder, a autora afirma:

A paisagem não apenas se modificou ao longo do tempo, como também se constituiu em diversas paisagens justapostas, construídas pelo olhar, pelos sonhos que as povoaram, vale dizer, pelos valores culturais e históricos. A paisagem é também um objeto social, que se compõe de uma rede de significações, que nos cabe interpretar (THIESEN, 2009, p. 154).

Essa postura adotada pela autora é de muita importância em nosso trabalho quando entendemos que, igualmente, a relação estabelecida com a costa para os banhos, atende não a uma condição natural da cidade de Rio Grande, mas sim a um conjunto de elementos historicamente verificáveis. As representações da modernidade que estão em perspectiva projetam sensibilidades, a cidade que antes possuía sua característica marítima relegada a

segundo plano, incorporava a condição peninsular na constituição de seu imaginário, o que consiste em estender o olhar humano, portanto sensível, para outras fronteiras, para outros horizontes que passam a compor essa cidade.

Das marcas estrangeiras que se dá a ver na cidade, o ano de 1873 é marcante quando atentamos que foi nele a inauguração da primeira indústria do Rio Grande do Sul, a Companhia União Fabril Rheingantz – idealizada por Carlos Guilherme Rheingantz. Com a atividade produtiva centrada na produção de tecidos de lã, derivados de tecidos de algodão e tapetes, a empresa visava, assim, ao mercado externo e também ao centro do país.

Instalada em um terreno cedido pela municipalidade de 143.000m<sup>2</sup>, e com área coberta de 43.000<sup>2</sup>, a empresa logo se tornou um ícone fabril de referência para o município, visto que empregava uma parcela significativa da população ativa que residia na cidade do Rio Grande nas primeiras décadas do século XX. (FRAGA, 2006, p.106-107).

Raphael Copstein apresenta o seguinte quadro:

Em 1887, trabalhavam na fiação e tecelagem de lã 300 operários, 180 brasileiros, 45 portugueses, 30 italianos, 18 alemães, 8 norte americanos e 8 de diversas procedências. A indústria de algodão ocupava 100 operários, assim distribuídos: 60 brasileiros, 15 portugueses, 10 italianos, 6 alemães, 5 espanhóis e 4 de outras procedências. Em 1910 o número de empregados de ambas as manufaturas atingiu 1.200 trabalhadores. (COPSTEIN, 1975, p. 25)

A importância do parque industrial instalado na cidade está conectado a um movimento de maior amplitude, o qual ultrapassa as barreiras locais e recebe destaque em bibliografias como as de Paul Singer ao mapear a economia brasileira na segunda metade do século XIX. Para esse autor, a Rheingantz era um marco da industrialização no Rio Grande do Sul, que “não visava apenas o mercado regional, mas sobretudo o mercado nacional. Em 1895, por exemplo, dois terços da produção da União Fabril eram exportados para o Rio de Janeiro” (SINGER, 1977, p. 172).

Além dessa fábrica outras aportaram na cidade. Dentre elas é importante destacar, no ano de 1876, a instalação da Fábrica Aliança, que produz charutos e cigarros e, no mesmo ano, a empresa do setor de alimentos Cunha Amaral e Cia. Em 1889 a indústria de alimentos Leal Santos S.A, Charutos Pock em 1891, de proprietários também alemães, assim como Rheingantz. (MARTINS, 2006).

O cenário é de uma cidade estava em vias de transformação:

Nos últimos lustros dos oitocentos, Rio Grande possuía cerca de 4.119 edifícios e uma população de 29.492 habitantes. Este século significou para a cidade um período de grandes mudanças em sua organização espacial original gerando significativas melhorias urbanas e a instalação de vários serviços públicos (BITTENCOURT, 2007, p. 42).

E sobre a configuração das modificações urbanas deste período, Pesavento aponta que a urbanidade traz para o espaço citadino algumas questões a serem resolvidas, e dentre elas a do saneamento urbano, habitação popular, a racional utilização dos recursos naturais e também o lazer (PESAVENTO, 1995). Rio Grande não se vê indiferente a esses itens, e precisa da mesma forma reorganizar seu funcionamento de cidade industrial.

Nesse momento o termo “melhoramentos” surgia no cenário urbano brasileiro, visto que essa denominação poderia não possuir a grandiosidade das “Grandes Reformas” de um Haussman, mas apontava em uma direção semelhante. Conforme nos diz Rafael Segá:

Ao contrário da denominação grandiloquente das reformas parisienses durante o Segundo Império, sob o comando do Barão de Haussman, as ‘Grandes Obras’, no restante das cidades européias, e, principalmente, na Inglaterra, as iniciativas da modernização dos quadros urbanos receberam a modesta, porém mais dissimulada, designação de ‘melhoramentos’ (SEGA, 2000, p. 219).

Acredita o autor, ser essa uma denominação “cínica”, pois esconde em si mudanças que podem ir da simples pavimentação de uma rua, até toda uma reestruturação do quadro citadino. Assim, esse conjunto de propostas que são elaboradas em diferentes localidades, tendo em vista distintas reformas urbanas, possuem um objetivo: a inserção do mundo urbano naquilo conhecido como *Belle époque*. Nas palavras do próprio Segá:

A *Belle époque* estabelecia padrões e hábitos ‘modernos’ ou ‘civilizados’, os guias de etiqueta, em geral traduzidos literalmente de seus análogos europeus, orientavam a moda e os costumes das pessoas, a maneira de vestir-se, de postar-se à mesa; ternos, gravatas, chapéus, vestidos longos, sombrinhas, já faziam parte da indumentária dos cidadãos; champagne, caviar e patê de *foie gras* já podiam figurar na mesa de alguns abastados (SEGA, 2000, p. 219).

A autora Maria Stella Bresciani (2001) não só apresenta esse mesmo ponto de vista, como também amplia o debate a partir da análise da palavra “melhoramentos” no contexto paulistano da década de 1850 até 1950, realizando o que chama de “genealogia da palavra”. Questionando se essa seria uma palavra “guarda-chuva” ou um termo associado a um “lugar comum”, ela diz:

Minha hipótese é que a palavra melhoramentos, além de ser um lugar-comum, permitindo a troca de opiniões sobre coisas diferentes sempre relacionadas com a idéia de um acréscimo positivo àquilo que se refere, também atua como metáfora, ou seja, algo que articula um sentido a uma representação, ou uma realização mental sob a forma de imagem (BRESCIANI, 2001, p. 344)

Basta um rápido olhar aos Relatórios da Intendência (1877-1903) do município de Rio Grande para encontrarmos em todos eles a palavra “melhoramentos”, sempre associada ao universo urbano. São iniciativas da Intendência em criar novos tracejados urbanos, *boulevards*

para o passeio público, iluminação empedramento e as demandas que serão mobilizadas para a implantação de um sistema carril.

E se o desejo é se inserir na Belle Époque, o livro *Da Rua ao Teatro: os prazeres de uma cidade* (2007) de Ézio Bittencourt, figura como material que merece observações ao evidenciar os espaços de sociabilidade da cidade, o lugar *onde as coisas acontecem*, onde indivíduos trocam informações, se apropriam das novidades, enfim, socializam-se no espaço urbano.

O conceito de sociabilidade é chave para Ezio Bittencourt, o qual entende da seguinte forma:

uma parte integrante da vida pública, sendo uma prática social relacionada muito mais ao prazer do contato com o outro, ao gozo do estar junto do que com a resolução de problemas da vida, menos próxima do trabalho do que do lazer, definindo-se pela interação “entre iguais” e onde a diferença não pode interferir nesta aproximação (SIMMEL apud BITTENCOURT, 2007, p. 89).

A essa cidade que se transforma nos últimos lustros dos oitocentos, o autor propõe uma nomenclatura para compreender o que se sucede: o *afrancesamento* do lugar.

... urbanizaram-se os estilos de vida, outrora rústicamente patriarcais. As influências européias intensificaram-se sobre os trajes, generalizando uma moda mais requintadamente burguesa. Roupas, chapéus, calçados e pequenos acessórios passaram a ser importados por um crescente número de europeizados. (BITTENCOURT, 2007, p. 164).

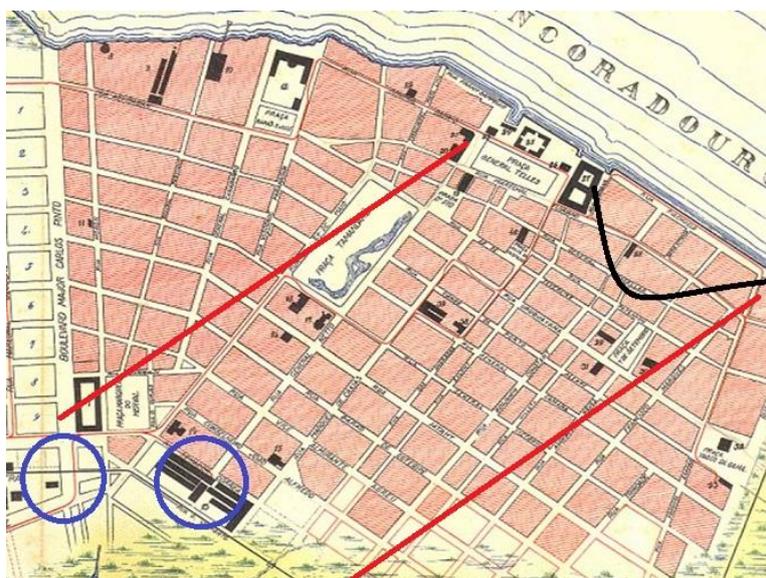
Bittencourt associa o alargamento do universo social e cultural rio-grandino aos teatros, festas, bailes, saraus, quermesses, que se tornariam tão frequentes a partir da segunda metade do século XIX. Destacam-se alguns teatros inaugurados na cidade: 1832 Teatro Sete de Setembro, Politeama, em 1881; em 1893, a inauguração do espaço teatral da Sociedade União Operária, que possuía o caráter de ter manifestações artísticas relacionadas aos trabalhadores das indústrias.

O autor ainda salienta que esses espaços teatrais serviam de locais para outras atividades, que não somente apresentações de companhias teatrais, pois eram também como ponto de encontro para outras formas de interação social em Rio Grande:

Se desde o século XIX Rio Grande convivia com uma notável movimentação artístico-cultural registrada nos palcos e teatros existentes na cidade, a utilização desses ambientes não se limitava a orgânica função de albergar os mais variados espetáculos cênicos. Nesse sentido, muitos são os registros: bailes de máscaras, bailes camavalescos; reuniões de partidos políticos; conferências sobre temas variados; sessões fúnebres a personalidades (BITTENCOURT, 2007, p. 189-190).

Em suma, sobre a variada programação cultural que a sociedade possui desde meados do século XIX, o autor diz:

Se os cafés, bares, confeitarias se constituíam em locais privilegiados de troca de idéias e atualização de discursos, as bibliotecas, livrarias, cinemas e (cine-) teatros, por meio de seus produtos, desempenhavam papel fundamental na constituição da ‘cultura pública’, atuando como centros irradiadores de informações que viabilizavam esse processo. (BITTENCOURT, 2007, p. 121-122)



**Mapa 1:** Zona de empedramento de Rio Grande (FERREIRA, 2010), 1904  
Bibliotheca Rio-Grandense

Entre os dois tracejados vermelhos está o perímetro empedrado<sup>14</sup> da cidade ao longo das duas últimas décadas dos 1800, e que correspondem a zona de sociabilidade da cidade, onde estão instalados os comércios citados por Bittencourt. O tracejado preto corresponde à zona portuária e os círculos azuis à área industrial.

O uso do termo “afrancesamento” que o autor utiliza é quase um sinônimo para a expressão “Belle Epoque”, pois nele estão todos os elementos que constituem essa nomenclatura que ganha relevo nas obras já citadas de Jeffrey Needell e Sandra Jatahy Pesavento. No caso do autor riograndino, ao mapear os espaços de sociabilidade, ele imputa esse “nome-imagem” ao mesmo tempo em que não o percebe inserido em contradições ou “idéias fora do lugar”, mas apenas como um termo que homogeneiza um processo e dá sentido ao que se vê, já que *afrancesar-se* é como estar inserido no circuito da modernidade.

A cidade experimenta nas últimas décadas do século XIX uma profusão de elementos que a tornam fremente, acelerada pela modernidade que traz consigo o signo da mudança.

<sup>14</sup> Vide Artérias de Pedra: a modernidade na cidade de Rio Grande (1877-1903) (FERREIRA, 2010)

Com isso em mente, a expansão até o litoral está para nós como mais uma dessas experiências da vida moderna que podem ser sentidas no decorrer das transformações urbanas, forjando-se, assim, uma relação cidade-litoral capaz de inserir os sujeitos no que Berman (2007, p. 24) chama de “experiência moderna”, pois o encontro com o mar atende, para nós, os preceitos que levam ao entendimento do autor sobre a modernidade. O autor afirma que, esse turbilhão da vida moderna é alimentado por muitas fontes, e dentre elas está a criação de novos ambientes humanos capazes de impor aos sujeitos uma reorientação de suas práticas sociais dentro da vida cotidiana.

Assim, podemos associar a tônica vivida por Rio Grande com as palavras do autor na compreensão da modernidade através das transformações citadinas:

Os timbres e os ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fabricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escala cada vez maior (BERMAN, 2007, p. 28)

Ao prestar atenção nesta passagem de Berman, é impossível não encontrar muitos dos aspectos que caracterizam Rio Grande na segunda metade do século XIX. O apito das fábricas dava o ritmo à cidade, a fumaça das indústrias tornava o céu gris. As novas sensibilidades urbanas estavam em curso através da criação paulatina de teatros, cafés, associações, bem como a imprensa local, que se tornou uma das mais prolíficas do Estado do Rio Grande do Sul.

A criação da estação de banhos é parte dessa manifestação de modernidade e cosmopolitismo dentro da cidade, que não se dá de maneira aleatória, mas sim relacionada diretamente com um desenvolvimento urbano marcante. Em uma releitura da Villa Sequeira, notadamente a forma como ela surge nos trabalhos realizados sobre a cidade de Rio Grande, podemos perceber um esquema interpretativo que se impõe como a tônica desses estudos: a necessidade dos banhos terapêuticos. Tanto Della Cruz (1998), Bittencourt (2007), como Enke (2008), retomam essa leitura higienista e primordialmente francesa para fundação do balneário

Não descartamos a influência do curismo, mas é preciso tomar certos cuidados com o real alcance das práticas de banho que tomam os cuidados médicos como protagonistas no caso da Villa Sequeira, visto que o número de informações sobre esse tema é diminuto na documentação pesquisada. Da mesma forma a influência dos balneários franceses deve ser

reavaliada, visto que uma palheta plural de nacionalidades que agem cotidianamente na elaboração de práticas e representações diversas, ao ponto de provocar transformações na própria noção de balneário ao longo do século XIX.

Na leitura que Alain Corbin faz da “invenção da praia” está presente o conjunto de reapropriações que são feitas quando de uma relação cidade-litoral emergente da modernidade industrial e ascendência de grupos burgueses em busca da manutenção de *status quo* (URRY, 2001, p.43). Se antes a praia servia ao descanso de uma aristocracia ociosa, agora ela incorporava a burguesia oriunda do setor industrial citadino, ávida por participar de uma pantomima que trazia em seu bojo reapropriações, novos laços com o espaço de praia. Nas palavras do historiador francês:

É bem verdade que as práticas populares ou pequeno-burguesas mais espontâneas que descrevemos não poderiam ser capazes de engendrar essa sociabilidade finamente codificada que caracteriza a então vilegiatura marítima. Com o passar das décadas, porém, a influência das injunções médicas, o desejo crescente de imitar os nobres, o melhoramento dos meios de transporte que facilitam a organização do lazer nas proximidades dos grandes aglomerados urbanos, concorrem para a aprendizagem e a ampliação social de práticas que se vêem então diversamente reinterpretadas (CORBIN, 1989, p. 294)

Assim, a praia que Corbin (1989) postula como inventada, em nossa leitura, é essa praia dos oitocentos. Forjada por um primeiro grupo que delineia uma codificação específica aos moldes de uma sociedade de corte, sofre reinterpretações através dos novos grupos que tem acesso facilitado e podem usufruir desse espaço litorâneo antes restrito. Esse novo grupo põe em prática, à sua maneira, uma mimese social que dará os contornos da praia oitocentista – que em nosso entendimento será a referência para a estação de banhos criada em Rio Grande.

Seguimos agora o caminho dos *bonds* e trilhos da Carris Urbanos. É nesse trajeto, aquecido pelas caldeiras da Andorinha e Formiga, que ganha forma a primeira temporada de verão do Rio Grande do Sul.

## CAPÍTULO 2

### A PRAIA NA CIDADE, A PRAIA NO PAPEL

#### 2.1 Os trilhos na cidade: Companhia Carris Urbanos do Rio Grande

O projeto balnear está em tudo conectado à empresa Companhia Carris Urbanos do Rio Grande. O primeiro esboço, a primeira informação sobre a possibilidade de projetar uma estação de banhos na cidade, surge do interesse da Carris. Planejar os percursos, as práticas e maneiras de experimentar o verão em uma estação de banhos ao sul do sul, essa parece ser a tarefa da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande.

Em 1884 a empresa começa a movimentar seus bondes no perímetro urbano, já no ano seguinte apresenta seus planos de levar a cabo uma empresa balnear localizada no litoral da cidade – área conhecida como Distrito da Mangueira<sup>15</sup>. Dado o curto espaço de tempo entre o início de seu funcionamento e o interesse de explorar o litoral, acreditamos que, no momento da posse da concessão das linhas de transportes urbanos, tais objetivos circundavam os planos do grupo.

Nesse segundo capítulo nos preocupamos, então, em apresentar a documentação originada pela Cia. Carris Urbanos acerca da criação e funcionamento do balneário e o uso dos banhos no litoral riograndino. As fontes levantadas consistem na escritura de traslado da concessão de linhas e transporte urbano da cidade de Rio Grande, efetuada em 1884. Em seguida evidenciamos o primeiro prospecto que a Carris elaborou em 1886 e, por fim, o Guia dos Banhistas - impresso em 1890, o qual consiste no primeiro manual para os usos do banho de mar criado no Brasil, será o centro de nossa atenção.

Em 21 de novembro de 1876, no Palácio do Governo, em Porto Alegre, o presidente da província Tristão de Alencar Acaiabe assinou o seguinte contrato de privilégio e direitos especiais ao doutor Carlos Augusto Flores:

**Primeiro<sup>16</sup>:** o concessionário obriga a estabelecer serviço de transporte para condução das áreas de fora da linha actual de fortificação para o aterro das ruas, terrenos e praças, dentro da cidade para a condução de rezes mortas no matadouro para os açougues dos mercados e **para os passageiros, materiais e cargas entre diversos pontos da cidade**, em carros puchados por animais, ou vapor, sendo para

---

<sup>15</sup> Nome que pode ser encontrado ao longo dos Relatórios da Intendência Municipal.

<sup>16</sup> Grifos da documentação.

esse fim as linhas convenientes. **Segundo:** na construção da direção das linhas ou seus ramaes, assim como no prolongamento de uma, serão levados as seguintes condições... (ESCRITURA DE TRANSLADO DE POSSE, 25/04/1884).

Essa concessão de uso de linhas de transporte urbano, à qual obedecia a lei provincial 1064 de 03 de março de 1876, apresentava uma característica a ser notada: a expansão para além das linhas de fortificação da cidade. Tal premissa será um item pertinente quando a empresa vencedora decide expandir trilhos ao litoral, pois é a partir desse trecho que ela baseia-se, legalmente, para fazer uso do Distrito da Mangueira.

Nesse mesmo documento, inseridos em seu segundo item, encontramos vinte e quatro condições para o funcionamento do transporte urbano, dentre os quais apresentamos:

3ª) dentro do prazo de 3 annos contados da data da celebração deste contracto, o concessionário dará princípio as obras, que ficarão concluídas no prazo de cinco annos

4ª) antes de terem começo as obras serão presentes a aprovação do governo: primeiro o plano das obras, as direções, estação de partida, de chegada e intermediárias; segundo: o projeto de prolongamento se for necessário; terceiro: o desenhos das dimensões do carro

5ª) se dentro de dois mezes, depois de apresentados os planos mencionados na clausula precedente, não for indicada modificações pelo governo provincial, considerar-se-há que os planos forão approvados e poderá a concessionária dar princípios as obras, digo dar começo.

7ª) Os preços para o transporte de cargas e passageiros será estabelecido pela Camara Municipal de accordo com a coessionária na mesma conformidade. Se houver desacordo recorre-se-há ao presidente da província, para decidir o preço para as conducções e transporte das áreas e carnes do matadouro, serão aquelles que a concessionária accertar com a municipalidade de harmonia com a proposta que apresentou.

8ª) Será concedido nos carros da empreza o transporte gratuito de agentes do correio e da policia, bem como os das malas dos correios.

10ª) o concessionário terá o direito, na forma da lei digo direito de desapropriar na forma da lei , os terrenos de que carecem a passagem de qualquer linha.

11ª) o concessionário não poderá, depois de assentado os trilhos, levantar o calçamento ou fazer nelle qualquer alteração, sem prévia licença da Camara Municipal, salvo caso de força maior, em que procederá dos concertos indispensáveis a regularidade do tráfego, participando a mes ma camara

12ª) a empreza será responsável durante o tempo da concessão pela conservação do calçamento da rua no espaço comprehendido os trilhos e mais e mais 25 centimetros para cada lado

13ª) igualmente será responsável pela despeza que fizer a Camara Municipal com o estabelecimento de calçamento das ruas nos seus primitivos estados se por qualquer circunstância decidir a empreza.

17ª) é garantido ao concessionário, associação ou companhia que for organizada o **privilegio exclusivo pelo tempo de 50 annos contados da data de abertura do tráfego, para o serviço especificado na primeira condição do presente contracto**<sup>17</sup>

19ª) A empreza conforme a proposta apresentada , terá a faculdade , sem prejudicar o transporte público, determinar aquellas ruas, por onde devem estender-se os trilhos da linha que se propor estabelecer. (ESCRITURA DE TRANSLADO DE POSSE, 25/04/1884)

---

<sup>17</sup> Grifos do documento.

Será no ano de 1884 o prazo final para que as linhas de carris funcionem na cidade – três anos para iniciar as obras e mais cinco para que os bondes comecem a funcionar. Nesse processo, a relação direta com a Câmara Municipal, vista nos dois incisos seguintes, se faz sentir de forma pungente, pois a necessidade de apresentar um projeto, obter sua aprovação e dar início ao tráfego será uma condicional pautada pelo contrato de concessão.

Nos outros itens (7º e 8º), estão pautadas as obrigações da empresa concessionária com o poder municipal. Tanto o preço das passagens, como o transporte gratuito para alguns setores, devem ser acertados pela própria municipalidade, ficando a empresa de acordo ou então sendo necessária a intervenção do presidente da província.

Do 10º ao 19º item, um grupo de possíveis transformações urbanas pode ser sentido a partir da leitura do documento. O traçado urbano poderá, assim, ser alterado conforme a necessidade das linhas escolhidas pela empresa, o que faz com que a própria mobilidade da cidade de Rio Grande, e aqui pensando também as escolhas de espaços da cidade que serão vivenciados, permaneça em muito condicionado ao estabelecimento das futuras linhas.

O proprietário inicial das linhas, Carlos Augusto Flores, no ano de 1884, apresenta uma escritura de traslado dos direitos de sua concessão para o Tenente Coronel Abel Gomes da Costa e Silva. Mas esse segundo concessionário realiza um novo traslado, porém agora com fins bastante claros: a criação da empresa “Companhia de Carris Urbanos do Rio Grande”, a qual se manterá com os mesmos privilégios que foram apresentados anteriormente (ESCRITURA DE TRANSLADO DE POSSE, 25/04/1884).

Nesse documento, reconhecido em cartório, encontramos a seguinte descrição:

Comparecerão perante mim, de um lado como outorgante o mesmo senhor Tenente Coronel Abel Gomes da Costa e Silva e de outro lado como outorgados os senhores Antonio Candido de Sequeira, por si e por seus filhos de nome Luiza, Cecília, Antonio e Alfredo. Dois por si e como procurador de Manoel Py, como fez certo com procuração legal desses presentes, Commendador José Ferreira da Silva Motta, Tenente Coronel Abel Gomes da Costa e Silva por seus filhos, João Maria e Antonio Flávio Capitão Rodolfo Gomes e Silva, Carlos Eugenio Fontana, Lourenço Barra, Tenente Coronel Antonio Chaves Campello, José Francisco Cezar, Carlos Guilherme Rheingantz como gerente da commandataria Rheingantz Companhia, Domingos José Vaz Dias, Antonio Marques de Oliveira Reis, Joaquim Gomes de Campos Fernandes, todos accionistas e representantes de accionistas que, como accionistas que não comparecerão, devem formar a Companhia de Carris Urbanos do Rio Grande, conhecidos todos pelo próprio de mim tabelião interno e das testemunhas que, no fim assignarão do que dou fé, perante as quais for dito que, senão elle outorgante cessionaria do privilégio concedido ao senhor Carlos Augusto Flores, pela lei provincial numero 1104 de 03de março de 1876 e contracto com o governo da província em data de 21 de novembro do mesmo anno para o estabelecimento de linhas de tranways por tracção animada ou a vapor, cuja seção consta da escriptura lavrada pro notado tabelião Noronha, em seis de julho de 1881, nesta cidade, sendo approvada ditta cessão, pelo governo da província, por termo de

14 de junho desse mesmo anno (ESCRITURA DE TRANSLADO DE POSSE, 25/04/1884).

A longa citação transparece, pela primeira vez, o nome da futura empresa de transportes urbanos: Companhia Carris Urbanos do Rio Grande. Dentre os acionistas se destacam alguns nomes do empresariado e políticos locais, como também empresários da capital da Província.

Carlos Guilherme Rheigantz era proprietário da primeira industrial têxtil brasileira, localizada na cidade de Rio Grande desde 1873; José Francisco César era comerciante local<sup>18</sup>, proprietário de um armazém no centro da cidade. Nessa lista, ainda encontramos o advogado público, e vereador, Domingos José Vaz Dias<sup>19</sup>, o ex-intendente municipal, de 1877 a 1883, Antonio Chaves Campelo e o fotógrafo Carlos Eugênio Fontana<sup>20</sup>

Outro nome importante que aparece dentre os acionistas é Manoel Py. Oriundo da praça de Porto Alegre, é classificado por Heloisa Reichel como um “próspero comerciante” (REICHEL, 1979, p. 265), fundador da Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense, trabalhou também na firma Chaves e Almeida (Porto Alegre) bem como foi diretor da Cia. Carris Porto Alegrense. (STROHAECKER, 2005, p.5).

O último nome que citamos é aquele fundamental em nossa análise, Antonio Candido de Sequeira. Dono do maior número de ações da Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, figura como o gerente da empresa que virá a modificar o traçado urbano da cidade e, logo em seguida, planeja a extensão das linhas de transporte ao litoral.

Nesse período, possuir uma linha de transportes urbanos é estar inserido em um circuito de modificações do urbano em voga nas grandes cidades. Os maiores centros populacionais do Império estão dotados de infra-estrutura carris, e suas linhas de tráfego funcionam, primeiramente, por tração animal e posteriormente a vapor<sup>21</sup>.

Sequeira é uma figura central quando reunimos os documentos acerca da Carris, seu nome está sempre presente como protagonista de novos empreendimentos, o que não se faz diferente no caso da incorporação do litoral à cidade em vistas da criação de um balneário para os banhos de mar em meados da década de 1880.

Em trabalhos recentes seu nome aparece sempre de forma aleatória, sem maiores explicações sobre quem seria o sujeito que resolve apostar em uma praia de banhos. Assim,

---

<sup>18</sup> Diário do Rio Grande (30/10/1890)

<sup>19</sup> Informação encontrada no Relatório Municipal do Município de Rio Grande, 23 de Julho de 1903.

<sup>20</sup> Informação encontrada em Lenzi (2011, p. 21).

<sup>21</sup> Para maior aprofundamento vide *The Tramways of Brazil: a 130 years survey* (MORRISON, 1985).

apresentamos nesse capítulo uma breve digressão em torno de sua pessoa e do papel que representa para formação da localidade que levará o seu nome.

Os cuidados tomados com essa digressão retomam as palavras de Pierre Bourdieu ao alertar para a “ilusão biográfica” e a noção de que a vida não se constitui como um todo orientado e coerente enquanto um projeto de início, meio e fim (BOURDIEU, 1998, p. 184). Dessa forma, colocamos em perspectiva aquela trama que entende os acontecimentos biográficos enquanto “colocações e deslocamentos no espaço social” por parte de um ator social, o qual atua de diferentes formas, em diferentes momentos, interessando-nos não o conjunto global que isso propicia, mas a maneira que esse sujeito opera em cada um desses momentos distintos de sua trajetória. (BOURDIEU, 1998, p. 190)

Na trama que se tece entre os trilhos urbanos e o som do ribombo, Antonio Candido de Sequeira é um dos protagonistas. Uma digressão no enredo.

## 2.2 Uma digressão em torno de Antonio Candido de Sequeira

Um lavatório de mogno. 1 sofá. 12 cálices de vinho. 12 copos para água. Um aparelho para chá de porcelana. 17 cadeiras de jacarandá. Uma mesa de jacarandá. 17 colheres de prata. 4 bandejas de prata. Uma cômoda de jacarandá. Uma guarda vestidos. Uma cama francesa de mogno. Um cofre de ferro. Um dicionário de contabilidade. Um dicionário de princípios de direito mercantil. Uma caixa de folha. 8 resmas de papel. 12 quadros. (INVENTÁRIO ANTONIO SEQUEIRA, 1853)

Essa lista parcial de bens, diz respeito à parte da herança que será concedida a Antonio Candido de Sequeira, a qual virá se somar a uma quantia de 534 mil contos de réis deixados em caixa pelo seu pai, o comerciante Antonio Sequeira. O inventário é aberto em 1852, com a feitura do testamento, possui como inventariante Maria Candida de Sequeira, mãe de nosso personagem central, e se encerra em 1871. É nesse inventário que encontramos a primeira citação a Antonio Candido de Sequeira<sup>22</sup> na cidade de Rio Grande.

Encontramos nesse documento um importante referencial para rastrear um universo sensível. Basta que olhemos com cuidado para o mobiliário da casa dos Sequeiras para perceber uma família com posses, o mogno e o jacarandá são madeiras consideradas nobres nesse período, bem como o fato de possuir um sofá, servem como evidências para caracterizar um setor mais abonado da sociedade do período (MARTINEZ, 2006).

Nas palavras de Claudia Martinez:

Possuir um sofá, um guarda-roupa, uma cama aparelhada e torneada, enquanto a maioria da população assentava-se em toscos bancos de peroba, guardava seus

<sup>22</sup> Vide imagem de Antonio Candido de Sequeira no anexo nº 5

objetos em caixas e caixotes e dormia em catres ordinários, revelava não só um poder aquisitivo de quem possuía tais objetos, mas também um modo de vida mais requintado e tido como “civilizado” (MARTINEZ, 2006, p. 226).

O número de taças e talheres é também considerável, visto que a casa era habitada por um casal mais cinco crianças com menos de dez anos – Adelaide, Antonio, Eduardo, Domingos e João - que nos permite pensar que o ato de receber visitas fosse algo recorrente. Não perdemos de vista que itens como esses são, de maneira geral, incorporados a tradições familiares em que tais objetos são herdados, mas, ao mesmo tempo, o fato de serem arrolados em inventários demonstraria um fator de possível utilização desses mesmos objetos (MARTINEZ, 2006).

O terceiro grupo de itens citados no documento aponta para bibliografias que direcionam para os interesses do patriarca: a lida com atividades comerciais e financeiras. Os dois dicionários, de contabilidade e direito mercantil, são sintomáticos no que postula às possíveis atividades que exercia. Além de se referir a uma matrícula na junta comercial, não há nenhuma descrição do tipo de comércio que exercia, mas podemos perceber que o referido operava com um alto número de empréstimos, pois encontramos uma lista de 34 cidadãos riograndinos que estavam em dívida com ele quando da feitura do testamento (INVENTÁRIO, 1853, p. 32).

Nascido em 1847, será nesse universo privado do cotidiano que os primeiros anos de Antonio Candido de Sequeira transcorrem, sofrendo modificações somente em 1853, quando o pai falece. A mãe, Maria Candida de Sequeira, ficará encarregada da tutoria de seus cinco filhos.

No ano de 1858, porém, a viúva realiza um segundo matrimônio, o que acarretaria na perda da guarda de seus filhos conforme prevê o documento:

Nomeio meus testamenteiros e tutores de meus filhos, pela ordem que são nomeados em primeiro lugar a dita minha mulher Dona Maria Candida Sequeira, em segundo o senhor Porfirio Pereira Nunes, em terceiro o senhor João de Miranda Ribeiro e em quarto o senhor Domingos Rodrigues Cordeiro (...) Se forem minha mulher tomar novo estado nupcial ficará logo sem direito a tutoria de meus filhos segundo a lei. Dado essa coisa será o tutor o nomeado em segundo lugar e na falta deste os que se seguirem. Tanto que os meus filhos forem na forma da lei por terem completado a idade marcada para a emancipação (INVENTÁRIO, 1853, p. 49)

Cada um dos órfãos receberia a quantia de 7:200.000 réis, que seriam devidamente administrados pelos tutores de direito. Quando Dona Maria Candida Sequeira entra em um “novo estado nupcial” com o comerciante Jose Moreira da Costa Sol, automaticamente perde o direito de guarda sob os filhos, fazendo com que o juiz de órfãos recorra aos nomes que seguem no documento descrito acima.

Nenhum dos três tutores se responsabiliza pelos menores, fazendo com que o juiz responsável conceda a tutela das crianças ao atual padrasto, e conseqüentemente, permaneçam morando com a mãe. Citando o inventário:

Como não conheço parentes dos órfãos, que estejam em condições de assegurar a tutela, informo por isso ao padrasto deles José Moreira da Costa Sol, pessoa idônea e em cuja companhia elles vivem com sua mãe e são muito bem tratados. Juiz de orphãos Luiz Joaquim de Carvalho. (INVENTÁRIO, 1853, anexo em 03/08/1859)

Importante de se notar que a recusa dos três tutores é realizada no intervalo de dois dias – quando enviam suas respectivas considerações negativas quanto a exercer a tutela. Tal situação nos faz pensar que algum tipo de acordo com os tutores estava em curso desde o momento que Maria Candida decidiu casar-se novamente, sabendo que com a recusa desses a tutela poderia ser concedida ao seu novo cônjuge.

A condição de tutor relegada a José Moreira Costa Sol não dura mais que oito anos, pois, em 1861, ele declara falência em seus negócios, comprometendo a responsabilidade sobre as crianças. No documento anexo ao inventário, que data de 16 de dezembro de 1861, encontramos a referência da nova tutela:

Chega a meu conhecimento pela leitura da carta do juiz do Commercio da segunda vara desta cidade a ter aberto a fallencia do negociante Jose Moreira Costa Sol assim está cassada a tutela dos seus enteados. Juiz de orphãos Luiz Joaquim de Carvalho (INVENTÁRIO, 1853, anexo em 16/12/1861).

Dois dias depois dessa declaração, um novo tutor foi designado:

Dou fé que o Tenente Coronel Antonio Teixeira de Carvalho passa a prestar juramento e assignar termo de tutor dos orphãos filho do fallecido Antonio Sequeira, ao qual ficou consciente. Juiz de órfãos. (INVENTÁRIO, 1853, anexo em 18/12/1861).

Com esse novo arranjo, Antonio Candido de Sequeira passa aos cuidados, com 14 anos de idade, do Tenente Coronel Antonio Teixeira de Carvalho. A atitude do novo tutor é deixar Adelaide em um colégio interno da cidade vizinha de Pelotas, e mandar para o Rio de Janeiro os irmãos Antonio e Eduardo – os outros irmãos permanecem em Rio Grande.

Na documentação anexada ao processo do inventário, encontramos a informação de que Antonio Candido de Sequeira passa a estudar em Petrópolis, a fim de completar seus estudos. Nesse período existiam apenas duas instituições de ensino nessa cidade, o “Colégio de Madame Toulouis”, destinado a meninas, e o “Colégio Calogeras”, que atendia ao público

masculino – o que parece não deixar muitas dúvidas sobre a instituição que Sequeira estava vinculado<sup>23</sup>.

Petrópolis era uma localidade que, por decisão de Dom Pedro II, tornou-se cidade em 1857, após os esforços frutuosos do Imperador em transformar a área de temperaturas amenas e salubres em sede do Império (DAIBERT, 2010, p. 23). Ana Maria Mauad ao investigar os usos da fotografia no Império, apresenta a cidade da seguinte forma:

Nesse sentido é bom lembrar o papel de Petrópolis, elevada ao estatuto de cidade mais européia do Império. Como se escreve o cronista de um jornal de modas em 1853: ‘Petrópolis é muito chique...muitas famílias, hóspedes de todas as classes para lá foram passar a festa, ao abrigo da estação calmosa; os hotéis estão cheios; muito prazer e muita vida em tudo’ (MAUAD, 1997, p. 208).

Para a autora, a década de 1950 é o apogeu dessa cidade enquanto um vetor do ‘bem viver’ e da representação social de uma burguesia em ascensão (MAUD, 1997, p. 208).

As temporadas amenas, nos meses de janeiro e fevereiro, serão a tônica para o descanso e representação social da burguesia Imperial em busca do afastamento da cidade insalubre (DAIBERT, 2010, p. 25). Igualmente, com a consolidação dessa localidade enquanto espaço de vivência da corte, surge uma atração política sobre o lugar, como diz Daibert: “Muitas pessoas veraneavam na cidade não apenas pelo clima ameno ou por descanso. Elas também procuravam uma proximidade com a monarquia que muitas vezes não era possível na capital” (DAIBERT, 2010, p. 26).

Ao completar a maioridade se torna o administrador de sua própria herança. Ele reside na capital da corte, com acesso e circulação a um mundo aristocrático e burguês, que toma a Europa como referência de civilização e modernidade a ser mimetizada.

Em 1870 encontramos, anexado ao inventário de seu pai, a seguinte informação sobre o futuro proprietário e fundador da estação de banhos:

comparece pessoalmente perante mim Domingos Candido de Sequeira, súdito brasileiro residente agora nesta praça, conhecido a mim do que dou fé e por elle foi dito na presença das testemunhas abaixo assignadas que nomeia e constitui seu procurador Antonio Candido de Sequeira, do Porto Alegre, na província do Rio Grande do Sul, no Brasil, a quem concede poderes amplos e necessários para ser autorgante secular da herança por parte paterna e e vender por si mesmo ou por procuração as apólices que lhe pertencem, dar e passar recibos e quitações do que receber na forma que se lhe pedirem, assignar termos, autos, e tudo amais que preciso seja a bem dos sobreditos fins e de suas dependências (INVENTÁRIO, 1853, anexado em 08/02/1870)

Nesse anexo, quando o documento diz: “residente agora nessa praça”, refere-se ao fato de Domingos Candido de Sequeira residir em Manchester, na Inglaterra. Ou seja, Antonio

<sup>23</sup> Informação encontrada no sítio: <http://www.brasilcult.pro.br/cartofilia/escolas/escolas02.htm>

Candido de Sequeira se desloca à Inglaterra a documentação para que se efetive, formalmente, sua procuração como responsável do quinhão herdado do irmão

Notemos também que Antonio Candido de Sequeira, nesse momento, é residente da Praça de Porto Alegre. Não mais morador de Petrópolis, Sequeira passa a atuar em outras plagas, acumulando capital com a sua herança e a do irmão mais novo.

E o processo de tornar-se responsável pela herança dos irmãos não se encerra aí. O mesmo Antonio Candido de Sequeira recebe a procuração de seu irmão Eduardo, também lhe delegando total controle dos bens herdados, sendo o anexo que confirma essa informação datada de 09 de setembro de 1871.

Outra importante ação perpetrada por Sequeira diz respeito ao seu irmão mais novo. Em uma ação movida no mês de setembro de 1871, Antonio deseja reaver parte dos gastos que obteve quando financiou a educação do irmão na Inglaterra. Sobre o Um Cento de réis que foi por ele disponibilizado em março de 1868, diz o documento:

Formando-se hoje necessário ao supplicante dispor dessa quantia, que desembolsou em éphoca em que era empregador de uma casa comercial em Porto Alegre, e podendo vossa senhoria bem suppor que, efectuando o menor por ocasião de sua emancipação, a pagamento da quantia que o supplicante lhe adiantou para fim tão importante, de bem grado lhe pagará também o juro que este lhe arbitrar (INVENTÁRIO, 1853, anexado em 16/09/1871)

Como podemos perceber, Antonio Candido de Sequeira residia e trabalhava em Porto Alegre já no ano de 1868. Ele financia parte dos estudos do irmão na Inglaterra, porém quando esse alcança a maioridade é hora de cobrar o que seria, então, apenas um empréstimo. Igualmente, o documento aponta que “formando-se hoje necessário ao supplicante dispor dessa quantia”, o que nos permite pensar que Antonio Candido de Sequeira está em um processo de acumulação de capital nesse início dos anos 1870.

Entre fevereiro de 1870 e setembro de 1871, Antonio Candido de Sequeira torna-se responsável pelo montante da herança de dois irmãos, bem como exige que outro o pague uma dívida.

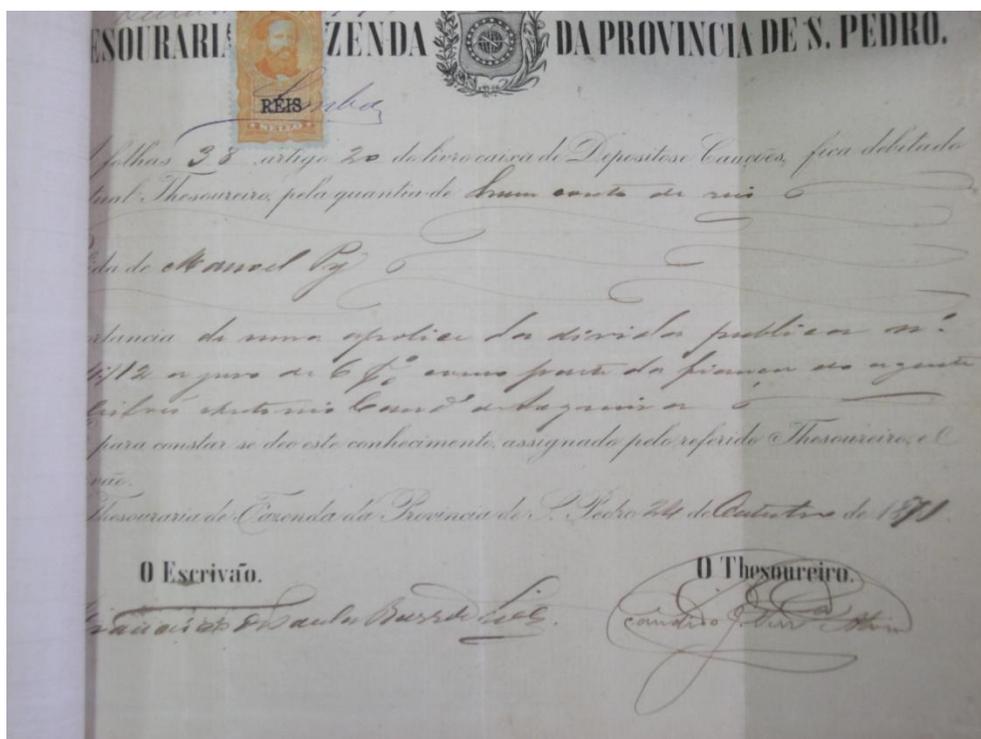
Essa recorrência na busca de dinheiro ganha sentido quando, no mesmo ano de 1871, em novembro, encontramos um documento referente ao financiamento para tornar-se agente de leilões em Porto Alegre. No “termo de fiança” encontramos:

Aos vinte quatro dias do mês de novembro do ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e um – nesta leal cidade de Porto Alegre em meu cartório compareceu o presente supplicante Antonio Candido de Sequeira, morador desta cidade e reconhecido pelo própria de mim e das testemunhas também moradoras desta cidade. O supplicante perante as mesmas testemunhas que tendo depositado em cofre da thesouraria da fazenda a quantia de 7050 mil reis,

importância de sua fiança para exercer o cargo de agente de leilões nesta cidade (TERMO DE FIANÇA. 24/11/1871).

Aqui se desenha a atuação de Antonio Candido de Sequeira em Porto Alegre. Já são quatro anos residindo nessa localidade, atuando como empregado em uma empresa comercial, acumulando as responsabilidades e manejos sobre a herança dos irmãos mais novos, e por fim, criando o que poderíamos chamar de uma rede de atuação que lançariam bases para o seu futuro empreendimento: o balneário de banhos.

Tal afirmação se faz possível, quando encontramos um dos principais acionistas da futura empresa banhar como um dos portadores de um cheque-caução para que Sequeira atue como agente de leilões. É o nome de Manoel Py que vem à tona, conforme podemos apresentar na seguinte imagem:



**Imagem 2:** Termo de Fiança da Tesouraria da Fazenda da Província, 1871 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Manoel Py, como já informamos, é um importante nome no comércio porto-alegrense. A ligação que Sequeira faz com ele é de grande proximidade, pois o fato de assinar um cheque-caução junto à Tesouraria da Fazenda da Província de São Pedro é, minimamente, um ato de confiança para com a pessoa de Sequeira e seus futuros negócios.

Não é somente Py que deposita essa confiança, mas também outro influente empreendedor do ramo têxtil de Porto Alegre: Edmundo Teltscher, proprietário da Teltscher

& Cia e cônsul Austro-Húngaro nessa mesma Praça. Igualmente, esse apresenta um cheque-caução em benefício de Antonio Candido de Sequeira.

O que podemos perceber, nesse primeiro momento de sua trajetória, é um conjunto de deslocamentos a partir da morte de seu pai. Mesmo não pertencendo a nenhuma família de “renome”, nenhum lastro aristocrático, Antonio Candido de Sequeira figura como o típico sujeito sem laços de sangue que prospera através de ações empreendedoras dos oitocentos. Como bem nos afirma Alonso (2002), tal tipo é recorrente dentro desse processo de ampliação das atividades urbanas, na qual o crescimento do setor de ocupações terciárias possibilita que se compreenda uma trajetória como a de Antonio Candido de Sequeira.

O que chama atenção ao unir essa documentação dispersa é a inserção de Sequeira em um universo cotidiano no qual tudo se atravessa àquelas aspirações modernas do Brasil Império. O sujeito que cresce em um ambiente diferenciado para os padrões do período, e que possui a oportunidade de completar seus estudos em uma cidade considerada distinta na capital do Império.

Em um segundo momento, ao atingir a maioridade, inicia um ciclo de deslocamentos que parecem ter um objetivo em comum: acumular capital. O estabelecimento em Porto Alegre permite a criação de uma rede de atuação comercial e, a partir de empresários que já possuem capital e reconhecimento consolidados, inscreve seu nome como seguro para futuros negócios.

O próximo passo de Antonio Candido de Sequeira será o retorno a sua terra natal – Rio Grande. Não encontramos uma data para essa volta, porém podemos afirmar que já em 1881 ele estava circulando na cidade, visto que seu nome é peça chave para o desenrolar de um processo jurídico relativo a um naufrágio na embocadura da Barra do Rio Grande.

Em agosto de 1881 o navio britânico Mary Gamesson encalhou na cabeça sudoeste da barra da cidade de Rio Grande. O capitão da embarcação, James Cordner, recorreu ao comandante da barra, no intuito de reunir os esforços necessários para salvar o que fosse possível do desastre completo. O responsável pela navegação no porto de Rio Grande indica, para realizar a tarefa de salvamento da carga, Antonio Candido de Sequeira.

Em um longo processo encontrado junto ao Arquivo Publico do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), e que não cabe aqui descrever em pormenores por não ser nosso objetivo, Sequeira move uma ação contra o capitão da embarcação. Isso pelo fato dele se negar a pagar os custos do resgate empreendido, alegando que o barco, pelo fator dos ventos e mudança de maré, deslocou-se sozinho do banco de areia em que se encontrava.

Diz Antonio Candido de Sequeira que no dia 31/08/1881, por ocasião de entrar a barra deste porto tendo varado em cabeça sudoeste da barra o lugar inglês Mary Gamesson, capitão James Cordner, procedente de Cetter, com carregamento de sal, vinho e outras mercadorias, à ordem, sendo considerada perdida pela repartição da praticagem da barra e abandonada pelo capitão e tripulação, o suplicante contractou com o capitão o salvamento do navio da carga, obrigando o capitão a fazer todas as despesas e esforços para esse fim, mediante ao premio de cincuenta por cento (50%) dos salvados. Acontece porém que tendo o suplicante tido a felicidade extrema de conseguir effectivamente salvar o navio e a carga apenas com alguma avaria, e a perda de cento e sessenta toneladas de sal, recusa-se o capitão a dar cumprimentos ao contracto espontaneamente effectuado com o suplicante, negando-lhe o direito ao premio estipulado (PROCESSO JUDICIAL, 1883, p. 34)

A discussão que irá guiar o processo será a tratativa do pagamento – que acabou por não ser realizado. Desdobram-se vários interrogatórios, testemunhas, apresentações de provas, que resultam em cerca de 300 páginas de processo que corre na comarca de Rio Grande.

Porém, o que esse processo a nós interessa está no fato dele evidenciar a presença de Sequeira em Rio Grande no ano de 1881. É mais um desses fios e rastros que projetam a figura de Antonio Candido envolvido em determinadas atividades, que permite a percepção de mais um dos papéis desempenhados, nesse caso, o de sujeito que possuía algum tipo de protagonismo no que tange à esfera mercantil-portuária da cidade de Rio Grande.

Notemos como se deu o inicio dos trabalhos de Sequeira logo após o sinistro:

... o senhor Sequeira que lhe entregou a carta do cônsul, sendo a convicção e crença firme do commandante da barra, bem como dos trez capitães inglezes do navio “Sunset Home”, “Claderton Dassoth” (com os quais ele deliberou e consultou algum tempo) que a Mary Gammesson viria a tornar-se irremediavelmente perdida, aliás naufragado, elle entrou num contracto para salvação com o senhor Sequeira, de 50% sobre tudo que se salvasse do navio e cargas. Na manhã do dia seguinte elle declarante com cinco tripulantes e dez ou doze homens mandados pelo senhor Sequeira seguirão para fora no vapor, levando consigo os dous botes do navio e salvavidas, chegarão a bordo do navio pelas onze horas do dia (PROCESSO JUDICIAL, 1883, p. 42)

O capitão da embarcação James Cordner, nessa passagem, explica como foi apresentado a Antonio Candido de Sequeira. Portava uma carta do cônsul britânico, e pelo comandante da barra recebia “convicção e crença firme” e, além disso, também era a pessoa de Sequeira conhecida por outros três comandantes de embarcações que estavam aportadas em Rio Grande. Com a segurança investida em relação ao nome de Antonio Candido de Sequeira, o capitão inglês logo firmou o referido contrato de salvamento. Notamos ainda, já no trecho final, que Sequeira apresentou-se pela manhã do dia seguinte com “dez ou doze homens”, o que leva a crer que ele já possuía o que poderíamos chamar de “equipe”, homens que estavam aos seus serviços.

Ao ser indicado pelo comandante da barra, e também pelo cônsul britânico para efetuar o resgate da carga do navio, é possível entender que o nome de Sequeira circula com fluência dentro do universo portuário e cidadão. O documento confirma a rede de relações de Sequeira, que se estende dos consulados até o atracadouro portuário.

Será esse sujeito, de nome recorrente e confiável, que obterá a concessão de transportes urbanos em 1884. Ao contrário de trabalhos anteriores, em que o nome de Antonio Candido de Sequeira surge como uma mera menção ao fato de “fundar” o balneário, sempre acreditamos que sua trajetória deveria propor algumas pistas para entender como um balneário aos moldes modernos se estabelece no extremo sul do Brasil.

Conforme a fala de Bourdieu, não encontramos um “todo coerente” que direcione sua trajetória de vida para esse empreendimento, mas sim, acreditamos que Antonio Candido de Sequeira irá pôr em prática formas de agencia social que permearam sua trajetória quando da formação da empresa concessionária.

A vida confortável e diferenciada que levou na infância e adolescência, convivendo com pequenos luxos cotidianos e um tempo de vivência na moderna e europeizada Petrópolis, não se desencarnam do hábil negociante da segunda metade do século XIX. Pelo contrário, se coaduna, dando a ver, em nosso entendimento, dentro do processo de planejamento e efetivação do balneário a inscrição das marcas dessas diferentes experiências que circundam seu trajeto.

### **2.3 O Prospecto balnear**

Em 17 de dezembro de 1885, sob a lei provincial n.º 1551, a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande tem concedido o prolongamento das linhas até o litoral. No mês de março do ano seguinte, apresenta o primeiro documento oficial acerca da construção de um balneário na cidade.

A necessidade de arregimentar outra companhia para administração dessa linha litorânea se deu pela interpelação judicial da Companhia Southern Brazilian Rio Grande do Sul, que julgava ilegal a exploração dessa linha pela Carris Urbanos, alegando que sua concessão não lhe dava direitos de exploração a esse tráfego ferroviário. A saída para adquirir a concessão permanente foi a criação da Bonds Suburbanos da Mangueira, a qual possuía capital originário da Carris como também o grupo de acionistas, que foi ampliado, e o mesmo Antonio Candido de Sequeira como gerente (ENKE, 2005, p. 54).

O grupo dirigente do balneário será composto dos seguintes nomes:

Antonio Candido de Sequeira, gerente; Antonio Manoel de Lemos Junior, presidente; Guilherme A. Preller, chefe de escritório; Evaristo dos Santos Samdim, caixa; Joaquim Martins Garcia, secretário; Comendador Carlos Guilherme Rheigantz, Arnaldo José Pereira, Pedro Boorman, Manoel Soares de Lima Torres e José Prospício Ferreira, conselho fiscal (PEREIRA, 2005, p. 27).

A título de esclarecimentos, usaremos a nomenclatura Carris ao longo do texto, pois acreditamos que ele representa de maneira concisa todo o processo que estamos explorando desde 1884. Não houve mudanças na administração, ou rumos distintos daqueles que estavam em jogo desde 1885 quando o projeto balnear entrou em curso, por isso a escolha de operar com essa nomenclatura.

Integrado ao seu estatuto e publicado pelos periódicos locais, o Prospecto foi aprovado em assembléia geral de acionistas. Esse mesmo documento foi repassado ao poder público provincial, obtendo igual aprovação para extensão das linhas.

Não existe uma atribuição direta quanto à sua autoria, apenas a assinatura final de Antonio Candido de Sequeira. Levando em consideração que ele é o gerente da empresa, torna-se recorrente sua assinatura em todos os documentos da empresa, ao mesmo tempo, pensamos que um escrito como esse, que acarretaria em importantes mudanças dentro da estrutura da empresa, ou deveria passar diretamente pelo aval de seu mandatário, ou mesmo ser fabricado pelo próprio.

A imprensa local insiste em retratar Sequeira como o responsável direto pelos “esforços” e possuir um “genio eminentemente emprehendedor”<sup>24</sup>. Da mesma forma, é Sequeira quem passa a circular pelo Rio Grande do Sul com esse Prospecto no intuito de angariar investidores. O balneário começa a existir, então, em forma de texto.

Ao operar com essa fonte levamos em consideração aquela proposta de documento/monumento elaborado por Jacques Le Goff, que propõe:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536).

O prospecto é um desses produtos da sociedade, emaranhado em tramas que o tecem e fornecem sentido junto ao período em que foi redigido. Sua condição de documento/monumento está no fato de ser não só um índice, uma materialidade passada na qual são informados aspectos de um tempo e uma ação pretérita, mas também no ato de escolher perenizar um determinado momento através de elaboração textual específica.

---

<sup>24</sup> O Artista, 24/09/1886

Esse documento não é inócuo, mas apresenta o “resultado de uma montagem”, que pode ser consciente, ou não, por parte da sociedade que o produziu. E se ele atravessou temporalidades, perdurou e continua a ser manuseado, é porque se faz presente o “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Dessa forma, o historiador deve agir naquele ato que Le Goff chama de “desmontagem”, na qual deve ser desmistificado seu significado aparente, desatando os nós apertados dessa trama que só possui a aparência, ou vontade, de verdade. Por isso, remetendo à ácida frase de Le Goff, não devemos “fazer o papel de ingênuos”: “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumento” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Antes de evidenciar o Prospecto é importante frisar que ele se elabora através de algumas divisões: Histórico, Interessados, Perspectivas, Razões Financeiras, Razões Especiais e Conclusão. Procuramos respeitar essa organização proposta pela fonte, visto que a própria forma original de ordenamento expressa sentidos, possui suas razões específicas de ser.

Logo em suas primeiras linhas, no único parágrafo do item **Histórico**, encontramos a informação de que a empresa Carris Urbanos do Rio Grande adquiriu, em assembléia provincial, autorização para estender suas linhas até o litoral. E nessa mesma ocasião:

votou a assembléia provincial em subsídio ou garantia de 5.000\$000 annuaes por dez annos; e a camara municipal desta cidade, por sua vez, votou a verba annual de 12:500\$00, também por dez annos, para a garantia da linha que for construída (PROSPECTO, 26/03/1886)

O apoio para a construção do balneário encontra respaldo junto à municipalidade, o que não é surpreendente, visto que parte dos maiores acionistas da empresa Carris Urbanos do Rio Grande possuíam vínculos diretos com o poder público local.

Na seqüência do prospecto, no item **Interessados**, encontramos a redação:

São os enfermos residentes de toda a província, e mesmo nos districtos dos estados vizinhos que se ligam a fronteira que por falta de commodidades nas costas marítimas da província – ou desistem desse meio therapeutico, que nenhum outro pode substituir – ou procuram Montivideo ou ainda os portos das outras províncias ao Norte desta, quando em todos esses lugares, pelo clima, quer pelos gastos, o sacrificio é enorme e os inconvenientes insuperáveis (PROSPECTO, 26/03/1886)

Ao iniciar o texto com alusão a terapia balnear, o prospecto está de acordo com as premissas daquele período que ficou conhecido como o do “higienismo” no Brasil. Sidney Chalhoub, que trabalha com o processo de destruição dos cortiços na corte imperial, chama esse momento específico de “Ideologia da Higiene”:

ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Chalhoub, especificamente, trabalha com a cidade do Rio de Janeiro e a apropriação do discurso científica pelos estratos políticos, no intuito de “limpar” a cidade. O autor fornece um importante quadro dessa ideologia da higiene, que se alastrou pelo território brasileiro imbuída de um propósito claro: colocar o Brasil no “caminho da civilização” (CHALHOUB, 1996, p. 35).

A procura pela água, notadamente as águas termais, pode ser percebida, de forma contundente, na obra do mineiro Stelio Marras. Esse autor apresenta a leitura de que:

O tempo da higiene ambicionava a totalização da vida isto é, que seu conjunto de princípios e pressupostos penetrasse o cotidiano das pessoas, fosse o paradigma a orientar a vida social civilizada que se queria... (MARRAS, 2004, p.98).

Nessa perspectiva, apresenta um rico estudo sobre o uso de águas medicinais no interior de Minas Gerais, especialmente Poços de Caldas, refletindo em seu texto o quanto o uso dos banhos terapêuticos serviam como catalisadores dos novos paradigmas em circulação na sociedade, que coadunavam ciência, civilização e progresso no bojo dessa modernidade ao sul dos trópicos. A preocupação central de seu texto está em evidenciar a passagem de um discurso mítico em relação ao uso das águas termais, para um discurso fundamentado na medicina hidrológica, de cunho positivista, e que alçavam o *termalismo* como um dos estandartes desses tempos salubres (MARRAS, 2004).

Ao traçar um paralelo entre a hidrologia portuguesa e a brasileira, Maria Manuel Quintela diz sobre o Brasil:

Foi durante o século XIX que nasceram e se desenvolveram as práticas termais em espaços institucionalizados pela medicina brasileira. Tudo começou com a descoberta das análises químicas, ainda na primeira metade do século, e com a edificação de alguns estabelecimentos termais (Caldas de Cubatão, Caxambu e Poços de Caldas) (QUINTELA, 2004, p. 252)

Com isso em mente, não podemos desconsiderar que o uso do argumento ligado às questões terapêuticas dialogava com a medicina do período. Ao fazer uso do tema da salubridade, Antonio Candido de Sequeira não deixava margem para que houvesse questionamentos em relação à relevância tal proposta. Com uma lógica higienizadora circulando pela sociedade brasileira, quem iria desconsiderar um argumento como esse, o qual tornaria um pântano desabitado, como era o Distrito da Mangueira, em um empreendimento balnear destinado à revitalização do organismo humano?

O argumento do banho terapêutico, assim, funciona como uma primeira estratégia de convencimento. A segunda forma de legitimar a construção do balneário se faz, justamente, apresentando um painel em que as outras localidades apareçam como inadequadas para o empreendimento dos banhos de mar, após citar Santa Catarina e as praias do Uruguai, bem como o litoral Norte do Rio Grande do Sul e outras localidades do centro do país diz:

São oppostas absolutamente as circunstancias do Rio Grande a taes inconvenientes: o clima é, no verão, de maior pureza; a sua eterna ventilação, o seu nível que facilita essa ventilação e a locomoção; a porosidade de seu terreno arenoso que absorve as humidades e impede a estagnação das águas; a proverbial barateza e abundancia dos peixes do mar, dos legumes, fructas e laticínios; a freqüência de communações de toda classe com o interior e exterior; o espetáculo do movimento marítimo, e finalmente a inegável docilidade do povo e seu cavalheirismo publico e notório. (PROSPECTO, 26/03/1886)

Nesse trecho somos apresentados ao verdadeiro retrato do paraíso. São considerações naturais imbricadas em formas de comportamento dos riograndinos, tudo confabulando para um quadro ideal que não possui precedentes em relação a outras localidades que fazem uso dos banhos. Além disso, estamos diante de uma perfeita moldura da civilização e do progresso, na qual a força do homem foi capaz de lutar contra as intempéries da natureza e vencer essa disputa.

Porém, outros interesses estão em jogo. A própria idéia de “comodidades” sugere esse entendimento, afinal, ao pensar em um local planejado, entra em curso uma série de outros elementos que poderão render dividendos aos cofres da empresa e também aos cofres públicos.

Interessados são ainda os proprietários de prédios e terrenos desta cidade, os quaes, pela demanda que haverá de residências para banhistas, terão melhor rendimento e maior garantia os seus capitaes. Esses interessados dissemos, devem coadjuvar com seus recursos pecuniários a execução da linha projectada – a qual, com o melhoramento público – apresenta vantagens e resultados colossaes em relação ao pequeno capital que será realizada. (PROSPECTO, 26/03/1886)

A certeza de uma demanda de banhistas, segundo o Prospecto, criará necessidades que deverão ser supridas pelos “interessados”; que podemos ler como os donos de hotéis na cidade, ou donos de terrenos que poderão ser vendidos para construção de casas de praia. A valorização desses terrenos seria eminente, e aqueles que lucrariam não deveriam se furtar de “codjuvar” - leia-se investir financeiramente - em tal empresa de banhos.

No tópico **Perspectivas** o painel de influências se desenha em relação à costa litorânea européia, como também acentua o que chama de “pequenas indústrias anexas”, que vão desde a construção do Hotel Cassino até “camarins carruagens e carroças para banhistas, rouparia, barraca, buffets, tambos e utensis de sigressão marítima, pesca e natação” (PROSPECTO, 26/03/1886). Ou seja, ao criar e atender as comodidades necessárias, o balneário também gera

e movimenta o comércio local, fomentando a dita “pequena indústria” e rendendo dividendos para além da praia em si.

O Prospecto cita um conjunto de localidades litorâneas do período que serviriam aos banhos, são elas: “Montivideo possui entre outras praias Pocitos e Ramirez; Santa Catharina a Praia de Fóra; Santos a de São Vicente e Barra; Nitheroy e Rio de Janeiro as de Icarahy e as de Santa Luzia e a enseada de Botafogo” (PROSPECTO, 26/03/1886).

Logo percebemos uma característica fundamental entre todas essas localidades: todos fazem parte da costa oceânica. Ou seja, o grupo de locais referenciais que representam as “praias de banhos”, os “balneários”, possuem ligação direta com as águas salgadas do Oceano Atlântico.

Os balneários termais, as “águas virtuosas” de fontes alocadas no interior do Estado, notadamente o Litoral Norte, ou mesmo em Santa Catarina, em momento algum ganham referência no texto. Para nós é sintomático que o Prospecto elabore um quadro composto somente por localidades litorâneas, excluindo os exemplos termais, pois isso credencia a um tipo de discurso terapêutico, bem como conjunto de representações, específicas para a construção da praia de banhos no Distrito da Mangueira.

Seria pouco provável que aquele que fabricou o prospecto não tivesse conhecimento dessas localidades destinadas aos banhos termais curativos. Tendo em vista a abrangência das referências situadas em pontos tão díspares do mapa da América do Sul, percebe-se que algum tipo de pesquisa foi realizado antes da apresentação desse documento em assembléia provincial, logo, a omissão a essa modalidade não pode ser entendida senão como um direcionamento de interesses, que cotejava às águas salgadas o protagonismo dessa criação balnear.

A água do mar também possuía seus componentes salubres, destinados ao revigoramento dos corpos débeis desde o século XIX: “O afluxo de curistas às praias de mar, que se inicia por volta de 1750, visa aliviar um angústia antiga; faz parte das táticas de luta contra a melancolia e o *spleen*<sup>25</sup>” (CORBIN, 1989, p. 69). Seguindo nessa perspectiva, Alain Corbin apresenta uma das características primordiais, ou mesmo a primordial, do uso dos banhos de mar para fins medicinais:

O mar indomável, infinitamente fecundo, sobretudo nas regiões do setentrião, é capaz de proporcionar a energia vital, com a condição de que o homem saiba dominar o terror que o inspira. Em suas praias encontrará o apetite, o sono, o esquecimento de suas preocupações. O frio, o sal, o choque provocado sobre o diafragma pela imersão brutal, o espetáculo de uma gente saudável, vigorosa, fértil

---

<sup>25</sup> Esse termo refere-se à idéia de “má disposição”, de cansaço do corpo ou dos nervos.

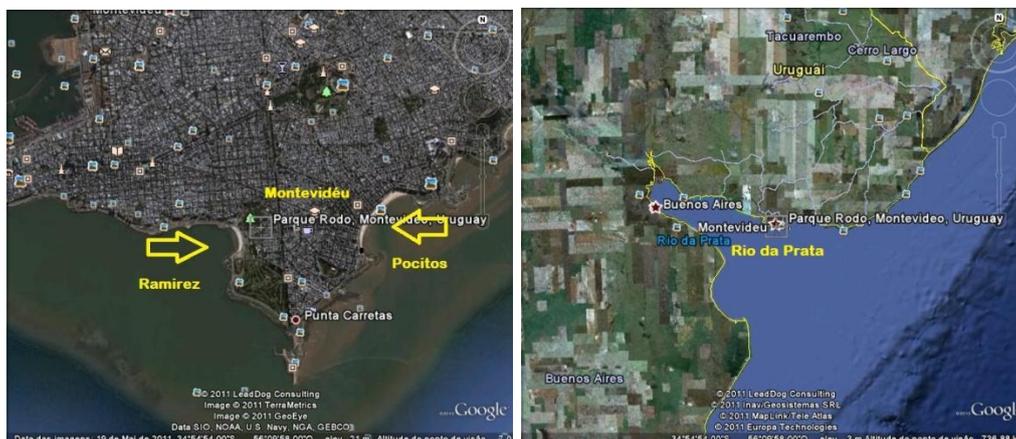
até a idade avançada, a variedade da paisagem, tudo isso ajudará a curar o doente crônico (CORBIN, 1989, p. 74).

O que se inscreve é o movimento, a ação do corpo junto à água do mar. A energia vital se origina desse contato com um ambiente hostil não somente por sua natureza, mas também pelo conjunto de representações diluvianas e monstruosas que ele proporcionava até meados do século XVI. O contato com o mar era como um combate, uma luta travada entre os homens e a natureza – homens que saíam sempre fortalecidos desse encontro que gozava o simulacro de ser engolido recebiam o solavanco das ondas, para depois retornar a terra firme com os músculos revigorados.

Podemos perceber uma confirmação dessa noção no trecho seguinte do prospecto, quando apresenta as características negativas das praias do Uruguai:

E, entretanto – se a injeção das águas do Prata, por um lado tira as águas do mar os seus princípios salutres – são as praias de Montevideo regularmente mansas, pela sua situação abrigada. E, - notemos aqui – nenhuma das praias que acima nos referimos está como a costa do oceano na Mangueira, em constante marulho e frequentemente exposta ao vergalhão (PROSPECTO, 26/03/1886)

O fator que desqualifica as praias de Pocitos e Ramirez é associado, justamente, a sua morosidade. Para uma melhor visualização desse argumento do prospecto apresentamos o seguinte mapa:



Mapas 2 e 3 : <http://googleearth.com>. Acessado em 09/11/2011

Trata-se de duas praias na embocadura do Rio da Prata que, mesmo com o contato com o Atlântico, ainda assim, são entendidas como “mansas” e por isso não são localidades aptas para os fins dessa luta imaginária contra as ondas que revigoram. No bojo desse argumento podemos perceber, novamente, a alteridade em relação aos banhos termais, ou em águas doces, pois ao sugerir o encontro do mar com o Rio da Prata, é atribuído ao segundo o

papel de agente que prejudica a finalidade que deve ser alcançada pelos banhos: o marulho e o vergalhão<sup>26</sup>.

Ainda, o Prospecto reconhece que estão em curso “instalações colossaes” nessas localidades uruguaias. Tal informação permite confirmar aquela idéia de que uma pesquisa foi realizada previamente à confecção do documento, haja visto que ao citar as instalações que estão sendo construídas seria necessário algum tipo de contato com essas praias da região do Prata.

É interessante, nesse momento, lançar uma ponte entre a formação balnear no Uruguai e a proposta elaborada na cidade de Rio Grande. No texto de Gustavo Valleja, que trata do empreendedorismo e das atividades ligadas à formação balnear do uruguaio Francisco Píria somos informados que desde a década de 1870 os banhos estão sendo praticados na costa. Sendo que o grande salto qualitativo do litoral, conforme o autor apresenta, estaria na ação de loteamento de terrenos e investimento litorâneo por parte de Píria (VALLEJA, 2002, p. 106).

Para Valleja, a criação de balneário às margens do Rio da Prata, notadamente Ramirez em 1871 e Pocitos 1875, atendem sim a uma demanda da população que buscava “otros aires”. Porém, logo na década seguinte, estaria: “cada vez más difícil em ambas as orillas discernir hasta donde llegaba el placer y donde comenzaba una necesidad, que era ahora la de participar de ‘concenso ostentatório’” (VALLEJA, 2002, p. 106).

Efetivamente, o autor se refere não só ao Uruguai, mas também aos argentinos que atravessam o rio para se alocar em Pocitos e Ramirez desde muito cedo. No caso dos argentinos, esses fugiriam da cidade, buscavam o afastamento da urbanizada Buenos Aires e procuravam ares mais saudáveis à costa, por sua vez os uruguaios sempre estiveram mais direcionados a usufruto das praias enquanto um luxo pertencente à elite oriunda do campo. E o que notamos aqui é que, na década de 1880, as motivações terapêuticas já estão conjugadas ao fator “empreendimento”.

Essa característica será acentuada pela presença de Francisco Píria, apresentado como um grande empreendedor, capaz de tornar locais ermos e com precárias condições de acesso, em regiões valorizadas, transformadas em loteamentos destinados as camadas mais ricas da população uruguaia. No caso balnear é seu nome que desponta como grande articulador do “negócio” que viria a se transformar Pocitos e Ramirez, desamarrando-se das premissas terapêuticas antes mesmo do começo do século XX e, como afirma Valleja: “em el imaginário

---

<sup>26</sup> Marulho, segundo o dicionário eletrônico Houaiss pode ser entendido como “agitação permanente das águas do mar, constituída pelo movimento incessante de vagas curtas e pouco altas” ou “o ruído característico que acompanha essa agitação” (HOUAISS, 2010). Por sua vez, “vergalhão” diz respeito ao fato de receber um golpe com demasiada força, o que ganha sentido quando pensamos no choque que as ondas podem proporcionar.

de las elites argentinas e uruguayas la idea de que el verano mas que um período para ‘tomar aire’, como lo habia sido, representaba la ‘temporada de banõs’” (VALLEJA, 2002, p. 107).

Cabe ressaltar que essa conexão entre as praias uruguaias já havia sido pensada, mesmo que de forma breve, por Maria Terezinha Gama Pinheiro (1999). Segundo excerto de sua dissertação de mestrado:

Os relatórios das companhias ferroviárias que administraram o balneário nos esclarecem que as influências mais próximas para o despertar do interesse deste novo tipo de núcleo urbano foram os balneários do Uruguai (sic) aos quais os gaúchos estão intimamente ligados, não apenas pela fronteira terrestre sem descontinuidade física, como também pela identidade cultural (PINHEIRO, 1999, p. 44).

Para a geógrafa, responsável pelo primeiro texto em nível de pós-graduação referente ao balneário, Pocitos e Ramirez alimentava a imaginação da elite riograndina naquilo que concernia às possibilidades de sucesso de uma praia, e complementa:

Acreditamos que a referência às famosas localidades balneárias européias foi evocada pela divulgação dos benefícios terapêuticos dos banhos de mar, que tiveram sua origem na Europa, além do prestígio que traria ao novo balneário, facilitando a adesão a essa nova prática de forma mais rápida (PINHEIRO, 1999, p. 44)

Ao seguir aquela lista de praias apresentadas pelo Prospecto, ele realiza a seguinte classificação da Praia de Fora, em Santa Catarina:

A praia de Fora em Santa Catharina é situada dentro da Bahia formada entre a Ilha e pelo continente; é acanhada, e de um extremo ao outro dominada por casas de moradia que, se por um lado facilitam as acomodações ao banhista, são por outro lado inconvenientes pela falta de liberdade das que família que alli concorrem, e pelos esgotos que dessas casas provém (PROSPECTO, 16/03/1886).

A Praia de Fora possui um acesso facilitado, mas carece da falta de estrutura. Existe mesmo população no entorno dessa praia, mas as condições de estabelecimento de banhistas se veem prejudicadas, justamente, por um público não só abrangente, proporcionando a falta de “liberdade”, mas também um público bastante díspare daquele que procura os banhos. Nesse período os habitantes da praia catarinense são, em grande relevo, pescadores.

Sergio Luiz Ferreira, em seu livro *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina* apresenta essa informação:

... o mar já era bastante utilizado pela população. As relações que se davam na então nascente Nossa Senhora do Desterro podem ainda ser observadas nas localidades do interior da ilha. Homens e iam e vinham da pescaria, mulheres extraíam os moluscos e crustáceos necessários a alimentação da família. O mar era, portanto, lugar de trabalho. Ia-se a praia em busca da alimentação necessária a sobrevivência, não para fins de banho de mar (FERREIRA, 1998, p. 20).

A relação estabelecida entre os habitantes e o litoral de Santa Catarina, como podemos perceber, estava muito mais conectado a idéia do trabalho, de lugar de onde provém o sustento, do que iniciativas ligadas aos planejamentos de lazer e sociabilidade balnear. Somado a isso, a questão dos esgotos, citado no Prospecto, também é apresentada por Sergio Luiz Ferreira, quando esse diz que até os últimos anos do século XIX as casas na Praia de Fora estavam de costas para o mar, usando-o como despejo de detritos (FERREIRA, 1998, p. 48-49). Será a partir de 1911 que, efetivamente, a Praia de Fora irá se consolidar enquanto lócus da elite comercial e industrial florianopolitana (FERREIRA, 1998, p. 51).

Mesmo com esses elementos prejudiciais ao uso do mar, o Prospecto apresenta a informação do deslocamento de famílias do Rio Grande do Sul e do Paraná ao Desterro, porém o número periódico de “consumidores” não aumenta devido à quantidade de deficiências que seu litoral apresenta. Somente após a virada do século que providências serão tomadas e Santa Catarina passará a investir nos seus balneários (FERREIRA, 1998).

Sobre as praias localizadas no centro do Brasil Império o prospecto informa:

As praias de Santos vão rapidamente desenvolvendo elementos consideráveis de transporte e conforto. Duas extensas linhas de carris – uma dellas a vapor – communicam a cidade com estas praias.

Em Nitheroy a praia de Icarahy monopolizou todos os progressos da edificação da cidade, e verdadeiros palácios existem, recentemente construídos em sua vizinhança. Finalmente, no Rio de Janeiro, as praia de Santa Lu zia e Botafogo mostram uma sucessão de estabelecimentos balneares de primeira ordem, produzindo largos benefícios aos seus fundadores (PROSPECTO, 16/03/1888)

Quanto às praias de Santos, o Prospecto cita o nome da Santos City Improvements (Melhoramentos da Cidade de Santos), e a o localidade de São Vicente como uma “vila florescente”. Foi essa empresa que prolongou seus trilhos urbanos até o litoral de Santos em 08 de outubro de 1871, em seu estudo sobre as ferrovias brasileiras Alen Morrison informa:

The Companhia Melhoramentos da Cidade de Santos opened an 800 mm gauge tramway from the railroad station to the beach on 8 October 1871; this was a year before the first streetcar ran in São Paulo. The town of São Vicente, on the western side of the island, inaugurated a 1350 mm gauge interurban tramway to Santos (via Matadouro) on 24 October 1875. The Carris de Ferro da Villa de São Vicente converted this 9 km line to steam traction in 1885 (MORRISON, 1985)<sup>27</sup>

A extensão das linhas até o litoral, por iniciativa da empresa Melhoramentos da Cidade de Santos teria dado o impulso necessário aos banhos de mar. A parceria entre a empresa e a municipalidade é fundamental para o sucesso da empreitada, argumento que em

<sup>27</sup> Em uma tradução livre: A Companhia Melhoramentos da Cidade de Santos abriu um calibre de 800 milímetros de bitola elétrica da estação ferroviária para a praia em 08 de outubro de 1871, este foi um ano antes do primeiro bonde que funcionou em São Paulo. A cidade de São Vicente, no lado ocidental da ilha, inaugurou 1350 milímetros de tramway interurbano para santos (via Matadouro) em 24 de outubro de 1875. A Carris de ferro da Villa de São Vicente converteu a linha para o sistema a vapor em 1885.

muito colaborava para o discurso encontrado junto ao Prospecto – que dialogava tanto com a Intendência Municipal, como também buscava respaldo no empresariado local.

Em seu trabalho sobre as praias sulinas, Schossler faz referência à Praia do Guarujá, em Santos. Segundo ela, a idealização balnear atendia a um projeto de urbanização, ligado, fundamentalmente a “empresários urbanos de sucesso e produtores de café que formavam um grupo econômico ligado à empresa *Prado, Chaves e Cia*, que decidiu construir um empreendimento balnear” (SCHOSSLER, 2010, p. 43).

A referência a Santos, então, não é sem razão de ser, pois o Prospecto evidencia uma localidade que coaduna características bem próximas daquelas que são almejadas pela Carris Urbanos do Rio Grande. Existe a característica portuária, presente em ambas as localidades, bem como a incipiente urbanização – cidades abertas para o mundo através do contato com o Atlântico e possuindo projetos balneares no último quartel do século XIX.

Similar com os catarinenses, os cariocas usavam o mar como local de despejo de dejetos pessoais. Victor Melo afirma que, ainda no Império, grande parte do lixo da cidade era jogado no mar (MELO, 1999, p. 43). Porém, ao contrário dos habitantes do litoral de Santa Catarina, a relação com a alimentação derivada do mar era de distância, segundo Melo, “até seus produtos alimentares não gozavam de prestígio entre a população. Constantes eram os avisos em jornais condenando o uso alimentar do peixe, supostamente um mal para saúde” (MELO, 1999, p. 44).

A mudança em relação ao mar, segundo esse mesmo autor, se dá primeiro com o uso dos banhos de mar pela família real. Após o uso dos banhos de mar para curar mordidas de carrapato de Dom João VI, a cidade do Rio de Janeiro passa a ter preocupações com o seu saneamento, mobilizando esforços de médicos, sanitaristas e engenheiros, com isso: “Mesmo que lentamente, começaram a se buscar medidas que tornassem a cidade ‘mais habitável’, os ‘poderes’ da água começaram a ser ressaltados, e os banhos de mar passaram a ser sugeridos como prática terapêutica” (MELO, 1999, p. 44)

Será em Botafogo um desses redutos destinados a valorização dos banhos de mar no Rio de Janeiro, local que Victor Melo classifica com “ainda distante, mas aprazível e perto de um mar mais limpo” (MELO, 1999, p. 44). Somado a isso, a configuração dessas localidades de banhos que despontavam no Rio estavam baseadas em uma demanda aristocrática, famílias abonadas que buscavam fugir de um crescimento urbano desenfreado e desorganizado (MELO, 1999).

Tanto Melo (1999) como Rosa Maria Araújo (1993) apontam para esse caminho, o primeiro argumenta que no contexto de desenvolvimento das reformas urbanas um novo estilo

de vida, ligado a uma “cultura burguesa” estava em curso, tornando os banhos de mar mais um dos prazeres dessa camada. Por seu turno Araújo diz que, devido à urbanização das localidades litorâneas e uma “maciça propaganda dos interessados financeiramente em tal expansão” desenvolveu-se uma forma lúdica de contato com a praia, resultando em sua utilização para o lazer (ARAÚJO, 1993, p. 321-322).

Ou seja, no momento em que o prospecto da Carris Urbanos é confeccionado e apresentado junto aos acionistas e à assembléia provincial, estava em curso uma mudança na forma de apropriação dos banhos nos últimos suspiros da corte imperial. Ao retomar a citação que o documento faz às praias cariocas, transparece, justamente, aquela dupla característica: a presença aristocrática e o sucesso empresarial, em nenhum momento aludindo a banhos terapêuticos.

Não queremos dizer com isso que os banhos destinados à cura desapareceram, pois certamente ainda eram praticados, porém, naquele jogo de forças próprio do campo das representações, uma se ensaiava vencedora: a praia enquanto lazer, local de sociabilidade e distinção social. O Prospecto ao escolher o exemplo carioca, bem como o de Santos, acentua essa carga representativa dos banhos de mar como um negócio a ser explorado, operando a questão terapêutica mais como uma das possibilidades de uso do que, genuinamente, o motivo central para o deslocamento ao litoral.

O conjunto de comodidades que o balneário poderá oferecer se faz sentir no trecho a seguir; aparelhos tecnológicos como o telefone, ou mesmo itens básicos da civilização moderna, como iluminação e encanamento, passarão a fazer parte de uma localidade que, até pouco tempo atrás, não era mais do que um grande banhado. Tudo providenciado, como em outras praias, por “grandes empresas”, que farão da praia um grande negócio.

melhoramentos de caráter público a que os districtos populosos fazem jus: os telegraphos e telephones, os carris urbanos, a iluminação a gaz corrente, os encanamentos de agoa potável. É também certo que a província conta uma população bastante numerosa para obter, para uma praia de banhos junto a Rio Grande, a mesma seiva que a província de São Paulo fornece as duas praias de Santos, cujas praias, como acima se disse, sustentam grandes empresas (PROSPECTO, 16/03/1886)

O item seguinte, não por acaso, intitula-se **Resultados Financeiros**.

Parece de sobra evidenciado que a existência de uma cidade como Rio Grande próximo a costa do mar, oferece vantagens especiaes. É intuitivo que não podendo chamar a outro ponto da província a massa de banhistas que a mesma província possa fornecer – o Rio Grande está destinado a ser o único centro a que convirjam os habitantes da província e até mesmo os de além das fronteiras (PROSPECTO, 16/03/1886)

A confiança no negócio é pungente, da característica geográfica da cidade, passando pelo clima, até as comodidades oferecidas, pinta-se um paraíso em terra. Almeja a empresa Carris não menos que o centro de referência dos banhos de mar no Estado/Província, o centro de uma atividade moderna e civilizada.

Os custos de tráfego se dão da seguinte forma:

Não haverá nessa linha necessidade de amiudar as viagens de bonds como sucede na linha urbana; e portanto o tráfego será correspondente as exigências da quantidade de passageiros ou cargas. Em taes condições é claro que o mais diminuto movimento poderá dar o juro necessário ao capital. Esse ponto de vista, tão excessivamente modesto, é porém inaceitável em vista dos grandes resultados que em todo o mundo as estações balneares ou os seus meios de transporte tem produzido (PROSPECTO, 16/03/188)

Mais uma vez a empresa não se furta do ‘lucro certo’, entende que não tendo razão para se “amiudar” o tráfego será de acordo com a demanda. Na seqüência diz:

Se esta linha provier a aceitação e sucesso de todas as que, nos portos visinhos, tem sido estabelecidos – o resultado será acima de toda a expectativa. Para este resultado contribuirão: o pequeno capital e a economia do tráfego. E nada de similar aos banhistas que visitam Montivideo e Santos necessitamos para obtenção de juro conveniente. Duas centenas nos seriam de sobra (PROSPECTO, 16/03/1886)

De forma pormenorizada a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande evidencia o número de banhistas que procuram as praias do Uruguai, em torno de 50 mil nesse ano de 1886, bem como publica o capital investido pela empresa santista que faz o tráfego até o litoral, 800.000\$000. O Prospecto acredita que com um investimento de 250:000\$00 será possível atender uma população numerosa como a de São Paulo e duplicar aquele número das praias uruguaias em relação aos visitantes.

Encerra o tópico com a sentença:

Concluindo este capitulo, diremos: se depois de tão palpável demonstração de resultados, os capitaes se retrahirem e os interessados se tornarem indiferentes – a província terá retardado o seu progresso; os que enfermarem succumbirão por falta do elemento reparador dos banhos gozados com todas as commodidades; os proprietários do Rio Grande terão deixado brecha para a competência de outras localidades menos edificadas; e os capitaes se empenharão em outros commetimentos, perdendo o ensejo dos lucros consideráveis que lhe offerece (PROSPECTO, 16/03/1886).

Ainda nessa posição de convencimento, de mostrar o quando é viável tal empreendimento de banhos, a Carris apresenta o tópico **Razões Especiais**, no qual evidencia os gastos que existirão, comparando esses com os gastos de outras empresas carris da província.

Para trazer confiança nossa empresa em seus detalhes de economia da construção e exploração são necessários alguns esclarecimentos. Os custos das linhas e material

rodante das empresas de carris de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande (linha urbana) são muito superiores ao da estimativa para a linha da Mangueira:

- Porto Alegre = 35:000\$000 (por km)
- Pelotas = 30:000\$000
- Rio Grande (urbana) = 14:000\$000

Esta é a demonstração relativa a construção e instalação, isto é, ao emprego do capital. Igualmente especial é, ou antes será a organização da empresa, pelo lado das despesas de custo, nas verbas da administração e conservação. (PROSPECTO, 16/03/1886)

Se aproximando de suas últimas linhas, já no que chama de **Conclusão**, o documento diz:

Estas são as considerações com que entendemos dever explicar as circunstâncias que se prendem a execução desse melhoramento. A Companhia Carris Urbanos concessionária do prolongamento de uma linha de natureza rendosa, e que a mais da vantagem da ligação da costa do mar com a cidade, oferece constante e crescente renda que a linha da Mangueira auferirá do povoamento deste districto e roteamento de suas férteis terras – vem oferecer, de graça – a uma corporação diversa, os benefícios daquela concessão. A Companhia de Carris Urbanos se contenta para compensação do seu acto generoso com a seiva indirecta que a sua linha trará a projectada, e lembra-se ainda que concorre effizcamente para o desenvolvimento de uma nova industria de alto valor para a cidade do Rio Grande, que necessita de elementos de vida própria; cuja cidade é afinal a sua sede e o seu campo de acção (PROSPECTO, 16/03/1886)

O balneário, como podemos perceber, trata-se de um daqueles “melhoramentos” que circundam o fim do século XIX no Brasil. E nessa tarefa de lidar com o tempo já escoado, a operação que desmonta esse documento imbricando sua confecção em um tecido social que vai além do próprio texto, nos permite perceber um primeiro conjunto de representações, as quais apontam para um desenho litorâneo ao Sul do Sul.

Acreditamos que a relação entre o discurso terapêutico e a criação do balneário merece cuidados, pois a livre associação entre ambos, por si só, não explica o empreendimento levado a cabo pela empresa carris. Ao contrário do que propuseram outros trabalhos, o local em planejamento não dialoga com os banhos termais em voga no Brasil, mas busca traços comparativos com praias litorâneas, aliás, não existe nenhum tipo de citação às termas ou mesmo suas propriedades medicinais.

Ao traçar um paralelo com o litoral Norte, tanto para Correa (2010) como para Schossler (2010), o ponto de partida para a procura dos banhos estará associado, fundamentalmente, à proposta medicinal, que se imbrica de forma pungente nas questões étnicas tecidas a partir da colonização germânica dessa fatia do Estado. Na leitura de ambos, a experiência termal é essencial para o arranjo que será feito no litoral Norte, tanto na forma de

usufruir de suas águas, como também de realizar uma manutenção identitária, na qual o protagonismo social desse quinhão de litoral estará associado a esse grupo germânico<sup>28</sup>.

Em seu artigo *Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários do Rio Grande do Sul* (2010), Silvio Marcus Correa descreve essa influência do termalismo, a medicina hidrológica, e uma difusão dos elementos medicinais das águas termais e marinhas associadas à medicina alemã de nomes como Heinz Von Ortenberg, Avé-Lallemant e Johannes Franz Epps. Assim, no caso específico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, os balneários são fundados pelo discurso terapêutico, e será somente no decorrer dos anos que outros atributos, como a facilitação do acesso e conseqüente massificação de espaço, irão modificar esse cenário inicial.

Dada a omissão às localidades termais, ou mesmo citação à medicina germânica em circulação na Província, as possíveis leituras que credenciam a existência da praia de banhos em Rio Grande tão somente à finalidade terapêutica são afastadas. No Litoral Sul encontramos uma relação direta com as praias uruguaias, essas atuando enquanto modelos a serem seguidos para o planejamento e construção balnear em Rio Grande.

Mesmo que o documento desqualifique as praias de Pocitos e Ramirez, pelo fato da relação com o Prata e a diminuição daquele encontro bravio entre homem e natureza, a possibilidade de encontrar semelhanças com a formação balnear litorânea uruguiaia é maior do que em relação às praias do próprio Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Desde muito cedo, já na década de 1880, a tônica para a incursão balnear não se dava apenas por fatores curativos, mas sim por uma imbricação entre essa proposta e o desenho de uma nova forma de lazer. A mudança de perspectiva frente ao que a praia poderia oferecer, como bem mostra Valleja (2002), atinge a própria maneira de se referir aos banhos, quando deixam de usar a expressão “tomar aire” para usar a corrente forma “temporada de banhos”, a qual se presta mais ao uso do lazer e do empreendimento turístico planejado do que aos fins de cura.

E papel fundamental tem Francisco Piria nesse processo de exploração da zona balnear uruguiaia. A figura do empreendedor que enriqueceu após a Guerra do Paraguai se faz sentir quando esse, em sua busca de lotear terrenos na costa, percebe no litoral uma ampla fonte de ampliação de negócios através de uma formação balnear destinado as camadas aristocráticas e burguesas da região platina (VALLEJA, 2002).

---

<sup>28</sup> Alain Corbin (1989, p. 279) apresenta em sua obra essa característica da ciência germânica enquanto precursora dos estudos relativos ao uso das águas e seus atributos terapêuticos na Europa.

Nessas localidades platinas já está em curso o que a Carris visa iniciar: a empresa balnear. E no ano de 1890 a mesma Companhia Carris, com o balneário já recebendo a nomeação de Villa Sequeira, lançará um segundo documento destinado ao público citadino e aos visitantes da localidade recém inaugurada: o Guia dos Banhistas.

## 2.4 O Guia dos Banhistas<sup>29</sup>

O Guia dos Banhistas, assim como o documento anterior, possui o status de “monumento”. Como um manual destinado aos sujeitos que fariam uso dos banhos de mar no século XIX, o Guia é uma daquelas fontes sedutoras, que encanta o historiador e faz com que se multipliquem as armadilhas em cada uma das páginas que percorremos.

Seu nome completo é: *Guia dos Banhistas: Informações sobre a praia de banhos na Villa Sequeira*. Ao todo são vinte e três páginas, divididas em seis tópicos, que apresentam os esforços realizados para construir o balneário, as formas que os banhos devem ser efetuados e as comodidades que a Villa Sequeira oferece para quem à procura.

Em forma de livreto, ele foi produzido pela empresa concessionária da linha de trem e incorporadora da área litorânea, confeccionada e impressa em 1890 pela Typographia da Livraria Rio-Grandense. Sua distribuição era realizada de duas formas: na chegada à estação ferroviária do balneário, ou então no interior do Hotel Cassino, o qual possuía exemplares para seus hóspedes.

Difícilmente os banhistas não teriam acesso, ou desconheceriam esse manual de banhos elaborado para divulgação do novo empreendimento, ou como diz Célia Maria Pereira: “tinha a intenção de seduzir e atrair banhistas para a costa” (PEREIRA, 2005, p. 35). Porém, para além de um simples meio publicitário, o Guia dos Banhistas possuía o caráter de um manual de regulação e civilidade para os banhistas sulinos.

Assim, uma das saídas que encontramos para operar com essa fonte que emana sedução é não negar o status subjetivo que o compõe, já que esse documento, enquanto suporte material intermediava uma relação dos sujeitos com o balneário, logo, mediava uma relação de ordem interna com o espaço a ser praticado. Nesse exercício, realocamos o Guia em uma perspectiva diferenciada, inserindo-o no campo das sensibilidades.

Na obra *Os Sete Pecados da Capital* (2007), na qual Sandra Pesavento nos apresenta um verdadeiro serviço de carpintaria ao desdobrar o tema das sensibilidades a partir de sete

---

<sup>29</sup> Vide Guia dos Banhistas de forma integral em anexo nº 6

casos de transgressão social que compõe o imaginário social porto-alegrense, encontramos o seguinte trecho:

A história cultural tem se empenhado, entre outras coisas, a resgatar estas sensibilidades do passado, ou as práticas culturais do sensível, através das marcas que deixaram nos materiais e arquivos, nas artes e na literatura. (PESAVENTO, 2007, p. 93).

Para nós, o Guia dos Banhistas está como a materialização de sensibilidades, com suas marcas de historicidade e indícios em que o olhar-detetive do historiador da cultura deve ser acionado para interpretar tais sinais, estabelecendo nexos e relações para tentar chegar a tal mundo do passado onde os homens falavam, liam, morriam e por que não, procuravam o mar.

Enquanto um suporte textual cabe aqui lembrar os apontamentos de Roger Chartier, autor que debruçou sua carreira sobre o estudo das representações a partir da editoração e publicação de textos na França do Antigo Regime. Tal autor nos diz:

Uma vez saídos das prensas, o livro, seja ele qual for, está susceptível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes segundo épocas, os lugares, os ambientes (CHARTIER, 2004, p. 173).

Embora não trabalhemos com os leitores da França do século XVIII, os apontamentos de Chartier sobre o uso do suporte textual, em seu ofício de perceber nesse tipo de documentação uma porta de entrada para o mundo das representações dos sujeitos de outro tempo, se apresentam como válidos ao analisar o nosso Guia dos Banhistas. Possuindo o formato de um pequeno livro, e graficamente semelhante às revistas ilustradas do século XIX, a confecção desse documento e as possíveis apropriações de sua leitura dão a ver um tecido social permeado pelas representações de verão que serão acionadas quando das temporadas de banhos.

Seguindo na proposta de Chartier a respeito das diferentes formas de leitura operadas por outros sujeitos, estamos diante daquele problema da “estrangeiridade”, no qual as sensibilidades de outro tempo se apresentam nas diferentes modalidades de leitura desse Guia. Efetivamente, não só outro tempo, mas um outro *no* tempo, e esse “outro”, para nós, são aqueles banhistas que agora procuravam o litoral nos meses de calor.

No trato dessa fonte, o primeiro questionamento a ser feito é aquele que diz respeito a sua própria confecção, aqui pensando na necessidade, ou mesmo recorrência de um manual para os banhos de mar. Não é demais lembrar que no caso da Villa Sequeira, o que estava em curso era um acontecer inédito no litoral do Rio Grande do Sul, ou seja, a vivência balnear de forma planejada, o que possibilita ver mesmo um sentido literal na palavra “Guia”, já que ele apresentava não só o local, o balneário aos banhistas, mas também visava ensiná-los, inseri-

los em uma pedagogia específica dos banhos de mar. O que nos leva a pensar o Guia dos Banhistas como aquilo que chamaremos de “manual civilizatório dos banhos” - não só um instrumento de propaganda da empresa carris, mas também um regramento no espaço balnear e na forma de fazer uso dos banhos.

Quando apresentamos o termo “civilizatório” estamos remetendo à clássica obra de Norbert Elias, *O Processo Civilizador* (2011). No sentido que o autor propõe, enquanto um constructo do próprio Ocidente em relação a si mesmo (ELIAS, 2011, p. 23), e referindo-se a uma sociedade de corte, o que se projeta é sempre a criação de direcionamentos sociais em prol de uma normatização das atitudes, da modulação de posturas, o controle dos sentimentos que forjam não só a alteridade da barbárie, igualmente construída, como também imbrica os sujeitos em uma sociedade na qual aqueles que melhor controle tiverem sobre suas paixões, maior êxito alcançarão nesse processo civilizatório. Maria Pilla realiza uma leitura bastante ilustrativa da obra de Elias quando diz:

Ou seja, é preciso alcançar o autocrontrol, bem como ter atitudes pensadas, ter o hábito de ‘ligar os fatos em cadeias de causa e efeito’, ser previdente e prudente ao tomar atitudes. Aí está a mudança ‘civilizadora’ do comportamento pensada por Elias. É a valorização do autocontrole e comedimento (PILLA, 2003, p. 6).

Importante papel alcançariam os manuais de civilidade no Brasil dos oitocentos, enquanto suportes que nivelariam a “boa sociedade” brasileira aos seus pares europeus, ao mesmo tempo em que se distinguindo do resto da população (RAINHO apud CAMPOS, 2007, p. 2).

Ao longo de todo o século XIX, e principalmente na primeira metade dos novecentos, a edição e reedição de vários manuais de civilidade e etiqueta circulariam pelo Brasil. Considerável reforço e divulgação desse tipo de material seria dado pelos periódicos, que apresentavam esses manuais como “indispensáveis” para aqueles que desejassem ser bem sucedidos em sociedade (RAINHO apud CAMPOS, 2007, p. 3).

Um manual de banhos é elemento quase nulo no que tange a historiografia que trabalha com o litoral brasileiro de banhos, sendo que a única referência a um guia semelhante diz respeito à praia de Mar Del Plata. Gustavo Valleja informa que em 1888 foi produzido um “Reglamento de Baños”, que ficaria em vigor por muitos anos e possuía como foco:

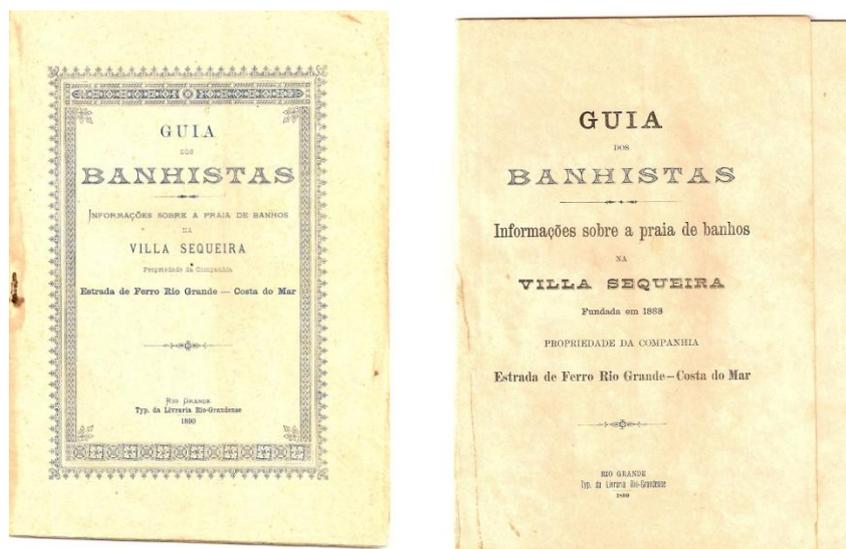
‘adecentar’ la drástica irrupción de lo privado em lo espacio publico, contenida en la exhibición con mayor naturalidad de cuerpos desprovistos de la necesaria distancia que establecia la ‘etiqueta’, ante la presencia del ‘outro’ (VALLEJA, 2002, p. 108).

Seria interesse das autoridades locais traçarem os limites do público e do privado no espaço para os banhos, propondo uma relação dos sujeitos com a praia que externava senão

um posicionamento do corpo, no jogo entre a proteção e a exibição, próprio do processo civilizador. Valleja defende que esse “Reglamento” é como um manual civilizador para os banhos de mar na costa platina:

El Reglamento era para la elite una forma de preservar sús ambitos de actuación que, en función del acatamiento a las exigências de la formalidad, reinstalaba la vieja antinomia civilización o barbárie como recurso socialmente excluyente. Se trataba de uma disciplina establecida para garantizar la preservación del control de esse espacio por quienes, además, fijarían los únicos horarios en que podía usas la playael personal doméstico, y donde, lo que sistetizaba la pertenencia a esse selecto grupo era la exhibicion de la ‘etiqueta’ (VALLEJA, 2002, p. 109)

A leitura que aqui propomos é bastante similar a proposta de Valleja. Ao mesmo tempo não podemos esquecer as palavras de Chartier, quando esse diz que a leitura não é uma invariante histórica, mas sempre um gesto individual ou coletivo dependente das formas de sociabilidade, das representações do sabe ou do lazer, daí a importância de situar o banhista-leitor no universo de produção do próprio suporte textual que aqui expomos (CHARTIER, 2004, p. 173).



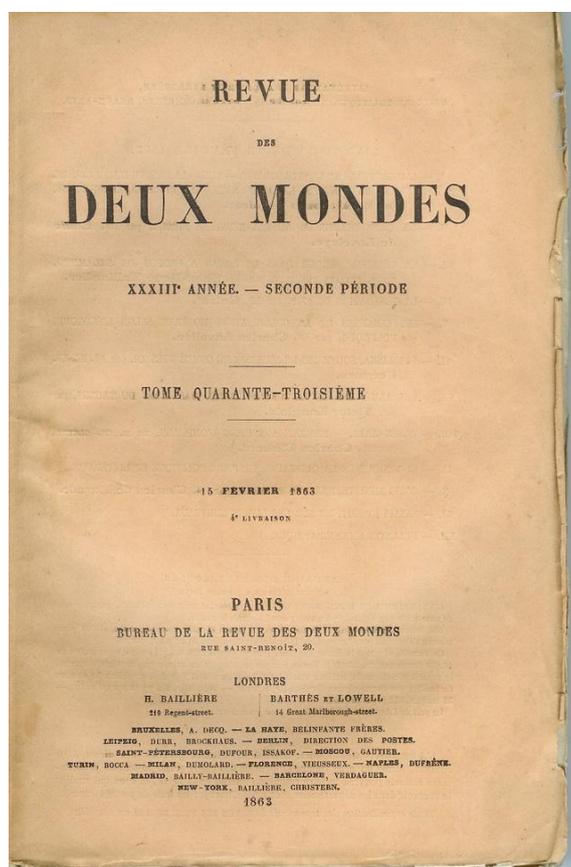
**Imagens 3 e 4:** Guia dos Banhistas, 1890 – Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande – CDH/FURG

As duas imagens acima dizem respeito às páginas de abertura do Guia dos Banhistas. Em termos gráficos a página principal mostra-se ornamentada, sedutora para que se siga folheando o manual, enquanto a segunda página repete a apresentação, porém sem os adereços circundando as informações.

Na segunda metade do século XIX o Brasil ainda flertava, de forma tímida, com a publicação de revistas ilustradas, as quais buscavam romper com a formatação rígida dos periódicos (MARTINS, 2008, p. 41). Esses projetos editoriais levados a cabo no período

enfrentavam todo tipo de dificuldades: “gráficas precárias, população analfabeta, ausência de livrarias e mesmo pontos de vendas, raras bibliotecas públicas e editoração praticamente inexistente” (MARTINS, 2008, p. 42).

Na cidade de Rio Grande o cenário não era muito diferente, excetuando o fato de possuir uma biblioteca, e os guias não serem destinados à venda, as outras características são correlatas. Nesse distanciamento gráfico do modelo periódico, a semelhança do Guia dos Banhistas com as revistas ilustradas dos oitocentos não é por mera coincidência, mas sim por um direcionamento de proposta editorial. No amplo estudo de Ana Luiza Martins (2008) sobre as revistas ilustradas brasileiras, apresentamos um dos modelos de maior circulação no Brasil Império:



**Imagem 5:** Revue des Deux Mondes – disponível em <http://denisdonikian.blog.lemonde.fr>, acessado em 22/12/2011

Na página de abertura do Guia dos Banhistas é presente o adereço gráfico que enquadra a apresentação, essa, como podemos perceber, é a diferença que se acentua quando comparamos com a *Revue des Deux Mondes*. Porém, o grupo de semelhanças entre o Guia e o formato gráfico da revista francesa permite aproximações, principalmente no que tange a

organização e apresentação da capa. Aqui pensando na formatação das letras, que se alternam em tamanho e forma de realçar o título, igualmente com as linhas que separam cada descrição elaborada pelo texto, culminando com a forma de apresentação da gráfica responsável pela confecção e o ano de produção.

Sobre essa revista francesa, Ana Luiza Martins diz que ela foi uma revista de cultura festejada por todo o Império, presente nas bibliotecas do país e que circulava pelas mãos de literatos e até mesmo do Imperador Dom Pedro II. A mesma autora apresenta a informação de que o Brasil foi o melhor “mercado” da *Revue*, tornando-se um ícone do saber elitizado, fornecendo ao seu leitor informações sobre o que havia de mais moderno do outro lado do Atlântico (MARTINS, 2008, p. 75).

Vale lembrar que, nesse período, Rio Grande possui uma das bibliotecas de substancial acervo em termos nacionais, seja de livros, revistas e fundamentalmente circulação de periódicos (ALVES, 2002). Pensar na circulação desse tipo de material gráfico em Rio Grande, portanto, não consistiria em nenhuma surpresa ou descabro.

O Guia dos Banhistas é dividido em seis tópicos: Situação, O Tratamento Marítimo, Precauções Hygienicas, Commodidades na praia, Habitações na Villa Siqueira e Salão de visitas e concertos, e de jogo. Dentro de cada capítulo ainda existem subtítulos, que organizam os assuntos a serem detalhados pelo informativo.

No que tange a **Situação**, o Guia apresenta aspectos gerais do balneário que foi construído. Nas suas características geográficas:

A praia de banhos Villa Sequeira está situada sobre a costa do Oceano Atlântico, a 8 kilometros ao sul da boca da barra do Estado do Rio Grande do Sul, no districto da Mangueira no município do Rio Grande (...) Abrange 300 metros ao longo da costa e cerca de 2200 metros de fundo, cortada ao meio pela linha férrea que a liga com a cidade do Rio Grande (GB<sup>30</sup>, 1890, p. 3).

Uma extensa alameda é projetada, 2.200 metros de extensão por 40 metros de largura, cercada por terrenos de 100x50 metros, formando ruas de 16 metros de largura (GB, 1890). Em um dos subitens desse primeiro momento, de nome “natureza do solo”, o documento diz:

Tomou-se necessário à companhia empregar avultado capital na aquisição de innumerous pequenos lotes de terras pertencentes a antigos possuidores, os quaes de forma alguma valorisavam estas terras – do que resultou que a sua apparencia era agreste, os caminhos intransitáveis, e constante a invasão das areias vindas do mar (GB, 1890, p. 4)

O Distrito da Mangueira tratava-se de uma terra destinada à criação de gado, que pouca menção merece nos relatórios municipais da Intendência nas décadas de 1870 e 1880.

---

<sup>30</sup> Optamos por essa abreviação junto às citações, com a sigla GB referente ao Guia dos Banhistas.

Com a concessão da linha balnear, e conseqüente incorporação dos terrenos do Distrito, a Carris precisa comprar os pequenos lotes que, segundo o documento, desvalorizavam a localidade por estarem abandonados. Interessante frisar que os terrenos oferecidos à venda pela companhia concessionária não obedeciam a essa característica diminuta, mas sim a grandes lotes para construção dos futuros solares (PINHEIRO, 1999)

Outro projeto realizado pela companhia, segundo o Guia, será o de arborização e arruamento. O primeiro logo se faz sentir com a plantação ao longo da alameda de pinheiros, acácias e eucaliptos. Na faixa de terra mais próxima ao mar a plantação de “cedro marytino” foi feita, pois esse tipo de planta apresenta a característica de fixação das dunas. Já o arruamento, por sua vez, se dava nesse processo de um novo traçado destinado aos terrenos, com o cercamento dos lotes para futura venda.

Ainda nesse tópico encontramos a nomeação do local: Villa Sequeira. O Guia apresenta a seguinte passagem: “... futura povoação que recebeu do público a denominação de ‘Villa Sequeira’ – em reconhecimento da iniciativa tomada n’este melhoramento pelo cidadão Antonio Candido Sequeira, o actual gerente da empresa” (GB, 1890, p. 4).

Como já havíamos realçado naquela digressão, a figura de Sequeira é parte importante, senão fundamental, do entendimento dessa praia de banhos. Ao batizarem o balneário com seu nome, confirma-se uma tendência já encontrada nos periódicos locais, bem como na própria documentação da empresa carris: Sequeira como “autor da obra”.

Na descrição que faz da praia, o Guia dos Banhistas traça:

Ao Nordeste avista-se a duas léguas de distancia os estabelecimentos principais da praticagem da barra; ao Sudoeste descortina-se a praia lisa, resistente aos passos bem como às rodas dos vehiculos, que nenhuma depressão causam na areia; e em frente, ao Sueste, vê-se o grande, o immenso oceano; em que a attenção se fixa por um longo tempo, admirando as suas bellezas, relembrando as suas virtudes, e também segredos que encerra de riqueza animal, e de valores, e vidas que sepultou (G.B, 1890, p. 5-6).

Nesse trecho parece se coadunar boa parte daquele conjunto de representações sobre a praia, ou mesmo o mar, no Ocidente. Primeiro é importante destacar a perspectiva do Guia: ele organiza sua apresentação do mar como se alguém estivesse em sua frente, algum banhista imaginário que ao olhar para esquerda percebe o canal de entrada da cidade, da mesma forma olha para uma geografia plana que possibilita a rodagem de veículos – característica que será marcante no decorrer dos anos, constituindo hoje a Villa Sequeira como a única praia de banhos do Rio Grande do Sul em que os carros chegam até poucos metros da água.

A falsa percepção infinita, capaz de prender o olhar o espectador/banhista impressionado com uma pintura que seduz o olho humano, possui uma beleza que remonta

aos romances litorâneos do século XVIII. Estão presentes os “segredos”, o desconhecido que se esconde por trás da linha do horizonte, aquele fim do mundo próprio do tempo das grandes navegações e dos barcos desaparecidos em pleno oceano. Também os segredos que estão guardados nas profundezas desse mar, contribuindo também para o “sepultamento” de vidas, e sempre remontando a um imaginário no qual o desconhecido e a catástrofe caminham juntos.

Ao pensar no universo do leitor, notamos que esse conjunto de representações deveria fazer parte de um arcabouço de referências por parte dos banhistas. Sujeitos do século XIX que vivenciavam a emergência dos banhos de mar não só por suas características salutares, mas também pelo prazer/lazer, pelo estabelecimento de uma nova relação do homem com o mar. Estaria na frente deles mais do que um horizonte azul, mas também os signos correntes do século XIX acerca desse mesmo mar, que já fora perigoso, traiçoeiro, romantizado, curativo e agora servia ao desfrute dos homens em busca de um alívio do cotidiano efervescente das cidades.

O Guia dos Banhistas, nesse mesmo tópico, realça as escolhas possíveis que o banhista poderá fazer, entre banhos de maior ou menor profundidade, procurando sempre “o ponto médio da arrebentação para o banho de choque, ou somente o baixio para a imersão do corpo” (GB, 1890, p. 6). A idéia do confronto com o mar, com a “arrebentação” se sobressai mais uma vez, legitimando aquela proposta de um banhista que saia revigorado, fortalecido quando desse encontro.

Ainda no primeiro momento do Guia dos Banhistas, ele informa as “Precauções necessárias” que deveriam existir para que os banhistas pudessem ter bons banhos de mar: “não afoitar-se, a pessoa que não sabe nadar a ir além do ponto em que o mar cubra a cabeça” (GB, 1890, p. 6).

O argumento para que fossem cumpridas essas normas estaria nos cuidados que deveria existir em relação às ressacas marítimas, e também a possibilidade de câimbras por parte do banhista, o que lhe tiraria as forças de uma perna e iria expô-lo a “asphixia” (GB, 1890, p. 6). Também, começam a surgir os rastros dessa pedagogia dos banhos, no qual é preciso ensinar ao banhista a forma como deve enfrentar esse mar, respeitando-o e reconhecendo que a melhor maneira de ir aos banhos é com ressalvas, sem afoitamentos que pudessem causar conseqüências desastrosas.

O último detalhe desse primeiro capítulo do Guia dos Banhistas apresenta uma instrução para o uso qualitativo dos banhos de mar para organismo dos banhistas. Interessante é que esse item não é produzido pela empresa, mas sim através da apropriação de um excerto

da obra *As Praias de Portugal* do escritor portense Ramalho Ortigão, anunciando mesmo que tal atitude se faz por evitar uma “dissertação sobre assumpto em que somos incompetentes” (GB, 1890, p. 7).

Acreditamos que o diálogo que o Guia dos Banhistas estabelece com esse autor, e essa obra em especial, dá a ver um direcionamento de praia. O fato de existir a transposição de um texto para dentro de um livreto que circulará pelo balneário, não merece apenas uma citação avulsa, como se esse movimento em nada contribuísse ou acrescentasse para o entendimento do balneário em sua fase germinal.

Os excertos escolhidos para fazer parte do Guia dos Banhistas trata-se de **Tratamento Marítimo e Precauções Hygienicas**, alocados ao fim do seu livro, composto de relatos sobre a costa litorânea portuguesa. Após essa obra, acrescida de *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, o escritor foi convidado pelo jornal A Gazeta de Notícias, carioca, para publicar suas notas de viagem a partir de 1878 (MARRAS, 2004, p. 42).

Stelio Marras acentua a importância de Ortigão para uma popularização dos banhos no Brasil, sendo que suas crônicas percorriam a capital do Império apresentando a “novela da vida mundana, da vilegiatura e da cura, das experiências modernas de viagem. Tudo interesse vivo de um tempo que pretendia fruir a distinção entre lazer e trabalho” (MARRAS, 2004, p. 126). Joana Schossler também argumenta essa iniciativa do periódico como algo que dá a ler o interesse do público brasileiro por essa prática, bem como, a partir de agora, o incentivo (SCHOSSLER, 2010, p. 42).

É impossível precisar o circuito desse livro de Ortigão na cidade de Rio Grande, mas é imprescindível dizer que ele circulou pelas mãos daqueles que confeccionaram o Guia dos Banhistas. E outra possibilidade de acesso da obra do português em Rio Grande seria através das crônicas publicadas nos jornais cariocas

O Guia não apresenta o texto de Ortigão na íntegra, mas sim a partir de trechos específicos. Omite, por exemplo, toda uma explicação sobre Hidrologia Médica baseada na água do mar, principalmente em estudos de cientistas franceses. Apresentando um caráter de ordem prática, o documento riograndino parte logo para o seguinte trecho:

*O banho* pode ser considerado sob dois pontos de vista diferentes como agente *hidroterapico* e como *banho medicamentoso*<sup>31</sup>. A ação hidroterapica domina quando a duração do banho é mais curta e temperatura mais fria. Produz-se a ação medicamentosa quando a temperatura é mais elevada e a duração dos banhos mais longa (três quartos de hora) (GB, 1890, p. 8).

---

<sup>31</sup> Grifos presentes tanto no documento original, como no trecho do livro *As Praias de Portugal* de Ramalho Ortigão, na edição que dispomos de 1966.

Nessa distinção entre o banho de mar e os banhos de água doce que, correspondem, respectivamente, ao modelo hidroterápico e o medicamentoso, será o primeiro tipo àquele que se manifesta ao longo dos discursos da empresa responsável pela Villa Sequeira. O banho de mar funciona em uma categoria que Ortigão chama de “higiênica”, associada a um corpo vigoroso para o uso do banho em água fria, e mesmo direcionando as maiores qualidades do banho de mar, que estariam no combate “... à insuficiência do sangue, à depressão do sistema nervoso...” enquanto o domínio especial dos banhos de mar (GB, 1890, p. 8).

A indicação de banhos termais, segundo o trecho de Ramalho Ortigão inserido no Guia dos Banhistas, estava destinada aos escrofulosos e nevralgicos. Poderia mesmo os banhos de mar atuar, mas nesses casos apenas como coadjuvante de um processo, sendo o banho termal mais profícuo.

Para os diversos tratamentos marítimos em curso, um apontamento é essencial:

qualquer que seja a natureza do tratamento adoptado, é preciso não esquecer que elle será poderosamente auxiliado com o regimen higienico seguido na escolha dos alimentos, no exercicio, no theor de vida, na regularidade dos habitos” (GB, 1890, p. 9).

Ou seja, não basta um corpo em busca de tratamento, além disso, é preciso um saneamento cotidiano, balizado por uma conduta ordinária em que os preceitos da civilização também fossem operados. Esse sujeito que procura o mar, assim, deve ter regulado mesmo a sua alimentação de verão. Como bem aponta o excerto:

Da alimentação do banhista devem excluir-se os pratos irritantes, as substâncias difficeis de digerir, o abuso da mostarda, da pimenta, do café, das bebidas alcoólicas. Os almoços tão usados em Portugal, de café com leite e pão com manteiga, são umas massas mais indigestas e mais affrontantes que se podem ingerir nos estômagos (G.B, 1890, p. 9).

Nessa pequena está presente aquilo que o banhista não deve ingerir, e logo em seguida ele evidencia o que deve servir como alimentação ideal para quem deseja ir ao mar:

O bife de vitella ou a costelleta de carneiro grelhada, os ovos quentes e uma pequena chávena de chá preto, ou simplesmente o bom leite fresco constituem uma alimentação incomparavelmente superior (GB, 1890, p. 9).

A alimentação noturna também é sugerida, a qual atende as seguintes características:

Ao jantar convem um regimen pouco animalizado. De carne de boi nunca deve haver mais de um prato. São preferíveis as carnes brancas, a vitella, a gallinha, o peru, a sopa d’hervas, o peixe fresco com manteiga fresca, ou com simples molho de manteiga derretida em vinho Madeira, bons legumes, um vinho leve, água nevada, um sorvete, e uma laranja, uma boa pêra, ou um cacho de uvas (GB, 1890, p. 10).

Ao apresentar esse cardápio, inserindo esse excerto da obra de Ortigão, os banhistas possivelmente procurariam servir-se desses alimentos. E é preciso lembrar que, ainda nesse momento da confecção do Guia, eram poucas as casas de veraneio construídas para habitação, o que permite dizer que, possivelmente, esse *menu* constava nos serviços oferecidos pelo Hotel Cassino.

Esse capítulo sobre o tratamento encerra-se logo em seguida dentro do Guia dos Banhistas, porém, no livro de Ortigão, ele tem uma seqüência consideravelmente longa. Ortigão ainda irá apresentar outras formas de “tratamento”, ou mesmo de relação do banhista com o espaço de praia, percebendo a necessidade de que a vida balnear seja acompanhada pela literatura, especificamente, um conjunto de autores é citado como ideais para esse projeto de leitor-banhista: Barão de Hubner e Conde Beauvoir, os estudos de arte de Taine e de Lady Morgan. Igualmente, o banhista poderia se aplicar ao desenho ou outras atividades que deveria ter como finalidade o combate ao tédio (ORTIGÃO, 1966, p. 228).

A obra de Ramalho Ortigão serve para mais um capítulo do Guia, agora trata-se do título **Precauções higienicas**, nome homônimo ao capítulo que consta no interior do livro de Ortigão e que dá seqüência ao capítulo que abordamos logo acima. Nessas precauções, a finalidade, segundo o excerto, é o processo de “*antes dos banhos, no banho e depois do banho*”<sup>32</sup> (GB, 1890, p. 10).

O momento anterior ao banho atende algumas normas: ter completado a digestão e possuir em sua finalidade fisiológica ou terapêutica. E aponta também para a seguinte condição:

Se o banhista é robusto e procura apenas no banho a tonificação da água fria e a espécie de massagem produzida pelo embate da vaga, a sua hora mais oportuna é a da manhã. Para as pessoas débeis que procuram no banho os efeitos da composição chimica da agua salgada sobre os tecidos, a hora mais conveniente é das duas as cinco da tarde, quando por efeito do calor a temperatura do mar sobe cinco ou seis graus (GB, 1890, p. 10).

Nessa passagem, mais uma vez, fica evidente aquela diferenciação do destino dos banhos frios e dos banhos quentes, ou termais – que aqui se faz representar pela característica do aquecimento da água do mar. Além disso, podemos perceber uma proposição de duas praias em curso, aquela destinada aos corpos sadios, que compartilharão esse espaço com outros em mesmas condições, e outra praia praticada pelos frágeis corpos em busca de saúde.

Na seqüência do excerto, o documento diz que, ao entrar na água, os corpos já devem estar aquecidos, exigindo “Um certo exercício moderado, um pequeno passeio a pé, ao sol, é

---

<sup>32</sup> Grifo do documento. Contido também no texto original de Ramalho Ortigão.

muito útil” (GB, 1890, p. 11). Essa informação é completada com a advertência de que convém evitar que o banhista fique por muito tempo despido antes de entrar na água, já que seria nesse período que ele ficaria mais vulnerável às constipações. E oferece um painel de como seria o processo de mergulho na água:

É importante que o banhista ao chegar à barraca, se dispa com a maxima rapidez, enfie um calção de malha de lã, se envolva n’uma capa ou n’um *plaid* e corra immediatamente para a agua, desembuçando-se no momento da immersão (GB, 1890, p. 12).

Essa cena do mergulho, não podemos esquecer, acontece na costa portuguesa, e segue na descrição que o Guia costura:

As senhoras devem usar touca de guar-percha para não molhares o cabelo, e quando não tenham a touca não lhes convém mergulhar a cabeça (...) os longos cabellos molhados com a agua salgada produzem mais males do que aquelles que o banho é destinado a combater. (GB, 1890, p. 12).

Aqui percebemos uma “montagem” da roupa de banho feminina, o que é recorrente em toda obra de Ortigão. A referência no vestuário de banhos é pautada pela moda francesa da vilegiatura, influência que irá se difundir na cidade de Rio Grande através do comércio local e dos produtos que passa a oferecer quando da inauguração da praia de banhos. Outra característica a ser notada é que a obra de referência do Guia dos Banhistas, não só deixa de fazer qualquer referência ao vestuário masculino, como também direciona seu texto para o sexo feminino, constantemente usando o artifício retórico de direcionar-se às mulheres como leitoras do texto.

Até agora descrevemos o processo que antecede ao banho, agora passamos ao momento em que descreve como devem ser feitos os banhos:

No banho a immersão deve ser súbita e não entrando a água progressivamente, o que faz refluir o sangue das extremidades inferiores para o peito e para cabeça. É prejudicialissima durante o banho a immobilidade do corpo. Todos os membros devem estar em movimento durante a immersão (GB, 1890, p. 13).

O que está presente nessa passagem é aquela proposta de enfrentamento com o mar. A duração desse banho, segundo o Guia, irá depender do momento de um segundo “estremecimento”, sendo que o primeiro se dá no primeiro contato do corpo com a água do mar, sentir novamente essa sensação é sinal de voltar à areia. Caso o banhista não respeite esse ensinamento, a conseqüência será o arrefecimento do corpo, o desvanecimento das veias e a dormência nos pés e nas mãos e um peso na cabeça seguido de mal estar (GB, 1890, p. 13-14).

Deve o banhista respeitar os procedimentos ao mar, pois está lidando com uma força superior àquela do seu corpo. O risco que corre de não voltar a terra será considerável, acompanhado de um guia que se baseia nas modernas formas de vivenciar o mar na Europa, o leitor do Guia dos Banhistas tem em mãos um texto que lhe informa os riscos que corre caso desobedeça alguns preceitos básicos do mergulho no século XIX em águas atlânticas.

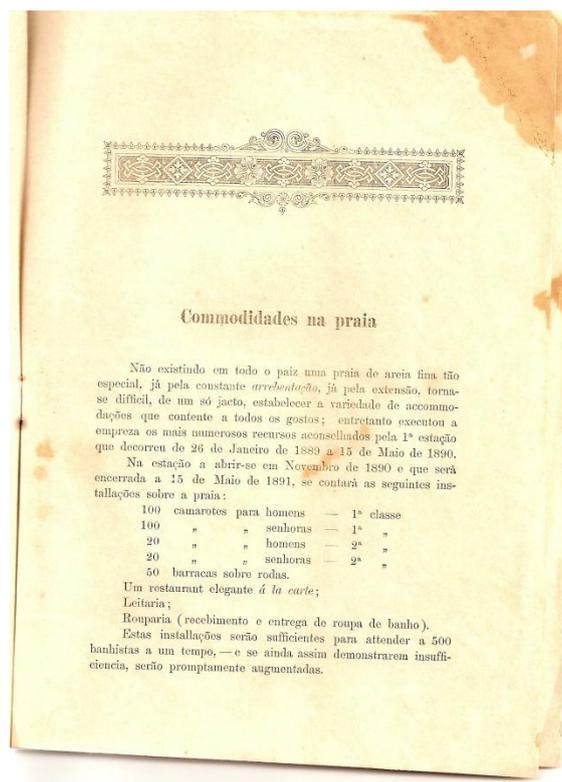
Encerrando o excerto de Ramalho Ortigão em nossa fonte, o *Depois do banho*<sup>33</sup> evidencia um processo peculiar:

deve ser o corpo rapidamente friccionado com um lençol áspero até dar a pelle uma cor rosada. Comer immediatamente depois do banho no período da reacção, é inconveniente. O mais salutar é um exercício moderado, um passeio a pé, de meia hora, na praia, debaixo de um chapéo de sol, com o cabelo solto... (GB, 1890, p. 14).

O banhista continua em movimento, é preciso se aquecer rapidamente, aumentar a temperatura do corpo. E aqui cabe salientar mais uma das diferenças que são observadas quando atentamos para o fator de tratar-se de um excerto: no caso da Villa Sequeira a possibilidade de sair do banho de mar e imediatamente fazer alguma refeição é diminuída quando pensamos que tal praia é perpendicular a sua alameda central e hotel de hospedagem, ao contrário dos balneários aos quais surgem na obra de Ortigão. Dificilmente o banhista procuraria os banhos e logo voltaria ao hotel para alimentar-se, evitando já o que chama de “inconveniente”, e fazendo bastante viável aquela possibilidade de caminhada à beira-mar logo em seguida dos mergulhos.

---

<sup>33</sup> Grifo do documento.



**Imagem 6:** Guia dos Banhistas, 1890 – Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande – CDH/FURG

Ao tratar desse item do documento, não podemos perder de vista um apontamento de Marcell Mauss quando diz: “cada sociedade tem hábitos corporais que lhes são próprios” (MAUSS, 2004, p. 213). Com isso em mente, podemos dizer que o homem não é produto de seu corpo, mas em diferentes contextos é ele que faz de seu corpo um produto, um servir-se próprio das representações que estão em circulação.

E quem contribui para esse debate é David Le Breton em seu livro *A sociologia do corpo* (2007), no qual aponta justamente essa relação entre corpo e representação do social.

O autor é muito claro, já no início de seu texto, quanto ao entendimento da corporeidade humana enquanto um “fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários” (LE BRETON, 2007, p. 7). Nessa postura, o corpo é como um norteador semântico, na qual a relação com o mundo é evidenciada e estabelecida através das formas de construção dessa corporeidade, das “técnicas do servir-se”.

E a constituição dessas maneiras de “usá-lo” não são dadas, naturais, mas sim constructos constantes das sociedades que fazem dele um dos vetores de representação, o que faz Le Breton apontar que a própria noção de corpo não é um universal, mas sim uma elaboração social e cultural. E segundo esse autor, na visão moderna do ocidente o corpo é

concebido pela representação do conhecimento biomédico, pela anatomofisiologia (LE BRETON, 2007, p. 26).

Gesta-se um corpo para os banhos, práticas específicas, maneiras de inscrição no cotidiano banhar, que não são naturais aos sujeitos, mas sim técnicas elaboradas por representações específicas que circulam no cotidiano. Os corpos saudáveis que procuram os banhos pela manhã, ou aqueles débeis que precisam fazer uso do turno da tarde, são superfícies de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais, e no caso ocidental moderno o conhecimento biomédico é apenas uma representação do corpo, entre outras possíveis, eficaz para as práticas que sustenta (LE BRETON, 2007, p. 29).

E o fato de existir um Guia dos Banhistas introduzindo uma forma de técnica, uma modulação para a agência dos sujeitos em relação ao seu corpo, remete a noção que Le Breton chama de “etiqueta corporal”. Segundo ele:

Interações implicam em códigos, em sistemas de espera de reciprocidade aos quais os atores se sujeitam. Não importam quais sejam as circunstâncias da vida social, uma etiqueta corporal é usada e o ator a adota espontaneamente em função das normas explícitas que o guiam (LE BRETON, 2007, p. 47).

O Guia, enquanto um documento que apresenta diversas camadas quanto à elaboração de uma pedagogia de banhos – um “manual civilizatório dos banhos” – não deixa de pontuar essa característica de imputar um “corpo de/para banhos”. Maneiras de engajar e servir-se do corpo no espaço são apresentadas não só na esfera da sociabilidade do balneário, mas também naquilo que tange o encontro dos sujeitos com o mar.

Após os rituais do banho, o documento passa a referenciar aquilo que chama de **Commodidades na Praia**. Nesse momento ele se preocupa em apresentar uma estrutura aprimorada em relação à temporada de banhos – 1890/1891.

100 camarotes para homens – 1ª classe.  
 100 ” ” senhoras – 1ª classe  
 20 ” ” homens – 2ª classe  
 20 ” ” senhoras – 2ª classe  
 50 barracas sobre rodas  
 Um restaurant elegant á la carte  
 Leitaria  
 Rouparia (recebimento e entrega de roupas de banho) (GB, 1890, p. 15).

Referente aos camarotes e barracas, o suporte visual colabora para apreensão desse espaço.

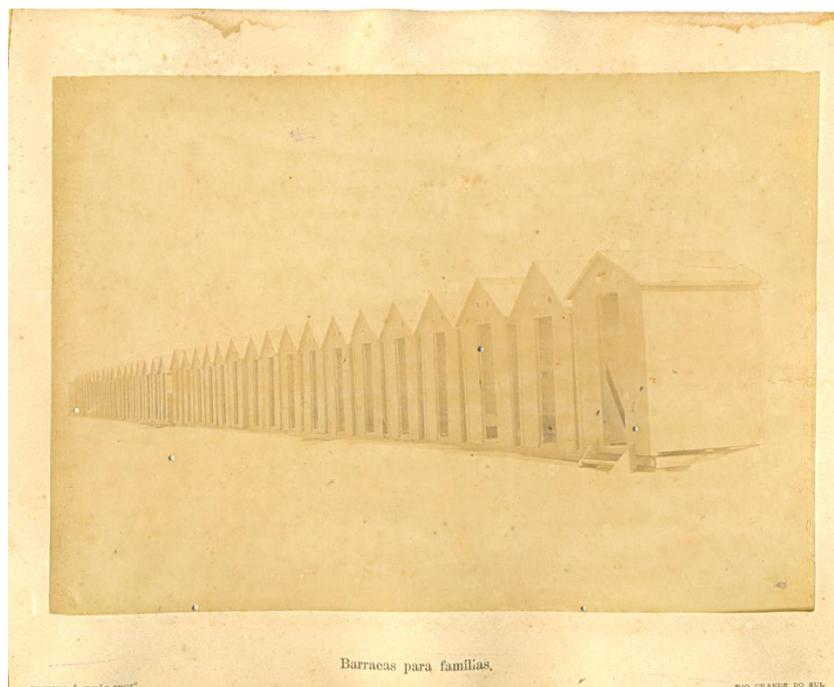


**Imagem 7:** 100 camarotes de banhistas, lado Sul. 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Em sua forma física, os camarotes apresentam as seguintes características:

Os camarotes são construídos com solidez e elegância sobre um estrado fixo sobre estacas de madeira de lei, com porta vidraça, xadrez para o piso, banquinho, cabides para roupa, e espelho. Na frente ao mar corre uma varanda espaçosa, com balaustrada, corrimão e bancos, oferecendo desta forma toda a commodidade para os visitantes... (GB, 1890, p. 16).

E o retrato das barracas também é feito pela lente dos Fontana:



**Imagem 8:** Barracas para famílias, 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Na areia da praia também se desenrolam atividades, conforme aponta o Guia serão “diversões possíveis”: “corridades de cavallos, passeios em carruagens e trollys, jogo de bollas de borracha, cricket, trapésios, balanços, velocípedes, volante” (GB, 1890, P. 16).

O capítulo **Habitações da Villa Sequeira** versa sobre as ações empreendidas pela Companhia em prol de melhorias da localidade.



**Imagem 9:** Hotel Cassino (frente á linha férrea, com 130 quartos), 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

O Hotel Cassino, possuía “136 quartos, 8 lojas, salão de jantar, banheiros, water-closets, circumdadas todas estas instalações por 700 metros correntes de varandas cobertas” (GB, 1890, p. 17). Além do hotel como paradoro, existia a possibilidade de alugar uma das 40 casas mobiliadas, que possuíam a característica de: “... accommodações para família regular; sala de casa de campo. 3 grandes alcovas, cosinha, área de 19 metros, e portão de serventia ao fundo” (GB, 1890, p. 17).

Para que o gozo do veraneio fosse ainda mais completo, a empresa informa no Guia que “já para esta estação” serviços de lavanderia, cocheiras e leitaria estavam em funcionamento. E, especificamente sobre as condições do hotel, apresenta um painel de preços a serem cobrados por cada tipo de serviço, que incluem as refeições, bebidas e serviço

de comida nos quartos. O total dos custos por quarto, segundo o Guia, é entre 2\$000 e 3\$000 por dia e por pessoa (GB, 1890, p. 18).

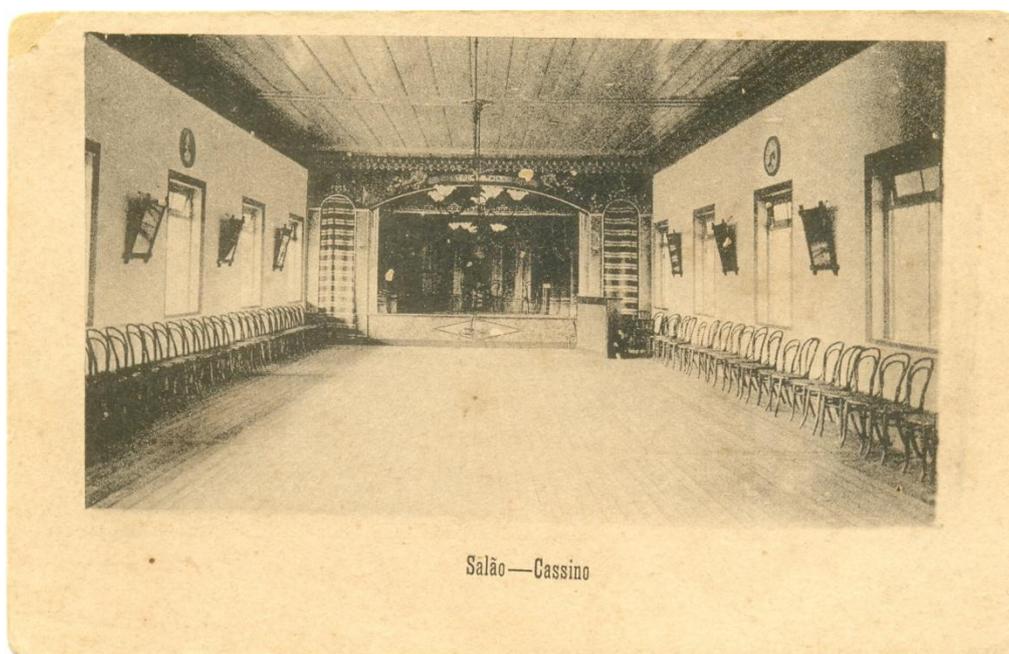
Tal preço é considerado “acessível” no argumento da empresa balnear, ainda mais pelo fato do hotel possuir completas condições de servir aos veranistas e apresentar-se como superior em relação a outros do mesmo gênero. Por sua vez, as casas mobiliadas também estariam incluídas nessa compreensão de plenamente acessível aos que procurassem os banhos de mar.

Possuíam o custo de 5\$000 por dia, por cada residência. Seu desenho interno compreendia:

três quartos espaçosos de 5x3m, dando para uma área ou pátio, e uma cozinha de 4x3m, com porta à área e janela ao fundo. A área tem portão de serventia, que dá para um corredor geral de serviço. Todas as peças tem, portanto, ar e luz, e são decentemente mobiliadas, tendo as camas os respectivos colchões e travesseiros (GB, 1890, p. 19).

Em seu último momento, **Salões de visitas e concertos e de jogos**, a confirmação dessa vida sociativa regulada pelo hotel parece se confirmar:

É devido a estas instalações que a vida na praia se torna agradável; e serão estes salões o *rende-vous* dos moços empregados no commercio (...) o salão de visitas terá um piano para dança, e outro para concertos instrumentaes e vocaes. Será mobiliado no typo de bailante, e terá um pequeno palco para representações (GB, 1890, p. 20).



**Imagem 10:** Interior do Hotel Cassino, 1890, Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

Fora esse espaço de baile, ainda outro salão seria destinado aos jogos de bilhar, dominó, xadrez e uma mesa para cartas, bem como uma sala de leitura daqueles que freqüentassem as dependências do hotel.

No Hotel Cassino os sujeitos exercem um ato sociativo, estão todos ali partilhando semelhantes interesses temporários de verão, sendo guiados pela mesma rotina (o hotel que dita os horários através, por exemplo, do horário das refeições) e participando dos mesmos eventos que acontecem no interior do local.

Mas nem tudo parece ser festa no balneário, pois existe nesse momento do texto um trecho que apresenta o que chama de “regulamentos”. Esses consistem:

Serão estabelecidas para garantirem a ordem, segurança e respeito a todos os habitantes da Villa Sequeira: policiamento diurno e nocturno, iluminação exterior, proibição de caçadas, cães sem açaímo, casas de jogos ilícitos, etc, etc. (GB, 1890, p. 23).

Ainda é apresentado um item chamado “Novas construções”, que dá conta de mostrar a necessidade de expandir o raio de casas de aluguel que devem ser construídas ou mesmo os terrenos a serem vendidos. Os serviços de transportes também ganham espaço nesse momento do folheto, tanto aquele destinado as linhas ferroviárias de traslado até o litoral, como também um serviço de transporte interno.

O primeiro se constitui em 8 ou 10 trens diários que levem até a Villa Sequeira, atentando para o fato de haver o que o Guia chama de “combinações de tráfego”, que permitem às pessoas vindas de Pelotas ou interior realizarem um rápido transbordo entre as empresas responsáveis pelas distintas linhas – a que desembarca na estação de Rio Grande, de posse da Southern Brazilian, e a empresa concessionária que leva até o litoral. (GB, 1890, p. 22). Já o serviço interno de transporte é realizado através da tração animal, que percorre o trajeto do Hotel até a praia, tendo início em torno das quatro horas da madrugada e se estendendo até às dez horas da noite (GB, 1890, p. 22).

Em um dos últimos parágrafos do documento ele informa sobre as obras da Barra do Rio Grande: “Durante o proximo verão terá Rio Grandes os festejos pelo início das obras da barra do Estado, que promettem ser imponentes” (GB, 1890, 23). A assinatura final é do gerente da Companhia, Antonio Candido de Sequeira.

Nem as obras da embocadura da Barra tiveram início, e tão pouco o prometido novo Guia para a temporada seguinte foi escrito. Anos depois a cidade de Rio Grande ganhou seus molhes em uma das maiores obras da engenharia marítima, e o Guia dos Banhistas seguiu o curso do tempo, perdendo-se entre estantes e prateleiras, e restando apenas dois exemplares

originais que insistem em lembrar quando foram criados os banhistas-leitores do início da Villa Sequeira.

### CAPÍTULO 3

#### **SENSIBILIDADES DE VERÃO**

A imprensa produz e é também produto de cada sociedade. Ao longo do século XIX ela se constituiu como um dos mais significativos meios de comunicação dentro das sociedades em que se fez presente, como bem aponta Alves:

Servindo aos mais diferentes propósitos, fosse na divulgação de informações, na difusão da leitura e da cultura, ou ainda na propagação dos mais diversos ideais, o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, numa escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades (ALVES, 2001, p.41).

Ao entender a imprensa como um canal de comunicação de duas vias, em que tanto elabora um produto como é um retrato do que produz, ela possui relevante importância social desde sua popularização no Brasil, auxiliando na compreensão da vida contemporânea (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p.254). Por sua vez, o historiador se apropria dela não mais com suspeitas de sua credibilidade, mas sim reposicionando seu uso para além do binômio verdadeiro/falso. Conforme as palavras de Cruz e Peixoto:

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p.254)

Em um de seus estudos de caso sobre os sete pecados da capital, Sandra Pesavento faz uso do periódico enquanto uma forma de acesso à sensibilidade. Em seu entendimento, a imprensa se abre enquanto uma antena de sensibilidade social que, pela força da palavra escrita e poder de indução da narrativa montada, é capaz de transformar o vivido e operar representações que suplantam a veracidade em prol da credibilidade. (PESAVENTO, 2008, p. 148).

Em uma precisa passagem, na qual considera uma “rede de imprensa” como característica do universo citadino, diz sobre os periódicos:

levam a enxergar o mundo com os olhos de um certo tempo filtrando e construindo o real segundo valores, sensibilidades e razões difundidas e socializadas. O cotidiano é estetizado, inserido em uma rede de significações que faz apelo aos sentimentos e aos códigos de conduta e apreciação. Constrói-se uma estratégia

discursiva que escolhe palavras e metáforas, faz uso das modalidades da retórica e veicula sentidos precisos, cifrados ou explícitos (PESA VENTO, 2008, p. 148)

Nesse cotidiano estetizado pela imprensa circulam desde notas políticas, factuais, até burburinhos de boca de esquina - todos transformados na notícia do dia seguinte. O cotidiano é a matéria-prima do jornal, porém a maneira como se apropria dele é sempre um ato de seleção, embates de possíveis versões que atuam como representações difundidas no texto impresso.

### 3.1 Marulhos: primeiras notas sobre uma praia

Publicado em 01 de março de 1884 no jornal *O Artista*, o poema “As Ondas”, de Luiz Guimarães Junior<sup>34</sup>, dialogava com os leitores da seguinte forma:

Nós somos as ondas negras e espumantes, as ondas terríveis, as monstruosas ondas da tempestade! Como o ódio que agita a alma do homem; como o ciúme que dilacera, e a dúvida que a eunodoa ruge dentro do nosso abysmo mysterioso um poder fatal, a cujo império irresistível nós nos movemos eternamente, fustigadas pelo vento do naufrágio e pelo lívido raio das estrellas pavorosas (O ARTISTA, 01/03/1884).

Nessa primeira referência ao universo marítimo está posto em cena aquela perspectiva diluviana: as ondas negras e espumantes, também ondas terríveis e monstruosas evocam mais do que a tempestade, evocam a força destruidora da inconstância punitiva de que o mar é capaz. Importante de se notar o jogo metafórico que diz respeito ao interior humano, sujeito às instabilidades, posições ambíguas e ferocidades íntimas tão avassaladoras quanto às ondas de um mar revoltoso.

Se nesse primeiro momento a alusão marítima se impõe menos como condição banhar do que metáfora para vida cotidiana, será em um artigo veiculado pelo *Diário de Rio Grande*, intitulado “Nas praias: fujam das cidades”, que uma segunda descrição das águas destinadas veraneio litorâneo se apresenta:

Saiam dos centros doentios, onde o calor exerce os seus direitos mórbidos. O sol é agora um déspota que beija as cidades com os lábios de fogo, coando sobre ellas uma temperatura d'estufa. É demasiado o perfume da luz em todo o realismo d'um sol de agosto. Venham para as praias. Respirem o ar fresco da beira-mar. É onde se está bem. Espera-nos a banheira do oceano, em que a água se desfaz n'uma dessas leitosas espumas de riso. Riso confidente, acariciador, traquinas, insasiavel de goso cheio de meiguices, diaphano para as almas candidas, velado para as ingênuas, amoroso para as formosas, prometedor para as solteiras, e delicioso para todos (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 19/10/1884).

<sup>34</sup> Trata-se de um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, inserido no círculo de amizades de Ramalho Ortigão.

Nota publicada logo que a empresa Carris Urbanos passa a funcionar, a cidade doente abre o texto, ela que assusta, ela que impele o sujeito à fuga. E está na figura do sol à articulação de um “vilão” que age com todas as forças no ambiente urbano, sol que queima, sol que faz do calor uma sensação insuportável ao ser humano que nos meses de agosto permanece nas cidades – mês que permite ao leitor oitocentista a clara noção de que o texto publicado no periódico tem procedência européia.

A saída para essa condição de desconforto está na procura das praias, local em que o sol e o calor adquirem outro sentido, agora baseado na vilegiatura balnear e na prerrogativa de usufruir do calor enquanto uma atividade cotidiana que engloba prazeres para as “almas cândidas” que procuram o mar. O que permeia esse artigo, e nos interessa por sua força de mobilizar representações e sensibilidades, é a centralidade do calor enquanto fator de deslocamentos humanos.

Estações quentes sempre fizeram parte vida dos sujeitos antes mesmo da existência de qualquer balneário, porém a forma de vivenciar ou mesmo compreender em um circuito de inteligibilidade as noções de “verão” e “calor” em balneários marítimos é algo historicamente verificável. Esse trecho de artigo publicado no periódico local dá a ver, justamente, essa perspectiva que passa a mobilizar os sujeitos em busca das praias, que está conectada a vivência nas cidades, gerando assim uma interface cidade-litoral explicitada em capítulo anterior.

No dia 14 de fevereiro de 1885, encontramos a primeira nota pública que expressa a construção de um balneário no Distrito da Mangueira. Publicada na primeira página do jornal *Echo do Sul*, a manchete anunciava “Uma empreza necessária e de futuro”, e relatava:

Todos os povos cultos, todos os centros populosos procuram o seu engrandecimento em toda casta de melhoramentos que podem concorrer para a consecução daquelle *desiderattum* (...) Nas grandes cidades tudo se explora, no intuito não só de melhorar a situação do povo, de offrecer-lhes distracções e commodidades, como de auferir vantagens pecuniárias de tudo isso. Porque não hade a cidade do Rio Grande seguir esse exemplo, tirando todo proveito de sua posição topographica? Ela é o único porto marítimo da província; é a cidade que mais próxima fica do oceano. Porque não tirar vantagem dessa circumstancia, tanto mais precíavel e valiosa, quanto há toda certeza de pode fornecer grande seiva ao organismo social desta localidade? (ECHO DO SUL, 14/02/1885).

Primeiro se denota a condição do progresso, dos melhoramentos que devem ser realizados em prol da cidade. As comodidades da população surgem logo em seguida, já que essas oferecem as distrações necessárias ao dia-dia dos sujeitos – que ainda podem lucrar com isso.

Segue a notícia:

Dis-se-nos que se projecta a organização de uma empresa para o estabelecimento de uma ferrovia de construcção econômica, que ponha em communição rápida a cidade com a costa do oceano. É uma idéia que merece o nosso mais franco apoio e aceitamos com verdadeiro entusiasmo. É nem é para menos. Estabelecer uma estação de banhos no Rio Grande, é dar a esta terra e um dos mais poderosos elementos de prosperidade e proporcionar a população da província um meio fácil de fazer uso de um dos principaes preceitos da salubridade hygienica. Até admira como há mais tempo ninguém se tivesse lembrado de iniciar empresa tão necessária quanto fructuosa. Felizmente não é tarde demais para fazer-se pelo torrão que habitamos o bem que se puder (ECHO DO SUL, 14/02/1885).

Ao usar a expressão “dis-se-nos”, o jornal não está lidando ainda com uma informação oficial, mas sim com o que poderíamos chamar de boatos, assuntos que circulam pela cidade e dão conta dessa empresa em vias de instalação. Agora, com o poder de difusão do jornal, a notícia adquire um caráter de concretude, se transforma em uma realidade possível e que, em cada bar, em cada café ou reunião social, será tema debatido, fazendo com que o tema “praia de banhos” seja uma pauta nos diversos meios de sociabilidade riograndinos.

Chama atenção as duas últimas frases da citação, na qual o jornal pergunta como ninguém teve a idéia de construir um balneário antes. Nesse momento retornamos à Alain Corbin e, fundamentalmente, a noção de “invenção da praia”, na qual basicamente: o mar existe *a priori*, mas a praia é uma invenção da sociedade moderna do século XIX. O mar sempre está presente na paisagem natural seja de Biarritz, seja de Rio Grande, porém, a praia se estabelece enquanto uma intervenção humana verificável no tempo, na qual se fazem sentir as premissas de uma sensibilidade moderna. Está em jogo o crescimento das cidades e a busca de um espaço salubre, a viagem de férias como uma forma de manutenção de um *status quo*, a implementação de códigos de comportamento, e por último, mas não menos importante, a projeção econômica e lucrativa que a exploração das costas oferece.

No *Echo do Sul*, seis dias depois dessa primeira nota, o exemplo das praias de Montevideú foi apresentado:

E ao pé da porta, por assim dizer, temos um exemplo eloqüente de quanto vale esse melhoramento, considerando o ponto de vista dos interesses materiaes de uma cidade. Refirimo-nos a Montivideo, que muito tem lucrado com suas três estações de banhos de mar, apesar não seres estes considerados melhores, em vista de não haver vaga, ou ondulações, requisitos essenciaes para o banho dessa natureza (ECHO DO SUL, 20/02/1885)

A característica de não ser uma praia que propicia o confronto com o mar, não impede de tomar Montevideú como um modelo. Nessa mesma nota, segue uma passagem que informa:

O ponto destinado ao estabelecimento da praia de banhos, podemos asseverar que é magnífico. O banhista pode entrar pelo mar na distância de mais de uma quadra, sem o menor receio, e receber o fluxo da onda tantas vezes quizer. Na estação própria dos banhos, o mar raras vezes se torna inacessível aos banhistas por seu estado de braveza (ECHO DO SUL, 20/02/1885)

Recém noticiada a possibilidade de criação de uma praia de banhos e o ponto específico já está “asseverado”, e tido como propício. Do rumor à consolidação do estabelecimento balnear não se arrolaram mais do que uma semana, período em que os futuros banhistas riograndinos, leitores desse periódico, já eram apresentados às formas como deveriam ir aos banhos na estação quente.

A população de Rio Grande possuía outra conexão com o período de verão antes do advento dos banhos de mar a 18 km do centro da cidade. A própria empresa Carris publicava regularmente no jornal *Echo do Sul* notas informando sobre os “melhoramentos” que se referiam a prolongação de linhas de bondes até espaços chamados de “vivendas”, em que os sujeitos poderiam se valer das sombras de árvores, realizar piqueniques ou outras atividades que ali fossem permitidos, e como informa sobre a extensão de sua malha até o Bosque Silveira:

Nas imediações de Pelotas e Porto Alegre talvez não haja lugar mais aprazível para passeios no verão do que aquele ponto coberto de copado arvoredo e que para muita gente passou até agora por assim dizer desaparecido, devido a carestia de transporte (ECHO DO SUL, 22/03/1885)

Somente no mês de novembro que o assunto referente à construção de uma estação de banhos será retomado pelo *Echo do Sul* – enquanto que nos outros dois periódicos nenhuma manifestação semelhante foi encontrada. Intitulado “Linha de bondes para a barra”, a notícia possui um tom de informe:

Consta-nos que o activo gerente da companhia de Carris Urbanos Antonio Candido de Sequeira foi a Porto Alegre afim de obter a precisa concessão e o privilegio para o estabelecimento de uma linha de bonds, por tracção a vapor, entre esta cidade e a barra. Logo que a concessão seja obtida o senhor Sequeira tratará imediatamente de activar os trabalhos da construcção, contando-se que essa seja realisada em menos de 3 mezes. Há a probabilidade de que a população possa utilizar a linha este verão (ECHO DO SUL, 21/11/1885)

Viajando a capital da província a fim de resolver os tramites burocráticos necessários, Sequeira é figura central no desenvolvimento do projeto. Ainda percebemos que o intento era de iniciar os trabalhos da empresa balnear já no verão do ano de 1886, no mês de março. Tais planos não foram concretizados, visto que somente quatro anos mais tarde a primeira temporada de banhos seria inaugurada.

O segundo periódico a se manifestar sobre o tema dos banhos de mar no Distrito da Mangueira seria o *Diário do Rio Grande*. Publicando na primeira página do jornal a manchete “Bonds para a Mangueira”:

Fizeram-nos agradável impressão e cremos que o devem ter feito também no espírito da população, as consideradas justificativas do projeto apresentado pela comissão do comércio e industria da Assembléa Provincial, autorisando o governo da província a contractar com a companhia Carris Urbanos do Rio Grande, o prolongamento de seus trilhos até a costa do oceano (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 08/12/1885).

Tendo em vista que essa nota se faz após a viagem de Antonio Candido de Sequeira, o jornal relata o sucesso da iniciativa do gerente da Carris Urbanos, que viu consolidado seu novo empreendimento. Com a extensão ferroviária devidamente autorizada, logo os trilhos entre a cidade e o litoral poderiam ser colocados, e a linha da Mangueira ativada. O projeto foi tomado como uma iniciativa positiva, e o periódico ainda evidencia a fala proferida pelos membros da Assembléa:

A projectada extensão as linhas Bonds Urbanos não só trará grandes vantagens as localidades a seu alcance, pela probabilidade dos terrenos marginados pela tramway e que jazem desaproveitáveis, como também fará com que se torne mais próxima a ligação com o oceano, da cidade de Rio Grande (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 08/12/1885).

Segue apontando:

Sem dúvida que aquelles terrenos subirão de valor, com vantagem não só dos seus proprietários, como da cidade em geral, considerando que esse augmento será signal evidente de ter a cidade tomado maior desenvolvimento (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 08/12/1885).

A criação balnear, para a Assembléa Provincial, será um salto para o desenvolvimento da cidade, e por isso lança “todo o apoio que não só da assembleia como da presidência da Província” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 08/12/1885). A confiança no novo empreendimento atinge arroubos por parte do jornal, que diz na seqüência: “Rio Grande não pode confiar unicamente ao porto. Não pode nem deve, sob pena de arriscar-se a sofrer mais tarde ou mais cedo as conseqüências de sua confiança, ou de sua incúria” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 08/12/1885).

De que tipo de “confiança” o *Diário do Rio Grande* estaria se referindo? Comparar a movimentação portuária e a criação de uma praia de banhos enquanto fontes de renda à cidade é tarefa das mais entusiastas. E essa característica revela ao historiador não só a aceitação do projeto, mas o quanto ele se inscrevia nos sujeitos através dos jornais e do poder que esses possuíam de captar e reproduzir sensibilidades sociais.

Já no fim da notícia o *Diário do Rio Grande* diz:

Estamos certos que se dispozer a levar adiante esse commetimento terá apoio e a animação não só desta cidade, como da província em geral”, o que completa com duas das palavras que marcariam esse empreendimento, “civilização e progresso (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 08/12/1885).

O periódico *O Artista* entra em cena somente no ano seguinte, quando apresenta uma chamada para reunião de acionistas sob o nome “Reunião de acionistas para extensão das linhas até a Costa da Mangueira” no dia 23/03/1886. Da mesma forma, será tal periódico que apresentará a primeira grande notícia do ano sobre a empresa balnear:

Modernamente, há um sem numero de moléstias para as quaes o uso dos banhos de mar é aconselhado, senão como o remédio único, ao menos como o mais proveitoso. Alem dessas conveniências, que entendem particularmente com o bem estar e a saúde pública, muitas outras vantagens há de colher do estabelecimento regular e methodico de uma estação balnear nas costas do mar grosso , nesta província (O ARTISTA, 16/04/1886)

Aquela tensão entre as capacidades terapêuticas e as vantagens econômicas encontra-se nessa nota. Mais uma vez, não enquanto oposição, mas enquanto discursos que se coadunam e fornecem ainda mais legitimidade ao empreendimento balnear.

No segmento dessa notícia o jornal diz que não é mais possível aceitar que pessoas se desloquem em busca de banhos em outras localidades, como Pocitos e Ramires, e assim anuncia:

A empreza que a Carris Urbanos se propõe agora levar a effeito resolve todas as difficuldades que até o presente se opunham a que a população da província pudesse fazer uso periódico dos banhos de mar. É um serviço relevante que a companhia presta ao público: sem contar que muito tem a lucrar a cidade do Rio Grande com o estabelecimento em suas cercanias de um estabelecimento balnear ligada a ella por uma linha férrea que não excede 18km (16/04/1886).

O Diário de Rio Grande, por sua vez, segue suas publicações sobre o balneário informando que: “A população está felizmente convencida da importância do melhoramento (...) por toda a parte, em todos os grupos ou pontos de conversação a idéia é geralmente abraçada e por muitos com verdadeiro entusiasmo” (O DIÁRIO DO RIO GRANDE, 19/08/1886).

Até esse momento a praia existe em meio aos papéis de um escritório localizado na Rua Dom Pedro II, em pleno centro da cidade, mais precisamente na escrivania de Antonio Candido de Sequeira, já que é ele, segundo o mesmo periódico, que está construindo “um dos mais poderosos factores do desenvolvimento material de Rio Grande” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 19/08/1886).

Em 24 de setembro de 1886, o *Diário do Rio Grande* apresentou o texto de certo cronista parisiense, e dá o seguinte título: “Progresso Publico: praia de banhos”, artigo o qual transcrevemos algumas linhas:

As chronicas vernaes são ordinariamente vazias como o thesouro de muitaz paizes. Pariz não está em Pariz, mormente no mez de Agosto: vinga montes suíços passeios pela floresta de Fontaneibleau, aninha-se em virentes castelos sobre o Rheno, ou desce o Danubio espriase pelas praias do Atlântico (...) Todo o littoral está salpicado de bonitas villas: Caburgo, Varaville, Dives, Houlgate, Benzeval, Auberville, Gouneville, Douville, Trouville e tantos outros, ninhos amenos construídos a orla do oceano, com theatro, cassinos, sumptuosos hotéis, modestas pousadas... (O DIÁRIO DO RIO GRANDE, 24/09/1886).

Sobre a fundação desse tipo de empreendimento o artigo segue:

O modo porque se fundam essas villas elegantes é muito curioso: Um grupo de amigos sahe de Pariz para explorar certa região. Depara-se lhe com um sitio poético. Os amigos reúnem-se, formam uma companhia compram o terreno necessário, começam a formosear o sitio, arborizando-o, construindo estradas, edificando hotéis, cassino, etc (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 24/09/1886).

As representações pictóricas daquelas praias citadas no primeiro trecho, que são vizinhas, correm o mundo na segunda metade dos oitocentos, principalmente as pinturas balneares de Eugene Boudin e Eduard Monet que, segundo Joana Carolina Schossler “retratam a fluidez do mar, aspectos da freqüentação elitista às praias e práticas de sociabilidade e lazer...” (SCHOSSLER, 2010, p. 25). E, dessas imagens, destacamos de Boudin “Banhista na praia de Trouville” e “Camille on the Beath at Trouville” de Monet:



**Imagem 11:** Banhista na praia de Trouville (1869) - Musée d’Orsay, Paris  
Disponível em: <http://esquizofia.files.wordpress.com/2012/01/>



**Imagem 12:** Camille on the Beach at Trouville (1870) – Yale University Art Gallery  
Disponível em: [http://www.auladearte.com.br/historia\\_da\\_arte/images/monet/monet08.jpg](http://www.auladearte.com.br/historia_da_arte/images/monet/monet08.jpg)

As praias referenciadas no artigo publicado e comentado no *Diário do Rio Grande* correspondem a essas representações pictóricas de Boudin e Monet. Constituído enquanto um espaço de teatralização social, a praia atende a uma demanda aristocrática em ambas as pinturas.

Em Boudin as senhoras com sombrinhas, roupas folgadas no corpo, alguns se aproximando da água, um pequeno cão de estimação, crianças brincando na areia e a prática da conversação e sociabilidade em todos os grupos de sujeitos evidenciados na imagem.

Já em Eduard Monet o destaque fica em Camille, a senhora representada em primeiro plano. Porém, no plano de fundo da frequentadora de Trouville o universo balnear se dá a ler, e elementos como as barracas de banho, cadeiras dispostas na areia para outros banhistas, um possível hotel no canto superior esquerdo e, logo na sua direita, o que parece ser uma dama de companhia.

Quanto ao segundo trecho, aquele que fala da organização desses balneários, percebemos um alinhavo de amigos que, de comum acordo, investem capital em uma determinada faixa litorânea e formam uma companhia para exploração do local. A proposta de “formosear” o sítio que está no excerto, compreendendo aí a construção de vias de acesso confiáveis, um hotel e um cassino, são projetos igualmente encontrados no Prospecto da Carris Urbanos de Rio Grande

Curiosamente, nesse ano de 1886, o *Echo do Sul* não divulga nenhuma nota referente ao balneário – enquanto as outras duas folhas diárias somam mais de 15 publicações nesse

mesmo ano. No ano seguinte, sob o título “Os banhos de mar nos tempos antigos e modernos”, o jornal publica um artigo que referencia historicamente os banhos, tanto de água doce como em águas salgadas.

Remetendo a épocas remotas, mitológicas, anuncia que “Juno recobrava a virgindade todas as vezes que se banhava, nas salgadas ondas, e que Venus, afamada deusa da formosura, nascera da espuma do mar”. Segue o texto evidenciando Ulisses e Diomedes, que reparavam as fadigas da guerra tomando banho de mar, ou mesmo Eurípedes que teria se curado de uma enfermidade por meio dos banhos de mar (ECHO DO SUL, 12/11/1887).

Os banhos terapêuticos surgem, no decorrer do texto, com os romanos, e a chegada na modernidade estaria vinculada a uma medicina inglesa que se alastraria para a França, Itália, Bélgica, Portugal e Espanha. A partir daí:

A moda contribuiu muito para a generalização dos banhos de mar e, caso raro, desta vez as prescrições da moda acordaram com as da hygiene (...) A hygiene aplaude essa tendência para os banhos marítimos, tendência que a manifestação instructiva da necessidade de equilibrar-se, de manter-se e reconstituir-se a vitalidade, tão rapidamente gasta nos grandes centros de população das grandes capitães (ECHO DO SUL, 12/11/1887).

O que consideramos como fator a ser destacado não só nesse artigo, mas também retornando ao anterior publicado no *Diário do Rio Grande*, que evidenciava o dia-dia da vida banhar, é a própria publicação desse tipo de material. A veiculação desses textos, dentro de um contexto tão específico como aquele que Rio Grande vivia não pode ser encarada como fruto do acaso, mas sim como uma daquelas manifestações elaboradas pelo jornal, e que Sandra Pesavento chama do papel de “antena do social” que os periódicos possuem no século XIX.

Com o título de “Companhia Bonds Suburbanos”, o *Echo do Sul* elabora algumas considerações em uma série de reportagens sobre o empreendimento dos banhos na cidade. No dia 17 de abril o *Echo* informa:

A expansão da vida cidadã pede o melhoramento que estamos ligeiramente estudando; vencer a cinta de areias e ir respirar as brisas livres do descampado, nas proximidades do oceano, é uma aspiração de quantos, favorecidos pela fortuna, estão no caso de ter sua *casa de campo* e sua vivenda de verão para além dos monótonos arredores da cidade (ECHO DO SUL, 17/04/1888)

O melhoramento vem do esforço humano em modificar a natureza, sendo preciso acabar com a antiga zona agreste para ali dar vida a uma estação de banhos pautada por uma modernidade *a la européenne*. Se antes a cidade possuía um dos melhores arrabaldes do Estado, como o mostrava o mesmo *Echo do Sul* três anos antes, agora esses são

desprestigiados, classificados como “monótonos”. Com isso, a experiência da estação quente em Rio Grande sofre um deslocamento, e o que interessa agora é projetar-se ao mar.

Segundo as previsões de Sequeira, no primeiro ano de funcionamento do balneário eram esperados 23.060 passageiros que fizessem uso do trem da Carris em direção ao litoral, o que se configura em uma média diária de 115 ½ passageiros por dia (ECHO DO SUL, 18/04/1888).

No dia seguinte, no mesmo jornal, o assunto girava em torno das *casas de verano*<sup>35</sup>, as quais “levantar-se-há forçosamente na região suburbana e com ellas as pequenas habitações” (ECHO DO SUL, 19/04/1888). As referidas casas compreendem, primeiro, os solares construídos ao longo da alameda central e, num segundo momento, as casas de alugueis construídas pela companhia concessionária.

O quinto artigo publicado no *Echo do Sul* versa sobre a “decadência de Rio Grande” e as circunstâncias naturais que irão fazer da praia de banhos uma

taboa de salvação ao pequeno commercio e ao commercio propriamente local e suscitar o apparecimento de uma multiplicidade de industrias de modesto porte, que serão complementos indispensaveis da industria balnear. Cremos finalmente, que transformará, ao menos em parte, o aspecto da vida rio-grandense, influindo nos costumes pela creação de mais numerosos vínculos de sociabilidade (ECHO DO SUL, 20/04/1888)

As transformações no espaço privado também são relatadas pelo jornal, que considera as “pequenas exigências” necessárias ao estado de fortuna daqueles que passarão a frequentar o balneário:

uma casa mais espaçosa, uma mobília mais elegante se não se aloja no hotel ou pedir ao hoteleiro as melhores accomodações que possa dispor; será convidada para assistir a bailes e terá de comprar o par de luva indispensável e a indispensável gravata, se comparece só, ou veio com a família será obrigado a pagar a modista, ao sapateiro, ao cabelereiro, e aos lojistas a pesada contribuição eu lhe impoe a natural preocupação de apresentar as suas filhas e a sua esposa convenientemente trajadas (ECHO DO SUL, 20/04/1888).

No universo balnear a vida acontece não só na beira-mar, mas também se desenrola nessa intrínseca relação entre praia/mar e alameda/hotel. O teatro social estabelecido no cotidiano de verão exige dos visitantes um apuro que faz da aparência peça central, das gravatas às luvas, ou então se preocupando com a apresentação das filhas, viver a estação quente é também se preocupar com os códigos estabelecidos por uma vilegiatura que prima pela sociabilidade dos salões, pela conversação que pode iniciar no baile e ter continuidade na varanda dos camarotes à beira-mar – ou mesmo o inverso.

---

<sup>35</sup> Grifo do documento.

Os próprios confortos de praia são apresentados pelo periódico, pois para que floresça uma “indústria do banho”, será preciso “camarins, carroças de banho, depósitos de roupa e botes para excursões marítimas e tudo mais que usualmente se fornece nos estabelecimentos balneares para divertimentos dos frequentadores.” Somente assim, será reestabelecido, segundo o artigo do *Echo do Sul*, uma “vida elegante” na cidade de Rio Grande (ECHO DO SUL, 20/04/1888).

Não tardou para que a notícia da praia chegasse em Bagé, fato que o jornal *O Artista* publica, reproduzindo uma nota do periódico bageense União Liberal:

no Rio Grande se trata de levar a efeito uma nova linha de trilhos servida por locomotivas a vapor, que communique em pouco mais de meia hora a cidade a costa do mar para offerer os banhos salgados tão uteis a saúde (O ARTISTA, 28/05/1888).

O comentário que o jornal riograndino fez após reproduzir essa nota afirma a necessidade dos moradores da campanha realizarem esse deslocamento no veraneio – haja vista que uma linha férrea que liga as duas cidades já existe desde meados de 1888.



**Imagem 13:** Estação do Parque, década de 1890.  
Acervo pessoal

No ano de 1889 as notícias a respeito da inauguração do balneário foram destaque na imprensa local, com os três periódicos aqui pesquisados oferecendo sempre sua primeira página para as novidades que chegavam das obras da linha de carril, bem como dos empreendimentos em andamento na Mangueira. O fato que pode ser considerado um

disparador é a inauguração da linha de 18Km que ligaria o centro da cidade até a estação da Mangueira. Solenidade realizada na estação central de bondes, localidade conhecida como Parque, o novo ramal de carris foi assim apresentado:

Como tinha sido anunciado, realizou-se hontem a inauguração da linha de bonds para a Mangueira. A directoria da companhia tinha convidado a Ilma Camara, o conselho fiscal da companhia, o club Saca-Rolhas e a imprensa para assistirem a solenidade. A uma hora da tarde enfrente ao paço municipal, foi queimada uma salva de morteiros, e reunidos os convidados partiram meia hora depois os bonds para o Parque onde teve lugar o acto da inauguração (O ARTISTA, 21/01/1889)

Por sua vez, o *Echo do Sul*, em nota bastante semelhante, noticiou :

A excellente banda musical do popularissimo e symphatico club Saca-Rolhas, acompanhava as commissões executando uma bonita marcha. Reunidos todos no ponto destinado a cerimonia, o intelligente e activo Sr. Antonio Candido de Sequeira, proferiu uma bella e profunda allocução exponto ao senhor vice-presidente da edibilidade as causas que motivaram aquelle festa e agradecendo immensamente a cooperação municipal o valiosíssimo auxilio que dignamente prestou a promettedora empreza (ECHO DO SUL, 22/01/1889).

Antonio Candido de Sequeira arrancaria aplausos acalorados com o seu discurso, e outras falas foram feitas no intuito de dar vivas ao novo empreendimento em curso. O jornalista Rocha Gallo, representando a folha Gazeta Mercantil, fez um inflamado discurso no qual elogiou a postura de Sequeira. Já o *Echo do Sul* relatou: “Quando o orador pos em evidencia as características do laborioso cidadão Sequeira, lembrando a sua vontade de ferro, o seu espírito emprehendedor, a sua admirável tenacidade e a sua prova honradez, este verteu lágrimas de commoção (ECHO DO SUL, 22/01/1889).

O vice-presidente da Câmara, que se encontrava na solenidade, tomou conhecimento da planta das linhas para, logo em seguida, lançar a pedra fundamental da obra. Tudo isso ao som da banda do clube carnavalesco Saca Rolhas e um foguetório que anunciava, de forma ainda mais estridente, a consolidação de um projeto que desde 1885 circulava pelas ruas da urbe.

A festa continuou:

outros cavalheiros presentes foram convidados pela directoria a tomar lugar em uma meza servida de finas bebidas, n'um dos caramanchões do Parque (...) o número de pessoas que foram ao Parque assistir aquella festa de progresso e trabalho, foi muito avultado, e pode sem exageração carcular-se superior a 1500 pessoas, pois que o numero de passageiros que circulavam nos bonds da Companhia passou de mil... (O ARTISTA, 21/01/1889)

O próprio Sequeira, segundo o *Echo do Sul*, informou aos participantes da solenidade que esperava inaugurar as linhas já no mês de julho de 1889. Pelos periódicos acompanhamos

o desenrolar dos melhoramentos realizados, que se estendem até dezembro e, assim, não respeitando o prazo anteriormente informado.

O *Diário de Rio Grande*, da inauguração do melhoramento até a primeira viagem de trem, publicou várias notas e informes sobre o andamento dos trabalhos. Em 12 de junho de 1889 chegava à cidade, via porto, a primeira locomotiva que faria o transporte até o litoral, trata-se da locomotiva intitulado Formiga – a seguinte será batizada de Andorinha.

Em agosto o mesmo periódico noticiava a desapropriação de terras concedida pela presidência da província, dando continuidade as obras. No mês de outubro o jornal informa: “Conta-nos mais que em Pelotas, Bagé, Porto alegre e outras cidades há famílias que esperam a conclusão da linha para virem fazer uso do banho de mar” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 13/10/1889).

Somente em outubro que o *Diário do Rio Grande* publicou uma data final para as obras, 10 de novembro, e completa: “Ainda este verão, pois, a população terá grande satisfação de estender seus passeios até a costa do mar” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 23/10/1889). Quatro dias depois é publicada a ata de uma reunião da Bonds Suburbanos da Mangueira, na qual efetuam as considerações finais e repasse de verbas para a acomodação dos banhistas em cabines de banho e barracas; a construção de um hotel ou trecho do mesmo; um serviço regular de bondes por tração animada entre o hotel e outras instalações à costa do mar (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 27/10/1889).

Finalmente, no dia 22 de dezembro de 1889 o noticioso publica:

Há hoje uma viagem de experiência á costa do Oceano na linha de bonds suburbanos da Mangueira, para qual está convidada a imprensa, corpo médico e vários cidadãos. Serão experimentados nesta viagem os dois carros de passageiros fabricados na officina da companhia. Constata-nos que no dia primeiro de janeiro terá lugar a inauguração da linha (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 22/12/1889)

Até 1889 a praia está na cidade, nas conversas, nos boatos, nos investimentos, em última instância, nos sujeitos que passam a conviver com seguidas notas sobre estações balneares em seus mais populares periódicos, são apresentados a um prospecto que, definitivamente, sela a invenção da praia na cidade de Rio Grande.

Se antes o uso dos banhos de mar não participava da estação quente nessas terras meridionais, fazendo do verão um momento de procura dos arrabaldes campestres da urbe, a partir de 1884, com a instalação da empresa Carris Urbanos do Rio Grande, um primeiro passo foi dado para a invenção da praia no Rio Grande do Sul.

Como uma onda que toma forma ao longe, no limite da linha do horizonte, ouvimos o marulho, o som que prenunciou o ribombo na costa. Partimos agora para as ondas que passam a integrar o cotidiano, desembarcamos no litoral a bordo da Formiguinha e da Andorinha.

### **3.2 Ribombos: pés na areia, corpo na água**

Em um dos mais importantes trabalhos já desenvolvidos acerca do cotidiano balnear no Brasil, o antropólogo Thales de Azevedo, parafraseando Maria Isaura Pereira Queiroz, acredita que “só percebemos a paisagem quando esta é humanizada, não cruamente natural, física, mas tocada pelo homem ou mesmo aí presente vivendo e agindo” (AZEVEDO, 2004, p. 33). O autor baiano desenha um entendimento da praia e dos banhos de mar como uma invenção dos cidadãos em fins do século XIX e que, anteriormente, a praia “seria apenas o inevitável caminho do pescador para o mar” (AZEVEDO, 2004, p. 33).

Ao longo de seu texto, calcado em estudo de caso baiano, o autor se concentra em apresentar as novas apropriações sofridas pela praia quando da entrada dos cidadãos da urbe e seus desejos de banho, de vida balnear. Thales de Azevedo, nessa conexão cidade-litoral, não se furta em dizer que muito se deve à instalação de redes ferroviárias a disseminação dos banhos de mar no Brasil, já que essa tornava possível o deslocamento em busca da vilegiatura – e aqui pensando tanto nas praias de água salgada, como também nas localidades de água doce e termas de Caxambu, Cambiqueira, Lambari e Poços de Caldas (AZEVEDO, 2004, p. 34).

Sabe o autor que o banho salgado ou banho ou passeio a beira-mar é praticado desde muito tempo no Brasil. Localiza no século XVII, em uma das décimas de Gregório de Mattos Guerra, incursões à praia do Rio Vermelho (Bahia) e, em suas descrições, deixa bastante claro a apreciação que fez ao mar, porém, nesse período, a noção de vilegiatura seria ainda inexistente (AZEVEDO, 2004, p. 36).

Somente com a chegada da família real em 1808 que Azevedo compreende, a partir da modernização da antiga colônia com a presença da corte, o início da moda do banho de mar. O propósito inicial desses banhos era curativo, porém, logo surge em seus horizontes de pesquisa a perspectiva da exploração imobiliária litorânea, pois encontra em um jornal baiano, em 1857, anúncios de terrenos como: “perto da pancada do mar (...) a dois passos do banho salgado (...) em posição muito apreciável pelo continuado fresco que ali reina, como pela proximidade dos banhos salgados” (AZEVEDO, 2004, p. 36).

Thales de Azevedo reconhece que, junto com a criação de cotidiano balneares:

... é importante notar que se formam novos hábitos, assumem-se outros interesses, criam-se diferentes necessidades até então praticamente inexistentes ou limitadas a poucos indivíduos. O modo de fazer contato com a água marinha não é mais o mesmo, exige táticas inesperadas, e toda presença no terreno conquistado vem a ganhar contornos diversos (AZEVEDO, 2004, p. 39).

O antropólogo ao publicar esse ensaio, antecipando-se às discussões realizadas no campo da história, abre caminho para o estudo das sensibilidades que emergem do contato dos sujeitos com o mar, com o espaço de praia e o que ele oferece enquanto outra forma de projetar o sensível no cotidiano. Em uma fina descrição, o autor argumenta:

A ida a praia enseja simplesmente andar na areia fofa ou úmida, ardente ou fria, deitar-se na mesma, molhar os pés na esteira espumosa das ondas ou mergulhar, boiar, nadar de um modo especial, surpreendente e problemático para muitos. Adensa-se rapidamente o número de presentes e muda de composição, tomando-se mais heterogêneo, enquanto mudam os horários e a permanência vai se prolongando já sem o temor da solina e da canícula; a estada mais demorada, abrangendo períodos de refeições, exige levar alguma comida ou consumir a que se vende na área junto com as bebidas. Um novo objeto tem essa presença, o de queimar-se ao sol abrasador do verão... (AZEVEDO, 2004, p. 39)

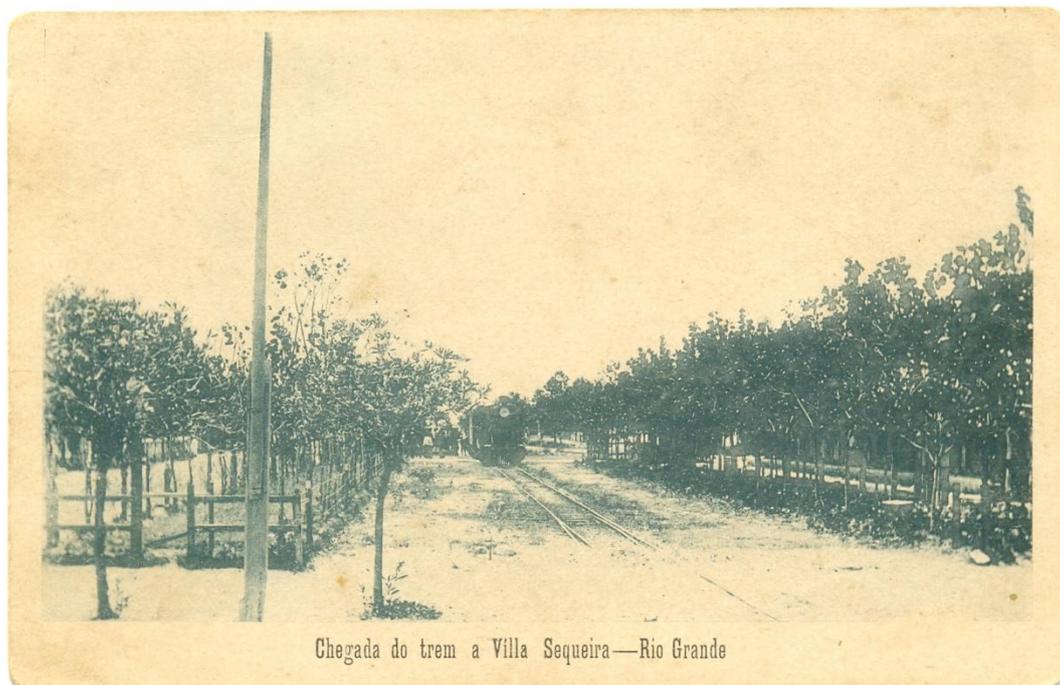
Nesse trecho não estaríamos diante de um conjunto de elementos que colocam em cena, justamente, sensibilidades em curso quando do encontro dos sujeitos com os banhos de mar? As mudanças atendem tanto à ordem do sentir, do entrar em contato com outro tipo de experiência entre homem e natureza, bem como introduz um cotidiano de sociabilidades pautado em horários de hotel, ou mesmo de trens de transporte de passageiros.

Uma das estratégias utilizadas por Thales de Azevedo para encontrar formas objetivas de sentir essa transformação sensível, foi se debruçar sobre a mudança causada no vestuário dos banhistas. As roupas de banho, para o autor, dão a ver o corpo sendo moldado, transformado ao sabor da praia e, conseqüentemente, operando transformações no seio da urbe – a idéia de um corpo menos sobrecarregado de roupas, a evidência da pele, a flexibilidade permitida por roupas mais curtas, logo é associada ao imaginário do progresso e da modernidade<sup>36</sup>.

Em nosso estudo, os relatos do dia-dia de praia ocupam espaço nos periódicos, bem como anúncios e propagandas que evidenciam os elementos que compõe o cenário praiano descrito nas folhas citadinas. Tanto as crônicas do cotidiano, como também a difusão de publicidades inseridas nos jornais, permitem ao historiador um acesso - mesmo que indireto - à sensibilidade balnear em formação.

---

<sup>36</sup> Evidência que pode ser sentida na obra “Orfeu Extático na Metrôle” (SEVCENKO, 1992).



**Imagem 14:** Chegada do trem a Villa Sequeira – Rio Grande, 1890  
Acervo do Museu da cidade do Rio Grande.

A primeira viagem oficial, em 26 de janeiro, foi realizada às 06h30minh da manhã. Programada enquanto viagem inaugural, a locomotiva Andorinha, conforme nos informa *O Artista*, descarrilou nas proximidades do balneário por culpa do próprio maquinista: “... devendo ver os trilhos literalmente cobertos de areia, em vez fazer parar as máquinas, prosseguiu no caminho” (O ARTISTA, 27/01/1890).

Esse primeiro infortúnio suprimiu a locomotiva do horário das 12h30minh, provocando um atraso geral nos horários seguintes. A insatisfação dos sujeitos é assim descrita pelo *Artista*:

Grande número de pessoas, número de pessoas superior a 200, entre ellas muitas exelmtissimas famílias, partiram da cidade nos bonds das 11 ½ e meio dia, e quando chegavam ao Parque ignoravam o descarrillamento. Na estação do Parque não só não havia nenhum aviso sobre o adiamento ou supressão do trem do 12 ½ , mas todas as passagens para esse trem foram vendidas na bilheteria. Os passageiros esperaram até as 2 horas e 20 minutos; só então se soube que o trem vinha de volta e acabava de passar no Senandes. Quando ele chegou na estação, poucos minutos antes das três da tarde, as pessoas que esperavam desde o meio dia, encheram os carros, calculando, como era natural, que o trem partisse imediatamente após a demora indispensável para a máchina tomar carvão e água. O digno gerente da companhia que se achava presente, fez então saber que a partida não teria lugar senão as 4 ½ , que era anunciada a partida para o último trem. Muitos passageiros estranharam a deliberação, porém como apesar das reclamações geraes ella foi mantida, preferiam recusar a excursão e receber na bilheteria a importância dos bilhetes comprados (O ARTISTA, 28/01/1890).

Os problemas por parte da companhia de trem fez com que a expectativa se transformasse em frustração e, como podemos perceber, o início das atividades balneares não fossem dos mais auspiciosos para os banhistas. É interessante de notar que mesmo com todos os problemas e desencontro de informações, os sujeitos permaneceram por cerca de três horas aguardando, provavelmente ansiosos e posteriormente já irritadiços, na estação do Parque.

Ali se encontrava um número superior a 200 pessoas, que ao longo de alguns anos foram informadas de todos os movimentos por parte da Carris Urbanos e de seu gerente Sequeira a respeito da construção de uma localidade balnear na cidade e agora, por motivos técnicos, e também de uma possível falta de polimento por parte do gerente e idealizador da companhia, viam-se prejudicadas em seu desejo de praia. Uma estação ferroviária lotada reivindicava que houvesse antecipação dos horários, porém, a princípio, isso não foi feito, sendo que os passageiros do início da tarde precisaram se amontoar com os sujeitos os que compraram passagens para o meio da tarde nos vagões da empresa carril.

Os passageiros chegaram a ocupar o interior das locomotivas, na esperança delas partirem assim que os reparos técnicos fossem realizados, mas tal partida não aconteceu, gerando a volta para o interior da estação férrea. Não tardou para a desistência dos insatisfeitos com o oferecimento dos serviços da empresa, gerando a devolução dos bilhetes e seus respectivos valores.

Ao longo dessa tarde inteira de problemas, desencontros e insatisfações, uma parte da população que buscava os banhos teve que se contentar com um passeio que não se estendeu para além das imediações do perímetro urbano. Somente por volta das quatro horas da tarde, meia hora antes do previsto, os trens partiram rumo à estação balnear, encerrando assim um primeiro episódio, tenso, da Villa Sequeira.

O *Diário do Rio Grande*, por sua vez, informou apenas que, no dia da inauguração das linhas, houve um “pequeno incidente” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 28/01/1890). Levando em consideração o número de pessoas dentro da estação girava em torno de 200, e que a confusão gerada pela troca de horários levou três horas para ser resolvida, chamar de “pequeno acontecimento” é minimizar de sobremaneira o acontecido.

Na mesma nota, o *Diário de Rio Grande* informa que “foi numerosa a fluência de passageiros e mais seria se houvesse meios de transporte”, o que não só deixa perceber a procura das pessoas pelo uso da nova linha, como também proporciona – quando lemos a notícia publicada pelo *O Artista* – a percepção da confusão gerada pelo problema do descarrilamento e carência de tráfego. Mesmo assim, segue a nota informando: “já algumas

pessoas foram a costa tomar banho e voltar a cidade” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 28/01/1890).

Os banhistas que foram até o mar eram passageiros da locomotiva da primeira hora da manhã, banhando-se antes mesmo do meio-dia e aproveitando o resto do dia em passeios pela alameda central e nas dependências do hotel que, como irá apontar o referido periódico, ainda não está completo. Mais do que incompleto, o jornal acredita que as instalações serão pequenas para o possível fluxo de banhistas:

E vem a propósito dizer que o achamos extremo acanhados. Uma família composta unicamente de marido e mulher, difficilmente poderá se accommodar. Mesmo um indivíduo solteiro não tem bastante para mover-se a vontade De ordinário, quem vai fazer uso dos banhos é quem pode gastar. Para esses, pois, deve se indifferente gastar mensalmente mais alguns mil réis, desde que lhes seja facultada certa ordem de commodidade (...) Accresce que os quartos tem a nosso ver ainda outro inconveniente e este provém da falta de uma janela, condição essencial em compartimentos destinados a servirem em estação balnear, que é sempre estação do anno que impera mais o calor. Ora o banhista que quizer estar durante o dia à vontade no seu quarto, ou há de conservar este fechado, ou inteiramente devassado e exposto a curiosidade dos vizinhos e dos tranzeuntes. De qualquer forma a perspectiva é pouco agradável (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 29/01/1890).

Interessante perceber na publicação do *Diário de Rio Grande* a preocupação com o “banhista” – no caso específico está se referindo as acomodações de hospedagem. Ao tocar na questão da falta de janelas, o jornal lembra um fator inerente ao período da temporada de banhos: o calor. O banhista que chega dos banhos, ou de uma caminhada na brisa da avenida central, ao entrar em seus aposentos não possui nenhuma fonte de ventilação para se refrescar ou mesmo deixar o sol entrar. Em ultima instância, está preso entre quatro paredes que não possibilitam perceber o sol do lado de fora, e reforçam o calor incomodo proporcionado pela estação quente.

Através da série de fotos dos irmãos Fontana visualizamos a lateral do hotel “cuja frente dá para o Oceano” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 04/02/1890).



**Imagem 15:** Hotel Cassino (frente ao mar), 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Nessa imagem, clicada às por volta das 14h e 25min, conforme marca o relógio pendurado na parede, podemos perceber areia na parte inferior direita, a qual possivelmente serve para algum tipo de manutenção, e nos faz pensar em obras ainda incompletas do referido hotel. Duas pequenas placas podem ser identificadas: na primeira, logo acima da porta frontal, está escrito “Estrada de Ferro”, e na placa seguinte, suspensa, o dizer refere-se a “telephone” – item que constava no prospecto inicial da empresa carris.

Quando ampliamos a imagem, essa comprova que ainda não existem janelas, apenas grandes portas que dão diretamente para a rua, ou melhor, para a “vista para o mar”. Cabe salientar que nesse momento eram poucas as construções que pudessem obstruir a paisagem, o que ratifica a possibilidade desses hóspedes avistarem o oceano de tal varanda. Com o passar dos anos, tal visualidade virá a ser completamente obstruída pelo grande número de casarios ao longo da alameda.

O *Diário do Rio Grande*, no dia 05 de fevereiro de 1890, apresenta os horários de trens disponíveis para os banhistas: “o primeiro 6h30min da manhã parte do Parque, volta às 8h30min; o segundo trem as 4h e 30min, volta as 6h e 30min da tarde”. Igualmente, realiza alguns informes como:

Há unicamente 120 lugares nos carros que se acham montados; Será admitido como tal qualquer volume que se possa acomodar debaixo do banco dos carros e de peso não excedente a 10 kilogramas; (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/02/1890).

Com o número apresentado podemos acreditar que gira em torno de 240 os passageiros-banhistas que diariamente procuraram os banhos – isso sem contar os que estão hospedados no hotel e permanecem por mais tempo na estação de verão. Nesse mesmo informe ainda descobrimos que crianças até três anos de idade não pagam passagem, bem como é feito um pedido por parte da empresa de transporte que diz: “Recomendações: Aos srs. Passageiros: não debruçar-se nas janellas. Não debruçar-se nas plataformas; não conduzir cães e armas de fogo carregadas” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/02/1890).

Ainda nesses primeiros momentos do mês de fevereiro, o periódico citado acima questiona os horários estabelecidos pela empresa concessionária. Segundo a publicação, o trem das 6h30min da manhã chega à estação da Mangueira depois das 07h00minh, “de maneira que só cerca de 08h00minh pode o banhista tomar o seu banho”, e gera o seguinte argumento:

Ora, a muitas pessoas que entendem que essa hora é demasiado inconveniente: uma porque o sol já vae alto bastante e o banho deve ser tomado mais cedo; outra porque a hora que o trem parte do Parque, só depois das 9 podem estar de volta a cidade, isso lhes causa não pequeno transtorno. Ouvimos que há diversas pessoas que não começaram ainda a fazer uso dos banhos devido a esse horário (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 08/02/1890).

Ir aos banhos exige, antes de tudo, acordar bastante cedo, pois o jornal diz que o horário ideal para a partida do trem seria às 4h e 30min, o que denota que o mergulho ideal seria por volta das 6h para essas possíveis “muitas pessoas” que a folha se refere. O problema se concentraria primeiro na questão do sol, que muito “alto” /forte é visto como prejudicial ao banhista. Em seguida, a questão prática do horário de retorno à cidade.

Em ambos os casos podemos traçar um banhista que procura o mar para um rápido mergulho, um processo que demanda não mais que parte da manhã envolvido com o cotidiano balnear. Essa será uma das características recorrentes na forma de uso dos banhos de mar na Villa Sequeira: o deslocamento em busca de um banho e o retorno ao perímetro urbano.

O jornal *Echo do Sul* realiza sua primeira crônica balnear no dia 11 de fevereiro, em uma longa matéria sobre o balneário: “Mais de 600 excursionistas visitaram ante-ontem<sup>37</sup> a Mangueira, espalhando-se uma parte d’elles pelas poucas vivendas que formam ali o núcleo da nossa futura Biarritz”. Nesse dia que foi considerado “magnífico”, o jornal chama atenção para a falta de paisagens para amenizar a temperatura, e contra esse mal não restava alternativa senão “as palpitações dos leques, irriquetos como as asas de borboletas” (ECHO DO SUL, 11/02/1890).

---

<sup>37</sup> Refere-se aqui ao domingo.

A temperatura quente parece ter tomado de assalto o balneário nesse dia, e com uma praia a poucos metros de distância, o uso dos banhos de mar para amenizar a sensação quente, o incomodo do calor que não arrefece com os leques em ação, é a alternativa que se apresenta mais satisfatória. Se não lançar o corpo ao mar, ao menos, o excursionista pode procurar a brisa marítima, a sociabilidade de praia nas imediações das primeiras barracas que “de longe, dão a idéia de um povoado em formação” (ECHO DO SUL, 11/02/1890).

Como informou a crônica, a praia estava “palpitante de vida e alegria” (ECHO DO SUL, 11/02/1890) – descrição que fornece ao espaço de praia sentimentos próprios, mas que, em última instância, são proporcionados pelos sujeitos que se apropriaram desse lugar e elaboraram uma forma de vivenciá-lo. A praias e os banhos, assim, se transformam em locus de pulsação da estação a partir dos sujeitos, e do uso deles, codificando e proporcionando sensações que se veem imbricadas naquele jogo proposto por Alain Corbin, no qual a praia tanto é um deleite individual, como também um poderoso espaço de sociabilidade (CORBIN, 1989).

Nesse mesmo domingo ensolarado e repleto de alegrias:

Uma excellentissima família que voltava da praia n'uma carreta dos tempos patriarchaes cahiu n'um atoleiro, e uma das gentilíssimas meninas bella como um anjo, megulhou as roupas ou os arminhos das cândidas azas (estylo ultra romântico) nas turvas agoas do charco. Apenas um pequeno susto a que se seguiram crystalinas gargalhadas e as indefectíveis queixas contra a imperícia do cocheiro, author daquelle naufrágio em terra firme (ECHO DO SUL, 11/08/1890).

Em tempos de vilegiatura, até mesmo incidentes como esses são tratados com bom humor. Assim como o causo que encerra essa mesma crônica:

O mar, monstro de indiscrições levianas, arrojou do areal parte das roupas de uma banhista que lá as deixou ficar não se sabe quando nem como. Uns rapazes fizeram daquelle precioso trapo uma bandeira, espetando-a na ponta uma bengala, e andaram como uma legião (ECHO DO SUL, 11/02/1890).

A partir do dia 12 de fevereiro, o Diário de Rio Grande apresenta uma série de artigos intitulado “Dos usos da água do mar”. Inicia a série de artigos informando:

A variedade de applicações da água do mar e a facillidade da sua administração, sob todas as formas dão-lhe superioridade de que goza como água mineral. Os principaes elementos da medicação marítima são, sob o duplo ponto de vista da freqüência de applicação e de grau de influencia, a atmospheria e o banho, ainda o uso interno da água do mar. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 12/02/1890).

Em descrição seguinte, a publicação informa sobre os banhos de mar: “O banhista deve despir-se depressa; meter-se lesto a água, correr para a onda, mergulhar ousadamente e

entregar-se sem cessar. Ao exercício dos membros não consentir que o corpo repouse um instante” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 12/02/1890).

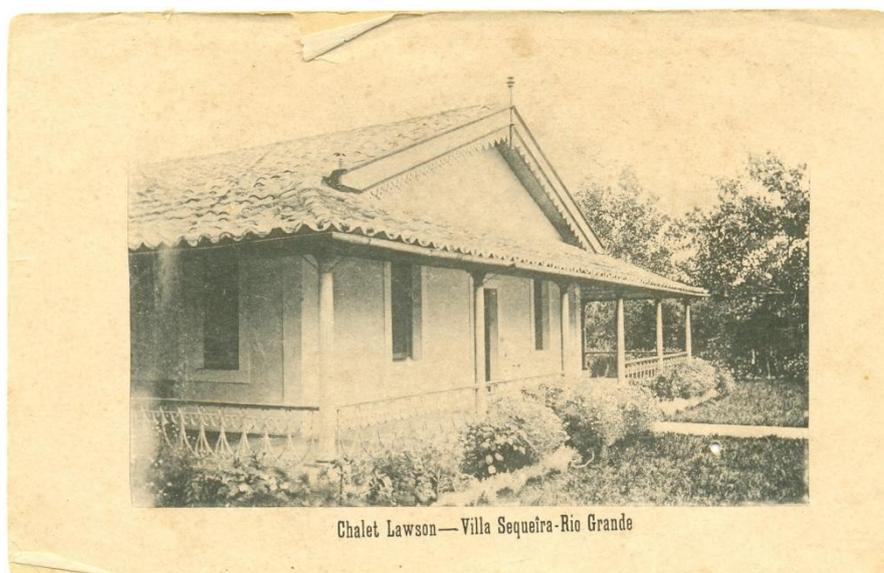
Ao explorar o tema dos banhos em mais três artigos, o jornal faz perceber a importância que o tema adquiriu no contexto citadino. É ainda sugerido ao longo dos artigos publicados pelo periódico, banhos de areia e banhos de lodo, todos preceitos baseados na emergente ciência hidrológica.

A procura pelos banhos no litoral Sul é superior às expectativas, conforme podemos perceber quando o periódico afirma que não só o número de quartos no hotel é insuficiente, como também o número de barracas à beira-mar poderia ser maior. Segundo o *Diário do Rio Grande*, a afluência de banhistas de Porto Alegre, Pelotas e Bagé é alta, e todos estariam ressentidos de “commodos na costa”, e dá continuidade a essa nota:

E este primeiro anno de estação balnear no Rio Grande, e apesar de tudo estar ainda em princípio, nota-se já uma animação extraordinária, sendo já bastante agradável o movimento que se nota todos os dias na costa, na occasião do banho (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 23/02/1890).

O periódico *O Artista* confirma esse sentimento de “animação” ao falar da procura aos banhos: “Na praia e no Cassino, grande concurrencia, e extraordinária animação” (O ARTISTA, 03/03/1890). Esse mesmo jornal diz em dias posteriores:

Foi extraordinário o número de excursionistas que foram hontem ao Casino Balnear. (...) No Casino, nas habitações ao longo da linha onde se acham distinctas famílias desta cidade, e nas casas de immediações do Hotel Balnear passaram o dia muitas famílias e cavalheiros, dando aquelle local grande e alegre animação (O ARTISTA, 10/03/1890)



**Imagem 16:** Chalet Lawson – Villa Sequeira, Rio Grande, 1890.  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande



**Imagem 17:** Chalet Luchsinger – Villa Sequeira, Rio Grande, 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

As duas imagens acima, também integrantes do grupo de fotos produzidas pelos Irmãos Fontana, dão a ver as “casas de verão” construídas pelas famílias para vilegiatura na Villa Sequeira. Tais chalets se estabeleceram ao longo da alameda central e podem ser entendidos como artefatos arquitetônicos, os quais mereceram especial atenção na obra *Patrimônio Edificado de um Balneário: Patrimônio Edificado do Cassino* (2005) de Célia Maria Pereira<sup>38</sup>.

Nesse mês de março *O Artista* ainda publica outra crônica balnear, na qual expõe a movimentação no balneário:

Todos os trens da linha suburbano conduziram hontem considerável número de excursionistas. No trem da manha especialmente, foi extraordinariamente avultado o concurso de passageiros. Disseram-nos que entre adultos e crianças foi de 273 o numero dos banhistas e excursionistas que da cidade foram para o Parque em bonds e ali to maram os wagons da linha suburbana (O ARTISTA, 16/03/1890)

Com esse número de excursionistas, o número de pessoas a beira-mar só poderia ser igualmente grande, fator que a própria crônica trata de evidenciar: “Na praia, a hora do banho aglomeraram-se quasi todos os passageiros do trem da manhã, entre os quaes se notavam muitas senhoras” (O ARTISTA, 16/03/1890).

<sup>38</sup> Vide Pereira (2005, p. 56) para uma apreciação da disposição espacial dos chalets.

Porém, nem só de alegrias é composto a vilegiatura marítima, o mar que provoca animação, salubridade, também pode ser traiçoeiro com aqueles que se aventuram para além da arrebentação.

### 3.3 “Socorro!”: O afogamento de Rocha Gallo

No dia 25 de março de 1890 a Villa Sequeira conheceu seu primeiro caso de afogamento, seguido de morte, de um banhista. Tratava-se do jornalista português, naturalizado brasileiro, José Antonio Rocha Gallo, antes funcionário da Gazeta Mercantil e agora editor chefe da folha diária *Echo do Sul*, viúvo e pai de cinco filhos<sup>39</sup>.

Conhecido da população citadina por ser também responsável por críticas de teatro, literatura, freqüentador de salões e presente em vários círculos de sociabilidades, a sua morte causou impacto não só por ser figura pública, mas por ter ocorrido em circunstâncias que se transformaram em foco de discussão durante cerca de quinze dias entre o *Echo do Sul* e o periódico *Diário do Rio Grande*.

As notícias publicadas no dia seguinte ao acontecimento foram as seguintes:

No meio do regozijo de uma multidão festiva, brincando nas águas do oceano, onde se acha instituída a estação balenaria, uma onda ingrata arrebetou em impetuosa violência, frustrando o empenho natural de arrancar a avides da morte uma existencia de tão grande preço (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

A população do Rio Grande foi hontem de manha surprehendida com a noticia de ter perecido afogado, na costa do Oceano, estação balnear, o conhecido jornalista, cujo nome encima estas linhas. Rocha Gallo fora devorado pelo oceano na ocasião em que, conjuntamente com outras pessoas, tomava banho habitual (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890)

Como podemos perceber, ambas as notícias informam sobre um bom número de pessoas que presenciaram o acontecido com Rocha Gallo, colaborando para a rápida propagação do incidente com o jornalista. Enquanto o *Echo do Sul* optou por abordar o assunto através do sentimento de perda, culpando uma “onda ingrata” e violenta pela precipitação da vida de um ilustre cidadão, o outro jornal mantém uma linha sóbria, evidenciando a condição de surpresa, tanto por parte da população que recebeu a notícia, como também a surpresa pelo fato de uma atividade recorrente no dia-dia de Rocha Gallo ter se transformado em uma tragédia.

---

<sup>39</sup> Informação encontrada no interior do próprio diário *Echo do Sul*, em 08/08/1889 – quando do falecimento de sua esposa Maria Amélia Souza Gallo.

A tragédia ocorrida na Villa Sequeira ganha destaque, pois se constitui como mais uma forma de compreender sensibilidades envolvidas no concernente aos banhos de mar no século XIX. Se até então a prática dos banhos recebia uma abordagem baseada naquilo que remetesse a “alegria” e “animação”, constituindo-se enquanto um ato de puro prazer e regozijo no momento da vilegiatura, a partir desse caso de afogamento o ato do banho de mar ganha novos contornos.

Ao explicar as causas do afogamento, o *Echo do Sul* elabora primeiro uma espécie de preâmbulo que remete àquele oceano pré-navegações:

Parece que o mar não se compraz somente em levar ao sumidouro dos séculos milhares de vidas no borborygmo das tempestades: elle vem, envolta na roupagem cristalina da tradição, beijar manso e manda as areias da praia e d’alli arrancar, como que por fatal escolha aquelles que lhe devem servir de glorioso riso, e aos sobreviventes, do ardentissimo pranto (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

O oceano, antes capaz de engolir os sujeitos que se aventuram pelas ondas que precediam ao fim do mundo se reelabora vestido de calmaria praieira capaz de “beijar manso” e envolver os banhistas até a morte. Rocha Gallo foi um desses sujeitos preso na traiçoeira armadilha que só o mar pode proporcionar: transformar um ato de prazer, de “glorioso riso”, em tragédia.

Ambos os jornais apresentam o percurso efetuado pelo falecido:

Fizera a viagem da cidade ao Parque a Mangueira em alegre palestra com pessoas de sua relação. Alguem notou, no entanto, que seu espírito, sempre prazendeiro e jovial, era como que por momentos eclipsados pelas sombras de uma grande tristeza, ou pelo menos de uma grande distração. Seria pressentimento de desgraça, do fim fatal que o esperava? (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890)

No trajecto da cidade ao Parque e d’este a costa foi Rocha Gallo junto com outras pessoas conversando jovialmente com aquella sua alegria que tanto o caracterizava; mas, a espaços supitada, como por distração ou tyristeza (ECHO DO SUL, 26/03/1890).

Nessa descrição do início de sua viagem até a Villa Sequeira, os periódicos realçam a condição da alegria e da sociabilidade que o trem pode proporcionar, porém, logo assimila uma escrita que contempla a previsão da tragédia, o antever dos fatos a partir do “notar” – possivelmente descrição colhida de um dos amigos que o acompanhavam - de uma “tristeza”, palavra que circunda a notícia elaborada pelas duas folhas diárias. Como se o tempo operasse em uma escala linear, em que até mesmo tragédias e acasos já pudessem ser percebidos com antecedência, o *Diário do Rio Grande* chega mesmo a usar o termo “pressentimento”, e interroga a possibilidade da morte de Rocha Gallo ser algo esperado desde o momento em que ele adquiriu seus momentos de “sombras” e “tristezas” durante a viagem de trem.

Os periódicos seguem o movimento desse dia que terminaria de forma sinistra:

Ao chegar a praia, Rocha Gallo mudou de roupa e, momentos depois, em trajes de banhistas, dirigia-se alegremente ao mar. Vimol-o com o riso nos lábios e gracejando com as pessoas que encontrava no caminho, dirigir-se para o oceano, onde mal pensava o infeliz, encontrar a morte d'alli a poucos momentos (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890).

Chegado a praia, Rocha Gallo pouco se demorou a despir-se, entrando n'agua em trajes de banho alegre como era seu costume. Os seus companheiros viram-no satisfeito dentro d'agua, rindo e gracejando com as pessoas por quem passava no banho (ECHO DO SUL, 26/03/1890).

O processo que o jornal descreve pode ser encarado como o roteiro usual dos banhistas que chegavam de trem para aproveitar os banhos apenas por um dia, ou mesmo apenas pelo turno da manhã. A chegada na estação de trem, seguido de uma caminhada ou trajeto feito por meio de charretes até a beira-mar, a troca de roupa nas barracas que ficavam ao lado dos camarotes, seguido do último ato, o mergulho.

Como podemos observar, o relato apresentado é fruto de testemunhas, provavelmente conhecidos que acompanhavam Rocha Gallo no trem, visto que detalhes como “riso nos lábios” só poderia ser confirmado por aqueles que cruzaram com a vítima nos momentos anteriores ao mergulho final. Somado a isso, é um relato *pós-mortem*, de testemunhas que, nesse momento, conscientes de sua morte elaboram suas impressões a partir de um painel de final conhecido. Deve-se a isso não só a preocupação em enquadrar positivamente a vítima, como também acentuar detalhes que possam colaborar para uma falsa linearidade do acontecido, surgindo no texto do jornal elementos como aquele comportamento triste na viagem.

O mar não estava muito agitado; a arrebentação era regular, a correnteza dizem-nos, porém, que era violentíssima. Rocha, fiando demasiadamente nas suas forças, adiantara-se bastante: tanto que lhe faltara pé. Animara-o a presença do Dr. Fialho a relativamente grande distância. Mas o Dr. Fialho é um nadado emérito ao passo que Gallo mal podia sustentar sobre as ondas (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890).

Pelo que dizem os banhistas a correnteza estava violenta, não obstante a regular arrebentação e pouca agitação do mar. Parece que Rocha Gallo demasiadamente confiado nas suas aptidões em natação e na presença do senhor Dr Fialho, que é um hábil nadador, afastou-se algum tanto fora de pé (ECHO DO SUL, 26/03/1890).

Um mar calmo, com ondas que proporcionavam arrebentações regulares, ao mesmo tempo a silenciosa correnteza fazia a armadilha para Rocha Gallo. O jornalista, demasiado confiante em suas habilidades no mar, direcionava-se ao fundo, junto de seu amigo Fialho,

esse sim, reconhecido por ambos os periódicos como hábil nadador. Com as ondas dificultando seus esforços, não tardou para que viesse o grito de socorro:

Ou por que lhe faltassem as forças ou porque fosse acometido de câimbras, o caso é que via-se envolvido pelas ondas quando voltava para a terra. Foi n'essa ocasião que gritou por socorro. O Dr. Fialho que vinha também de fora, aproximara-se e estendera-lhe uma das mãos. O Sr. Antonio Joaquim da Rosa Junior, que é também um hábil nadador, vinha para terra quando encontrou Rocha Gallo que se dirigia para fora. Previnio de que não se adiantasse, porque a correnteza estava muito forte, ao que Rocha Gallo respondeu – que não havia novidade. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890).

ocorendo a fatalidade de ver-se presa de uma câimbra, que de todo paralysoou os movimentos. Foi então que gritou: socorro! Socorro! Câimbra! (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

Se a seqüência de acontecimentos que precede o afogamento é muito similar, os jornais apresentam mudanças ao tratar do momento específico da tragédia. O *Diário do Rio Grande* apenas sugere, sem nenhum tipo de certeza, os motivos que levaram o jornalista a afogar-se – a falta de forças ou então câimbras. Por sua vez, o *Echo do Sul* é taxativo em expor que o motivo da derrota do homem para o mar foi câimbra, paralisando os movimentos e fazendo com que a vítima passasse a gritar por socorro, chegando mesmo a anunciar o motivo do socorro: “câimbra”.

O amigo Dr. Fialho é o primeiro a prestar socorros e, em ambas as notícias, tem-se a informação que ele deu uma das mãos à vítima, sendo que nessa primeira tentativa de socorro encontramos mais um momento de narrativa distinta entre o *Echo do Sul* e o *Diário do Rio Grande*. O *Diário do Rio Grande* evidencia que, juntamente com o Dr. Fialho, um sujeito chamado Rocha Junior também empreendeu esforços no salvamento, e obtendo sucesso chegou mesmo a dizer ao jornalista para que ele tivesse mais cuidado no mar, pois a correnteza estaria traiçoeira, fato que teria feito Rocha Gallo dizer que “não havia novidade”, referindo-se ao aviso.

Seguido dessa manifestação de auto-confiança da vítima, o *Diário de Rio Grande* diz que “momentos depois” novos gritos de socorro foram ouvidos, e assim os préstimos de socorro precisaram ser, mais uma vez, efetuados (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890).

... lutando com a violência da correnteza puchando pra fora, quando Rocha agarrou-se ao pescoço do Dr. Fialho, o que o obrigou este a ir ao fundo e a desvencilhar-se delle com toda força para fugir a uma morte inevitável. Voltando novamente Rocha Gallo a superfície, tentou o Sr. Rosa Junior por seu turno, um ultimo esforço para salvá-lo. Ele porém, agarrou-se com o verdadeiro desespero do naufrago, o que obrigou aquelle cavalheiro a lançar mão de toda a sua energia afim de livrar-se delle e adquirir a sua liberdade de movimentos sem o que teria inevitaelmente perecido (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890)

O *Echo do Sul*, por sua vez, não apresenta em nenhum momento essa possível fala do seu editor chefe Rocha Gallo. Os acontecimentos, segundo esse periódico, se dão da seguinte forma:

... o dr Fialho que demandava a terra voltou, e aproximou-se de Rocha Gallo estendendo-lhe uma das mãos com a qual manteve fluctuando por alguns momentos. Igualmente o senhor Rosa Junior ao ouvir os gritos de socorro, vindo já pra terra, de novo nadou para fora, encontrando então o senhor Fialho que tentava salvar Rocha Gallo, suspendendo de um lado o infeliz coadjuvado do outro lado pelo primeiro (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

Nesse excerto os dois homens tentam carregar Rocha Gallo até terra firme, e o único momento em que poderia ter ocorrido algum diálogo entre os envolvidos no caso é aquele que diz respeito ao tempo que o afogado permanece boiando. Mas, mesmo assim, nenhuma referência de diálogo entre os três é citada. Segue a nota:

Assim nadavam para terra, quando Rocha Gallo, tomado de grande perturbação pelo perigo em que se tinha visto, ançou-se ao pescoço do senhor Fialho que o obrigou a affundar-se com elle; o qual como é natural se desembaraçou d'elle, único meio de escapar a uma morte mais segura (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

Aqui a referência ao agarrar-se no pescoço é reiterada, bem como ao fato do Dr. Fialho se desvencilhar de Rocha Gallo para evitar a sua própria morte. Na seqüência dessa cena é a vez de Rocha Junior imprimir um último esforço, esforços que, igualmente, foram em vão, visto que a vítima de afogamento puxava para junto de si esse outro senhor.

Uma última onda encerrou todo esse “drama de horror”, afastando o corpo de Rocha Gallo das proximidades de seus dois possíveis salvadores. Nada mais havia o que fazer frente à situação: Rocha Gallo perdera-se na imensidão do mar.

Tudo se deu em um curto espaço de tempo, ou como diz o periódico, “em muito menor tempo do que levamos a escrever” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890). Porém, o conjunto dos acontecimentos obteve repercussão instantânea, já que os banhistas presentes puseram-se todos “alarmados”, e “não houve quem não lamentasse o fim desastroso do infeliz moço, tanto mais que momentos antes tinha sido elle visto por todos mais ou menos prazenteiro e fôgozão como de costume” (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 26/03/1890).

Os jornais ainda se ocupam de descrever, de forma breve, a pessoa pública, e sua possível relevância no cenário riograndino, Rocha Gallo. Para o *Echo do Sul*, local de trabalho da vítima:

Rocha Gallo era um moço muito acima das inteligências vulgares: o seu cérebro era um foco luminoso de onde se desprendiam myriades de raios obumbrantes que se derramavam, com admiração e respeito, pelas tellas em que se pintam, com cores de ouro, as idéias sublimes oriundos do engenho que move o mecanismos da inteligência (ECHO DO SUL, 26/03/1890)

Já para o *Diário do Rio Grande*:

José Antonio da Rocha Gallo era uma das mais características individualidades da imprensa rio-grandense. Sem nunca ter cursado academias tendo-se feito a custa de estudos e do seu notável poder de assimilação, elle conseguiu crear um bonito nome para a imprensa deste estado. Datado de um talento de fácil adaptação a todos os assumptos, Rocha Gallo sabia tratar de todas as questões, muitas vezes superficial e inconscientemente, sim, mas sempre, para a maioria do público como se fora fundamente versado n'ellas (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/03/1890)

Como podemos perceber, o *Echo do Sul* apresenta uma perspectiva elogiosa da figura de Rocha Gallo, um moço “muito acima das inteligências vulgares” que era capaz de dominar diversos temas, e dono de idéias “sublimes”, a vítima é retratada como um intelectual rio-grandino. Por sua vez, no *Diário do Rio Grande* o tom predominante é o jocoso, a começar pelo fato de evidenciar que ele nunca havia freqüentado qualquer tipo de academia, o que o tornou um estudioso dotado de “notável poder de assimilação”. Mas o que poderia ser encarado como um adjetivo é tomado por essa folha como demérito, e com fina ironia diz que o falecido possuía um talento de “fácil adaptação a todos os assumptos”, alcançando não mais que o nível do superficial

As diferenças sentidas na narrativa do afogamento, bem como a forma de descrição da vítima, merecem uma dupla consideração. Quanto a questão da figura do próprio Rocha Gallo, não podemos esquecer que, politicamente, os jornais encontravam-se em áreas opostas, o que aponta um entendimento da forma como ele é exposto – um colega de trabalho para uma folha, e um adversário para a outra.

Naquilo que diz respeito ao afogamento e as discrepâncias que apresentam, não podemos esquecer que a transformação do fato em narrativas estetizadas é estratégia recorrente nos periódicos do século XIX. Assim, a constituição de versões distintas, elementos presentes em uma construção narrativa, encadeamento dos acontecimentos e ausentes em outra, demonstra escolhas orientada por códigos e maneiras de reprodução de sentido no cotidiano, o que pode ser observado nas palavras de Pesavento:

O cotidiano é estetizado, inserido em uma rede de significações que faz apelo aos sentimentos e aos códigos de conduta e apreciação. Constrói-se uma estratégia discursiva que escolhe palavras e metáforas, faz uso das modalidades da retórica e veicula sentidos precisos, cifrados ou explícitos (PESAVENTO, 2008, p. 148)

O fato do corpo de Rocha Gallo não ser encontrado de imediato, sendo alvo de buscas que tomam todo o dia dos responsáveis do balneário, faz com que ambas as folhas elaborem textos que dão conta de expor o acontecido, bem como apontar uma série de questionamentos

em relação à praia de banhos. Com isso, o afogamento tornou-se um ponto de partida para assuntos que levavam em consideração o uso dos banhos de mar por parte da população.

Dois dias depois ao corpo ser engolido pela correnteza, tanto o *Echo do Sul* como o *Diário do Rio Grande* publicam notas informando os pêsames que chegavam a redação do local de trabalho de Rocha Gallo. Ainda no dia 27 o corpo encontrava-se desaparecido, sendo somente no seguinte, 28 de março, que o cadáver de Rocha Gallo seria encontrado.

A notícia é dada primeiramente pelo *Diário do Rio Grande* em sua edição do dia 29, data em que o *Echo do Sul* publicou a seguinte nota:

Na estação balnear, depois que sucedeu a tremenda desgraça, não tem havido divertimento de espécie alguma. Todos os banhistas, profundamente magoados pela morte de Rocha Gallo continuam sob a dolorosa impressão que lhe causa o fatal acontecimento (ECHO DO SUL, 29/03/1890)

Segundo o relato daqueles que encontraram o corpo do jornalista:

O corpo do nosso infeliz colega ainda quase perfeito, tendo apenas, dois joelhos para baixo, sinal de ter sido alvo da voracidade dos peixes. O rosto estava extremamente inchado, mas perfeito, assim quando ao corpo. Conservava ainda no corpo a roupa com que entrava no banho (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 29/03/1890).

Os ritos fúnebres do jornalista Rocha Gallo ocorreram no dia seguinte, e mereceram grande cobertura dos três jornais. Após o enterro *O Artista* escreveu algumas linhas acerca do acontecido, informando que o movimento da praia de banhos estava em vias de recuperação, e aponta para o caso de um exímio nadador que deixou de exercer seu esporte devido a força das ondas:

A hora do banho compareceu o Senhor João Alexandrino, o nadador, que nos tinha informado, exhibiria aquella hora a sua grande perícia. Parece que o homem estava acostumado a nadar em águas paradas, pois a vista do embate das ondas do mar, desistiu da anunciada exibição das suas habilidades e deu volta para cidade (O ARTISTA, 31/03/1890)

Uma nota como essa, que explicita a prudência de um sujeito experiente na natação, não poderia deixar de ter um “endereço” em tempos de mobilização acerca do nome da morte de Rocha Gallo – o imprudente que, ao arriscar-se, sofreria as conseqüências fatais de enfrentar o mar. Tal postura é reafirmada quando *O Artista* publica uma “Carta dos banhistas” entregue após o acontecido a Rocha Gallo.

Nessa notícia, *O Artista* inicia dizendo o seguinte:

Neste caso com outros idênticos, ter-se-ia dado a desgraçada ocorrência que todos lamentamos. Rocha Gallo na ocasião em que imprudentemente avançava mar adentro, a grande distancia, foi avisado por um banhista hábil nadador, que não avançasse mais por que, em virtude de forte correnteza que havia, corria o risco de affogar-se; em vez de atender a este cauteloso aviso mais se adiantou para o lugar aonde encontrou a morte (O ARTISTA, 05/04/1890).

Nesse excerto podemos observar uma característica já tangenciada pelo *Diário do Rio Grande*, a arrogância da vítima em não respeitar as condições de banho que estavam dadas, condições essas que o punham em risco de morte, mas foram ignoradas por uma postura auto-suficiente de banhista que, supostamente, seria um exímio nadador. Assim, ganha força aquela possibilidade dele ter dito a um dos homens que tentou retirá-lo da água, em meio ao processo de salvamento, a frase: “não há novidade” – publicada pelo *Diário do Rio Grande* e suprimida pelo *Echo do Sul*.

*O Artista* apresenta a seguinte posição sobre o afogamento:

A questão é simples: ao banhista é que cumpre, pelo interesse superior de sua conservação, não cometer imprudências e não ultrapassar os limites geralmente conhecidos e usados para segurança e mesmo proficuidade do hygienico exercício. O banho deve tomar-se no banco, no local da arrebentação. Além desse ponto o banho não só se perde parte de sua efficacia, resultando do choque, mas transforma-se em um verdadeiro perigo (O ARTISTA, 05/04/1890).

Nesse caso, o verdadeiro algoz de Rocha Gallo teria sido a sua imprudência, que não soube respeitar o mar e as condições de banho quando foi aos mergulhos. Também somos apresentados ao que o jornal chama de “limites” do banho “geralmente conhecidos”, relativos ao banco de areia que se forma no início da praia e que o atravessar seria já uma imprudência. Rocha Gallo, então, teria ultrapassado esse limite de conhecimento comum, logo, viu-se ao sabor da correnteza que lhe impedia retornar a terra firme.

Quanto ao uso de demarcações no mar, a fim de tornar os limites do banho seguro, o periódico evidencia: “Conhecemos várias praias de banhos. Nenhuma vimos, nem de nenhuma sabemos, aonde o local do banho esteja delimitado por estacas por bois ou de qualquer outra forma” (O ARTISTA, 05/04/1890). Da mesma forma, diz que o serviço de “banheiros” é proporcionado não pelas empresas responsáveis da administração balnear, mas sim dos particulares em manter o seu prazer seguro.

Culmina o artigo dizendo:

As censuras que o Echo faz a gerencia da empreza da estação balnear são, repetimos, sem fundamento e sem justificação. Da parte da referida administração há, certamente, o maior desejo de prevenir e evitar os resultados fataes da imprevidência e da affouteza dos banhistas (O ARTISTA, 05/04/1890).

As críticas proferidas pelo *Echo do Sul* não estão publicadas em suas páginas, mas, provavelmente, é fruto de rumores que circulam pela cidade. Pois será somente alguns dias depois que o *Echo* lança um artigo no qual expõe sua posição acerca da estação de banhos, sendo taxativo já nas primeiras linhas: “incontestável falta de garantias de vida, por parte da companhia de banhos...” (ECHO DO SUL, 08/03/1890).

O mesmo *Echo do Sul* expõe que em praias consagradas da Europa existem vários cuidados em relação aos afogamentos:

constantes bóias, salva vidas, botes tripulados por grandes nadadores e valentes homens do mar, cabos, ilhas fluctuantes, etc... com que é garantida a vida dos banhistas e sem o que praia alguma de ser aproveitada para os banhos (ECHO DO SUL, 08/04/1890).

Segue sua nota apontando que *O Artista* faz recair sobre os banhistas toda a desgraça que aconteceu na praia, e considera que a inauguração prematura do balneário – que ainda não estaria completamente pronto para receber os banhistas – colaborou para que a vida de um de seus funcionários tivesse o desfecho que tomou.

Não podemos esquecer que o próprio *Echo do Sul* foi um dos entusiastas da inauguração do balneário, assim como as outras duas folhas diárias citadas ao longo do trabalho. Com a morte de Rocha Gallo, a praia e a administração balnear são postas em cheque, e já não seria esse um local seguro, digno de perpetrar o deleite do descanso para aqueles que quisessem vivenciar a estação quente. A praia, então, vira sinônimo de perigo.

*O Artista* rebate a publicação desse artigo no dia seguinte, dizendo:

Na praia do Casino em virtude da natureza arenosa e movediça do terreno, não há possibilidades de manter fixas postes ou bóias que delimitem a zona, além da qual o banhose converte n'um perigo. Os cabos presos as terras, pela impossibilidade de serem mantidos em alturas de servir de amparo, também de nada podem valer a segurança do banhistas. O emprego de botes tripulados por homens de mar, é do mesmo modo, impossível na praia da Mangueira: como haviam elles de resistir a violência da arrebentação? (O ARTISTA, 09/04/1890).

Como podemos perceber, para cada solução apresentada pelo seu concorrente, *O Artista* responde com uma justificativa da improcedência dos argumentos. Mais uma vez ainda reafirma que, se algum desastre acontece em praias como a da Villa Sequeira, é por pura imprudência do próprio banhista, que não respeita a melhor área de banhos: “no logar da arrabentação, no banco”.

Alguns dias depois o *Echo do Sul* responde a esse último artigo, considerando que “O artista tem se incumbido de fazer apologia a empresa balnear”, e por isso seria incapaz de ver as falhas que a empresa gerenciada por Antonio Candido de Sequeira apresenta, dentre elas a regulação e os cuidados do cotidiano à beira-mar. Chega mesmo a dizer que o responsável pelo balneário está mais interessado em “avançar fundos monetários da empresa, pouco lhe importando que amanhã desapareça outro qualquer vivente que, illudido va tomar n'aquella praia” (ECHO DO SUL, 11/04/1890).

No período de discussões a respeito da morte de Rocha Gallo, nenhuma nota sobre a ida de banhistas até a praia é registrada pelos três jornais citados. Não acreditamos que tenha cessado por completo o uso do banho de mar, mas com a grande repercussão que tomou a morte do jornalista, pode-se pensar sim na diminuição do uso do mar.

As notícias a respeito de excursionistas deixam de ser publicadas em abril, visto que a temporada é dada por encerrada. Assim, a primeira temporada de banhos do Rio Grande do Sul, que começou preenchida pelas maiores expectativas, que foram não só alcançadas como superadas, termina de forma trágica, com uma vítima de afogamento e uma querela diária através da imprensa.

O calor cessa e dá lugar ao frio e afastamento do mar. Andorinha e Formiguinha voltam ao galpão, os banhistas precisam vestir as roupas do inverno e, enquanto isso, Antonio Candido de Sequeira prepara uma nova temporada de banhos.

### **3.4 Camarotes e barracas: novas temporadas**

Ao longo dos meses de outono e inverno não foram encontradas notícias de excursão até a Villa Sequeira, surgindo apenas informativos sobre melhorias para a temporada seguinte:

É preciso trabalhar e trabalhar muito, e quanto antes, afim de a futura estação não se resinta de faltas que, se foram desculpadas quando a empreza estava ainda no começo, não se desculparão quando não lhe faltou tempo ara preenche-las e os fatos a devem ter já convencido de poder contar com o apoio público de larga escala (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 12/06/1890).

O mesmo jornal, poucos dias depois ocupa sua primeira página com um grande artigo sobre as necessidades de melhorias na estação de banhos:

Mais uma locomotiva e mais alguns carros de passageiros. Intallações na praia concluindo-se o hotel conforme a planta, e construindo-se mais alguns chalets nas immediações. Arborisar a parte aeirante da estação como intuito de impedir o movimento das areias. E, finalmente, melhorar, embora não definitivamente, mas tanto quanto permitirem os recursos da empreza, o trajecto entre o hotel e a praia (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 15/06/1890)

O balneário precisa organizar sua próxima temporada de banhos, melhorar sua infraestrutura, dentre elas as que competem ao espaço da praia. Realizando tais melhorias a próxima estação seria ainda mais satisfatória, pois poderia atender aos banhistas de todo Estado que, conforme evidencia o jornal, aguardavam ansiosos o próximo verão: “Pessoa competente, chegada há dias de Porto Alegre, informa-nos que reina de grande influência pelos banhos na Mangueira e que na próxima estação será avultadíssimo o número que virão fazer uso delles” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 13/09/1890).

A partir de novembro têm início os preparativos para a nova temporada:

Convida-se concurrentes para aluguer de lojas de exploração de commercio nos salões de visitas e jogos na estação de banhos que vai começar. As lojas devem servir os seguintes ramos, cabelereiros e perfumaria, objectos para fumantes; café; gelados e refrescos, cobrança de taxas de bilhar, venda de cartas e serviço de liquidos nos salões de visitas de concertos e de jogos; fazendas e miudezas; objectos para banhistas; funilaria; louça, ferragens e objectos de uso domésticos; comestíveis e liquidos Iguamente: Para açougue, padaria e outro qualquer ramo de commercio ou industria que pretenda estabelcer na localidade (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/11/1890).

Essa é uma nota da própria empresa concessionária, que visa diversificar os serviços oferecidos aos banhistas da próxima temporada. Podemos traçar um perfil do balneário que se anuncia através desse anuncio, percebendo que a preocupação vai de questões estéticas (cabeleiros, perfumaria), necessidades cotidianas (tabacaria, café e refrescos), serviços hoteleiros e de salão, também artigos de praia, material básico para banhistas que desejassem alugar casas, e um comércio que pudesse abastecer a localidade sem a necessidade de deslocamentos diários até o centro da cidade.

Outra notícia publicada pelo *Diário do Rio Grande* informa que o senhor Antonio Candido de Sequeira foi nomeado pela intendência de Rio Grande como subdelegado do Distrito da Mangueira (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/11/1890). Primeiro com o arrendamento de espaços comerciais, e depois com a delegação de poderes pela intendência municipal à Sequeira, a preparação para o próximo verão torna-se crucial para que se evite novas críticas sobre a falta de estrutura sentidas na temporada anterior.

No mês de dezembro de 1890 teve início o segundo veraneio da Villa Sequeira. *O Artista* é o único dos três a anunciar a inauguração, sendo que os outros dois elaboram crônicas sobre a abertura do período de banhos:

#### **Es tação Balnear**

Começa amanhã, o serviço da estação de banhos da Villa Sequeira. As 4 ½ da manhã e 4 ¾ da tarde partirão da cidade os trens de banhistas regressando as 6 e 40 da manhã e 7 horas da tarde. Chamamos a atenção dos leitores para o anuncio respectivo (O ARTISTA, 20/12/1890)

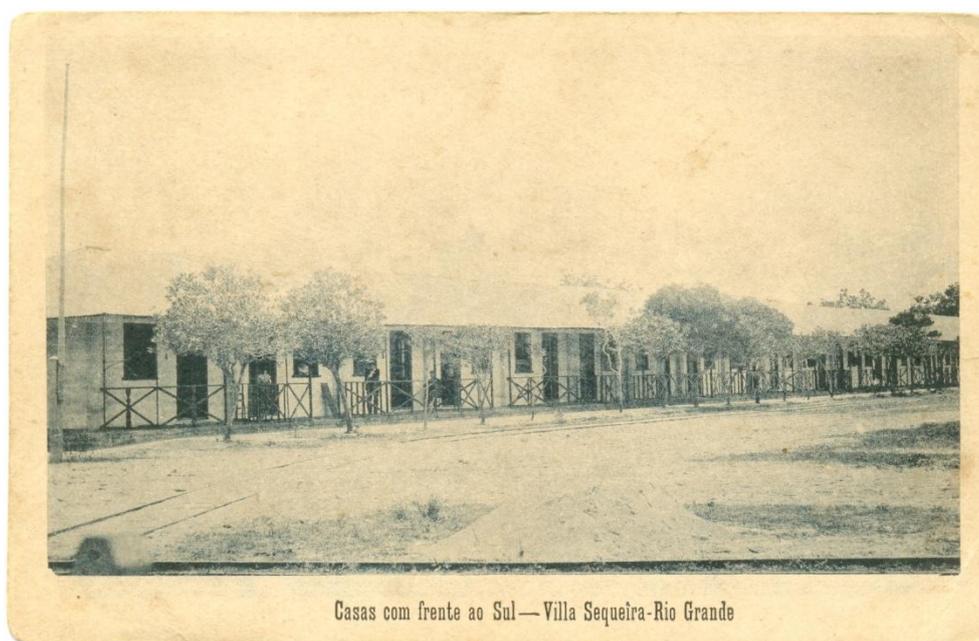
*O Echo do Sul*, dois dias após a retomada das viagens regulares ao balneário, apresenta um artigo intitulado “A Praia de banhos”:

#### **A Praia de banhos**

A 21, ante-hontem, a entrada de verão, deu-se a inauguração do serviço regular para a Villa Sequeira – praia de banhos. De madrugada, ao meio dia e as 4 horas da tarde partiram para a estação Parque bonds da Companhia Carris Urbanos seguindo d’alli até a Villa Sequeira os trens da costa do mar. O movimento foi de quinhentos e tantos passageiros. Tivemos a ocasião de examinar o que foi feito. O Cassino está todo pronto quanto ao interior – restaurant e quartos. Nestes há excellentes camas de ferros com colchões, travesseiros, roupas, etc, lavatórias e magníficas banheiras de

ferro para banhos de agua doce. O restaurant dirigido pelo senhor Antonio Scotto um perito de primeira ordem e um cavalheiro recomendável por todas as amabilidades (ECHO DO SUL, 23/12/1890)

O jornal acompanhou esse primeiro dia da temporada de banhos de 1890-1891, e registrou um número de pessoas superior ao ano anterior. É percebida a melhora das condições estruturais para receber os banhistas, basicamente referindo-se às comodidades oferecidas pelo Hotel Cassino. Nessa mesma nota apresenta a informação de que está sendo construído “quarenta lances de casas” em frente ao referido hotel, algumas já prontas, outras que somente estarão disponíveis no mês de fevereiro.



**Imagem 18:** Casas com frente ao Sul, 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Tais casas, que servirão como outra possibilidade de estadia aos banhistas, apresentam as seguintes características: “Essas casas dispõe de sala, três alcovas, cozinha e área lateral, sendo mobiliados convenientemente e tendo para serviço trem de casa e de cosinha, agua e illumination e kerosene” (ECHO DO SUL, 23/12/1890). Ainda, no que diz respeito as melhorias, aponta o *Echo do Sul* a conclusão do reservatório de água, que é suprido pela companhia hidráulica da cidade, e o serviço de leitaria e lavanderia estão provisoriamente estabelecidos, já que as instalações próprias ainda não foram concluídas.

Naquilo que tange o universo dos banhos, a melhoria também pode ser considerada significativa:

Em frente a magnífica praia faz-se o trabalho de assentamento dos camarotes para os banhistas – 200 de cada lado e perfeitamente separados, sendo metade para senhoras e metade para homens. Cada camarote tem uma varanda de um metro e 75 centímetros de largura, com balaustrada, escada e bancos. Dentro de 15 dias estarão

promptas todas as obras Vimos concluídas 50 barracas sobre rodas, sendo 37 de madeira e 13 com capas de lona. Em todas o piso é gradil, tendo cada uma o competente banco para uso dos banhistas (ECHO DO SUL, 23/12/1890)

Se antes faltava aos banhistas paisagens que amainassem o calor, agora a empresa balnear tratara de solucionar esse problema com a construção de um aparato a que impulsionava ainda mais a sociabilidade de praia. Na mesma coleção de fotos feita pelos irmãos Fontana encontramos registros que dão a ver a proporção dessas melhorias na beira-mar.



**Imagem 19:** Vista da praia balnear, 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Na foto podemos perceber que os fotógrafos estão em uma altura superior à imagem que captaram, possivelmente posicionados em alguma duna que permitia registrar os três elementos que compõem a visualidade: os banhistas, as barracas e os camarotes. Percebendo os fotógrafos e a tecnologia que fazem uso, os oito banhistas estão chegando à praia e direcionam seus olhares, esperando o *click*, para aqueles que estão registrando o cenário dos banhos. Podemos contar dezesseis barracas e visualizar uma parte do conjunto de camarotes, e uma perspectiva das varandas que compõe os mesmos.

Encerra o *Echo do Sul* com o seguinte parágrafo:

A Villa Sequeira vai ser, portanto, em prazo muito curto, um bairro de grande importância pela reunião da roda elegante que irá aos banhos. Inaugurado os salões de concerto e habilitadas todas as casas em construção, este anno a estação balnear

terá todos os requintes do bom gosto, e isto para fallar simples mente na utilidade, na hygiene dos banhos d'agua do mar (ECHO DO SUL, 23/12/1890).

Na véspera do dia de Natal, tanto o *Echo do Sul* como o *Diário de Rio Grande* veicularam notícia sobre o recebimento em suas redações de uma pequena brochura intitulada “Guia dos Banhistas”. Agradecendo a entrega desse material, o qual apresenta “uma série de preceitos hygienicos, estrahidos de um livro de Ramalho Ortigão, os quaes devem ser lidos especialmente pelas pessoas que estão ou pretendem fazer uso dos banhos de mar” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 24/12/1890).

Nos primeiros dias do mês de janeiro as notícias balneares integram o cotidiano da imprensa local, o *Diário de Rio Grande* apresenta sua “Chronica Balnear” evidenciando as pessoas presentes no balneário. Nomes como Wenceslau Escobar e sua família, que vinham de Porto Alegre, Jorge Eichenberg de Rio Pardo, A Família Zamorano de Pelotas, todos hospedados no hotel e fazendo uso do banho de mar como atividade que “alegrava” o dia-dia desses sujeitos que viviam em cidades (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 06/01/1891).

O *Echo do Sul* exalta ainda mais a circulação de banhistas:

A excursão de ante-hontem a praia de banhos teve os tons de uma festa ruidosamente chic. Foi cerca de 500 pessoas o movimento ao Cassino. Passeio encantador! O Cassino, apesar de ser abafadiço e de sua sala principal acanhadissima era um paraíso onde se respiravava bem. 150 pessoas jantaram as mesas do Cassino, servidos por uma criadagem gárrula e cheia de bons ditos (ECHO DO SUL, 08/01/1891).

A temporada começou quente, com grande procura, e com a sensação do calor descrita conjuntamente às observações em relação às instalações do hotel. Com uma suposta autoria de “Saltarello” – nome de um estilo de dança medieval – o qual poderíamos, anacronicamente, chamar de “colunista social”, a nota informa sobre a melhoria dos serviços, e evidência a presença do colunista na janta servida no hotel, pois encerra o texto com a seguinte frase: “Um reparo, aquelle vinho é impossível” (ECHO DO SUL, 08/01/1891).

Com as melhorias de infra-estrutura aumenta o fluxo de viajantes em busca dos banhos, e o *Diário de Rio Grande* apresenta em uma de suas crônicas balneares os nomes dos frequentadores da temporada de 1991. Consideradas presenças “ilustres” pelo jornal, surgem famílias de Camaquã, Rio Pardo, Santa Maria e, na sua grande maioria, Porto Alegre<sup>40</sup>.

Ainda nesse mês de janeiro são noticiadas excursões de pelotenses à procura dos banhos – viagens que partem antes do amanhecer e retornam ao fim da tarde. E, de Porto Alegre, um banhista tem o seguinte texto veiculado pelo *Diário de Rio Grande*:

---

<sup>40</sup> Vide anexo nº 7 com a lista de excursionistas completa.

Um moço de Porto Alegre descreveu as impressões de sua temporada a banhos, no ano passado na Mangueira. O Diário achou um propagandista da estação balnear: ‘Hoje se encontra por ali muita vida, muita animação, muito ruído. Nos dias calmosos e serenos vê-se grande numero de moças que estão acomodadas com as famílias em pequenas vivendas, correndo a cavalo na areia fina, que reluz polvilhada de sol. Enchem a grande paisagem nua e solitária a luz dos seus olhares brilhantes e com frescura da rosa das suas cetinosas faces. Com os vestidos de amazonas, as travessas gentis galopam destemidas soltando gritinhos agudos de expansiva vivacidade para assustarem as aves, que ruflando as asas fogem em debandada. A chegada dos vagões que fazem viagem de manhã e de tarde e sempre repletos de povo é uma festa de regosijo, um contentamento comunicativo, troca-se beijos estalados e shake-hands afetuosos’ (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 15/01/1891)

O antigo terreno agreste deu lugar a uma terra permeada pela animação dos banhistas, que fizeram da praia um lugar vívido, com animação e “ruído”. O rapaz, que observa a presença feminina, e sobre essa dedica boa parte de sua carta, elabora uma vivência que vai além da própria experiência dos banhos, proporcionando uma dimensão do cotidiano balnear nesses anos dos anos 1890 na Villa Sequeira.

Mesmo que siga uma ordem inversa, em sua fala está presente o primeiro encontro que acontece, e é esperado, já na estação ferroviária, quando as locomotivas adentram o balneário trazendo os banhistas chegados de todas as regiões. Seguido disso, ele enumera elementos de uma apreciação feminina embotada de nuances poéticas dessas “travessas gentis” que enchem a vida balnear de luminosidade.

No mês seguinte encontramos novas informações que evidenciam a movimentação e procura da praia: “Não exageramos pois quando calculamos esse movimento em 900 excursionistas” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/02/1891). Os números que o periódico apresenta se relacionam a 98 pessoas vindas de Pelotas e 913 de Rio Grande.

Por sua vez, o *Echo do Sul* informa:

**A Villa Sequeira**

O Cassino na Villa Sequeira continua sem um único commodo desocupado, estando já com moradores as 20 casas construídas pela futura empresa. É enorme o contínuo movimento no bello arrabalde d’aquella esplendida praia de banhos! (ECHO DO SUL, 19/02/1891)

As notícias e crônicas sobre os banhos arrefecem nessa temporada, o balneário parece ter deixado de ser uma novidade, e o interesse está em evidenciar as melhorias que foram realizadas de um ano para o outro. O *Diário do Rio Grande*, em uma mudança de postura em relação às notas anteriores, elabora um grande artigo crítico à praia de banhos gerenciada por Antonio Candido de Sequeira:

Antes de tudo é preciso dizer a verdade com toda franqueza. Começamos pois ponderando que laboram em erro os que pensam que a estação balnear do Rio Grande é e pode ser a única deste Estado. Que não é, estão dando prova Tramandahy

e Limeira, onde se acham algumas centenas de pessoas, sendo uma grande parte de Porto Alegre. E já não falamos no pontal da barra no Chuy e em outros pontos (...). Esta pois, nas conveniências do Rio Grande melhorar o mais possível desde já, a sua estação de banhos, offerecendo aos que procuram todo o conforto commodidades e o maior numero de distracções de modo a estabelecer uma certa ligação entre ella e os banhistas que a freqüentam, e a atrahir outros, e cada vez em maior quantidade (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/03/1891)

A ameaça de outras praias de banho no Rio Grande do Sul surge na imprensa, e isso faz com que o periódico local alerte para a possível fuga de visitantes na metade Sul. A necessidade de criar atrativos e reforçar as comodidades balneares, incluídas aí também o uso dos banhos, faz com que algumas sugestões sejam apresentadas:

Por exemplo: os banhistas que seguem da cidade no primeiro trem da manha, tem apenas alguns minutos para mudar de roupa, tomar o banho e vestir-se novamente. N'essas condições o banho não pode ter duração além de 3 ou cinco minutos.

O banhista tem de desembarcar a correr, tomar o banho a correr a dirigir-se a correr para o trem. Alguns tem se visto na necessidade de fazer descalço o trajeto entre a praia e o trem e calcam-se no carro, por não terem tempo de fazel-o na barraca. Isso com os homens, imagine-se agora em que apuros não se vem as senhoras (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/03/1891)

Ao levar em consideração que a alameda que antecipa a praia possui cerca de 1 km de extensão, realizar esse trajeto com os pés descalços não se constitui na maneira mais confortável de usufruir dos banhos. Para quem regula o banho de mar de acordo com o horário dos trens, a sociabilidade a beira da praia é diminuta, visto que não se estabelecem em barracas ou mesmo camarotes durante o banho. Os seguintes horários são disponibilizados pela empresa carris:

Parque – Villa Sequeira

6h

2h e 30 min

5h e 15min

7h e 15 min

Villa Sequeira – Parque

6h e 40min [correspondente com Bagé]

7h e 45min [correspondente com Bagé]

4h

7h (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 09/03/1891)

O único dos três periódicos que seguiu noticiando o dia-dia e os acontecimentos da Villa Sequeira no mês de março é o *Diário de Rio Grande*, apresentando uma das novidades da beira da praia nesse ano de 1891: a corrida de cavalos. Convidando amadores para a competição, serão oferecidos prêmios aqueles que ocuparem as primeiras posições nos páreos de “900 e 400” varas (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 11/03/1891).

Assim como a carta de um porto-alegrense foi publicada nas páginas do *Diário do Rio Grande*, o mesmo jornal veicula uma nota que foi divulgada, originalmente, numa folha de Santana do Livramento, e ocupava-se de falar sobre a praia de banhos da cidade de Rio Grande nesses termos:

O estabelecimento balnear, lançado a beira mar, distante uma légua e tanto desta cidade, foi na presente estação a liquidar-se completamente concorrido, não tanto quanto era de desejar, quer tanto pelos bons commodos e tratamento superior que no mesmo é deparado o hóspede, mediante moderada contribuição, como pelo bem que sabem a todas as enfermidades cutâneas, rheumaticas como nervosas, os banhos ricos de acção therapeutica, que nesse futuroso estabelecimento de se toma.

No ponto em que está firmada a novel Villa Sequeira, assim denominado o estabelecimento balneário em honra ao seu mais operoso fundador, que no mesmo desempenho de gerente, é mar grosso constantemente agitado, o que mais vantajoso torna os banhos (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 03/04/1891).

Parece que o autor da missiva, classificado pelo *Diário do Rio Grande* como um oficial que se vale do pseudônimo de Braulio Martins, considerou fraca a movimentação de banhistas na Villa Sequeira – ainda mais quando essa seria uma praia com muitas comodidades a oferecer. Comodidades essas que dizem respeito não só a hospedagem, mas também remetendo ao fato das qualidades que se fazem sentir quando dos banhos de água salgada, notadamente as melhorias para a pele e para a constituição nervosa dos banhistas.

A característica do banho de arrebentação está presente na fala do banhista, visto que esse remete aos banhos em águas agitadas que tornariam ainda maiores as qualificações dessa água. A carta não discorre somente sobre os banhos, mas também sobre a condição do banhista que permanece à beira-mar e projeta um olhar sobre a paisagem litorânea:

A praia é bellissima, vasta e francamente aberta a todas as virações marinhas e desde donde aspira-se a grandes banhos o amoxidado que emerge puro e bemfazejo do seio esmeraldino do soberbo atlântico, que banha a costa brazileira em uma extensão de mil e tantas léguas geográficas (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 03/04/1891).

A condição sensível do calor praieiro também surge em sua correspondência:

Ao approximar-se da costa do mar, uma outra temperatura sadia se sente, suavissima nos seus effeitos e convidativo de nella se permanecer envolto, porque realmente dispõe o animo e activa os membros imprimindo-lhes firmeza e agilidade. O aparelho respiratório se dilata e se vigorisa ao contacto das virações marinhas, puras como agradáveis e que só bem promovem (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 03/04/1891)

Se até agora elencávamos sensibilidades que podiam ser projetadas a partir da imprensa enquanto um canal de acesso ao sensível, tal correspondência expõe de sobremaneira uma gama de percepções corporais no que diz respeito ao calor do verão vivenciado no litoral. Uma sensibilidade de verão se mostra em curso, no qual a temperatura

de verão remete aos preceitos de salubridade e bem estar, os banhos são qualificados enquanto positivos para o reparo corporal, e os ventos marinhos “só bem promovem”.

Sujeito que vive longe da praia, longe do litoral, ainda afirma que essa vivência litorânea se fazia necessária a muitas pessoas que habitavam o interior do Rio Grande do Sul. Na busca de água “verdadeiramente” marítima, procurar as águas e as temperaturas amenas em tempos de verão era imperioso àqueles que só conheciam o frio (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 03/04/1891).

Mostrando-se conhecedor de outros litorais, elabora um último parágrafo dizendo:

Os banhos de Montivideo não são verdadeiramente de mar, porque as águas que banham aquella capital são uma mistura de água doce com água salgada, e por conseguinte , longe estão os mesmo de produzir effeitos decisivos dos verdadeiros banhos de mar. Os do Rio de Janeiro, por exemplo, são verdadeiramente d’água do mar, mas estão não são alli puras em consequência da grande quantidade de lixo e de outras matérias que diariamente são lançadas em seu seio , como succede em Montivideo (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 03/04/1891).

Com a segunda temporada de banhos encerrada oficialmente no dia 15 de maio de 1891, essa correspondência publicada no *Diário do Rio Grande* se caracteriza como a última nota sobre os banhos na estação 1890-1891. Assim, partimos para a última temporada de banhos que nos propusemos a analisar nesse trabalho, a derradeira sob os comandos do gerente-fundador Antonio Candido de Sequeira.

Um diferencial em relação ao ano anterior está em algumas notícias que surgem no decorrer do inverno sobre o balneário, efetivamente sobre o balneário e as atividades realizadas durante a baixa temporada. Por exemplo, no *O Artista* um artigo intitulado “Olores e Odores” apresenta as seguintes informações:

Ia de festa a noite no Cassino. Por sua vez a natureza expandia-se na exuberância luminosa da formosa noite de estio. O mar calmo desprendia uns queixumes de feliz namorado que a lua parecia escutar na tranqüilidade serena e graciosa de sua aureola de ouro. Um perfume agreste impregnado desse manto salutar que o mar envia a terra espargia-se no salão, que pouco a pouco se povoava de flores primaveris que então transformavam a Villa Sequeira numa mansão paradisíaca. Dentro em pouco o salão regorgitava convertido u’uma corbeille fleurie (O ARTISTA, 29/07/1891)

Tal artigo foi enviado ao periódico assinado pelo Palais Royal, comércio citadino que fez de tal espaço não só uma promoção pessoal, mas também elenca uma série de manifestações presentes em uma noite de bailes no salão do hotel. O próprio fato de existir vida noturna no inverno do balneário já é, por si só, digno de nota, pois compreende a inserção da praia de banhos para além do verão no cotidiano da cidade.

A relação com a natureza que é explorada pelo artigo, o mar e a lua, surge como estratégia de romantização do cenário praiano, espaço privilegiado para os namoros, para a

contemplação marítima. Soma-se a isso a inserção de um elemento central no excerto, a composição dos cheiros, os olores que preenchem os espaços e realçam características da localidade.

A graça, a beleza e a formosura competiam alli à porfia, e ninguém poderia dizer se o perfume suavissimo enebriante quase derramavaem ondas vaporosas, descia aquellas fronte angélicas, umas envoltas em formosas tranças de ébano, outras em lindíssimos fios de oiro; ninguém diria se era dellas se das flores que morriam na exuberância da vida sob a calma ardente dos fogos que illuminavam o salão (O ARTISTA, 29/07/1891).

Nesse momento as descrições ligadas à natureza e aquelas conectadas aos sujeitos são atravessadas pelos olores que, misturados, proporcionam uma confusão para aquele que sente. Flores, tranças e lenços circulam no salão de festas e emanam os cheiros que ganharão um nome: Brisas da Villa Sequeira.

No último parágrafo descobrimos que esse artigo veiculado pelo *O Artista* tratava-se da propaganda de uma essência, fabricada pelo perfumista Gelle Freres, e que na cidade de Rio Grande foi batizada como “Brisas da Villa Sequeira”. Somos informados pelo *Diário do Rio Grande* que realmente estavam havendo bailes na Villa Sequeira nesse período, confirmando a circulação de sujeitos nos salões do hotel, e tornando possível a o uso dessa fragrância alardeada pelo jornal concorrente.

Agora a Villa Sequeira é apropriada por um pequeno frasco com olores, e através da memória olfativa a praia de banhos pode ser acessada na vivência urbana do dia-dia. Além de viver a experiência banhar em sua época propícia aos banhos, agora alguns riograndinos poderiam carregar a Villa Sequeira em si mesmos durante o inverno.

Para o ano de 1892 o volume de atrações e espetáculos oferecidos pelo hotel se intensifica e, como já afirmamos, faz desse estabelecimento um local de sociabilidades de verão. Por isso, cabe dizer que a constituição de espaços de sociabilidade no balneário é intrínseca ao projeto do uso dos banhos – reforçando ou desfazendo laços durante a vivência nos camarotes ou à beira-mar - e tal aspecto foi muito bem explorado no trabalho de Rebecca Enke (2005), que não só localiza os espaços como também apresenta diversas características de cada um deles.

Após a segunda temporada de banhos os camarotes transformam o cenário praiano, e mais do que elegantes espaços para sociabilidade na orla, também deixam ver outro elemento importante em nosso estudo: a demarcação de uma zona de banhos.



**Imagem 20:** Vista da praia balnear. 1890  
Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

Nesse cenário, captado pelos irmãos Fontana no mesmo nível dos banhistas e bastante próxima ao mar, a relação entre a apropriação do espaço de banhos e os camarotes pode ser percebida de maneira mais clara. Pelos guarda-sóis que estão sendo utilizado, esse registro foi feito em um dia de sol, e também dia propício para os banhos, visto que no canto superior direito podem ser percebidos banhistas, ao fundo ainda vemos uma cabine de troca de roupa próxima ao mar, um cavalo no núcleo direito da imagem e, deslocando o olhar ainda mais para a direita, alguns banhistas em pleno banho – certamente os que estavam fazendo uso das cabines.

Toda cena se dá na frente dos camarotes, elemento chave na demarcação de um enquadramento do espaço de banhos. Ao instalar essa comodidade, a administração do local não só atendia a uma demanda balnear recorrente em praias européias, como também reforçava um recorte específico dos banhos na Villa Sequeira.

Como podemos ver no registro fotográfico, a praia está “toda” representada: camarotes, caminhada, cavalos, cabines e banhos, tudo enquadrado pelo olho do fotografo, que promove uma praia a ser vivenciada, aquela que obedece ao espaço entre os camarotes e água. Porém, essa mesma praia ideal também pode ser o retrato de uma vigilância social velada, que se faz pelo olhar daqueles que usufruem dessas comodidades em relação aos estranhos que podem adentrar essa zona dos camarotes.

Com as comodidades à beira-mar em funcionamento, a temporada começou a ganhar suas tintas no mês de dezembro:

**Estação Balnear**

Consta-nos que a primeiro de dezembro próximo futuro começará o serviço de trens para os banhos de mar, devendo ter lugar a partida da cidade, pelos bonds as 4 e ½ da manhã. Os banhistas estarão de volta a cidade as 8 horas. A estada na praia será de cerca de uma hora (O ARTISTA, 26/11/1891).

Reivindicação já do ano anterior, o horário para os banhistas que utilizam o transporte ferroviário teve sua partida no fim da madrugada, aportando no balneário em torno de uma hora depois, podendo os banhistas aproveitar cerca de duas horas de banhos na costa. Tal horário atende a uma demanda ao mesmo tempo em que institui uma clara diferenciação que pode ser notada no decorrer da nossa análise: a diferenciação entre os banhistas que permanecem hospedados no hotel e aqueles que precisam utilizar o serviço ferroviário.

Enquanto o primeiro grupo, pelo tempo de permanência no balneário, e as possíveis sociabilidades que se forjam no interior do hotel, utilizam os banhos a partir da estrutura fornecida por sua administração, compreendendo aí os camarotes e as barracas, o segundo grupo estabelece uma relação mais fugaz, de aproveitamento rápido e retorno ao perímetro urbano.

Permanecer à beira-mar constitui-se, então, em um privilégio que cabe somente aos que se hospedam no balneário, que tornam o ato do banho um processo prolongado no qual se vivencia diferentes instâncias de sociabilidade oferecidas pela empresa balnear. Aluga-se o camarote, efetua-se a troca de roupa na cabine, logo acontece o direcionamento ao primeiro mergulho e, quando do retorno, existe tempo para observar o espetáculo das ondas, bem como se ocupar da teatralização do social, do ver e ser visto, seja na varandas dos camarotes, seja na caminhada, ou cavalgada, na beira da praia.

Já o sujeito que é refém das locomotivas possui pouco tempo entre o desembarque, banho e retorno à estação. A opção por esse tipo de aproveitamento do balneário pode atender a duas hipóteses: o fato de possuir uma jornada de trabalho no centro da cidade, impossibilitando passar a temporada na Villa Sequeira e, de certa forma, também leva ao entendimento de que esse mesmo banhista não possuía condições de manter-se na localidade com o ônus econômico do hotel.

Somos informados pelos periódicos de que o fluxo de banhistas por dia, e principalmente nos finais de semana, é bastante grande – ultrapassando o número de 900 – e diversificada são as atividades empreendidas pelos mesmos. Com isso em mente, podemos dizer que a praia da cidade do Rio Grande é sim um espaço freqüentado pela elite local, que

se desloca do interior ou da capital, se hospeda no hotel, constrói sua residência de férias, faz uso dos banhos e retorna para casa quando o verão acaba, porém, ao mesmo tempo, essa mesma praia é freqüentada por uma fatia da população citadina que não pode arcar com esses gastos, pertencentes a camadas sociais que não merecem espaço nos jornais, mas se fazem presente enquanto banhistas.

Na leitura de Rebecca Enke “... os acontecimentos realizados no balneário, desde sua fundação, tiveram procura por parte de um publico elitizado em busca de novidades e de um local para o seu deleite” (ENKE, 2005, p. 73). Tal interpretação mostra-se coerente quando entendemos que toda estrutura do trabalho de Enke está voltada para a instalação da vida social da elite que constituiu e desfrutou o balneário (ENKE, 2005, p. 8), ou seja, o problema de pesquisa da autora delimita, desde sua formulação, um determinado público.

Aqui pensamos nessa vida marítima e banhar um pouco mais diversa naquilo que tange aos banhos, mesmo porque se trata de um espaço aberto de sociabilidade, o que dificulta estratégias de exclusão. Não que elas não existam, a instalação dos camarotes, e o recorte de um espaço específico de banhos, se constitui enquanto estratégia de diferenciação, porém elas estão em constante tensionamento com esse grande número de pessoas que procuram os banhos nas primeiras horas da manhã, ou aos domingos.

Ao mesmo tempo em que os jornais apresentam listas de banhistas ilustres que se deslocam em busca dos banhos na Villa Sequeira, um sem número de desconhecidos, anônimos usuários das locomotivas Formiguinha e Andorinha, também se refrescam nas águas do mar no verão. E uma interessante análise dessa massa de anônimos que ocupam o espaço de praia pode ser feito através de uma leitura do próprio horário dos trens.

A primeira viagem ocorre às 4h e 30min, em anos anteriores esse horário era 5h e 30min da manhã, sendo que outras possuem suas partidas do centro às 12h e 30min e 16h e 30min. Desses três momentos, o único noticiado é o do turno da manhã, nunca dedicando qualquer nota referente aos outros horários, momento em que, igualmente, chegavam trens lotados. Por outro lado, os jornais apresentam atividades sendo desenvolvidas em locais como o hotel, casas particulares ou na alameda central no turno da tarde ou noite, e em nenhum momento banhos de mar ou sociabilidade de praia acontecendo.

Nesse jogo de visibilidades e ocultamentos proporcionados pelo jornal, podemos perceber alguns reapropriações de práticas de praia que remetem a elementos como a necessidade da publicação de crônicas balneares, e a diferenciação dos horários a partir, também, de uma perspectiva do corpo social salubre.

Alain Corbin diz que “Toda a estação balnear tem, inicialmente, a necessidade da presença de um membro da família real” (CORBIN, 1989, p. 289), isso na primeira metade do século XIX. Saindo de cena a figura aristocrática, monárquico no caso de Corbin, a presença de sujeitos ilustres, pertencentes às camadas elitizadas da sociedade será recorrente para a consolidação e renome das praias ao longo do século XIX.

A imprensa se encarrega de noticiar os cidadãos “ilustres” que procuram os banhos, da mesma forma veiculam em suas páginas todo e qualquer tipo de sociabilidade ligado à presença desses sujeitos. Serão esses que criarão uma agenda social a ser noticiada, portanto, o que encontramos nos periódicos é sempre um retrato balnear específico, parcial.

Com uma imprensa orientada para descrever as atividades de um grupo, outro surge da própria invisibilidade proporcionada pelos horários que o jornal opta por não publicar. Quem chega no horário da tarde não interessa ao jornal, banhistas que não são “notícia”, são apenas números para serem somados e apresentados no dia seguinte.

A segunda forma de uso do mar regulado pelo relógio – já mencionado no interior do Guia dos Banhistas – e que dá a ver públicos distintos se refere às condições corporais dos banhistas. O turno da manhã é resguardado aos sujeitos de corpo robusto, enquanto o da tarde aos enfermos, débeis, ambos regulados pela temperatura da água que atenderia a diferentes demandas.

A demarcação de horários baseados em condições corporais e finalidades terapêuticas gera um condicionamento social ao qual se reapropria até o ponto em que a diferença do público que frequenta a praia no turno manhã e o público da tarde perdem sua função de origem. Com isso, passa a ser incorporado como “natural” no contexto balnear, por exemplo, que atividades recreativas e sociais fora do espaço de praia só aconteçam no período da tarde nos primeiros veraneios da Villa Sequeira – mudando o foco de atenção dos registros da imprensa ao mesmo tempo em que torna invisível o banhista vespertino.

Sobre a temporada de 1892 o *Diário do Rio Grande* anuncia, já no início do mês de dezembro, que a localidade balnear está recebendo um grande número de visitantes.

Grande foi o número de excursionistas que ante-hontem foram a Mangueira (...) Os excursionistas passavam agradavelmente o tempo que ali se demoraram, uns passeando ao longo da praia, que estava mui aprazível graças a consolodora viração que corria, outros nos vastos e confortáveis salões do Cassino (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 15/12/1891)

Para amainar o calor existia o vento que corria na orla, tornando o dia mais ameno para os excursionistas que chegavam de Rio Grande. Quem não desejasse fazer uso do espaço

de praia, fosse para caminhar ou ir aos banhos, poderia passar o dia em divertimentos ligados ao hotel. E diversão e satisfação parecem ser a tônica desse início de veraneio:

Passar um domingo na Mangueira, seja no Cassino, seja em alguma das chácaras situadas ao longo da linha, será, pois, na presente estação como foi na do ano anterior, uma prova de bom gosto. Hoje, sem dúvida a affluencia de excursionistas vae ser extraordinária; mas o que vale é que a costa do Mar tem carros em numero sufficiente a transportar toda população da cidade, se tanto for preciso (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 20/12/1891).

Nesse mesmo dia o *Echo do Sul* apresenta um artigo de nome “Estação Balnear”, e apresenta o conjunto de comodidades que não haviam sido oferecidas no ano anterior, como “magníficos salões de concertos e jogos, já promptos e mobiliados”. Tais providências teriam deixado não só as dependências do hotel, mas o balneário com “feição mais característica da jovialidade” (ECHO DO SUL, 20/12/1891).

O fluxo de visitantes está em crescimento, comprovado por uma pequena nota no jornal *Diário do Rio Grande* que informava o acréscimo de mais um horário de trem no turno da manhã, as 05h55min da manhã (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 19/01/1892). *O Artista* confirma a procura de banhistas, e apresenta uma palavra inédita na documentação pesquisada:

Foi enorme a concurrencia de *touristes* que hontem affluiu a Villa Sequeira, a aspirar a atmosfera vivificadora daquele ambiente, saturado de oxigênio e enriquecido pelos saes corroborantes em constante evaporação no seio do oceano. Só da cidade visinha, fugindo do calor oppressivo que por lá tem feito, vieram cerca de cem pessoas, sendo talvez o duplo os que foram desta cidade (O ARTISTA, 25/01/1892)

A palavra “tourists” até então não havia surgido nos jornais, sendo utilizado o termo “banhistas” ou “excursionistas” – referenciais que usamos ao longo do trabalho - para descrever esses sujeitos que desembarcavam na estação balnear. A já citada Ann Marie Fugier apresenta uma discussão a respeito do termo “turista”, o qual se fazia sentir como um sinônimo de viajante e que recebe em 1838, a partir do livro *Les Memoires d’un touriste* de Stendhal, sua consagração no século XIX com a inserção *Na Larrouse Du XIX siècle*: “aquele que viaja por curiosidade ou ociosidade”. E no entendimento que propõe para o século XIX:

Os turistas não são necessariamente andarilhos ou itinerantes. Podem optar por ficar numa Villa junto ao mar, e não arredar mais dali (o termo *estivant* [veranista] aparece apenas em 1920) (FUGIER, 1991, p. 231).

No que tange o contexto brasileiro, Haroldo Leitão Camargo reitera o cuidado com os anacronismos do termo “turista” ou mesmo “turismo de segunda residência” em relação às *casas de verano* ao longo do século XIX. Esse é um termo, segundo o autor, que somente nos

fins dos oitocentos passa a adquirir o sentido próximo ao que conhecemos na contemporaneidade.

Retornando a citação do *Artista*, o calor citadino é descrito como “opressivo”, afugentando os pelotenses do seio do urbano, fazendo com que se desloquem até ao balneário da cidade vizinha para fazer uso da vivência oceânica. E, no alívio do calor o periódico segue sua nota: “A Villa Sequeira animada pela população que de súbito a transformou em uma aprazível estação, onde nada falta desde a alegria que irradiava de todas as physionomias...” (O ARTISTA, 25/01/1892).

Só existiria um desprazer em toda essa vivência banhear, “a volta”, momento em que se regressa à “realidade do trabalho, do bulcio ensurdecido dos carros e carroças, das importunações estúpidas dos vendedores de bilhetes de loteria e dos aromas acres das águas servidas” (O ARTISTA, 25/01/1892). O tipo de experiência oferecida pelo balneário afasta as prerrogativas do cotidiano ordinário da cidade, o mundo do trabalho, das fábricas, da movimentação comercial, é sublimado pela brisa oceânica, a conversação na beira da praia, e o hotel para quem o desfruta.

Nessa metamorfose surge um banhista sulino, aquele que vive a intensidade urbana e, no domingo, tem a oportunidade de se afastar do mundo gris para firmar a visão em outro horizonte. Ao contrário dos balneários europeus, em que as longas estadias são peça chave na sociabilidade de praia, no caso do Rio Grande do Sul percebe-se um caráter transitório, de passagens rápidas pelos banhos e retorno para o urbano, grupos de “excursionistas” que chegam de trem, se direcionam as barracas de troca de roupa e jogam-se ao mar, para logo em seguida se preocupar com o horário do trem de retorno.

O direcionamento de trabalhos anteriores sobre o balneário (BARCELLOS, 2000; ENKE, 2005; BITTENCOURT, 2007) estava baseado tão somente no universo dos hóspedes do hotel e nos proprietários de chalets na alameda central, deixando de lado o grande número de sujeitos que estabelecem uma relação de transitoriedade com a Villa Sequeira. Ao movimentar o balneário tanto quanto aqueles que deixam a praia de banhos ao final da temporada, esses forjam um tipo de experiência diversa, na qual os banhos de mar se regulam mais com os trens do que propriamente com o hotel.

O hotel continua sendo ponto de passagem, local de sociabilidade e paragem para conversas com amigos, mas não o vetor de atenção desse tipo de banhista, ele precisa estar atento para a fumaça de partida das locomotivas, pois caso perca o horário comprometerá um dia de trabalho.

O *Diário do Rio Grande* também efetuou um registro desse dia de banhos apresentado pelo *Artista*, dizendo que “a influencia da nossa aprazível estação balnear vem crescendo dia a dia” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/01/1892). Dias depois o jornal noticiava mais um dia de grande procura pelos banhos, um domingo:

Os excursionistas entretiveram-se uns passeando ao longo da praia, onde corria fresca e suave viração, outros em agradável palestra com as pessoas de suas relações a banhos e todos, enfim, procurando passar o melhor possível as horas que ali tiveram de demora (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 02/02/1892).

Com um clima agradável devido ao vento que amainava o calor, o movimento à beira-mar é registrado pela folha, que ainda elabora um quadro de sociabilidade balnear no espaço de praia, em que a conversação e os banhos figuram como elementos centrais desse momento. E o caráter transitório também está presente, pois ao escrever o aproveitamento de “horas”, prenuncia que, dentro em pouco, esses mesmos banhistas retornarão ao cenário urbano ao som do apito das locomotivas.

Conforme notícia do *Echo do Sul*, uma semana após essa nota mais um grupo de excursionistas pelotenses chega ao balneário. Grupo que chegou ao começo da manhã retornaria para a sua cidade na Estação do Parque à 01h00minh da tarde e, mesmo que por um breve período, teria sido possível notar “a animação que houve na esplendida estação balnear” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 09/02/1892).

Com o aumento da procura a companhia de transporte oferece um horário extra para os excursionistas, e o jornal trata de informar os seus leitores de que “Nunca é demais fazer de seis em seis dias provisão de ar puro e sadio” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 21/02/1892).

Já em março de 1892 os jornais informam sobre um boato que haveria se espalhado tanto no balneário como na cidade, a de que a estação de banhos iria encerrar suas atividades no fim do corrente mês. Não se anuncia de onde partiram essas informações, e *O Artista* informa:

Muito infundadamente propalou-se que a estação de banhos fechar-se-há no fim do mez corrente. Esta versão é inteiramente inexacta. A empresa arrendatária não somente não está disposta a encerrar a estação como está no propósito firme de a prolongar., facilitando a realização desse alvitre por uma redução considerável nos preços (O ARTISTA, 21/03/1892)

Informação que também é registrada pelo *Diário do Rio Grande*:

Tendo-se propalado que a estação de banhos fechar-se-há no fim do corrente mez, a empresa arrendatária faz publica a inexactidão da noticia, declarando que a estação prolongar-se enquanto houvera banhistas e o Hotel Casino funcionará enquanto um hospede effectivo ou passageiro (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 21/03/1892).

Somado ao fato da temporada ser prolongada, a administração lança nota na imprensa de que para contentar as “classes menos favorecidas” efetuará uma redução no valor das casas de aluguel em período que começa no mês de abril. Em nosso entendimento, aquele grupo que antes freqüentava o balneário em caráter diário, em trânsito, agora poderia ocupar os espaços sociais privilegiados, com um pequeno detalhe: fora da alta temporada, quando os “ilustres noticiáveis” já não se encontram nas dependências do hotel.

Até o fim do mês de abril duas notas são publicadas pelos jornais *O Artista* e *Diário do Rio Grande*, ambas informando sobre atividades realizadas no salão do hotel, deixando de lado qualquer informação sobre a questão dos banhos. Assim, o encerramento da terceira temporada de banhos acontece sem nenhum tipo de divulgação ou atenção maior da imprensa local, mas apenas uma nota de encerramento das linhas de tráfego: “De manhã em diante e até nova deliberação cessa o tráfego da linha Rio Grande Costa do Mar. O pessoal é também todo dispensado, exceção de 3 homens para guarda do Cassino e mais installações e officinas” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 31/05/1892).

Nesse mesmo dia *O Artista* publica uma viagem de Antonio Candido de Sequeira ao sudeste do país:

Para a capital federal, onde seguirá depois para São Paulo, parte amanhã o distinto e estimável cidadão senhor Antonio Candido de Sequeira, um dos mais incansáveis e intermerato propugnadores do progresso dessa cidade. O senhor Sequeira que é incontestavelmente um espírito esclarecido e adiantado, e que esses predicados da intelligencia, reúne um apreciável tino prático, leva o intuito de estudar profundamente o progresso daquelles grandes centros da actividade nacional (O ARTISTA, 31/05/1892).

Ao relatar que o próprio Sequeira foi prestar despedidas na redação do jornal, *O Artista* deseja uma “agradável viagem e breve regresso” a ele e sua esposa. Em nenhum momento fica exatamente claro se essa viagem é de mudança ou apenas um período de tempo para “estudo”, porém, logo de sua partida para essas localidades, tem início na imprensa uma série de informações sobre a liquidação de sua empresa de transporte e balnear.

Com o desenrolar de um processo de venda durante os meses seguintes, será somente no mês de setembro que encontraremos uma nota definitiva:

A Pedidos

Antonio Candido de Sequeira

Retirando-se com sua família para a cidade de São Paulo, oferece as pessoas de quem não se haja despedidos os seus serviços, e pede desculpa a essa devida por escassez do tempo. Declara que deixa os senhor Braga, despachante de bonds, o encargo de esclarecer quaesquer reclamações por contas ou outras obrigações que pensa não deixar pendente (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 13/09/1892)

Essa mesma nota foi enviada à redação do *Echo do Sul*, e assim somos informados da partida do idealizador e responsável pela consolidação da empresa balnear na extremidade meridional do Brasil. As primeiras temporadas de banhos, efetivamente três, ocorreram sob sua administração direta, onde acumulava o cargo de responsável pelo tráfego, pela empresa balnear e também fazia às vezes de sub-delegado.

Como protagonista de um empreendimento balnear, Antonio Candido de Sequeira se despede cordialmente da população, a qual incorporou em seu cotidiano a experiência balnear. Se antes o litoral era um dado geográfico, uma realidade natural, agora na Costa da Mangueira havia uma praia, agora havia o mar sendo apropriado por banhistas, forjando outro horizonte para o olhar do sul-rio-grandense que passava a se preocupar com a escolha de toucas e calções de banho.

### **3.5 Publicidades em dias de sol**

Ao longo das quatro páginas dos periódicos circulavam noticiosos, notas informativas e publicidades das mais variadas relacionadas aos banhos de mar. Se David Le Breton já apresentava aquele panorama em que o corpo é sempre uma representação social e cultural, e suas maneiras de usá-lo são sempre constructos da sociedade em que está inserido, a introdução de produtos para os banhos imbrica-se nessa relação do “usar-se” do corpo no ambiente de praia.

Thales de Azevedo elabora parte de seu trabalho a partir das indumentárias de banho que passam a circular e moldam um determinado corpo a ser mostrado, em suas palavras:

Não é somente física a alteração, porém, moral, afrouxando-se a exibição do corpo todo sem muitas restrições, rompendo com o costumeiro recato, com o acanhamento, com a pudicícia e afetando os modos de andar, de sentar, de deitar, de mexer-se nas areias da praia, sitio privilegiado para tais gestos (AZEVEDO, 2004, p. 43).

No mesmo caminho apontado pelo antropólogo baiano, evidenciamos o conjunto de publicidades que compõe os jornais aqui trabalhados. Assim como as crônicas do dia-dia, esse material inserido nas terceiras e quartas páginas também fornecem inteligibilidade ao balneário, pois propõe a visualização da montagem de um banhista, daquilo que possivelmente estaria em uso na estação quente.

Importante de se notar que as propagandas, enquanto uma das partes integrantes dos periódicos, não são menos “tendenciosas”, ou quem sabe, “opinativas” do que as notícias

ordinárias. Dessa forma, as publicidades são igualmente produtos e re-produtoras da sociedade em que estão inseridas.

Um dos poucos textos que debate o papel das publicidades na imprensa sul-riograndense é *Contribuição à história da publicidade no Rio Grande do Sul* (1995) de Francisco Rudiger. Conforme o autor, a concepção que possuímos de “publicidade” na contemporaneidade data da década de 1930, e esses anúncios representariam, então, não formas sistematizadas, mas sim posturas dos próprios periódicos dos oitocentos a fim de aumentar seus lucros através da venda de espaços para pessoas ou comércios que oferecem serviços específicos: remédios, espetáculos ou mesmo lojas anunciando a chegada de produtos (RUDIGER, 1995, p. 42).

Através de uma “complexificação social” que se deu com a emergência da urbanidade nos oitocentos, o autor sugere que o anúncio dos mais diversos produtos nos periódicos proporcionaria a manutenção de diferenciações sociais baseadas no poder aquisitivo entre aqueles que podem e os que não podem comprar o que lhes é apresentado (RUDIGER, 1995, p. 43). Para além desse debate que é apresentado por Francisco Rudiger, entendemos os anúncios de gorros ou tocas de banho como produtores de banhistas, logo, produtores de sentidos que serão projetados na vida balnear, modulando corpos e vislumbrando representações.

O primeiro apontamento que devemos fazer diz respeito ao fato de que, um ano antes, em 1888, tais produtos de banhos eram inexistentes. Ou seja, criou-se uma demanda, o comércio precisou se abastecer, entender e conhecer os itens que comporiam a prática de banhos de mar.

Porém Rio Grande não estava completamente deslocada das referências que compunham o vestuário da vilegiatura marítima, pois circulava pela cidade uma das publicações mais famosas acerca das modas e costumes dos tempos do Brasil Império: “A Estação: jornal ilustrado para a família”. A cada nova edição, quinzenal, a revista era anunciada nos periódicos locais e ansiosamente aguardada pelos riograndinos. Circulando no Brasil de 1879 até 1904 – editada pela tipografia carioca Lombaerts - tratava-se de uma continuação brasileira da publicação francesa *La Saison* (da qual conservou igual diagramação e cabeçalho) que também circulou no Brasil por alguns anos (MEYER 1993, p. 76 apud CRESTANI, 2008, p. 236).

No interior da Estação havia um suplemento intitulado “Jornal de Modas”, o qual se esforçava em apresentar o que havia de mais moderno no vestir, de roupas para atividades sociais até momentos privados de descontração. Pensando em sua circulação paulatina, é

possível entender essa revista como um referencial no que tange a compreensão das novas demandas que se instalavam na cidade de Rio Grande.

A partir da temporada 1889-1890 qualquer notícia referente às modas balneares ganhariam atenção por parte do público leitor, incluindo aí os comerciantes que precisavam oferecer novos produtos, da mesma forma que criar novas necessidades. A primeira nota publicitária encontrada data de 20/01/1890, no jornal *O Artista*, possuindo a seguinte chamada:

**Alta novidade para os banhos de mar**

Artigos especiaes de borracha, como sejam: toucas, gorros, chapeos, bolças e variedade de objectos próprios para os banhos do mar; acaba de receber a livraria do Globo (ARTISTA, 20/01/1890)

E no jornal *O Diário do Rio Grande*, dez dias depois, encontramos o seguinte anuncio:

**Aos Banhistas**

Especiaes chapeos de palha para homens a 3 e 2\$. Formas aba larga para praias, as melhores contra o sol, a 2\$500 e 3\$500. Chapeos de sol para senhoras a 1\$500 e 1\$00 réis, tudo isto a torrado na barateira loja do Abilio (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 30/01/90, p.3).

Sem nenhum tipo de adereço gráfico, essas duas notas já apresentavam um conjunto de produtos que estão circulando na cidade: toucas, gorros, chapéus de sol. Como podemos atestar, a principal preocupação estava na proteção da cabeça em relação ao sol, o que remete a uma das veiculações dos jornais que chamavam atenção aos cuidados para com o sol acusado de “déspota”, como também possui suas matrizes medicinais, visto que o próprio Ramalho Ortigão atentava para o fato dos sujeitos, em especial senhoras, protegerem os cabelos no momento do mergulho (ORTIGÃO, 1966, p. 239).

O restante do vestuário também é apresentado:

**Aos banhistas**

Calção e blusa enfeitadas, para senhoras gorros impermeáveis enfeitados, para senhoras, calção de meia curta para homens. Sapatos para senhoras.  
Au Louvre – Rasteiro (ARTISTA, 11/03/1890)

Os homens podem portar os calções, deixando as pernas à mostra, o corpo começa a ganhar flexibilidade, a ser moldado por uma condição de desvelamento, pouco a pouco se expondo em público. Os enfeites e ornamentações desses produtos são ressaltados pelo anunciante, a loja de armarinho local *Au Louvre*, de propriedade do senhor Francisco Rasteiro.

Alguns dias depois, em outra loja o oferecimento de apetrechos de praia continua:

**Guarda Sol para senhoras**

Pelo ultimo paquete acaba de chegar directamente de Paris um esplendido sortimento de chapéos de sol para senhoras, como por exemplo: de chamalote com rendas nas pontas (ultima novidade), de setim preto com vistas de cores Au Palais Royal (ARTISTA, 15/03/1890, p.3)

“Paquete” refêre-se ao tipo de embarcação que desembarcou no porto de Rio Grande trazendo produtos do continente europeu, notadamente de uma de um dos países referenciais para a vilegiatura marítima dos oitocentos. Dos mais variados tipos de cortes e tecidos, os chapéus continuam a ser a tônica dos produtos oferecidos, dessa vez pela loja do senhor Areias Junior, a *Au Palais Royal* (ENKE, 205, p. 123).

No mês de março O Artista anuncia em seu espaço para publicidades:

**Roupas para vilegiatura**

Acaba de chegar novo estoque de peças para aproveitar a novidade dos banhos na Mangueira. Au Palais Royal. (O ARTISTA, 17/03/1890)

O local de origem desses produtos era a França, e da mesma forma essa referência francesa se faz sentir no nome das lojas que oferecem os produtos. Um arcabouço de elementos que deve agregar-se ao imaginário dos banhistas passa a circular na cidade de Rio Grande, dentre eles a necessidade da mimese tanto dos produtos como da língua associada aos banhos de mar.

E aos anúncios seguem no decorrer do mês de março: “**Para os banhistas** : Sacos e malhinhas para conduzir para os banhos - recebeu e vende a preço baratíssimo a Livraria do Globo” (ARTISTA, 18/03/1890). Esse parece ser um tipo de produto com o qual o banhista utiliza já no sair de casa, necessário para carregar de alimentos até roupas para troca.

**Para os banhos da Villa Sequeira**

Ditas meias de algodão de cores a 1\$500. Ditas mescla de lan e algodão a 2\$500. Camizetas de meia de algodão desde 5\$ até 1\$500. Ditas francezas, fio de escossia, a 2\$000. Baeta azul, especial, para roupa de banho a 1\$500 o metro. Baetta amarella, especial, a 1\$400 o metro; de tudo que recebeu novo e especial sortimento a Loja Espírito Santo (ARTISTA, 24/03/1890).

Nesse anúncio acima podemos confirmar em outra loja um conjunto de produtos que já aparecia em outros armarinhos. A predominância da lã e algodão faz-se sentir até mesmo na roupa para os banhos, que tanto pode ser comparada pronta como também pode ser feita sob medida.

No decorrer do ano de 1890 o Diário do Rio Grande apresenta uma chamada intitulada “Moda para os homens – Escrevem de Pariz”:

É de praxe que na quadra atual que os trajés masculinos sem excluir em uma discreta elegância, apresentem os requisitos necessários para combater o calor. Por semelhante razão, os vestons e os fraques fazem um tanto folgados e as calças um

tanto largas (...) Nos complementos para praias e para banhos, esta sendo até de bom gosto eliminar o collete, substituindo esse, junto ao cós das calças por contos de malha de seda escura. Para esses mesmos complementos escolhem-se as flanelas de cores claras, bem como os cotins de linho. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 10/08/1890).

Nessa nota, o combate ao calor é o ponto primeiro que deve ser notado. As roupas mais folgadas visam deixar o corpo não só mais leve, mas também descontraído. Ao propor a eliminação do colete, igualmente, podemos perceber a sugestão da mobilidade corporal quando do uso de um tecido tão leve como a seda, a flanela de cor clara ou o cotim.

Essas referências no vestuário, já podem ser percebidas não só nos anúncios que apresentamos anteriormente, como também nas propagandas que as lojas passam a fazer para a temporada seguinte, que se iniciava em dezembro de 1890:

**Novidades de verão**

Crepe de lã liso, azul, creme, rosa, salmon, palha, verde claro e escuro e outras cores modernas a 900\$ metro. Voille de Lin, padrões de grande moda francesa, grande sortimento a 900\$ o metro. Vestidinhos cobertos de renda para menina, esplendido e invejavel sortimento (O DIÁRIO DE RIO GRANDE, 05/12/1890, p.3)

Tal anúncio, já demonstra a predominância dos tecidos leves e claros. “Voille de lin” trata-se de um véu de linho que se caracteriza pela leveza do tecido, assim como o crepe e a renda. São tecidos que permitem que o corpo ganhe flexibilidade e movimentos, ao contrário de tecidos mais pesados ou cingidos. Quando pensamos nas práticas de lazer elaboradas no balneário, a necessidade de um corpo mais flexível, e mesmo exposto, é pungente.

O anúncio apresentado acima segue:

(...)1500 leques de papel, setineta, setim, seda e gaze, grande novidade. Ventarolas de papelão e gaze, novidade para bailes. Gregas pretas e de cores, 3000 roupas para banho. Collarinhos e ponchos de borracha, de cores e brancos. Camisas com peito de Piquet, grande moda. Luvas de pelica, brancas, de cores e pretas para homens e Sras. 10 mil peças de renda. Au Louvre – F. Rasteiro & Cia (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 05/12/1890).

Nesse outro fragmento da publicidade já percebemos artigos como os leques – em suas diferentes texturas – como elementos incorporados a sociabilidade balnear que ultrapassa o ambiente de praia e alcança os salões. As camisas de “Piquet” referidas, dizem respeito a uma gola mais larga, evidenciando mesmo parte do peito de quem a usa.

Como propõe Nicolau Sevcenko, é no final do século XIX que a inscrição do corpo no espaço começa se desenhar. Nesse sentido, vale um diálogo quando ele diz: “todos na rua”. Não fazia mais sentido o antigo hábito do repouso, os sujeitos deveriam aproveitar as diversas formas de lazer que propunham um engajamento do corpo – agora exposto por *sweters* de mangas curtas, shorts ou meias três quartos, (SEVCENKO, 1992, p.33).

Em que pese, entendemos que uma praia de banhos torna-se um desses *locus* perfeitos para o engajamento. E os anúncios, que em última instância dão a ver um corpo sendo construído, ao mesmo tempo em que revelado pelas roupas de banho, colaboram nessa percepção, tornam-se ferramentas fundamentais para o historiador captar um imaginário que circulava pela sociedade brasileira.

Importante notar, nesse mesmo anúncio, que o comércio de artigos para o verão na costa litorânea se caracteriza como rendoso. Isso porque as “10 mil peças de renda” anunciadas deixam evidente que existe um alto número de frequentadores do balneário. Fato que se confirma em uma nota encontrada no dia seguinte:

1300 termos de roupa de cachemire de pura lan, de calção curto e comprido e bluzas listas e ricamente bordada para senhoras.  
 3000 gorros para banho  
 2000 toalhas de felpo, grandes  
 800 chambres de fazenda felpudas, especialidade em toalha  
 1200 fatos de meia de lan e algodão inteiriços para homens.  
 Calções simples de meia para homem.  
 AU Louvre – F. Rasteiro & Cia.  
 (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 06/12/1890).

Se pensarmos, por exemplo, que três mil gorros de banho deixam ver os mesmos três mil banhistas, é possível afirmar que, não só a primeira temporada de banhos consolidou-se como um sucesso, como também a segunda temporada, iniciada em novembro de 1890, registrava alta expectativa entre os anunciantes. Ou seja, o oferecimento desses produtos estava diametralmente conectado ao aumento do número de sujeitos que procuravam a Villa Sequeira.

O anúncio desses produtos dá a ver a construção de um banhista, seus apetrechos, símbolos, necessidades forjadas quando da introdução da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. Está em cena o movimento de “civilizar-se” nesse momento dos oitocentos, de introduzir hábitos e modismos oriundos da Europa que ganham objetividade em produtos comercializados para os banhos.

Você pode não ser um banhista francês mergulhando em Deauville, mas você pode parecer esse sujeito, remetendo a ele quando faz uso do mesmo tipo de gorro ou chapéu de palha, e assim produzindo a sensível diferença daqueles que, em última instância, serão apenas banhistas riograndinos se deslocando até a praia. Em suma, os anúncios e publicidades desse período, atuam como intermediários que oferecem a civilização em forma de calções de banho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as páginas desse trabalho escrevínhamos sobre um litoral, sobre uma praia localizada no extremo meridional do território brasileiro. A Villa Sequeira é pensada, construída e praticada nos últimos anos dos oitocentos e, acima de tudo, inventa a praia no Rio Grande do Sul, inscrevendo o litoral no mapa cotidiano dos sujeitos.

A organização de uma determinada paisagem, os sentidos que lhes são atribuídos, percorre sempre caminhos que tecem redes de significados e reconhecimentos, instituições de imaginários próprios que forjam e legitimam discursos. Pensando nisso, a apropriação do litoral através de seus banhistas fez com que reorientemos as formas de percepção e representação da paisagem desse Estado em que o sopro do vento Minuano percorre muito mais do que o horizonte verde do pampa.

O litoral propõe sensibilidades às quais buscamos evidenciar ao longo de nosso trabalho, e dentre essas projeções cotidianas do sensível está à menção de uma representação da paisagem que contempla a cultura balnear como parte de si, e uma das formas possíveis de compreender, por exemplo, a emergência da modernidade no Rio Grande do Sul. Por mais que seja parte constitutiva da geografia da Província/Estado, a inserção do litoral no horizonte de representações sulinas perpassa diferentes estratégias organizadas no século XIX, e o seu uso para os banhos é entendido por nós como uma das possibilidades de tirá-lo de uma zona invisibilidade.

Para o universo litorâneo brasileiro e sulino é marcante o ano 1808, visto que será após a abertura dos portos que irá se suceder outra postura frente ao Atlântico e os contatos que possibilita. E Rio Grande, enquanto cidade portuária, não fica indiferente às novas demandas, tendo início os processos de dragagem seguidos de mudança na “hierarquização da paisagem”.

Ao perceber uma cidade que passa a se ver a partir de sua condição peninsular está em jogo um duplo: a desnaturalização de um imaginário marítimo, e a percepção de que a paisagem é um constructo orientado por forças que operam na sociedade revelando ou escondendo “o que” e “como” olhar.

A representação da paisagem se dá nesse sentido, quando forças específicas operam na sociedade ao ponto de trazer à tona àquilo *que* deve ser visto, e *como* deve ser visto. No caso sulino, o litoral foi obliterado em detrimento de outra paisagem que devia ser vista e percebida como vetor de compreensão sul-rio-grandense.

Viramos a ampulheta de sentidos que preenchem o ser sul-rio-grandense. Quem sabe pensar o cotidiano a partir da estação quente? Nesse bojo deixaríamos o frio não como uma experiência identitária do Estado, mas sim como um momento de espera, um “meio de caminho” para que logo mais os apetrechos pesados do inverno fossem guardados em armários e cedesse espaço para a procura imediata de calções de banho, maiôs, e tudo aquilo que compreende o universo balnear. Não se viveria o frio, mas sim, se esperaria o calor?

Nessa experiência não haveria anulação do inverno, mas sim a percepção de outras estações que compõem o Rio Grande do Sul desde a década de 1880. Para isso, o exercício consiste em evidenciar esse outro Sul a partir de suas representações da paisagem orientadas por uma dinâmica do calor, da vivência balnear que percorre a linha litorânea ao Sul e ao Norte – e porque não as águas doces do interior.

No bojo da História Cultural objetos, temas, diálogos com outras disciplinas estão contribuindo para que *outros Rio Grandes do Sul* surjam no Rio Grande do Sul. Conceitos como os de sensibilidades, representação, paisagem, entre outros que colaboraram ao desenvolvimento do trabalho, deram a ver essa pluralidade do olhar, ou das formas de olhar, e contribuíram para que o litoral sul-rio-grandense adquirisse maiores sentidos do que o limite geográfico de um território interiorizado.

As notícias circularam, os boatos se disseminaram quando uma empresa carris decidiu encampar a idéia de construir um balneário. Nesses primeiros movimentos a intenção foi convencer de que esse se tratava de um projeto viável, com fundamento e sérias perspectivas de sucesso. Daí a figura de Antonio Candido de Sequeira, o qual agenciou uma série de ações para levar a cabo seu projeto – percorrendo cidades em busca de investidores, publicando notas nos periódicos locais e municinando a comunidade de informações sobre as praias do país vizinho.

Nesses tempos a praia ainda estava no papel, em seu escritório. Mas começava a circular a possibilidade de vivenciar a estação quente no Rio Grande do Sul, ou seja, entrava em curso uma readequação do verão, no qual a vivência à beira-mar deixaria de ser uma realidade presente somente no outro lado do Atlântico para desembarcar nessas plagas meridionais de dezembro a abril.

Dos marulhos aos ribombos as sensibilidades vieram à tona, e um banhista sulino foi elaborado *no e para* o balneário. Nesse momento o cotidiano passou a se organizar através da tônica da estação quente e, mais do que isso, os sujeitos projetaram formas de inscrever o verão em si próprio, operando estratégias diárias, promovendo atividades específicas e

entregando-se para uma experiência moderna que se constituiu em preencher o espaço entre a areia e o mar.

As locomotivas Formiguinha e Andorinha desembarcavam diariamente durante as temporadas de banhos na estação Villa Sequeira. Dos sem número de sujeitos que tocavam os pés na areia surgiram rotinas balneares, práticas reelaboradas para um contexto específico que desenhava um banhista oitocentista na cidade de Rio Grande.

Mas a formação desse banhista não estava restrita a essa cidade, as mais diversas localidades do Rio Grande do Sul eram representadas na figura daqueles que se hospedavam no hotel. A esses o verão a beira-mar passaria a ser recordado durante a estação fria, conectando-se ao calor através das reminiscências e desejo de retorno ao litoral de banhos.

Os periódicos colaboraram na observação desses sentimentos que circundaram a vida banhear, enquanto antena social anunciava e ampliava o escopo dos fatos ocorridos na Villa Sequera. De casos curiosos, passando pelo afogamento de Rocha Gallo, até a demarcação de uma praia específica a ser utilizada, os jornais apresentaram leituras sensíveis do cotidiano de banhos engendrado pelos frequentadores desde fins do ano de 1889.

São os jornais que travam a luta de representações: o desconforto dos excursionistas; horas de espera na estação de trem; festas; morte; cotidiano. Mas nada, nem para os diferentes jornais que lutam por recepção, anúncios etc, nada mesmo, nem a “fila”, nem a “morte” vencem a “magia do verão”, ela é vitoriosa: o corpo, sua sensualidade descoberta nas roupas claras e nos maiô; os tipos de beleza; heróis, que despontam sem armas e de corpo treinado, capaz de nadar para além do “banco”.

E nesse canal de acesso ao tempo pretérito, o jornal nos impôs uma premissa essencial no campo das sensibilidades: a estrangeiridade temporal. O tempo que ele apresenta não é nosso, mas isso não impediu que tentássemos navegar nessa temporalidade escoada, buscando uma compreensão desse ontem sob a ótica daqueles que o vivenciavam enquanto um presente, projetando futuros, expectativas, organizando um cotidiano que hoje pode ser posto em uma moldura.

Nesse quadro de praia, nesse Rio Grande do Sul litorâneo, as referências de um universo do pampa, da campanha, não se apagam, apenas se reelaboram, cruzam fronteiras que rompem imagens estáticas e propõem um movimento de encontro. O campo e a campanha também estão no litoral, e quando o verão chega, as linhas férreas atravessam regiões carregando os sujeitos em busca dos banhos, e nessa procura pelo mar representações balneares se elaboram.

Os quadros se embaralham nesse século XIX que tentamos encontrar a partir dos banhistas sul-rio-grandeses. No olhar que eles elaboram sobre a praia não existem invisibilidades, mas sim complementações que forjam maneiras de praticar o litoral para os banhos ao sul do sul.

Será no século seguinte que esses mesmos quadros fixarão formas acabadas até o ponto de se transformarem em alteridades que se anulam uma a outra pelo jogo constante da luta de representações em suas mais variadas formas. As regiões não só deixam de se complementar, como a demarcação de um imaginário vencedor recorta e imprime um Rio Grande do Sul que deve ser representado. Um único Rio Grande do Sul passa a existir e àquele dos banhos dos oitocentos desaparece.

Recuperamos as tramas tecidas no conjunto de indícios e documentos que propunham a estação quente como forma de projetar e exteriorizar a modernidade nessa faixa do Brasil Meridional. Local de vivências, de experiências, de formas de sentir, a vida balnear circunda as últimas décadas do século XIX e se consolida no atravessar do século. A praia foi inventada.

## FONTES CONSULTADAS

### **Bibliotheca Rio-Grandense – Rio Grande/RS**

O Artista, 1884-1892

Diário do Rio Grande, 1884-1892 (com exceção do ano de 1888 devido à manutenção)

Echo do Sul, 1884-1892

Prospecto da Linha de Carris de Ferro do Rio Grande Costa do Mar – Linha Suburbana, 1886.

Intendência Municipal do Rio Grande. Relatórios da Camara Municipal do Rio Grande  
Typografia do Artista, 1884-1892

### **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS**

Escriptura de Seção e transpasse de posse privilégio para estabelecer linhas de transporte nesta cidade. Inserido no processo 65.68, caixa/maço 000.0255, ano 1893, Comarca de Rio Grande, Companhia Carris Urbanos do Rio Grande versus Southern Brazilian. Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul (Está anexado a essa documentação referente à concessão de *tranways* em Rio Grande e seus posteriores traslados).

Inventário de Antonio Sequeira. Nº 618, maço 28, estante 12, 1853.

Processo Antonio Candido de Sequeira *versus* James Cordner. Nº 1878, maço 58, estante 19, 1883.

Termo de fiança da Thezouraria da Provincia de São PedrO, Porto Alegre, 24/11/1871.

### **Centro de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – CDH/FURG**

Guia dos Banhistas: Informações Sobre a Praia e Banhos na Villa Sequeira. Rio Grande. Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1890.

### **Museu da Cidade de Rio Grande**

Coleção de fotos dos irmãos Carlos Julio e Eugenio Amilcar Fontana, proprietários do estúdio *Fontana & Irmão Phot.*, 1890.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco das Neves. A Imprensa diária Rio-Grandina ao final do século XIX: entre o discurso político-partidário e a sustentação econômica. In: Revista Biblos. Nº 13, Rio Grande, Editora da FURG, 2001.

\_\_\_\_\_. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob prisma da imprensa Rio-grandina (1868-1895). Rio. Grande: Ed. da FURG, 2002.

\_\_\_\_\_. A imprensa rio-grandina do século XIX no acervo da Bibliotheca Rio-Grandense (levantamento parcial). In: Revista Biblos, nº 19, Rio Grande, Editora da FURG, 2006, p. 95-107.

ALONSO, Angela. Idéias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano. Rocco, 2<sup>o</sup> ed., Rio de Janeiro, 1995.

AZEVEDO, Thales de. O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida. Recife, Editora Massangana, 2004.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. N<sup>o</sup> 5: Antropos Homem, Lisboa: Imprensa Nacional/casa da moeda, 1985.

BANN, Stephen. As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 1994.

BARCELOS, João. O Balneário Cassino: uma inspiração moderna. In: Revista Biblos. Rio Grande, Editora da FURG, n<sup>o</sup> 12, p. 43-48, 2000.

BERMAN, Marshall. Tudo que   Sólido Desmancha no Ar. São Paulo, Cia. Das Letras, 2001

BITTENCOURTT,  zio. Apontamentos sobre o movimento teatral em Rio Grande no século XIX. Revista Biblos, n<sup>a</sup> 8, p. 117-138, 1996.

\_\_\_\_\_. Da Rua ao Teatro: Os Prazeres de uma Cidade. Sociabilidades & cultura no Brasil Meridional. 2<sup>o</sup> ed., Rio Grande: FURG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7<sup>o</sup> edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. Usos e Abusos da História Oral. RJ, FGV, 1998

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ e Funda o Getúlio Vargas, 1998.

BOYER, Marc. Les Villegiatures du XVI au XXI sci le. França,  dition EMS, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos: entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: Bresciani, Maria Stella. Palavras da cidade. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2001.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. In: Variedades da história cultural, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo, Aleph, 2007.

CAMPOS, Daniela Queiroz. Garotas modos e modas: a civilidade e a estética feminina na coluna garotas nos anos dourados. Anais Eletrônicos do X Simpósio Internacional Processo Civilizador, Campinas, São Paulo, 2007.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias no Brasil Imperial. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa, Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: A Beira da Falésia: História entre Incertezas e Inquietudes. Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. In: Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, Editora do Professor Gaúcho, 1975.

\_\_\_\_\_. Evolução Urbana de Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.122, 1982, p.43-68.

CORREA, Silvio Marcus. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Vol. 17, Rio de Janeiro, Jan/Mar, 2010

CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CORBIN, Alain. Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Território do Vazio: a Praia no Imaginário Ocidental. Cia das Letras, 1989.

CRESTANI, Jaison Luis. O Perfil editorial da revista A Estação: o jornal ilustrado para família. In: Revista da Anpoll. A Língua Portuguesa na Imprensa: 1808-2008, vol. 25, jan/jul 2008, pp.323-353.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. In: Projeto História: , São Paulo, EDUC, nº 35, 2007

DAIBERT, Andre Barcelos Damasceno. História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930. Progra de Pós-Graduação em Bens Culturais e Projetos Sociais, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, Rio de Janeiro, 2010. (Dissertação de mestrado).

DANTAS, Eustógio. O lazer e a habitação com a vilegiatura marítima: o caso das residências secundárias em Fortaleza-Ceará. Anais eletrônicos do XVI Encontro Nacional de Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, espaços de diálogos e práticas. Porto Alegre, 2010.

DELLA CRUZ, Gisele Thiel. A Higienização da cidade: Rio Grande no final do século XIX. In: Revista Biblos, nº 13, Rio Grande, Editora da FURG, 2001.

\_\_\_\_\_. As Misérias da cidade: população, saúde e doença em Rio Grande no final do século XIX. Programa de Pós-graduação em História, UFPR, Curitiba, 1998 (Dissertação de mestrado).

DÉSERT, Gabriel. Banhos de Mar por receita médica. In: LE GOFF, Jacques. As doenças tem história. Terramar, Lisboa, 1985

ENKE, Rebecca. Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905). Dissertação de mestrado (Pós-graduação em História), Unisinos, São Leopoldo, 2005.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Vol. 1: uma história dos costumes. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. Artérias de Pedra: a modernidade na cidade de Rio Grande (1877-1903). In: Anais do Congresso Fronteira e Identidades, Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, 2010. (Mídia eletrônica).

\_\_\_\_\_. De frente para o mar: as representações da paisagem litorânea na cidade de Rio Grande (1904-1976). In: História em Reflexão. Vol. 6, nº 11, 2012.

FERREIRA, Sérgio. O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Editora Das águas, 1998.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 4º edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUGIER, Anne Marie. Os ritos da vida privada burguesa. IN: PERROT, Michelle (Org.). A História da Vida Privada – Vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GUTEFRIEND, Ieda. A Historiografia Rio-Grandense. 2ª Ed., Porto Alegre, Editora da Universidade, 1998.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). A Invenção das Tradições. 2º edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª edição, São Paulo, Editora da Unicamp, 2003

LENZI, Teresa. Pioneiros da fotografia em Rio Grande: Catálogo de 1845 a 1900. Rio Grande, FURG, 2010

MACIEL, Maria Eunice. Considerações sobre os gaúchos e colonos. In: Editora da Unisc (Org.). Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha. Santa Cruz do Sul, 1994.

MARRAS, Stélio. A propósito das águas virtuosas. Formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2004.

MARTINEZ, Cláudia Eliane. Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bomfim do Paraopeba – Minas Gerais. In: Cadernos de História. Vol. 8, nº 10, 2º sem. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006, pp. 63-88

MARTINS, Ana Luiza. Revistas em Revista. São Paulo, Editora da USP, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: Industrialização e Urbanidade (1873/1990). Rio Grande, FURG, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e História interfaces. In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

\_\_\_\_\_. Imagem e Auto imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando. História da Vida Privada no Brasil. Vol. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

MELO, Victor Andrade. O Mar e o remo no Rio de Janeiro no século XIX. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 23, 1999, pp. 41-70.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 159-176.

MURARI, Luciana. Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922). São Paulo, Alameda, 2009.

MORRISON, Allen. The tramways of Brazil: a 130- years survey. New York, Bonde Press, 1985. Texto acessado em sua versão traduzida no sítio: <http://www.tramz.com/br/pa/pap.html>

NEDEL, Letícia Borges. Um passado novo para um história em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Brasília, Brasília: UNB, 2005.

NEEDELL, Jeffrey. Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

OLIVEN, Ruben. A Parte e o Todo – A diversidade cultural no Brasil Nação. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2º edição (revista e ampliada), Vozes, 2006.

OLINTO, Beatriz. Fragmentos de uma cidade: a cidade do Rio Grande frente alguns aspectos da modernidade. Revista Biblos, Rio Grande, nº 7, p. 140-147, 1996.

ORTIGÃO, Ramalho. As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante. Série Obras Completas. Lisboa/Portugal. Editora Livraria Clássica, 1966.

PEREIRA, Celia Maria. Memórias de um balneário: patrimônio edificado do Cassino. 2ª ed, Rio Grande, SALISGRAF, 2005.

PESAVENTO, Sandra. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, (14)2: 383-396, 1993.

\_\_\_\_\_. O Cotidiano da República. 3º ed., Porto Alegre: UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_. O Imaginário da Cidade – Visões literárias do Urbano. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2005., URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Consultado em 04/09/2011.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. História e História Cultural. 2ª ed., 2ª reimpressão, Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Os Sete Pecados da Capital. São Paulo, HUCITEC, 2008.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de Civilidade, Modelos de Civilização. In: História em Revista. Vol. 9. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Dezembro 2003. Pp. 01-21.pg. 6

PINHEIRO, Maria Terezinha Gama. A fundação do balneário Cassino ao final de século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1999 (Dissertação de mestrado)

QUEIROZ, M. Luiza Bertulini. A Vila de Rio Grande de São Pedro (1732-1822). Rio Grande, FURG, 1987.

QUINTELA, Maria Manuel. Saberes e praticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de São Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Vol. 11 (suplemento 1), Rio de Janeiro, 2004, p. 239-260.

REICHEL, Heloisa. A indústria têxtil no RS, 1910/1930. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

RUDIGER, Francisco. Contribuição à história da publicidade no Rio Grande do Sul. In: Revista Famecos, nº 3, Porto Alegre, EDIpuers, Set/95, pp. 42-48.

SAYÃO, Thiago Juliano. (Re)Tratos Insulares: a ilha de Santa Catarina vista através das representações das paisagens (1890-1940). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2011. (Tese de Doutorado)

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo Sociedade e Cultura nos primeiros anos 20. São Paulo: Cia das letras, 1992.

SCHOSSLER, Joana Carolina. “As nossas praias”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). Programa de Pós-Graduação em História, PUC/RS. Porto Alegre, 2010 (Dissertação de mestrado)

\_\_\_\_\_. (B). Ir as curas: discurso terapêutico versus práticas de lazer. Revista Eletrônica Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.1, n.1, junho-2010

SEGA, Rafael. Os melhoramentos urbanos como estratégia da dominação social. Revista Anos 90, nº 14, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dezembro 2000, pp. 218-230.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2º Ed. São Paulo, Nacional, 1977.

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). In: Scripta Nova: Revista Electronica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, Vol. IX, Nº 194, 2005.

THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande(RS). In: Métis: história & cultura, Vol. 8, nº 16, 2009, PP 143-154.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. “... e a modernidade veio a bordo: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPel, Pelotas, 2010. (Dissertação de Mestrado)

URRY, John. O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3ª Ed, São Paulo, Studio Nobel/SESC, 2001.

VALLEJA, Gustavo. El hilo de Ariadna: intercâmbios rioplatenses y estratégias comerciales urbanísticas de Francisco Piria. Sociohistorica, nº 11-12, Buenos Aires, 2002.

VELOSO, Monica Pimenta. História e Modernismo. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador. Revista Brasileira de História. São Paulo : ANPUH/Humanitas, vol. 25, n.49, 2005.

VIEIRA, Daniel. Paisagem e Imaginário. Contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. Revista Fenix. Vol. 3, ano III, Julho/agosto/setembro de 2006, p.1-15. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br>

VIGARELLO, George. O Limpo e o Sujo: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## ANEXO 1

O título dessa dissertação faz parte de uma canção composta pelos *cantautores* sulinos Guilherme Curi e Luis Mauro Vianna. Aliás, ele é uma pequena licença poética para uma música que, em sua versão original diz: “... ao sul do sul, na imensidão, o mar também é pampa, o pampa vira mar”.

Com o prévio perdão dessa ‘licença’, a dissertação encontrou um nome quando, em um 02 de fevereiro de 2011, um quarteto chamado “Aos quatro cantos” entoou essa letra e fez com que todo o emaranhado de ideias soltas ganhasse uma expressão, uma forma acabada em que texto e imagem se conjugavam na mistura de horizontes. Verde e Azul. Pampa e Mar.

Nesse interstício de cores a dissertação propôs suas tonalidades específicas, visando à criação de um texto que, ao fim e ao cabo, sempre retornava à letra da canção. Vale citar que Guilherme Curi, Villa sequeirense, também conjuga o litoral em suas escritinhações acadêmicas<sup>41</sup>, o que não só reforça a sensação da legitimidade da canção como também da destreza do olhar descritivo acerca de paisagem que o consitui por tantos e tantos cotidianos.

### **Mata Virgem (Guilherme Curi & Luis Mauro Vianna)**

Aquilo que ficou  
Na morte da canção  
Cortado na raiz  
Partido da nação

Mas ele vai voltar  
Pra terra do samba  
Ele vai voltar  
Pra terra do samba

Pra lá de não morrer  
Sobreviver da arte  
É tempo de voar  
No avião da sorte

Ele vai voltar  
Pra terra do samba

Se cada luz,  
Ô vai brilhar!  
Seu resplendor, à beira-mar,

---

<sup>41</sup> Sua dissertação de mestrado junto à University College Dublin chama-se “The Music from the sea – Social and cultural aspects on the creation of jazz and samba” (2006).

Iemanjá, filha diletta de Oxalá!

Se fosse num vazio?  
Se o mar não fosse azul?  
Seria verde mata virgem  
Seria matagal selvagem

Ele vai voltar  
Pra terra do samba

Ao sul do sul, na imensidão  
O mar também é pampa  
O pampa vira mar

Mas ele vai voltar  
Pra terra do samba

Se cada luz,  
Ô vai brilhar!  
Seu resplendor, à beira-mar  
Iemanjá, filha diletta de Oxalá

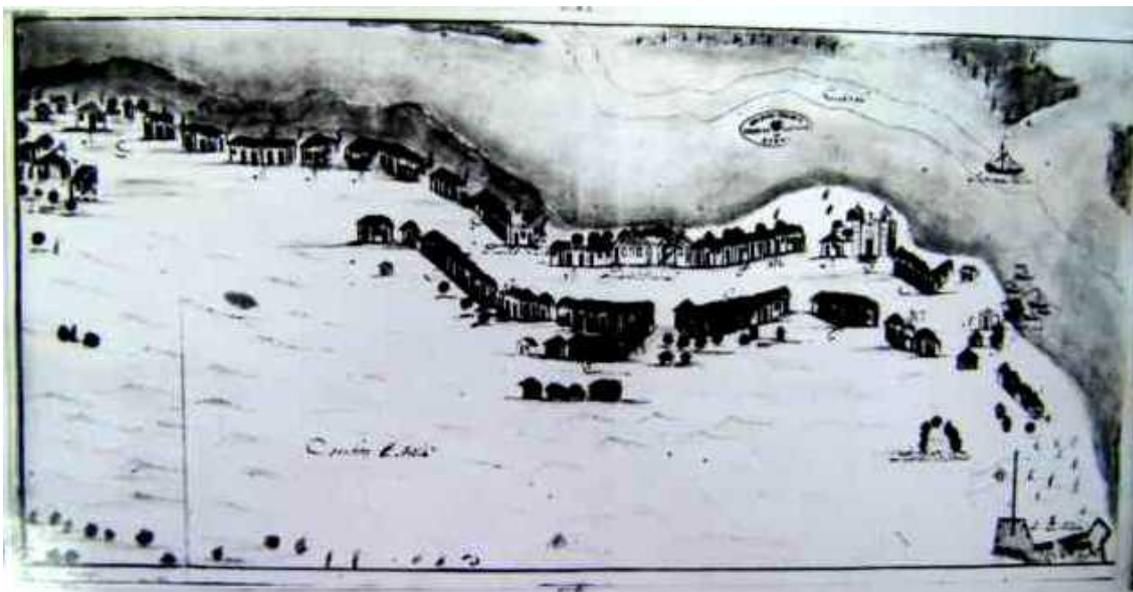
## ANEXO 2



Distância de aproximadamente 2,5Km que separa o perímetro urbano da cidade de Rio Grande da Ilha dos Marinheiros.

Fonte: <http://www.googleearth.com> acessado em: 19/03/2012

## ANEXO 3



Croqui cartográfico da Villa de São Pedro: 1750-1760  
Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-grandense/RG

**ANEXO 4**

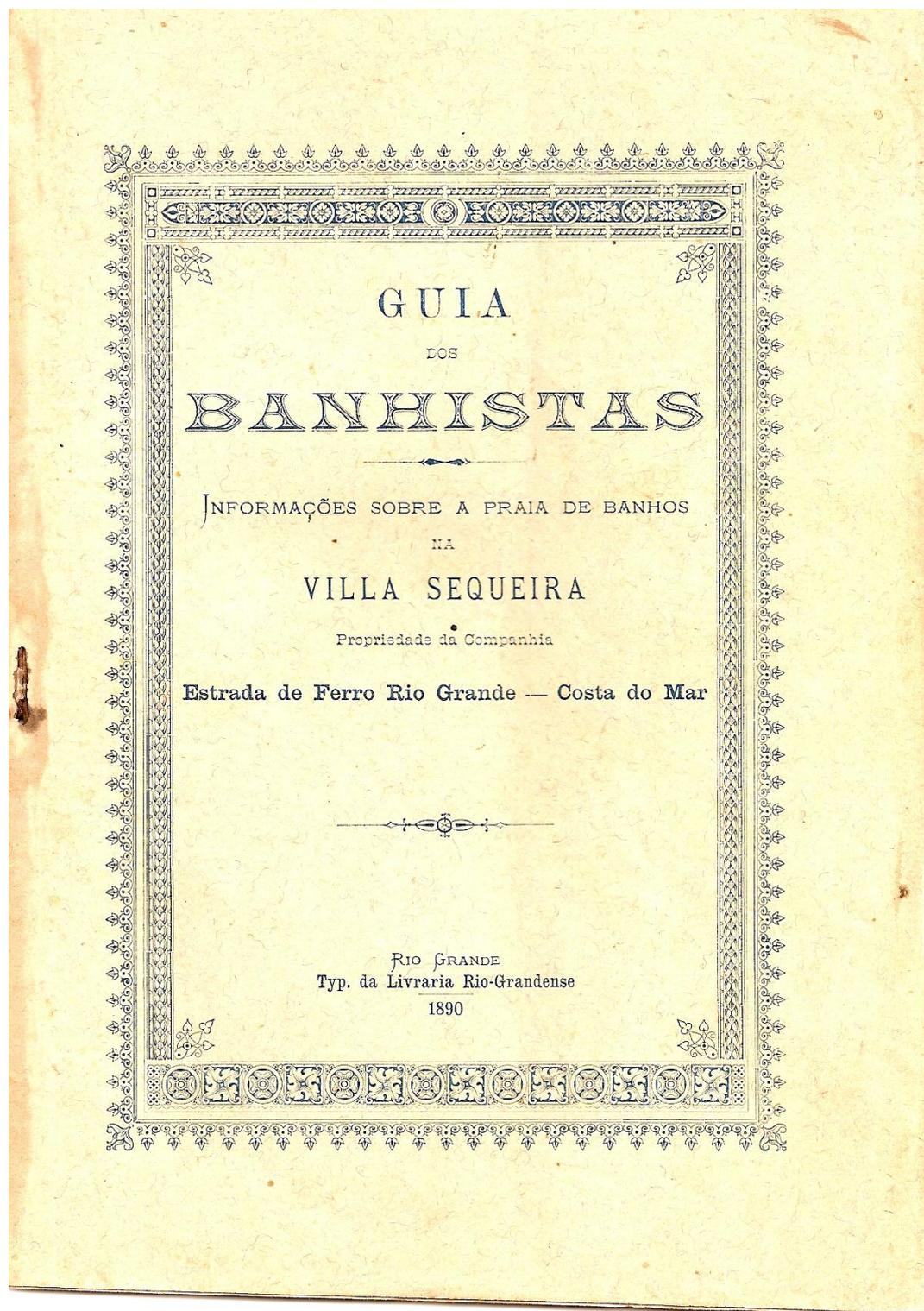
Representação do Porto de Rio Grande, Jean Baptiste Debret, 1824  
Acervo: Beatriz Thiesen

## ANEXO 5



Busto de Antônio Cândido de Sequeira na entrada do atual Balneário Cassino. Seu busto fica em frente à antiga estação ferroviária. Acervo do autor. 2011

## ANEXO 6



GUIA  
DOS  
BANHISTAS

---

Informações sobre a praia de banhos

NA

VILLA SEQUEIRA

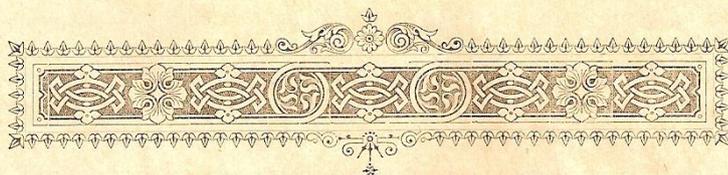
Fundada em 1888

PROPRIEDADE DA COMPANHIA

Estrada de Ferro Rio Grande—Costa do Mar

---

RIO GRANDE  
Typ. da Livraria Rio-Grandense  
1890



### Situação

A praia de banhos da "Villa Sequeira" está situada sobre a costa do oceano Atlantico, a 8 kilometros ao sul da bocca da Barra do Estado do Rio Grande do Sul, no districto da Mangueira, municipio do Rio Grande.

### Extensão

A "Villa Sequeira" abrange 3000 metros ao longo da costa, e cerca de 2200 metros de fundo, cortada a meio pela linha ferrea que a liga com a cidade do Rio Grande.

### Arruamento

A entrada da "Villa Sequeira" tem lugar por uma avenida de 2200 metros de comprimento, até á costa do mar, com 40 metros de largura; e todo o terreno se acha subdividido em quadras de terreno de  $100 \times 50$  metros formando ruas de 16 metros de largura.

## Natureza do solo

Tornou-se necessario á companhia empregar avultado capital na aquisição de innumerous pequenos lotes de terras pertencentes a antigos possuidores, os quaes de forma alguma valorisavam estas terras, — do que resultou que a sua apparencia era agreste, os caminhos intransitaveis, e constante a invasão das areias vindas do mar grosso, cuja agglomeração occasionava o alagamento das baixadas do terreno, por effeito das chuvas.

Entre os campos onde assentavam as habitações dos pequenos criadores ou estancieiros, e o mar grosso, media-se 3000 metros de terreno, ora alagadiço, ora dominado pelas areias móvedicas.

E para augmentar o mal resultante da pobreza do terreno que pouca vegetação espontanea sustenta, — accrescia a invasão, por toda esta planicie abandonada, de porção de gado entregue a seus proprios instinctos, e devorando a rara vegetação, que unica sopitava a marcha das areias.

## Melhoramentos iniciaes

Foi sobre tal terreno que a Companhia Estrada de Ferro Rio Grande — Costa do Mar assentou as bases da futura povoação que recebeu do publico a denominação de “Villa Sequeira”, — em reconhecimento da iniciativa tomada n'este melhoramento pelo cidadão Antonio Candido Sequeira, o actual gerente da empreza.

E para conseguir alterar as condições anormaes do perimetro que formará a nova povoação, foram, como se disse, adquiridos por compra os terrenos que eram necessarios; fechou-se por

meio de aramados os contornos do quadro do projecto e ainda n'este anno procedeu-se ao plantio da facha de areias junto á costa, que forma as marinhas, cujo plantio foi encerrado em aramado especial.

Sendo do projecto a arborisação de toda a Villa, de accordo com o plano do arruamento, — brevemente se achará esta área de 7.000.000 de metros quadrados toda povoada de pinheiros, eucalyptus, acacias, e outras arvores adequadas.

Para obtenção destas arvores que se contará aos milhões, procedeu-se a sua sementeira em um terreno previamente preparado; e afim de evitar as inundações periodicas das depressões do terreno, fez-se a sua drenagem por meio de vallas de esgoto em direcção ao mar, — protegidas as margens desta valla por bambús plantados.

A linha das marinhas, junto á costa, foi plantada de cédro marítimo, e outras arvores e arbustos indigenas que n'esta mesma zona tem sido pela Providencia distribuidas, e que tem provado a sua efficacia na fixação das dunas.

## A praia

Impressiona de maneira especialissima a primeira visita ao espectaculo que a vista domina.

Ao Nordeste avista-se a duas leguas de distancia os estabelecimentos principaes da praticagem da barra: o pharol e a atalaia; ao Sudoeste descortina-se a praia lisa, resistente aos passos bem como ás rodas dos vehiculos, que nenhuma depressão causam na areia, que mais parece coberta de solida camada de cimento; e enfrente, ao Sueste, vê-se o grande, o immenso oceano, em que a attenção se fixa por longo tempo, admirando as suas bellezas, relembrando as suas virtudes, e tambem os

segredos que encerra de riqueza animal, e de valores e vidas que sepultou!

Um extenso baixio, que se mede por milhas, offerece o bello quadro da arrebentação das ondas, lançando-se umas sobre as outras, como si se despenhassem dos rochedos de uma cascata; e o fundo arenoso em plano inclinado, permite a escolha da profundidade que o banhista deseja, se proeura o maior fundo para a natação, o ponto medio da arrebentação para o banho de choque, ou somente o baixio para a immersão do corpo.

Assim é que creanças da menor idade podem, sem commetter imprudencia, banharem-se a sós, e gozar do prazer do banho prolongado que lhes é tão util.

### Precauções necessarias

São as primeiras: não afoitar-se, a pessoa que não sabe nadar a ir além do ponto em que o mar cubra a cabeça; e as senhoras debeis ou que difficilmente se sustentem de pé, — não avancarem até a forte arrebentação sem o auxilio de um *guia-banhista*.

Os proprios nadadores devem ter muito em vista que com a maré de *resacca* pode tornar-se-lhes difficil a volta para a terra, e que alguma *cainbra* pode inutilisar-lhe o uso de uma perna, e expol-os á asphixia.

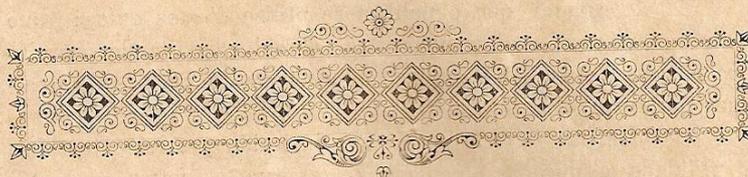
E para que de futuro não se deem accidentes, trata a Companhia da Estrada de Ferro Rio Grande — Costa do Mar, de obter conselhos de propectos e respeitaveis officiaes da armada, no sentido de crear sobre a praia os meios possiveis para salvamento de vidas.

Como primeira providencia, será estabelecido um serviço regular de *guias-banhistas*, marinheiros e pescadores de reconhecida aptidão e sizudez.

E' de esperar que o publico se utilise d'estes *guias*; que anime a empreza a augmentar este pessoal com grande proveito dos effeitos do banho, e inteira garantia contra perigos de qualquer natureza.

O banhista deverá porém ser instruido previamente sobre a utilidade e duração do banho; precauções antes e depois d'elle: enfim, saber avaliar e aproveitar em relação ao seu organismo os elementos tonicos contidos na agua do oceano.

Para evitarmos uma dissertação sobre assumpto em que somos incompetentes, sem contudo desprezarmos o que em seu excellente livro *As praias de Portugal*, nos offerece de util o eminente escriptor Ramalho Ortigão, aqui transcrevemos alguns trechos que n'aquelle livro encontramos de utilidade para o publico.



## O tratamento marítimo

“ O *banho* pode ser considerado sob dois pontos de vista diferentes: como agente *hydroterapico* e como *banho medicamentoso*. A acção *hydroterapica* domina quando a duração do *banho* é mais curta e a temperatura mais fria. Produz-se a acção medicamentosa quando a temperatura é mais elevada e a duração do *banho* mais longa (tres quartos de hora). Assim o *banho* de mar apresenta o duplo caracter *hygienico* e *therapeutico*.

Pelo lado *hygienico*, como agente *hydroterapico*, o *banho* de mar opera como qualquer *banho* frio, e é indifferente para o que se tem em vista conseguir *banharmo-nos* no mar, no rio, ou n'uma simples *banheira* com *agua doce*, no nosso *quarto*.

Nas *doenças* em que é *contra-indicado* o *banho* frio, nas *peçoas* atacadas de *affecções organicas* do *coração*, dispostas a *congestões*, a *rheumatismos* e a *gotta*, o *banho* do mar com as *condições physicas* e *chimicas* que lhe são *proprias* é ainda mais *noscivo* do que o *puro* *banho* frio.

A *constituição lymphatica*, a *infancia*, o *sexo feminino*, todos os *estados pathologicos* que se ligam ao *enfraquecimento* geral do *organismo*, á *insufficiencia* do *sangue*, á *repressão* do *systema nervoso*, constituem o *dominio especial* do *banho* do mar.

Os *escrophulosos* e os *neuralgicos*, ordinariamente mandados para os *banhos* de mar como para um *curativo supremo*, encon-

tram n'elle um coadjuvante precioso, mas não um remedio decisivo. N'estes casos um tratamento thermal bem dirigido é muito mais proficuo, principalmente se os effeitos dos banhos sulphureos forem fixados em seguida com os banhos do mar."

" Além d'estas principaes applicações do tratamento marítimo.—o ar, a bebida, o banho — figuram ainda na therapeutica o *banho de areia*, utilissimo ás creanças, o *banho d'ar*, a *alimentação com mariscos*, etc.

Qualquer que seja a natureza do tratamento adoptado, é preciso não esquecer que elle será sempre poderosamente auxiliado com o regimen hygienico seguido na escolha dos alimentos, no exercicio, no theor de vida, na regularidade dos habitos, etc.

A excitação do appetite produzida pelos primeiros banhos e pelo ar puro, fresco e penetrante do mar, junta a uma certa somnolencia e fadiga, que acompanha o principio do tratamento, produzem quasi invariavelmente algum incommodo intestinal, que pode comprometter ou retardar a cura se não intervier a dieta. Da alimentação do banhista devem excluir-se os pratos irritantes, as substancias difficeis de digerir, o abuso da mostarda, da pimenta, do café, das bebidas alcoolicas.

Os almoços, tão usados em Portugal, de café com leite e pão com manteiga, são umas massas mais indigestas e mais affrontantes que se podem ingerir nos estomagos. Nada torna o estomago mais abarrotado, o cerebro mais espesso, a intelligencia mais bronca, a actividade mais dormente. O bife de vitella ou a costelleta de carneiro grelhada, os ovos quentes e uma pequena chavena de chá preto, ou simplesmente o bom leite fresco constituem uma alimentação incomparavelmente superior á do café com leite e do pão com manteiga, quatro coisas que reunidas constituem uma brôa, que pesa muito mais do que alimenta.

Ao jantar convem um regimen pouco animalizado. De carne de boi nunca deve haver mais de um prato. São preferiveis as carnes brancas, a vitella, a gallinha, o Perú, a sopa d'hervas, o peixe fresco com manteiga fresca, ou com o simples molho de manteiga derretida em vinho da Madeira, bons legumes, um vinho leve, agua nevada, um sorvete, e uma laranja, uma boa pêra, ou um cacho de uvas.

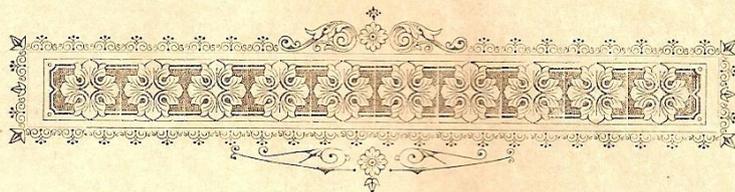
E' muito salutar o levantar cedo, passear á frescura da manhã, beber em jejum meio copo d'agua fria.

Se apparece alguma perturbação nas funcções do organismo, deve suspender-se o uso do banho até que o estado normal se restabeleça.

Se fór preciso estimular o intestino, a melhor medicina será a agua do mar destemperada com igual quantidade de agua doce.

Cumpre advertir que para todos os usos internos a agua do mar não deve ser colhida senão á maior distancia da costa, quanto seja possivel ao mar largo."

R. O.



## Precauções hygienicas

“ Com relação ao banho propriamente dito, as principaes precauções aconselhadas pela hygiene referem-se ao que importa fazer — *antes do banho, no banho e depois do banho.* ”

Ao ir para o banho deve-se ter em vista que tenham cessado completamente os trabalhos da digestão.

A escolha da hora do banho depende da constituição do banhista e do fim physiologico ou therapeutico que se deseja conseguir.

Se o banhista é robusto e procura apenas no banho a tonificação da agua fria e a especie de massagem produzida pelo embate da vaga, a sua hora mais opportuna é de manhã. Para as pessoas debeis que procuram no banho os effeitos da composição chimica da agua salgada sobre os tecidos, a hora mais conveniente é das duas ás cinco da tarde, quando por effeito do calor a temperatura do mar sobe cinco ou seis graus.

O uso geralmente seguido de ir directamente da cama para o mar esperando na praia *que o corpo arrefeça*, é essencialmente anti-hygienico.

Como já dissemos, baseados na autoridade dos mais abalissados especialistas, a pelle deve estar quente ao entrar na agua, e a mesma transpiração não só não é nociva mas é salutar.

Um certo exercicio moderado, um pequeno passeio a pé, ao sol, é muito util. O que mais convem evitar não é o contacto da agua com o corpo quente, é o contacto do ar. As constipações contraem-se na barraca ao despir, ou á beira da agua ao esperar.

Convirá esperar, quando o corpo está suado, que o suor se dissipe para entrar na agua?

Os autores da *Encyclopædia das Sciéncias medicas* respondem a esta pergunta citando o exemplo dos gregos e dos romanos que costumavam banhar-se ainda cobertos de suor e de poeira, ao sahirem dos gymnasios em que se formava a robusta mocidade dos dominadores do mundo, accrescentam:

“ O uso tão frequente dos banhos russos e dos banhos orientaes, as praticas da hydrotherapia empirica e da hydrotherapia racional demonstram até á evidencia que a immersão em agua fria do corpo suado não tem os perigos nem os inconvenientes que a rotina tenaz lhe attribue. Reduzindo a alguns minutos a duração da immersão não ha inconvenientes que recear. Não succede o mesmo quando, em vez de proceder em conformidade com a verdadeira hygiene, se segue o uso deploravel de esperar á beira do mar que o suor se evapore.”

E' importante que o banhista ao chegar á barraca, se dispa com a maxima rapidez, enfie um calção de malha de lã, se envolva n'uma capa ou n'um *plaid* e corra immediatamente para a agua, desembuçando-se no momento da immersão.

As senhoras devem usar a touca de gutta-percha para não molharem o cabello, e quando não tenham a touca não lhes convem mergulhar a cabeça. Basta-lhes refrescar repetidamente a fonte e o alto do craneo com a mão molhada durante o tempo que estiverem na agua. Os longos cabellos molhados com agua salgada produzem mais males do aquelles que o banho é destinado a combater. Molhados os cabellos no mar por qualquer inci-

dente, convirá ás senhoras laval-os em seguida em agua doce com um bom sobonete até restabelecer o aceio indispensavel á hygiene da pelle.”

“ *No banho* a immersão deve ser subita e não entrando na agua progressivamente, o que faz refluir o sangue das extremidades inferiores para o peito e para a cabeça.

E' prejudicialissima durante o banho a immobilidade do corpo. Todos os membros devem estar em movimento durante a immersão. A natação é n'este caso um exercicio da maior vantagem. Esta especie de gymnastica é particularmente util ás creanças affectadas de rachitismo, de enfraquecimento de espinha. Nenhum outro exercicio contribue mais efficaamente do que a natação feita de bruços para robustecer os musculos do pescoço e a columna vertebral.

A duração do banho depende da temperatura da agua, da força da onda, e da constituição do banhista.

Com o mar chão e a agua aquecida pelo sol da tarde o banho pode prolongar-se muito mais do que na maré enchente e durante o frio da manhã. Dez minutos bastam ás pessoas fracas cuja reacção se estabelece lentamente. As pessoas fortemente constituídas e as creanças que sabem nadar podem demorar-se na agua vinte ou trinta minutos.

Ao penetrar-se na agua sente-se um estremeamento, um calafrio geral. Depois d'isso a circulação restabelece-se rapidamente e produz-se uma sensação agradável. Se o banho se prolonga demasiadamente o primeiro calafrio repete-se. E' o signal intimativo para sahir immediatamente. A approximação d'este calafrio presente-se perfeitamente n'um principio de perturbação no estado geral. Convem não esperar que o estremeamento se dê.

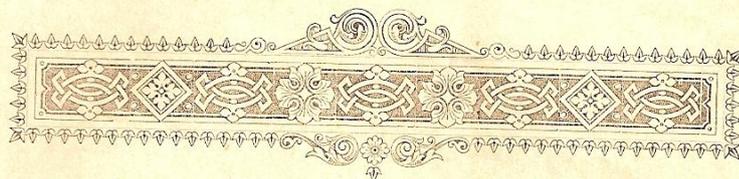
Aos que se demoram demasiadamente na agua, a despeito do aviso acima indicado, o rosto cobre-se d'uma pallidez livida,

o corpo arrefece, as veias desvanecem-se, os pés e as mãos tornam-se dormentes: sente-se peso de cabeça e mal estar. Algumas vezes apparecem na pelle manchas roxas symptomaticas da insufficiencia da circulação capillar. Do refluxo do sangue ao peito e ao cerebro pode n'este caso resultar a congestão. Os soccorros para esse estado são as fricções immediatas e o banho aos pés em agua quente."

" *Depois do banho* deve ser o corpo rapidamente friccionado com um lençol aspero até dar á pelle uma cor rosada.

Comer immediatamente depois do banho no periodo da reacção, é inconveniente. O mais salutar depois do banho é um exercicio moderado, um passeio a pé, de meia hora, na praia debaixo de um chapéo de sol, com o cabello solto como usam as senhoras nas praias da Allemanha."

R. O.



### Commodidades na praia

Não existindo em todo o paiz uma praia de areia fina tão especial, já pela constante *arrebentação*, já pela extensão, torna-se difficil, de um só jacto, estabelecer a variedade de accomodações que contente a todos os gostos; entretanto executou a empreza os mais numerosos recursos aconselhados pela 1ª estação que decorreu de 26 de Janeiro de 1889 a 15 de Maio de 1890.

Na estação a abrir-se em Novembro de 1890 e que será encerrada a 15 de Maio de 1891, se contará as seguintes installações sobre a praia:

100	camarotes para	homens	—	1ª	classe
100	"	"	senhoras	—	1ª "
20	"	"	homens	—	2ª "
20	"	"	senhoras	—	2ª "
50	barracas sobre rodas.				

Um restaurant elegante *á la carte*;

Leitaria;

Rouparia (recebimento e entrega de roupa de banho).

Estas installações serão sufficientes para attender a 500 banhistas a um tempo, — e se ainda assim demonstrarem insufficiencia, serão promptamente augmentadas.

Podemos afoutamente asseverar que estas installações, cujo custo monta a Rs. 25:000\$000, não tem rivaes em todo o Brazil e Rio da Prata.

Os camarotes são construidos com solidez e elegancia sobre um estrado fixo sobre estacas de madeiras de lei, com porta vidraça, xadrez para o piso, banquinho, cabides para roupa, e espelho.

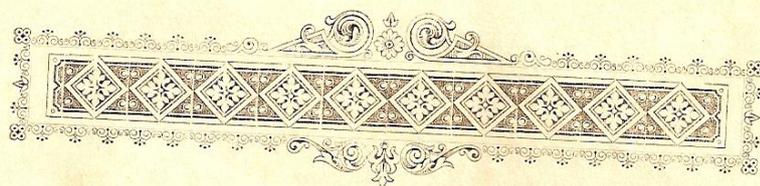
Junto a elles estão dispostos excellentes *water-closets*.

Na frente ao mar corre uma varanda espaçosa, com balastrada, corrimão e bancos, offerecendo desta forma toda a commodidade para os visitantes, ou para nas horas de maior calor gozarem a vista do mar, o movimento de navios na barra, e o ar marinho.

O restaurant, rodeado de varandas largas e cobertas, fornecerá as refeições sem os inconvenientes da agglomeração em salões, e com os encantos da mesa sobre o tombadilho de uma embarcação.

E como complemento á utllisação e goso da praia e do ar do mar, se introduzirão todas as diversões possiveis: corridas de cavallos, passeios em carruagens e *trollys*, jogo de bollas de borracha, *cricket*, trapesios, balanços, velocipedes, volante, (*lawn-ténis*) etc., etc., tirando-se assim todo o partido dos 200 metros de varandas dos camarotes, nas horas improprias para o banho.





## Habitações da Villa Sequeira

As que a Companhia tem edificado comportarão 500 pessoas na estação entrante; e segundo a experiencia então demonstrar, serão ellas augmentadas.

Aquillo que a urgencia do tempo permittio consiste de:

**Hotel**, denominado *Cassino*, com 136 quartos, 8 lojas, salões de jantar, banheiros, *water-closets*, circumdadas todas estas installações por 700 metros correntes de varandas cobertas, medindo dois metros de largura, e todas lageadas.

**Casas mobiliadas**: em numero de 40, com accommodações para familia regular; sala de casa de campo, 3 grandes alcovas, cosinha, área de 19 metros, e portão de serventia ao fundo.

O *Cassino* divide-se em quartos de  $3 \times 3^m$ , e  $6 \times 3^m$ ; communicam-se estes quartos, por portas interiores, em ternos de 2, 4, 6 e 8 quartos, contado um quarto grande por dois.

O desenho annexo mostra a sua subdivisão e numeração.

São entregues mobiliados, e fornece-se aos habitantes o serviço de creados, moveis, roupa de cama e lavatorio, luz e limpeza ao preço de 1\$500 por dia, por cada quarto pequeno.



5 × 3<sup>m</sup>, dando para uma área ou pateo, e uma cosinha de 4 × 3<sup>m</sup>, com porta à área e janella ao fundo.

A área tem portão de serventia, que dá para um corredor geral de serviço.

Todas as peças tem, portanto, ar e luz, e são decentemente mobiliadas, tendo as camas os respectivos colxões e travesseiros

A cosinha tem fogão economico e aperfeiçoado, para queimar lenha ou carvão.

A Companhia fornece, incluído no aluguel, agua, limpeza, e lavagem da casa; e vende o combustivel, enquanto não houver commercio especial do genero.

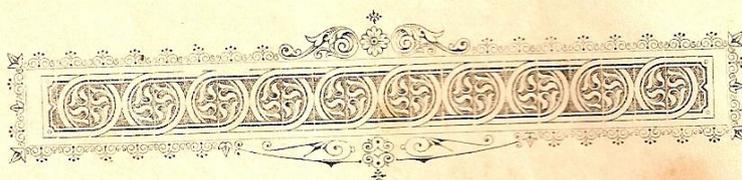
O aluguel é de 5\$000 por dia por cada lance de casa, até o limite de 120 dias; e n'este caso, dar-se-ha a casa por todo o tempo restante até 31 de Outubro seguinte, sem augmento de aluguel, porém sem os serviços indicados.

Para aquisição do necessario á cosinha e mesa, haverá na "Villa Sequeira" casas especiaes de cada classe de generos ou utensis

O processo para tomada de quartos ou casas mobiliadas é o seguinte:

O pretendente assignará folha de pedido do commodo que se achar vago, e melhor lhe convier (quarto do hotel, ou casa mobiliada) com explicação do respectivo numero segundo as plantas annexas, assignando responsabilidade pelo preço da locação, quer se utilize, quer não, pagando o aluguel ou diaria por mez adiantado, além de 20 % da importancia total no acto da inscripção.

Esta providencia se torna necessaria porque é muito restricto o tempo pelo qual estas accomodações são procuradas, e a Companhia necessita saber de antemão a classe dos commodos que em determinada epocha possa ter disponiveis.



### Salões de visitas e concertos, e de jogo

Na proxima estação estarão abertos estes salões, nos quaes o publico encontrará toda a commodidade, decencia e ordem.

E' devido a estas installações que a vida na praia se torna agradável; e serão estes salões o *rendez-vous* dos moços empregados no commercio, que indo na viagem da noite para pernovernarem na "Villa Sequeira", darão brilho ás danças e folguedos em companhia das familias ali residentes.

O salão de visitas terá um piano para dansa, e outro especial para concertos instrumentaes e vocaes.

Será mobiliado no typo de bailante, e terá um pequeno palco para representações.

O salão de jogo terá bilhares, jogo de bagatella, damas, dominó, xadrez e mesas para cartas: sala de leitura e para fumantes, e qualquer outro passatempo proprio para homens.

### Regulamentos

Serão estabelecidas para garantirem a ordem, segurança e respeito a todos os habitantes da "Villa Sequeira": policia-mento diurno e nocturno, illuminação exterior, prohibição de caçadas, cães sem açaimo, casas de jogos illicitos, etc., etc.

## Novas 'construcções

No anno vindouro deverá a Companhia emprehender de conta propria ou alheia a construcção de casas de campo de typos elegantes e variados, que servirão tanto para as familias de pequenas posses como para as mais abastadas.

Opportunamente será confeccionado um catalogo com desenhos e orçamentos, com cujo auxilio poderá qualquer pessoa, ausente, contractar com a Companhia, a preço razoavel, uma casa bem construida, sem preoccupar-se com os detalhes.

A Companhia cederá para taes casas um terreno das dimensões exigidas, e se encarregará da guarda do predio, seguro contra incendio, e mesmo sua reparação e plantio do terreno, cobrando por tudo isto muito menos do que teria de despender o proprietario se directamente se occupasse do assumpto.

## Lavanderia

Para commodidade dos banhistas, será já esta estação encetado um serviço regular de lavagem de roupa de banho e roupa branca, em estabelecimento especial e a preços modicos.

## Cocheiras e leitaria

N'estes estabelecimentos se poderá obter leite quente e frio a toda a hora, e animaes ensilhados, carros ou carroças para passeios, o que constitue indispensaveis requisitos da vida campestre.

## Meios de locomoção

A Companhia fará correr diariamente 8 a 10 trens, sendo metade de cada ponto extremo da linha.

Com tal frequencia de viagens, poderá cada pessoa aproveitar segundo o permittirem as suas occupações, as vantagens e prazeres da vida no campo, na boa estação.

Entre as respectivas companhias existem combinações de trafego que permittirão que pessoas vindas de Pelotas ou do interior, ou para alli destinando-se, passem, sem perda de tempo, de um para outro trem, dos da Estrada de Ferro *Southern Brazilian* para os da *Rio Grande — Costa do Mar*, e *vice-versa*.

Com uma das companhias de vapores da linha entre Rio Grande e Porto Alegre, far-se-ha accordo para obtenção de passagens a preço reduzido, para as pessoas que vierem em demanda da Estação Balnear da "Villa Sequeira".

## Bond entre o hotel e a praia

Sendo a distancia, de um a outro ponto, de perto de 800 metros, e em grande parte de terreno arenoso, tornou-se necessario o estabelecimento de um serviço regular de bonds por tracção animada, ao preço infimo de 50 réis por adulto e 25 réis por creança.

Este serviço começa ás 3  $\frac{1}{2}$  ou 4 horas da manhã, e termina ás 10 horas da noite.

## Epocha de festas

Um brilho especial terão as festas do fim do anno: natal, anno bom, reis, bem como o carnaval na "Villa Sequeira"; e a estas circumstancias terão os visitantes de todo o Estado o gozo das especialidades em que a cidade do Rio Grande é unica:

O peixe do alto mar, os camarões, e os legumes, fructas da estação.

Durante o proximo verão terá o Rio Grande os festejos pelo inicio das obras da barra do Estado, que promettem ser imponentes.

Eis os informes que para a estação 1890 — 91 pode a Empreza apresentar ao publico.

Na estação seguinte, com maior desenvolvimento na edificação, e melhor coordenação de dados ou informações, será editado novo folheto.

Rio Grande, Dezembro de 1890.

*Pela Companhia Rio Grande--Costa do Mar,*

*O Gerente.*



**ANEXO 7**

## Lista de sujeitos e famílias presentes na temporada de veraneio

Ramos Alves e Família – Rio Grande  
Monoel de Sá Fernandes – Rio Grande  
Henrique Meyer – Porto Alegre  
Boaventura José Centeno - Camaquã  
Manuel Pereira de Almeida - Rio Pardo  
Antonio Tavares Nobre – Porto Alegre  
Jose Eichenberg - Rio Pardo  
Antonio Carneiro da Fontoura – Porto Alegre  
Manoel Bento – Porto Alegre  
Rodrigo Azambuja Villanova – Porto Alegre  
Hermeteiro Mostardeiro – Porto Alegre  
Nicolau Kohler – Porto Alegre  
Adolpho Silva – Porto Alegre  
Arlindo Moura – Porto Alegre  
Maria Ignacio Vasconcelos – Porto Alegre  
Lucio Schereiner – Porto Alegre  
Monoel Py – Porto Alegre  
Commendador Mancio da Cunha - Pelotas  
Gonçalo Henrique de Carvalho - Pelotas  
Fausto Freitas e Castro – Porto Alegre  
Frutososo Borges Fontana - Santa Maria da Boca do Monte

